

ISABELA LEÃO PONCE PASINI

**CONFLITO TERRITORIAL E SOBERANIA ALIMENTAR: UM
ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
ANGELIM I, NO SAPÊ DO NORTE - ES**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Extensão Rural, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2014

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

Pasini, Isabela Leão Ponce, 1985-
P266c Conflito territorial e soberania alimentar : um estudo de
2014 caso na comunidade quilombola Angelim I, no Sapê do Norte
-ES / Isabela Leão Ponce Pasini. – Viçosa, MG, 2014.
xii, 269f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndice.

Orientador: Douglas Mansur da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.253-263.

1. Quilombos. 2. Propriedade territorial. 3. Negros - Posse de terra. 4. Negros - Sapê do Norte, Espírito Santos - Condições sociais. 5. Quilombos - Negros - Alimentação. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 981

ISABELA LEÃO PONCE PASINI

**CONFLITO TERRITORIAL E SOBERANIA ALIMENTAR: UM
ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA ANGELIM I,
NO SAPÊ DO NORTE -ES**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Extensão
Rural, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

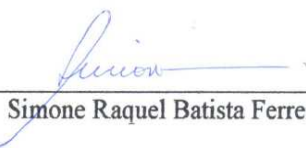
APROVADA: 24 de junho de 2014.



Marilda Teles Maracci



Claudia Job Schmitt



Simone Raquel Batista Ferreira



Douglas Mansur da Silva
(Orientador)

*Dedico este trabalho a todas as pessoas que buscam e
lutam por um mundo mais justo, igualitário,
harmonioso e, em especial, aos que se dedicam à
relação com o alimento e à comida, fontes primordiais
do nosso viver.*

AGRADECIMENTOS

Gratidão a todos os seres de luz que estiveram ao meu lado na realização deste trabalho, me dando apoio, compreensão, perseverança e energia positiva para que conseguisse concretizá-lo.

Em especial, aos moradores da comunidade de Angelim I e da Vila de Itaúnas que se abriram, apoiaram e auxiliaram a pesquisa, me acolhendo e proporcionando momentos inesquecíveis de troca e aprendizados.

À minha família, em especial à mami, por sempre ser a força, luz, sabedoria em pessoa, que me apoia e me fortalece em todos os momentos.

SUMÁRIO

Lista de Gráficos.....	iv
Lista de Imagens.....	iv
Lista de Mapas.....	iv
Lista de Quadros.....	iv
Lista de Tabelas	x
RESUMO.....	xi
ABSTRACT	xii
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Apresentação do problema, objetivos e justificativa.....	1
1.2. Metodologia.....	5
2. GEO-GRAFANDO O SAPÊ DO NORTE.....	13
2.1. O Sapê do Norte.....	13
2.2. Na Colônia e no Império.....	18
2.3. Século XX: A chegada das “firmas”, o conflito, a des-re-territorialização.....	25
2.4. Territórios Negros do Sapê do Norte.....	43
2.5. O Córrego e o Rio Grande: Angelim e Itaúnas.....	50
2.6. Territorialidade em Angelim I.....	54
3. TERRITORIALIDADES EM CONFLITO.....	61
3.1. Modo de vida no Sapê.....	61
3.2. Territorialidades sobrepostas.....	64
3.2.1. Território apropriado e território dominado.....	64
3.2.2. Des-re-territorialização: as “firmas” e o Estado x Angelim I.....	70
3.3. Conflito territorial e R-existência.....	80
3.3.1. Elementos do conflito.....	84
3.3.2. A “Retomada” e seus desdobramentos.....	92
3.3.3. Luta pelo território quilombola.....	101
3.4. Estratégias de manutenção e reprodução da vida.....	108
3.4.1. Facho, carvão e fomento.....	109
3.4.2. Farinha e Beiju.....	113
3.4.3. “Roças” e criação de animais: autoconsumo e venda.....	114
3.4.4. Outras atividades, auxílios e ausências do Estado.....	116
3.4.5. Restaurante quilombola e a atuação das ONGs.....	119
4. A QUESTÃO ALIMENTAR EM ANGELIM I.....	122
4.1. Histórico e contexto geral da segurança alimentar.....	122
4.1.1. A abordagem de SAN no Brasil.....	125
4.2. Contexto mundial da fome e insegurança alimentar no Brasil e no mundo.....	131
4.3. Segurança e soberania alimentar: noções e projetos em disputa.....	139
4.3.1. Avanços e limites da SAN.....	139
4.3.2. A proposta de soberania alimentar.....	144
4.4. Segurança e soberania alimentar no Sapê do Norte.....	152
4.5. Práticas alimentares e questão alimentar em Angelim I.....	156
4.5.1. Práticas de Ontem ou “De Primeiro”.....	156

4.5.2. Práticas de hoje.....	163
4.5.3. Dinâmicas da cultura e produção alimentar.....	177
4.6. Territorialidade das práticas alimentares: ontem e hoje.....	200
4.6.1. Núcleo Batista/ Silvares.....	202
4.6.2. Núcleo Jesuíno Santos.....	210
4.6.3. Núcleo Zé Ferino.....	215
4.6.4. Núcleo Timbohyba.....	220
4.6.5. Núcleo Guimarães.....	225
4.7. Território, Bens comuns e Soberania Alimentar.....	230
4.7.1. (In) Segurança alimentar e nutricional e DHAA.....	230
4.7.2. Soberania alimentar.....	234
5.0. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	244
6.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	253
APÊNDICE I: Comidas tradicionais: comunidade quilombola Angelim I.....	264

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de Estabelecimentos de acordo com Grupos de Área Total - Conceição da Barra – 1940 a 1996.....	30
Gráfico 2: Área de Estabelecimentos de acordo com Grupos de Área Total (área)- Conceição da Barra – 1940 a 1996.....	30
Gráfico 3: Número de Estabelecimentos de acordo com Grupos de Área Total - São Mateus – 1940 a 1996.....	31
Gráfico 4: Área de Estabelecimentos de acordo com Grupos de Área Total - São Mateus – 1940 a 1996.....	31
Gráfico 5: Porcentagem de estabelecimentos de acordo com os grupos de área total, Conceição da Barra (2006).....	33
Gráfico 6: Porcentagem da área de acordo com os grupos de área total, Conceição da Barra (2006).....	34
Gráfico 7: Porcentagem de estabelecimentos de acordo com os grupos de área total, São Mateus (2006)	35
Gráfico 8: Porcentagem da área de acordo com os grupos de área total, Conceição da Barra (2006)	35
Gráfico 9: Uso da terra (área)- Conceição da Barra – 1960 a 2006	37
Gráfico 10: Uso da terra (estabelecimentos) - Conceição da Barra– 1960 a 2006.....	38
Gráfico 11: Uso da terra (área) - São Mateus - 1960 a 2006	39
Gráfico 12: Uso da terra (estabelecimentos) - São Mateus - 1960 a 2006	40
Gráfico 13: Alimentos Produzidos em Angelim I	168
Gráfico 14: Alimentos Extraídos e Cultivados nos Terreiros das Casas	175
Gráfico 15: Criação de animais em Angelim I	176

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Localização do Porto de São Mateus e de Conceição da Barra.....	20
Imagem 2: Imagem aérea da Vila e da Praia de Itaúnas	51
Imagem 3: Caminho de acesso à Angelim I entre o eucaliptal	53
Imagem 4: Portal de identificação da comunidade	53
Imagem 5: Áreas de retomada em Angelim I	94
Imagem 6: Fornos de carvão	111
Imagem 7: Roça de alimento na área de retoma	115
Imagem 8: Colheita na área da retoma	115
Imagem 9: Indicações das áreas da comunidade Angelim I.....	171
Imagem 10: Beijus no forno	192
Imagem 11: Imã de geladeira da farinha quilombola	198
Imagens 12: Dinâmica de Mapeamento Participativo	202
Imagens 13: Dinâmica de Mapeamento Participativo	202
Imagens 14: Dinâmica de Mapeamento Participativo	202
Imagem 15: Croqui do Núcleo Batista Silhares- 40 anos atrás.....	208
Imagem 16: Croqui do Núcleo Batista Silhares- hoje.....	209
Imagem 17: Croqui do Núcleo Jesuíno Santos- 40 anos atrás.....	213
Imagem 18: Croqui do Núcleo Jesuíno Santos – hoje.....	214
Imagem 19: Croqui do Núcleo Zé Ferino- 40 anos atrás.....	218
Imagem 20: Croqui do Núcleo Zé Ferino- hoje.....	219
Imagem 21: Croqui do Núcleo Timbohyba- 40 anos atrás.....	223
Imagem 22: Croqui do Núcleo Timbohyba- hoje.....	224
Imagem 23: Croqui do Núcleo Guimarães- 40 anos atrás.....	228
Imagem 24: Croqui do Núcleo Guimarães- hoje.....	229

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Conceição da Barra e São Mateus – ES	14
Mapa 2: Distribuição geográfica das plantações arbóreas no ES (2000)	41
Mapa 3: Área em estudo para identificação dos territórios quilombolas do Sapê do Norte	45
Mapa 4- Localização dos Territórios Quilombolas do Norte do ES	47
Mapa 5 - Comunidade Angelim I	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura Fundiária (nºde estabelecimentos) - Conceição da Barra (ES)..	32
Quadro 2: Comunidades Quilombolas do Sapê do Norte	48
Quadro 3: Práticas Alimentares Coletoras e Extrativistas – Antigamente.....	159
Quadro 4: Alimentos produzidos em roça e horta	174
Quadro 5: Alimentação cotidiana – algumas décadas atrás	178
Quadro 6: Alimentação cotidiana – atual	179
Quadro 7: Diagnóstico de Segurança Alimentar nos Quilombos do Sapê do Norte Agosto/2008.....	180
Quadro 8: Ervas e Temperos - Angelim I	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População da Vila de São Mateus – 1824 e 1827	22
Tabela 2: Produção de farinha de mandioca na Vila de São Mateus e Barra de São Mateus – 1852, 1873 e 1885.....	24
Tabela 3: Gêneros de lavoura produzidos e exportados em São Mateus e Barra de São Mateus – 1852.....	24
Tabela 4: Produção e exportação de farinha e café- 1852/1873/1885 em Vila de São Mateus e Barra de São Mateus	24
Tabela 5: Grupos de área total (estabelecimentos)- Conceição da Barra – 2006.....	33
Tabela 6: Grupos de área total (hectares)- Conceição da Barra – 2006.....	33
Tabela 7: Grupos de área total (estabelecimentos)- São Mateus (ES)- 2006.....	34
Tabela 8: Grupos de área total (hectares)- São Mateus (ES)- 2006.....	35
Tabela 9: Área (ha) dos estabelecimentos agropecuários por uso da terra – Espírito Santo- série histórica (1970/2006)	36
Tabela 10: Uso da terra (área) - Conceição da Barra – 1960 a 2006	37
Tabela 11: Uso da terra (estabelecimentos) - Conceição da Barra– 1960 a 2006	38
Tabela 12: Uso da terra (área) - São Mateus - 1960 a 2006	39
Tabela 13: Uso da terra (estabelecimentos) - São Mateus - 1960 a 2006	40
Tabela 14: Comunidades negras rurais do Sapê do Norte	49
Tabela 15: Área de cana (Hectares) em Conceição da Barra – ES- série histórica...	71
Tabela 16: Processos abertos para titulação de terras quilombolas em 2013	104
Tabela 17: Levantamento da situação alimentar no Brasil.....	134
Tabela 18: Levantamento da situação alimentar nas regiões do Brasil.....	134
Tabela 19: Levantamento da situação alimentar no Brasil, segundo situação do domicílio	135
Tabela 20: Distribuição da população por situação de segurança alimentar - 2004/2009	136
Tabela 21: Destino da criação de animais em Angelim I	176

RESUMO

PASINI, Isabela Leão Ponce, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2014. **Conflito territorial e soberania alimentar: um estudo de caso na comunidade quilombola Angelim I, no Sapê do Norte - ES.** Orientador: Douglas Mansur da Silva. Coorientadoras: Nora Beatriz Presno Amodeo e Simone Raquel Batista Ferreira.

Este trabalho teve como objetivo analisar a relação entre conflito territorial e soberania alimentar, através de um estudo de caso na comunidade quilombola Angelim I, situada na região conhecida como Sapê do Norte, no litoral norte do Espírito Santo. Encontram-se aí várias comunidades negras rurais que protagonizam um conflito territorial há cerca de quatro décadas, a partir da territorialização dos monocultivos, principalmente o de eucalipto, da antiga Aracruz Celulose, atual Fibria. A sobreposição de territorialidades conflitivas gerou implicações no uso do território, repercutindo na segurança e soberania alimentar dessas comunidades. O “imprensamento”, a escassez dos bens naturais e a proibição de práticas tradicionais produziram efeitos no modo de vida da comunidade em questão. Essas mudanças promoveram uma situação de dificuldade de acesso aos alimentos, de reprodução de práticas de cultivo, extrativismo e criação, bem como na dimensão simbólica dos alimentos. Do ponto de vista teórico, tratamos do tema de conflito territorial, segurança e soberania alimentar e comunidade quilombola. A metodologia consistiu em uma abordagem qualitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica, trabalho de campo focando na história oral dos moradores sobre as mudanças no território e na sua relação com o alimento e a comida. Fizemos também um mapeamento participativo nos núcleos familiares da comunidade em que os moradores apontaram os bens naturais, a fonte, tipo e a prática de acesso ao alimento em dois momentos: antes da chegada das firmas e atualmente. Assim, pudemos visualizar a dimensão espacial dessas transformações. Nossa leitura apontou que o acesso ao alimento antes proveniente essencialmente do território, foi comprometido, ficando atualmente dependente da compra. Há a permanência de práticas como cultivo, criação de animais, o feitiço da farinha e do beiju, sendo, contudo, reduzidas. A caça e a pesca, antes práticas e fontes de alimentos que compunham a comida cotidiana foram impossibilitadas tanto pela erosão dos bens naturais, como mata, rios, córregos e lagoas, como pela legislação ambiental vigente, ligada à unidade de conservação.

ABSTRACT

PASINI, Isabela Leão Ponce, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2014.
Food sovereignty and territorial conflicts: a case study in the quilombola community Angelim I, at Sapê do Norte - ES. Advisor: Douglas Mansur da Silva.
Coadvisers: Nora Beatriz Presno Amodeo e Simone Raquel Batista Ferreira.

This study aimed to analyze the relationship between food sovereignty and territorial conflict, through a case study of the quilombola community Angelim I, situated in the area known as “Sapê do Norte”, northern coast of Espírito Santo. There are many rural black communities in territorial conflict for nearly four decades derived from the territorialization of monoculture, especially eucalyptus, of the former company called Aracruz, current Fibria. Overlapping territorialities in conflict have generated implications for land use, affecting the food security and sovereignty of these communities. The "compressment", the scarcity of natural assets and the prohibition of traditional practices reflected on the way of living of the community. These changes promoted a situation of limited access to food, difficulty on reproducing farming practices, extraction and creation, as well as changes on the symbolic dimension of food. At the theoretical level, we treat the subject of territorial conflict, food security and sovereignty and quilombola community. The methodology consisted of a qualitative approach, making use of literature review, field work, focusing on the oral history of the residents about the changes in territory and in their relationship with food and the food. We also promoted a participatory mapping with the respective extended families in the community where residents pointed natural assets, the source, type and practice of accessing food in two different moments: before the arrival of firms and currently. This way we could visualize the spatial extent of these transformations. Our reading pointed out that access to food was mainly from the territory in the past time, being now dependent of purchasing. There is the persistence of practices such as cultivation, breeding animals, the cooking of flour and beiju, however, being reduced. Practices such as hunting and fishing, important food sources that made up the daily food, have become infeasible either by erosion of natural assets such as forests, rivers, streams and ponds, as well as by the current environmental legislation relating to conservation unit.

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação do problema, objetivos e justificativa

*“Secretário do Rei de Bamba
O culpado são vocês
Que a grande floresta plantou
De cana-de-açúcar e eucalipto
Os quilombolas da terra expulsou
E vocês vão morrer de fome
Ou comer erva daninha
Por que raiz de cana-de-açúcar e nem de eucalipto
Não serve pra fazer farinha
E tampouco criar gado,
porco e nem muito menos galinha”¹.*

De quem é a culpa? Segundo o Rei Congo, a culpa é dos plantadores de “monoflorestas”, que da terra expulsou a gente do lugar, expropriando os bens da natureza, apropriou-se do território, e nem alimento planta. Uai, para que então os grandes cultivos de cana e de açúcar no lugar da mandioca (ou maní oca = casa de maní), raiz que provem múltiplos alimentos para múltiplas espécies de vida?

A gente do lugar chamado Sapê do Norte era/é gente negra que veio compulsoriamente de outro lugar e ali teceu, com o passar no tempo, um modo de vida particular, próprio daquele território. Comunidades negras rurais que foram vivendo desde o período colonial com práticas alimentares extrativistas, coletoras e ligadas sempre à mandioca.

As fazendas e quilombos do período colonial e, principalmente, no período imperial, produziram muita farinha para o consumo da “nação”, dos navios negreiros e também para levar à África, servindo como moeda de troca. A mandioca está em toda a parte do Sapê desde esses tempos.

No entanto, depois que veio essa tal de *firma*, tudo mudou. Uma não, algumas né. Primeiro devastando parte do lugar, saqueando as “madeiras de lei”. Depois se espalhando por todo o Sapê, cultivando só mono. O eucalipto, principalmente,

¹ Baile de Congo ou Ticumbí, Itaúnas, 2010. Retirado de Oliveira, 2010.

dominou tudo. A cada década foi se alastrando mais, tomando as terras que eram devolutas, do Estado, e que correspondiam a *terras de uso comum* dessas comunidades.

Elas que permaneceram aí então por séculos, situando-se ao longo dos córregos e rios, grafando o espaço com as roças de mandioca e outros alimentos, criando animais, caçando, pescando, foram então perdendo espaço, ficando *imprensadas*.

Mas esse espaço é espaço físico, é alimento, são bens naturais, é água, terra e também é cultura, identidade. É assim território; Natureza + Cultura, como nos lembra Porto-Gonçalves (2006). Esse território apropriado foi sendo sobreposto pelo território da produção agroindustrial, onde o poder verticalizado se materializava, disputando racionalidades, entrando assim em um *conflito territorial*.

As mudanças na paisagem, nos usos da terra e no ambiente vão acentuando ao longo do tempo, bem como a desestruturação dos modos de vida desse povo. A *desterritorialização* dessas comunidades gerou uma diferente lógica na produção, criação, extração e consumo de alimentos. O contexto se transmuta “da fartura à escassez” (FERREIRA, 2002), gerando dificuldades quanto ao acesso e disponibilidade do alimento, que, assim, se desloca desse território.

A cultura que prevalece nas relações de poder é a da “mono”, que nada tem a ver com o alimento, afinal, nenhum povo ou comunidade consegue materialmente se reproduzir com monoculturas, sendo estas “mono” para além de uma só cultura, uma cultura “para um só lado” (PORTO-GONÇALVES, 2006:40).

As comunidades vão recriando suas formas de existir e resistindo no lugar. Contudo, se percebe, com uma crescente precariedade e monetarização do acesso ao alimento, ao mesmo tempo em que resistem formas e práticas tradicionais, como o próprio cultivo da mandioca e o feitiço da farinha e beijus. A luta pelo território se ergue nas comunidades, que aos poucos vão reivindicando seus direitos e denunciando as violações. Em um dado momento, o tema da segurança alimentar adentra o ideário político reivindicatório e as falas do dia a dia, atravessadas pela memória da comida de ontem e das dificuldades do hoje.

É nesse contexto inclusive que, enquanto sujeitos políticos, denunciam a situação de insegurança alimentar das comunidades nos Fóruns Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, provocando a vinda de missões governamentais *in loco*, com o objetivo de investigar essa realidade, e apontam para

o Estado e a sociedade civil diversas violações de direitos, incluindo o Direito Humano à Alimentação Adequada, Direito à terra e ao Território, à água, entre outros. A identificação deste contexto enquanto problema para esses sujeitos foi, assim, um grande motivador para a iniciativa da pesquisa.

Outro incentivo foi o contato com o Sapê, com o chamado *deserto verde* de eucaliptos, com as comunidades e com a luta quilombola. O primeiro contato com uma dessas comunidades se deu antes mesmo de chegar nela, através do acesso, do caminho em meio a um labirinto de eucalipto, indo para o Festival do Beiju, em 2009, momento de celebração e trocas sobre os saberes e sabores do Sapê, e para o momento prévio de luta, o Grito Quilombola, aonde comunidades e parceiros da luta se puseram em ato público, visibilizando suas mazelas e reivindicações. Nesse momento, pude ter uma noção dos conflitos, dos sujeitos envolvidos, do contraste de racionalidades, e da dura e evidente realidade dos quilombolas.

Vê-se nesta escala local a expressão da atual conjuntura política e econômica conhecida como neoliberalismo, aonde as relações capitalistas se tornam mais “flexíveis” e, em escala global, se expandem e adentram lugares antes longínquos, afetando cada vez mais os territórios e os povos chamados tradicionais, incitando conflitos e disputas territoriais.

Por fim, a afinidade com o tema do alimento perpassa minha trajetória, aonde fora e continua adentrando âmbitos e dimensões da vida, ganhando crescente importância nas práticas e nas reflexões.

Diante desta problemática e das motivações da pesquisa, emergiu o interesse em investigar a relação entre as distintas territorialidades e a soberania alimentar através do estudo de caso da comunidade quilombola Angelim I, sendo este o principal objetivo deste trabalho. A princípio, pensamos em fazer um estudo comparativo, tentando identificar como o conflito territorial afetou a autonomia alimentar dessas comunidades diante de duas realidades distintas. Contudo, o tempo da pesquisa inviabilizou esse tipo de estudo, que foi transformado em um estudo de caso.

A comunidade deste estudo apresenta forte presença de práticas alimentares, seja pelas “fazedoras/es” de beiju e farinha, seja pela persistência da prática da agricultura, muito marcada no presente pelo ato da retomada de uma área antes ocupada pela empresa, a fim de produzir alimentos e ainda a construção de um

Restaurante Quilombola. Essas características despertaram o olhar no sentido de tentar compreender com a “perda” territorial influenciou nas perdas e persistências de práticas alimentares.

A hipótese inicial era de que o processo de instalação do cultivo e a expansão da monocultura de eucalipto desde a década de 1970, promovida pela empresa Aracruz Celulose/*Fibria*, havia afetado a obtenção e as práticas alimentares na comunidade quilombola Angelim I, exercendo um papel chave na atual situação de (in) segurança alimentar. De partida, o objetivo não era atestar o nível de in/segurança alimentar, tendo em vista que acreditamos que mais importante que quantificar e enquadrar a situação alimentar da comunidade, seria interessante trazer elementos que nos auxiliassem a entender sua relação no/ com o território e assim elucidar as implicações de seus usos nas práticas alimentares e modo de vida dessas comunidades.

Aqui entendemos práticas alimentares como o conjunto de práticas relacionadas ao alimento em toda sua cadeia de realização, das práticas de cultivo à criação e coleta de alimentos, passando pelo preparo, importância, ritos e chegando ao consumo final. Apesar da complexidade dessas práticas (CANESQUI; GARCIA, 2005), buscamos priorizar a dimensão espacial dessa cadeia, sob grande influência do olhar geográfico, traçando, porém, um esforço de diálogo com a Antropologia através do levantamento de parte da dimensão do significado nessas práticas.

Vários são os elementos que apontam para a relevância do tema em questão. Em primeiro lugar, a segurança alimentar quilombola consiste em assunto pouco explorado e o que já foi levantado indica grande vulnerabilidade das comunidades quilombolas em termos alimentares e nutricionais. Ademais, a população negra é o “segmento social” mais atingido pela chamada insegurança alimentar².

Em segundo lugar, esses levantamentos carecem de estudos mais aprofundados no que tange a relação entre esse quadro e o contexto de conflitos territoriais. Os modos de vida das populações tradicionais apresentam historicamente um vínculo intrínseco com o território e seus bens naturais, conformando existências

² Ver Chamada Nutricional Quilombola realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2006.

fortemente conectadas à suas dimensões material e imaterial (DIEGUES, 2001; ALMEIDA, 2008).

Ainda nesse sentido, torna-se essencial aprofundarmos a ideia de soberania alimentar, haja vista que, mais do que a segurança alimentar, referente à disponibilidade, acesso, estabilidade e uso, se faz necessário abarcarmos a autonomia desses povos em definir e exercer suas práticas de produção, extração, circulação e consumo alimentar.

Desvelando parte dessa relação e suas implicações sociais, é possível contribuir, através deste estudo, para a avaliação das ações do Estado referentes a incentivos e concessões à instalação e expansão dos monocultivos de cana e eucalipto, sendo estes últimos muito evidentes no caso do Espírito Santo, onde se apresentam grande quantidade de investimentos públicos. Por outro lado, é possível, a partir disso, também problematizar algumas ações do Estado no âmbito da segurança alimentar, que atendem, ou deveriam atender, as comunidades em questão; e no âmbito dos direitos territoriais das comunidades quilombolas, previstos na Constituição, em Convenções, Decretos e Leis.

1.2 Metodologia

A pesquisa em questão é fundamentalmente de natureza qualitativa, adentrando na dimensão dos significados, valores, práticas e sentidos (MINAYO, 2009:21). Essa natureza de pesquisa não impede o uso de dados quantitativos, que aliados aos dados qualitativos, nos ajudam nas análises e compreensão sobre a realidade.

Aqui entendemos que o/a pesquisador/a está imerso em um contexto social em que sua visão de mundo compõe a pesquisa, se expressando através de suas escolhas.

(...) escolhas que são, em última instância, ideológicas. (...) Estamos sim falando de uma característica intrínseca ao conhecimento científico: ele é sempre histórico e socialmente condicionado. O pesquisador opera escolhas (mesmo sem ter a percepção clara disto), tendo como horizontes sua posição social e a mentalidade de um momento histórico (MINAYO, 2009:34).

O estudo se desenvolveu na forma de estudo de caso, que consiste no estudo profundo de uma realidade, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2002). A compreensão do singular não se desvincula, contudo, da compreensão de seu contexto histórico-geográfico. Assim, buscou-se percorrer um caminho interpretativo através da articulação das escalas, indo do particular ao geral, da teoria à prática, e vice-versa. A abordagem dialética busca abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior do sujeito e também o interior, através de suas representações sociais e seu mundo de significados. Assim, os processos e fenômenos sociais devem ser entendidos a partir dessa dinâmica de determinações e transformações dadas pelos sujeitos (MINAYO, 2009).

Todavia, aqui não se pretendeu encontrar nenhuma verdade última dos processos estudados, entendendo que as interpretações são uma forma de aproximação dessa realidade. Nosso lugar de fala é apenas mais um em um mundo vasto de saberes, buscando assim refutar a ideia de um pensamento universal e caminhar em um esforço de ruptura em relação à colonialidade do saber³ (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Em um primeiro momento, fizemos uma revisão bibliográfica inicial sobre o tema da segurança e soberania alimentar, sobre o debate acerca do território e conflito, e sobre a problemática de conflito territorial no Sapê do Norte, buscando compreender seu contexto histórico geográfico. Utilizamos também, materiais documentais como relatórios, publicações, reportagens, vídeos, dentre outros, que auxiliaram nesta compreensão.

Em seguida, deu-se início ao primeiro trabalho de campo, momento de vivenciar a realidade a ser apreendida. Lacoste (1985) afirma que é preciso dialogar a pesquisa feita em campo com a parte teórica, para assim articular os fenômenos observados com escalas mais amplas. É nesse momento que temos o contato direto

³ Intrínseca à colonialidade do poder, a colonialidade do saber se refere à marginalização das formas de conhecimento dos povos “dominados” no mundo moderno-colonial, em detrimento de um único conhecimento universal moderno, e assim colonial. Segundo Mignolo, “colonialidad del saber son, por lo tanto, formas de conocimientos que fueron en su momento desprestigiadas y que, en este momento, se afirman como posición crítica a la idea de “totalidad” que define la modernidad del saber” (2002:203).

com a realidade, com a cultura local, suas contradições, conflitos, etc. Suertegaray vai salientar essa presença do pesquisador/a na no movimento da realidade.

o trabalho de campo, de forma mais ampla, é um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo (2002:5).

Como abordagem de campo, optamos pela observação participante, que consiste em uma relação direta com os sujeitos da pesquisa, participando de sua vida social em seu contexto sociocultural, tendo clara a noção de que sua própria presença enquanto sujeito pesquisador/a já transforma esse contexto, sendo também transformado/a por ele (MINAYO, 2009). Fez-se uso de um diário de campo onde as atividades e percepções do dia foram registradas, servindo também como fonte de informações.

O primeiro campo teve como objetivo principal uma aproximação com a comunidade em um primeiro momento a partir da convivência, conversas e visitas aos moradores, tendo duração de doze dias. Em um segundo momento, iniciaram as *histórias orais*, sendo gravadas e guiadas pelo pano de fundo da relação alimento e território, antes da chegada das firmas e atualmente.

A *história oral*, segundo BOM MEIHY, “se apresenta como forma de captação da experiência de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida, mantendo um compromisso com o contexto social” (1996:13). Elas se apresentam, em algumas formas, como a tradição oral, a história de vida e a história oral temática.

As *histórias de vida* são entendidas aqui como narrações dos sujeitos sociais sobre seus percursos individuais, com referências aos contextos histórico-sociais que os caracterizam (CRESPI, 1997:222). Essas foram realizadas principalmente com os moradores mais velhos.

Entendemos que a *história oral* potencializa a troca entre os sujeitos da pesquisa, sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, possibilitando uma síntese dialética entre os dois polos enquanto polos ativos de reflexão e conceitualização sobre a experiência em questão (CUSICANQUI, 1990 *apud* MIGNOLO 2002:206).

O segundo campo deu continuidade ao trabalho anterior, contando desta vez com a parceria de um companheiro. Foram utilizadas histórias de vida com os moradores mais antigos que ainda não tinham sido entrevistados. Nesse momento, parti também para o diálogo com os demais moradores em forma de entrevista *semiestruturada*, aonde se procurou identificar as práticas alimentares de suas famílias. Buscou-se atingir a maior parte das famílias da comunidade, tendo em vista a quantidade relativamente pequena⁴ de moradores e dando prioridade inicial aos moradores mais antigos, como citado, testemunhos diretos das transformações do território.

Visitamos praticamente todas as áreas de produção de alimentos, levantando o que estava presente nos cultivos tanto pela observação como pelo relato, não pretendendo, contudo, quantificar e averiguar sua totalidade. Nesse momento, foram utilizados como recurso de apoio a pesquisa, um aparelho GPS (Sistema de Posicionamento Global), um gravador, uma câmera fotográfica e uma caderneta de campo.

Ao final deste campo, realizamos uma importante etapa da pesquisa, o mapeamento participativo ou etnomapeamento que consiste na identificação de elementos da paisagem baseado no conhecimento e formas de apropriação das comunidades tradicionais em seus territórios.

Este surge com o intuito de proporcionar a visibilidade de grupos marginalizados, subalternos, tendo em vista que historicamente o monopólio da representação cartográfica permanece localizado junto aos sujeitos que detém o poder sobre este espaço, sendo uma arma simbólica e geopolítica de dominação de um dado território.

Porto-Gonçalves nos atenta para esse domínio da representação de uma *geografia* tanto politicamente como simbolicamente.

Assim, a cartografia da Terra foi grafada pelo Papa, em 1493, com um meridiano, o de Tordesilhas e, desde o século XIX, a Ciência laica se

⁴ Não temos um número certo de moradores, pois nos focamos nos cinco núcleos familiares identificados pelos moradores da comunidade. Além desses núcleos, existem outros moradores e propriedades, mas de número reduzido. Considerando estes núcleos, a comunidade apresenta em torno de 50 jovens e adultos e 24 crianças.

encarregaria de remarcar um novo *ponto zero* de onde passa a recartografar o mundo, agora a partir do meridiano de um subúrbio de Londres, Greenwich. Não olvidemos que se orientar é se dirigir para o oriente e tomar esse rumo era tomar o rumo certo na vida, tal como hoje se diz nortear. Essa troca de verbo é, também, uma troca de hegemonia geopolítica⁵ (2006:39).

As experiências de mapeamento participativo são diversas, com intuitos variados, indo de processos de afirmação identitária a estratégias de controle do território pelo Estado.

No vasto espectro de experiências conhecidas no mundo, podemos verificar que elas podem estar associadas à afirmação identitária e territorial de grupos subalternos, assim como à fundamentação cognitiva de gestão racional de recursos naturais, a mecanismos de explicitação de conflitos sócio-territoriais e ambientais ou a formas de antecipação dos mesmos para fins de controle estatal do território (ACSELRAD, 2010:10).

Aqui nos aproximamos do intuito de explicitar a territorialidade tradicional da comunidade Angelim I a partir dos próprios sujeitos dessa territorialidade, apontando em termos representativos os elementos dos bens naturais no território, sua relação com as práticas alimentares e também a explicitação do conflito territorial.

A chamada Cartografia Social se localiza claramente no lugar dos grupos subalternizados, a partir da realização de um processo de mapeamento protagonizado por esses sujeitos, onde os demais participantes atuam como um apoio ao processo, consistindo não só em uma representação cartográfica, mas em um instrumento de resgate e afirmação identitária, explicitando as práticas e usos tradicionais do território (ALMEIDA, 2006).

Aqui interessa a localização dos cultivos, criatórios, práticas extrativistas e referências hídricas, conformando um panorama do lugar antes das empresas chegarem ao território e atualmente.

No contexto dos conflitos territoriais envolvendo os sujeitos que outrora foram “engolidos” em termos de representação cartográfica em um só território nacional, promove-se, através da Cartografia Social, outra representação, onde esses próprios sujeitos realizam a autoatribuição identitária através da representação de sua territorialidade.

⁵ Nesse sentido, também podemos desconstruir a referência epistêmica colonial do verbo nortear pelo sulcar, incluindo sua convenção representativa nos mapas. Por que o norte deve ser a referência?

[...] tem-se um processo de territorialização que redesenha a superfície brasileira, produzindo uma cartografia social singular e lhe empresta outros conteúdos sociais condizentes com as novas maneiras segundo as quais se organizam e autodefinem os sujeitos sociais. Em verdade tem-se a construção de identidades específicas junto com a construção de territórios específicos (ALMEIDA, 2008: 120).

Esse processo nos auxilia na busca da descolonização da representação, de seu lugar de fala, de saber, tendo em vista que esses sujeitos, por protagonizarem sua realidade, são os verdadeiros conhecedores da mesma.

O mapeamento participativo se realizou em cada um dos cinco núcleos familiares na comunidade, envolvendo seus moradores, principalmente os mais velhos. Eles grafaram na terra e/ou no papel seu território antes da chegada das firmas e atualmente, contendo os elementos referentes às fontes de alimentos e referências espaciais como as moradias e casas de farinha. No momento seguinte, passamos as informações para uma cartolina, ainda no local, confirmando as informações.

Essa representação então se realizou através de croquis, que consistem em desenhos livres, sem a preocupação com rigores cartográficos como a escala, com o objetivo de esclarecer o tema em questão (MORONE, 2007). Esses croquis representam a abrangência e os elementos da territorialidade, com foco nas práticas alimentares no tempo pretérito e no atual momento, segundo os moradores.

Por fim, o terceiro e último campo se realizou a partir da oportunidade de acompanhar a segunda missão da comissão especial “Direito Humano à Alimentação Adequada”⁶, que fora ao Sapê do Norte pela segunda vez, com o intuito de averiguar as denúncias de insegurança alimentar. Nessa ocasião, pude acompanhar a missão em sua visita à comunidade Angelim I, bem como entrevistar um dos membros da comissão. Esse acompanhamento se deu por dois dias no mês de novembro de 2013.

Ao longo dos campos, também foram entrevistadas lideranças do lugar da luta quilombola, profissionais relacionados ao trabalho de identificação territorial

⁶ Comissão integrante do *Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana* ligado a secretaria de direitos humanos da presidência da república.

realizado pelo INCRA⁷, ao campo dos direitos territoriais e da alimentação adequada, e integrantes das organizações não governamentais que atuam na comunidade.

Nos momentos pós-campo, executou-se a transcrição das gravações, bem como a organização e classificação das informações contidas na mesma. Nesse momento, iniciou-se também o processo de mergulho e aprofundamento bibliográfico e de escrita da dissertação, objetivando um diálogo entre o campo teórico e as informações e experiências vivenciadas em campo; bem como a confecção de mapas⁸.

Para alcançarmos nosso objetivo geral, buscamos identificar e analisar as territorialidades e os conflitos territoriais presentes na comunidade estudada; levantar os costumes e práticas alimentares pretéritos e atuais das famílias da comunidade, identificando, de forma geral, que alimentos são/eram utilizados e como são/eram obtidos nesses dois momentos. O significado desses usos presente na memória dos moradores mais antigos e sua (re) significação atual. Assim intentamos mapear os elementos que conectam o modo de vida e a (in) segurança alimentar, focando na maior ou menor autonomia desses sujeitos; identificar continuidades e mudanças nas práticas produtivas e aquisição (extrativismo, troca, compra, etc.) dos alimentos, bem como as percepções sobre essas mudanças, sua relação com o ambiente e os bens naturais; além de identificar quais estratégias de manutenção e reprodução da vida estão presentes na comunidade, incluindo o acesso à políticas públicas. Esses guias ou objetivos específicos se dividiram então nos seguintes capítulos.

Em “Geo-grafando⁹ o Sapê do Norte”, capítulo dois, objetivamos traçar um panorama geral da região, situando seu contexto histórico-geográfico a fim de localizar a emergência e os sujeitos envolvidos no conflito territorial. No terceiro capítulo, “Territorialidades em conflito”, aprofundamos teoricamente no debate do território, contextualizando os tipos e processos que conformaram as territorialidades, os processos de territorialização, desterritorialização e

⁷ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

⁸ Os mapas feitos na pesquisa utilizaram software livre.

⁹ O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves nos atenta que geo-grafar significa grafar a terra, fazer leituras sobre nosso “estar no mundo” (2002).

reterritorialização envolvidos, bem como os elementos em jogo na trama de conflito e as estratégias de manutenção e reprodução da vida ou “*r-existência*”¹⁰ (PORTO-GONÇALVES, 2012) na comunidade.

Em “A questão alimentar em Angelim I”, quarto capítulo, abordamos a questão alimentar na comunidade, que envolve as mudanças nas práticas alimentares, sua relação com o território, nos remetendo assim às abordagens de segurança e soberania alimentar. Nesse sentido, perpassamos primeiramente pelo tema da segurança alimentar e nutricional, situando o histórico do debate no Brasil e no mundo, bem como o problema da insegurança alimentar e da fome nessas escalas. A partir daí seguimos para o debate da soberania alimentar, situando o Sapê do Norte.

Adentramos então nas mudanças das práticas alimentares na comunidade de Angelim I, sua dinâmica em termos de cultura e produção alimentar, e sua espacialidade a partir dos croquis produzidos. Finalizamos com reflexões acerca da relação entre território, bens comuns e soberania alimentar.

No quinto capítulo, buscamos abordar as considerações finais da pesquisa que acreditamos cumprem mais o papel de sistematizar as principais questões e problemas levantados dentro do estudo de caso, abrindo caminhos de investigação e reflexões sobre o tema.

¹⁰ Carlos Walter Porto-Gonçalves salienta que os povos e culturas e suas matrizes de racionalidade subalternizadas pela colonialidade do saber e do poder, ao entrarem em contato com os colonizadores e/ou opressores, não apenas reagem, mas reinventam sua existência a partir de um lugar epistêmico e geográfico (2012).

CAPÍTULO 2: GEO-GRAFANDO O SAPÊ DO NORTE

2.1. O Sapê do Norte

Nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, localizados no norte do - estado do Espírito Santo, há uma região popularmente denominada de *Sapê do Norte*, identificação feita por comunidades negras e camponesas e que abrange uma extensão territorial ao longo dos vales dos rios Cricaré¹¹ e Itaúnas.

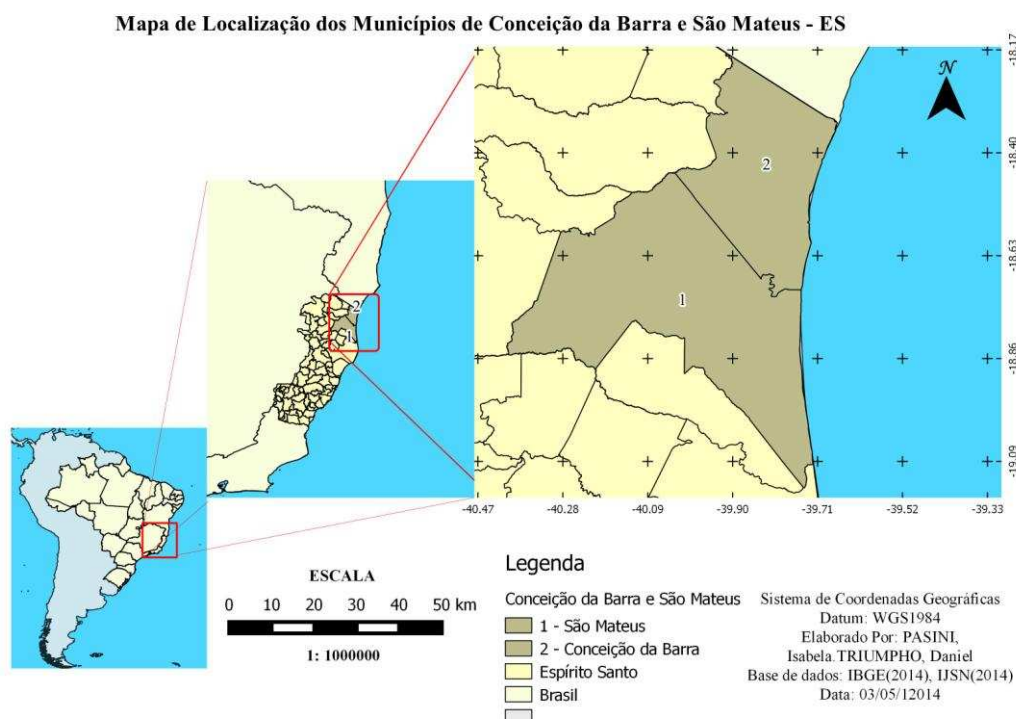
O nome Sapê do Norte é uma referência dessas comunidades à região, remetendo-o às suas características naturais. Segundo Ferreira,

em suas origens, o ‘*sapê*’ remete à vegetação encontrada no ‘*nativo*’, que acompanha as ‘*muçunungas*’ dos tabuleiros terciários, protegendo os afloramentos de água subterrânea. É pioneiro após a derrubada, queima e abertura de clareiras dentro da floresta tropical para a plantação das roças de mandioca. Se a roça não vem, é o sapê que desponta na terra, da mesma forma que o faz após a colheita. O *sapê* era o lugar ideal da ‘*solta do animal vacuum*’ – o gado - e junto da *floresta*, constituía o ‘*sertão*’, lugar do *uso comum e farto* da terra e demais atributos da natureza: criação de animal, caça, pesca, extração do barro e madeira, coleta de frutos, cipós e palhas (2009:2).

A região apresenta um conflito territorial histórico entre essas comunidades e as chamadas “firmas”, empresas que chegaram a partir da década de 1960 e modificaram as relações territoriais locais. A principal empresa protagonista deste conflito é a *Fibria*, antiga Aracruz Celulose, e seus monocultivos de eucalipto extensos que afetam visceralmente as cerca de trinta e duas *comunidades negras rurais* da região. Comunidades e monocultura ocupam um mesmo território, configurando uma relação de conflito territorial em decorrência da vigência de distintas racionalidades e lógicas de apropriação e uso do território.

¹¹ O rio *Cricaré* é “oficialmente” chamado de Rio São Mateus, no entanto é popularmente conhecido por Cricaré, nome original oriunda dos povos indígenas locais. Foi substituído por São Mateus em 1596 pelo jesuíta José de Anchieta (FERREIRA, 2009:18). Cricaré, nome original oriunda dos povos indígenas locais. Foi substituído por São Mateus em 1596 pelo jesuíta José de Anchieta (FERREIRA, 2009:18).

Mapa 1: Conceição da Barra e São Mateus - ES



As comunidades negras rurais ou terras de preto são referências à natureza das terras tradicionalmente ocupadas e que são utilizadas no Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombo pela Fundação Palmares, onde encontram-se os termos “*terras de preto, mocambos, comunidades negras, quilombos*, dentre outras denominações” (ALMEIDA, 1996).

Ocorre um desmembramento informal dos extensos domínios da grande plantação, que não é mais uma unidade de produção, senão uma constelação de pequenas unidades produtivas, autônomas, baseadas no trabalho familiar, na cooperação simples entre diferentes grupos domésticos, e no uso comum dos recursos naturais. As situações sociais designadas como terras de preto ou classificadas como “comunidades negras rurais” estruturam-se nos desdobramentos dessas transformações. (ALMEIDA, 1996: 19 *apud* FERREIRA, 2009:88).

A origem dessas comunidades do Sapê remonta à existência de uma sociedade colonial escravocrata (séculos XVI a XIX) e ao desenvolvimento de formas próprias de organização e apropriação da natureza, até meados do século XX. Ao longo desse período, essas comunidades permaneceram e transitaram na região,

mantendo suas atividades de criação de animais, roça e extrativismo, práticas de uso comum da terra e moradias.

Essa *situ-ação*¹² se deve, principalmente, ao fato da região permanecer fora do foco do governo federal e estadual por um período (pós-escravista), tendo em vista as dificuldades exploratórias geradas tanto pela floresta densa quanto pela resistência dos povos Botocudos¹³. Esse contexto dificultou a permanência de grandes latifundiários em detrimento de antigos escravos aquilombados, seja por doação dos senhores, seja por compra ou por uso - essas comunidades se estabeleceram, criaram e recriaram seus modos de vida (FERREIRA, 2009).

Estes grupos ocuparam extensas áreas nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus produzindo e reproduzindo seu patrimônio material e imaterial por meio da agricultura, dos etnosaberes ligados às práticas curativas, alimentação, artesanato, calendário religioso e festivo, bem como à preservação do patrimônio genético da Mata Atlântica (SILVA e CARVALHO, 2008: 90).

Esse contexto imprimia práticas materiais e apropriações imateriais feitas por essas comunidades no território, onde a terra era vista como “*terra à rola*”, em abundância, disponível para o trânsito e uso individual e comum. Após a Lei de Terras e a decadência das grandes fazendas, essas terras foram exploradas pelas comunidades, tendo em vista que “a transformação jurídica destas terras em ‘devolutas’ não foi acompanhada, de imediato, por sua apropriação privada, uma vez que até o início do século XX não representavam um grande atrativo ao capital” (FERREIRA, 2009:109).

O impulso “exploratório” veio com a atividade madeireira no início do século XX, incentivado pela crescente expansão urbano-industrial nacional, principalmente no sudeste, e pelos incentivos do estado em “ocupar” a região, que apresentava ainda nesse momento a presença densa da Mata Atlântica. Após o *boom* da madeira, chegaram as “firmas” ocupando as terras e iniciando seus plantios em larga escala, principalmente de eucalipto e cana de açúcar.

¹² Carlos Walter Porto-Gonçalves usa o termo “*situ-ação*” para salientar a ação no lugar (*situ*) que gera determinada localização, estado, disposição.

¹³ Botocudos é um nome genérico dado pelos colonizadores portugueses a diferentes grupos indígenas pertencentes ao tronco macro-jê, de diversas filiações linguísticas e regiões geográficas, que usavam em geral usavam botoques labiais e auriculares. Habitavam parte do sul da Bahia e as regiões do vale do rio Doce (ES e MG) e Vales do Mucuri e Jequitinhonha (MG) (MARINATO, 2007).

Os Planos de incentivos à silvicultura do Governo Militar (1964-1985) e de ocupação pelo governo estadual, conjugados à existência das terras de uso comum, transformadas em devolutas, e a ausência de documentação de propriedades da terra foram fatores que contribuíram para a especulação imobiliária e instalação das empresas de celulose na região.

A partir da chegada das “firmas” na segunda metade do século XX, essas famílias, que ocupavam essas terras com moradia, terreiros e terras comunais, foram *imprensadas*, termo utilizado pelos moradores para se referir ao cerceamento espacial e de suas condições de existência física e social. Por um lado, esse processo gerou um grande êxodo, provocando a saída de muitos moradores da região, com o intuito de buscar outras possibilidades de vida.

Por outro lado, os moradores que permaneceram foram, ao longo do tempo, procurando formas de *r-existir*. Uma das formas foi buscar o trabalho assalariado, seja na cidade, seja nos plantios das próprias *firmas* ou de fazendeiros locais. Outra forma encontrada e muito difundida na região foi a extração e uso do resíduo do eucalipto para a produção e venda do carvão vegetal. A atividade do *facho*, como chamada pelos moradores em consonância com o *facho* de lenha colhido na mata para uso nos fogões, foi se tornando uma das principais alternativas para as famílias, à medida que seu território ia diminuindo e a escassez aumentando.

Os efeitos da *des-re-territorialização* dessas comunidades gerou uma diferente lógica na produção, criação, extração e consumo de alimentos. O terreiro se torna o principal lugar da produção, constituindo o lugar de plantio, criação e dos fogões à lenha e casas de farinha. As práticas de extração, criação e plantio são drasticamente reduzidas, afetando a autonomia para escolha e obtenção do alimento. Com o tempo, as comunidades vão perdendo sua *soberania alimentar*, ou seja, seu direito de definir e exercer suas estratégias de produção, extração, distribuição e consumo de alimentos (MALUF, 2007).

Ao final do século XX e início do século XXI, essas comunidades foram se apropriando das recentes conquistas legais e sociais no que a tange seus direitos enquanto afrodescendentes, e enquanto *comunidades remanescentes de quilombo*, gerando uma acentuação do conflito e da luta pelo território. A Constituição Federal de 1988- em seu artigo 68 das Disposições Transitórias, reconhece o direito territorial, concedendo a propriedade definitiva dessas terras aos “remanescentes das

comunidades dos quilombos”. Fruto da luta do movimento negro nacional, a Constituição também reconhece a cultura afrobrasileira como patrimônio nacional:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, - indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Esse reconhecimento constitui-se em um grande avanço, mas o aparato político-jurídico que viabiliza de fato o reconhecimento desses territórios é estabelecido a partir da *Convención Internacional sobre Pueblos Indígenas y Tribales* de 1989 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que institui o princípio da *autoatribuição* como elemento-chave para o reconhecimento e regularização territorial desses grupos. A Convenção 169 foi ratificada pelo Congresso Nacional em 20.06.2002 por meio do Decreto Legislativo n.º143, entrando em vigor em 25 de julho de 2003. A partir de então, foi estabelecido o processo de identificação, reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios quilombolas pelo Decreto 4.887, em 20 de novembro de 2003, além de ordenado seu cumprimento pelo Decreto 5.051, em 19 de abril de 2004. Cabe à Fundação Palmares, ligada ao Ministério da Cultura, o reconhecimento dessas comunidades, e ao INCRA o processo de regularização territorial e jurídica de seus territórios.

A partir desse processo, as *terras de preto* ou *comunidades negras rurais* vão se identificando e afirmando enquanto comunidades remanescentes de quilombos, processo esse de apropriação dos direitos e resignificação identitária. A luta territorial e a resignificação identitária vão se configurando de acordo com as diferentes realidades e sujeitos, seguindo a dinâmica de conflitos e de relações sociais, em sua maioria marcadas por assimetrias e relações desiguais de poder, e

sempre de modo contrastivo, sobretudo em decorrência de diferentes visões acerca dos usos do território.

No caso do Sapê do Norte, esse processo se iniciou, segundo Ferreira (2009), principalmente no final da década de 1990 e início dos anos 2000, com a inserção das comunidades na *luta* contra a empresa Aracruz Celulose¹⁴. Essa inserção na *luta* se deu através da participação na Rede Alerta Contra o Deserto Verde¹⁵, que envolvia diversos sujeitos sociais, como a Fase¹⁶-ES, a Associação de Geógrafos Brasileiros - ES, a Brigada Indígena, os indígenas Tupiniquim e Guaraní dos municípios de Aracruz (também impactados territorialmente pela mesma empresa de celulose), entre outros. Logo, as comunidades se articularam e se organizaram na Comissão Quilombola do Sapê do Norte, criada em 2005.

Como vemos, as distintas territorialidades conformam um conflito de cunho essencialmente territorial, que adquire características específicas correspondentes ao momento histórico-geográfico.

2.2. Na Colônia e no Império

A ocupação colonial na província do Espírito Santo concentrava-se principalmente abaixo do Rio Doce¹⁷. O norte do Espírito Santo caracterizava-se por um povoamento de poucos núcleos urbanos e algumas fazendas escravistas, em meio a grandes florestas habitadas pelos povos indígenas que resistiram à invasão de seus territórios até o início do século XX.

O vale e os “sertões” do Rio Doce eram considerados como uma região com forte presença indígena de etnias consideradas “arredias” ao contato. Nessas terras, habitavam etnias denominadas como *tapuias* pelos colonizadores, que se referiam

¹⁴ Diversos estudos trataram dos impactos da Aracruz Celulose no Espírito Santo sobre povos tradicionais, como: MARACCI (2008), SILVA (2012), VIEIRA (2012), FERREIRA (2002; 2009).

¹⁵ A Rede Alerta Contra o Deserto Verde surge no Espírito Santo no final da década de 1990, com o intuito de combater a expansão das plantações de eucaliptos da Aracruz e de outras empresas.

¹⁶ Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

¹⁷ O Rio Doce nasce no município de Rio Doce (MG) e corta o estado do Espírito Santo ao meio, no sentido oeste-leste, chegando ao município litorâneo de Linhares (ES), especificamente na praia de Regência, aonde se situa sua foz.

aos “inimigos”, povos que se mostraram resistentes desde os primeiros contatos e procuraram o afastamento das áreas colonizadas. A denominação Tupi, por outro lado, se referia aos “aliados”. Os Aimorés e outras etnias presentes no norte do estado, que foram classificadas genericamente como Botocudos, estavam entre os “inimigos” *tapuias* (MARINATO, 2007). Os *Tapuias* são evocados na memória de alguns moradores mais antigos do Sapê do Norte, que os diferenciam entre os *tapuias vermelhos* e os *tapuias pretos*¹⁸, sendo uma referência comum àqueles “que viviam no meio do mato” (FERREIRA, 2009:66).

A presença indígena e a mata densa foram, inclusive, relatadas por vários estrangeiros, incluindo o naturalista canadense Charles Frederick Hartt, que esteve aqui entre 1865 e 1867. Ele afirma que a oeste de São Mateus, existe “uma floresta habitada por selvagens e muito inexplorada”, sendo uma planície “coberta de árvores de boa madeira em sua maior extensão, especialmente nas encostas”. Em Itaúnas, nota que “os terrenos baixos entre as ribanceiras e a costa são na maior parte providos de árvores de boa madeira. Toda região entre Itaúnas e o Mucuri é coberta de matas” (HARTT [1865-1867] *apud* BORG, ROSA e PACHECO, 1996:31/32).

Além da resistência indígena e da Mata Atlântica adensada, outro aspecto que contribuiu para a não ocupação colonial efetiva no norte foi o controle sobre a exploração mineral nos “sertões”, áreas interioranas do território. O Rio Doce era um dos principais meios de acesso às Minas Gerais e a Coroa Portuguesa traçou uma estratégia de traçar “áreas proibidas”, impedindo a construção de estradas. Essa área compreendia o “espaço coberto pela floresta tropical, que se estendia entre as áreas povoadas da região central de Minas Gerais e o litoral do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia” (ESPÍNDOLA, 2008:70 *apud* FERREIRA, 2009: 49). Além do Rio Doce, o próprio Rio Cricaré (São Mateus) foi “fechado” para navegação em seu interior, gerando, segundo Russo, um maior isolamento e facilitando a presença dos Botocudos na região por todo o século XIX (2009: 118).

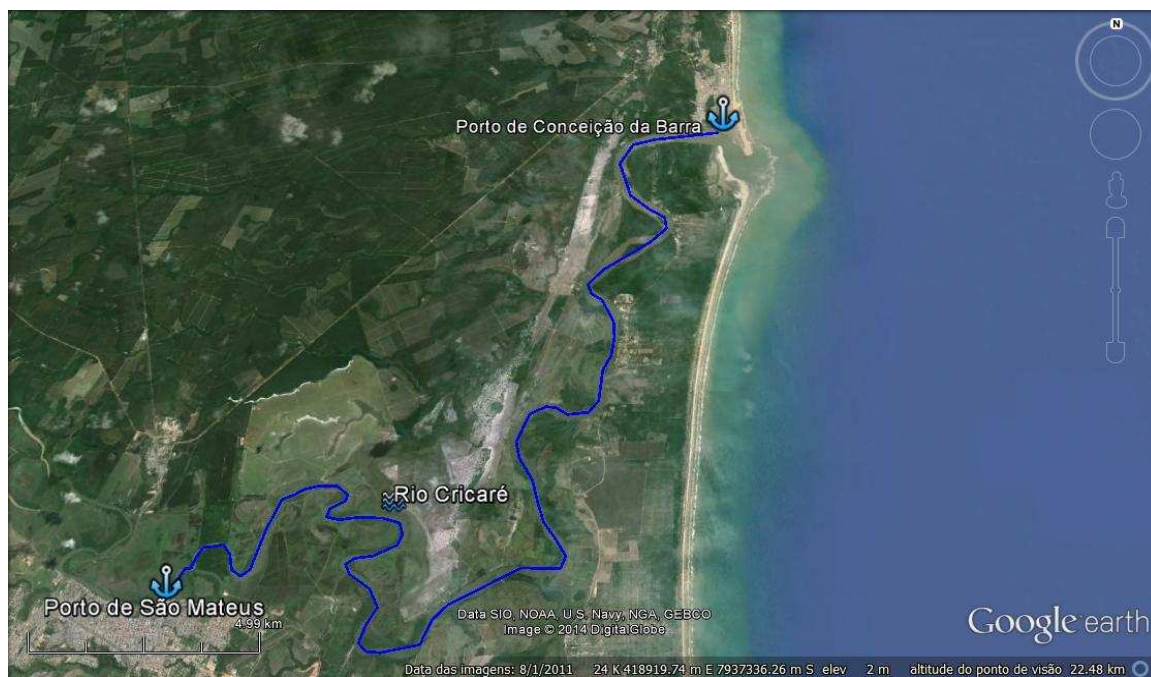
A área portuária do Rio Cricaré desempenhava um papel importante para a região de São Mateus neste período colonial- o de ponto de chegada de grandes contingentes de negros escravizados e de entreposto comercial, tanto na rota

¹⁸ Aqui podemos identificar que a denominação era direcionada na região aos não-submissos que se “metiam no meio do mato”, se referindo aos vermelhos (indígenas) e aos pretos (quilombolas).

internacional – África, quanto para a rota nacional- de Porto Seguro ao Rio de Janeiro. “O porto funcionava como entreposto natural da produção regional destinada a Vitória, ao comércio com a Bahia e com a capital da Colônia, instalada no Rio de Janeiro desde 1763” (RUSSO, 2009:117).

Esse porto de característica fluvial, localizado na Vila de São Mateus (atual município de São Mateus) constituía, juntamente com o porto da Barra de São Mateus (atual município de Conceição da Barra), localizado na sua foz, uma espécie de complexo portuário, onde este último conformava a entrada e saída para o Oceano (*idem, ibidem*). Considerando ambos os portos, “o rio Cricaré configurava-se nesta época como a mais importante via comercial da região, posição que perdurou até o início do século XX, quando grande parte de seu movimento passou a ser transferido às estradas terrestres” (FERREIRA, 2009:44).

Imagem 1: Localização do Porto de São Mateus e de Conceição da Barra



Elaboração: Autoria Própria. Fonte: GoogleEarth

A entrada de escravos pelo porto, considerado o quinto maior mercado de escravos do país (CQSP, FASE, 2011:12), tinha origem na África, Porto Seguro e Rio de Janeiro. No século XIX, com a proibição do tráfico negreiro, Lei Eusébio de Queirós (1850), o porto de São Mateus ganhou ainda mais importância estratégica

para o tráfico negreiro, considerando que o local não era tão visado como os portos de Salvador e do Rio de Janeiro.

A situação geográfica do Porto de São Mateus – fluvial, não costeiro e mais interiorizado, relativamente distante dos olhos do Império, que se encontravam nos centros do poder colonial, como Salvador e Rio de Janeiro – teria sido favorável ao abrigo dessa clandestinidade. Ao mesmo tempo, a meio caminho entre a Bahia e o Rio de Janeiro, o longo vale do rio Cricaré constituía-se como verdadeira estrada natural de penetração no território, facilitando a saída clandestina de ouro das Minas Gerais. Esse contexto transformou a região de São Mateus numa importante referência do comércio colonial de escravos e farinha de mandioca durante todo o século XIX (FERREIRA, 2009: 39).

A mão de obra escrava era utilizada nas grandes fazendas da região e uma das principais famílias que detinha o domínio das terras da região, fruto das doações das sesmarias pela Coroa Portuguesa, era a família Cunha, que foi uma das principais produtoras de farinha de mandioca, além de outros alimentos, como o açúcar e o café. É dessas terras que surge a maioria das comunidades negras rurais do *Sapê do Norte* (FERREIRA, 2009).

Além das famílias escravocratas, a Igreja se apresentava também como detentora de um bom número de escravos africanos, muitos frutos de doações dos proprietários de escravos, o que pode induzir à consideração de que detinham grande quantidade de escravos (CUNHA, 1994:31 *apud* RUSSO, 2009:123). De acordo com dados de 1852, a família Cunha apresentava o maior número de escravos, totalizando 300, enquanto o segundo maior detinha 91 escravos e o terceiro maior, 42 escravos (FERREIRA, 2009:53).

Podemos perceber o panorama populacional geral da Vila de São Mateus, porto de entrada e ponto de venda dos negros na região, a partir dos dados abaixo referentes ao início do século XIX, levantados a partir da *Memória Estatística da Província do Espírito Santo de 1828*¹⁹.

¹⁹ Levantamento feito no contexto do *Projeto Territórios Quilombolas no Espírito Santo* (anteriormente citado) e organizado pela da historiadora Franciele Marinato.

Tabela 1: População da Vila de São Mateus – 1824 e 1827

Anos	Branços		Índios		Pretos e Pardos Livres		Pretos e Pardos Cativos		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	
1824	500	603	241	270	476	565	1.535	1.119	5.309
1827	472	475	393	390	789	700	1.561	1.466	6.246

Fonte: Vasconcellos, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no anno de 1828*. Vitória: APE-ES, 1977. Pesquisa e organização da historiadora Franciele Marinato *apud* FERREIRA (2009: 46). Adaptação da autora

Relevando-se toda a problemática que envolve esse tipo de levantamento naquela época, entendemos que este quadro, ainda assim, nos traz uma ideia sobre o panorama da população local naquele período. Agregamos os dados referentes aos pardos e negros por entendermos que ambos possuem origem comum e que tal distinção é bastante relativa à pessoa que classifica²⁰. Ainda podemos considerar essa relativização em relação à classificação como índio.

De qualquer modo, quando somamos a população negra e parda, em 1824 esta corresponde a 70 % da população e em 1827, a 73% da população total. A população denominada “índios” corresponde a respectivamente cerca de 10% e 12% da população. Já a população branca, em 1824, correspondia a 20%, e em 1827, a 15%. Além disso, 72% dos pardos e negros eram escravizados em 1824 e 67% em 1827, correspondendo a respectivamente 50% e 48% da população total.

Podemos assim aferir que a população de origem negra era a maioria. Essa foi uma característica estruturante da população dessa região. Um modo de perceber a permanência dessa influência é a partir dos dados censitários atuais²¹.

²⁰ Partimos do pressuposto de que a classificação da população de acordo com cor e raça é um tipo de construção social que abarca relações de poder. No caso dos “pardos”, há grandes controvérsias sobre a existência de uma classificação correspondente à miscigenação do ponto de vista social. Munanga aponta que esse tipo de classificação é realizado através de categorias cognitivas que advêm da história da colonização e que apresentam conteúdo mais ideológico do que biológico. Consultar: MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidades nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

²¹ Dados de 2010 apontam que, no Espírito Santo existem pouco mais de 2 milhões de negros, representando cerca de 57% da população total, sendo o estado da região sudeste com maior porcentagem de população negra. Em relação à população de Conceição da Barra e São Mateus, os índices correspondem a 75% e 70% respectivamente, conformando 49% da presença negra do estado. A região administrativa onde estão inseridos esses municípios- litoral norte- é a região do ES que

No século XIX, a inserção da região na economia brasileira se intensificou a partir do aumento da demanda externa por farinha de mandioca, tornando essa região uma das maiores produtoras da época, conservando-se tal atividade com menor abrangência e quantidade até os dias atuais. Os territórios das comunidades negras rurais apresentam várias casas de farinha e muitas delas ainda ativas. Há uma ligação histórica direta entre a população negra local e a farinha de mandioca.

De fato, a farinha de mandioca produzida nas *casas de farinha* ou *bulanderia* constituía-se no principal produto feito e exportado pela região do Sapê do Norte no século XIX. Segundo Russo, durante todo o período Imperial, São Mateus foi considerado o maior produtor de farinha de mandioca da Província do Espírito Santo e também um dos mais importantes da costa brasileira, além de ter certa representatividade na embrionária produção cafeeira da Província (2009:117).

Além das fazendas produtoras, um quilombo na região se destacava pela alta produtividade de farinha. De acordo com Aguiar, o quilombo de Sant'Anna²², liderado por Negro Rugério, foi considerado o maior produtor de farinha da região “chegando a possuir cerca de uma dúzia de Casas de Farinha, numa produção que chegava a aproximadamente cinquenta sacas por dia” (1995:16 *apud* FERREIRA, 2009: 83).

A produção da farinha encontra seu auge no século XIX, apresentando queda durante o final do mesmo século devido ao contexto do processo abolicionista e do aumento produtivo do café. Além de servir de alimento para o Império, para as fazendas monocultoras e para os navios, a farinha também servia como moeda de troca na compra de escravos do continente africano (ALENCASTRO, 2000). Em comparação aos demais elementos produzidos nas fazendas (café e açúcar), a farinha era a mais produzida em quantidade total (arrobas) e em número de estabelecimentos.

apresenta a maior proporção de negros em relação à sua população total- correspondendo a 65%. Somando negros e pardos, essa parcela da população corresponde a 51% do total no RJ, a 53% em MG e a 34% em SP, de acordo com os dados censitários de 2010. Fonte: Sidra, IBGE.

²² Atualmente, Sant'Anna é um bairro periférico da cidade de Conceição da Barra.

Tabela 2 – Produção de farinha de mandioca na Vila de São Mateus e Barra de São Mateus – 1852, 1873 e 1885

	1852	1873	1885
Vila de São Mateus	91.620 arrobas (aprox. 1.346.814kg) 2	119.553 alqueires (aprox. 2.032.401kg) 3	3.069.985kg
Barra de São Mateus	81.900 arrobas (aprox. 1.203.930kg)	64.312 alqueires (aprox. 1.093.304kg)	1.136.270kg

Fonte: APE-ES. *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo* José Bonifácio Nascentes d'Azambuja (20/05/1852). *Relatório do Presidente da Província* Luiz Eugenio Horta Barbosa (29/04/1874). *Relatório do Presidente da Província* Antonio Joaquim Rodrigues (22/10/1885). Pesquisa da historiadora Franciele Marinato. – Adaptado pela autora.

Tabela 3: Gêneros de lavoura produzidos e exportados em São Mateus e Barra de São Mateus – 1852

		Nº. de estabelecimentos	Força de trabalho		Produção anual	
			Escrava	Livre	Arrobas	Kg
Vila de São Mateus	Farinha	139	1.163	295	91.620	1.346.814
	Açúcar	5	16	344	7.900	116.130
	Café	2	3	37	800	11.760
Barra de São Mateus	Farinha	105	309	355	81.900	1.203.930
	Açúcar	13	54	465	24.050	353.535
	Café	1	-	-	500	7.350

Fonte: APE-ES *apud* FERREIRA (2009). Adaptação da autora.

Tabela 4: Produção e exportação de farinha e café- 1852/1873/1885 em Vila de São Mateus e Barra de São Mateus

	Produto	1852	1873	1885
Vila de São Mateus	Farinha	1.346.814 kg	2.032.401 kg	3.069.985 kg
	Café	11.760 kg	160.171 kg	452.222 kg
Barra de São Mateus	Farinha	1.203.930 kg	1.093.304 kg	1.136.270 kg
	Café	7.350 kg	73.029 kg	39.595 kg

Fonte: APE-ES *apud* FERREIRA (2009). Adaptação da autora.

Ao avaliar essa produção e exportação de farinha, Ferreira aponta que o auge produtivo da farinha na região de São Mateus se deu na década de 1870, apresentando um declínio na década seguinte. O auge estaria ligado ao contexto de recuo da produção de farinha pela Província da Guanabara, que nesse momento

voltava-se para a produção de café, somado à continuidade da demanda africana pela farinha, fazendo com que a região suprisse essa demanda.

A queda subsequente, por sua vez, relaciona-se ao processo de extinção da escravidão, iniciado gradativamente com a proibição do tráfico negreiro pela Lei Eusébio de Queirós (1850) e terminado com a Lei Áurea (1888). O término da escravidão “oficial” destituiria a farinha como moeda de troca e alimentação entre os dois continentes (ALENCASTRO, 2000) e refletiria na produção na região. Concomitantemente, numa proporção menor, a década de 1880 demonstra um aumento na produção e exportação do café na Vila de São Mateus, influenciado aparentemente pela expansão da atividade no eixo Rio - São Paulo (FERREIRA, 2009: 48/9).

2.3. Século XX: A chegada das “firmas”, o conflito, a des-re-territorialização

No início do século XX, houve algumas políticas de incentivo à exploração madeireira nas bacias do rio Itaúnas e do rio Cricaré, através da concessão de terras pelo governo estadual. A concessão à iniciativa privada teria como contrapartida um plano de ocupação. Nessa altura, a região era considerada como “vazia” pelo poder público, tornando as comunidades negras e indígenas invisibilizadas frente ao Estado. De acordo com Ferreira,

A ideologia dos “espaços vazios” permeia a justificativa para a implementação de profundas alterações que visem a “efetiva ocupação” destes espaços. Neste ínterim, o que se verifica é a produção da invisibilidade de certos atributos deste espaço, em detrimento de outros que indiquem potencialidades para determinado caminho de *des-envolvimento* econômico. (...) Em fins do século XIX, com a extinção da escravidão e a decadência progressiva das fazendas produtoras da farinha de mandioca no norte do Espírito Santo, a ideologia dos “espaços vazios” passava a salientar a necessidade de ocupação e *des-envolvimento* desta região sob novas bases (2009:90).

Esse incentivo estava ligado tanto ao impulso da indústria madeireira do eixo Rio-São Paulo, quanto à estratégia de ocupação do estado na região do norte do Rio Doce pelo governo espírito-santense. Uma das principais famílias do setor madeireiro a receber esse “subsídio” do estado foi a família fluminense Donato, que recebeu 10.000 hectares de terra coberta de Mata Atlântica e anos depois, criou em

Barra de São Mateus (atual município de Conceição da Barra), a *Companhia Industrial de Madeiras da Barra de São Mateus* (FERREIRA, 2009: 91).

Essa exploração se fez mais presente principalmente no pós-guerra, quando houve um aumento da demanda de carvão vegetal para o então processo de industrialização e urbanização nacional, concentrado na região centro-sul do país. No momento, a siderurgia e a construção de linhas férreas, dentre elas a ferrovia Vitória-Minas, demandavam crescentemente o carvão vegetal e as regiões de florestas eram estratégicas, sendo valorizadas e visadas. O Jequitibá e a Peroba eram as madeiras mais procuradas e exploradas.

Os desmatamentos realizados pela exploração da madeira, a construção de estradas como a BR-101, a construção da ponte sobre o rio Doce em Linhares (década de 1950) e a formação e adensamento de novos povoados iniciaram um novo período de transformações da paisagem e dinâmica local.

O extraordinário crescimento urbano-industrial do Rio de Janeiro a partir da década de 1930, e acentuado durante a 2ª. Guerra Mundial, veio completar o estímulo necessário, fornecendo capitais para a abertura da região e mercado para sua madeira. A expansão rodoviária, que acompanhou a implantação da economia industrial, favoreceu ainda a atividade madeireira. [...] Com efeito, a atividade mais atraente e lucrativa, que não cria os riscos da natureza e possuía mercado certo no exterior e no Rio de Janeiro, era a da exploração da madeira e da especulação de terras subsequente a essa exploração, únicas capazes de atrair os capitais do Rio de Janeiro e até de São Paulo. Os capitalistas do núcleo, aliás, eram os únicos com condições de abrir as estradas necessárias ao escoamento de uma matéria-prima que era obtida cada vez mais longe, e de transportá-la em caminhões próprios (BECKER, 1973:44 *apud* FERREIRA, 2009:94).

Nesse momento, a conjuntura político-econômica nacional, influenciada pela internacional, era baseada na busca pelo “progresso”, “desenvolvimento” e crescimento. A ausência de uma rede nacional de transportes em um país de dimensões continentais, junto ao impulso da indústria automobilística, demandava um esforço de planejamento e intervenções no setor rodoviário por parte do Estado. Os governos de Vargas (1937-1945/1951-1954) buscam então impulsionar a indústria siderúrgica e logo depois a do petróleo, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Companhia Vale do Rio Doce e, na década de 1950, a Petrobrás. O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) dá continuidade,

buscando atrair o capital externo e criando condições e incentivos para a instalação das empresas multinacionais.

Nas décadas de 1950 e 1960, intensifica-se o processo de valorização das terras, quando do início dos plantios de eucalipto na região, sendo parte desse plantio ligado às empresas ACESITA e Companhia Vale do Rio Doce, voltadas para a produção de carvão vegetal, e à Ouro Verde, voltada à produção de celulose.

Em 1967, a então Aracruz Florestal inicia sua produção no município de Aracruz- ES; em 1972 a empresa transforma-se em Aracruz Celulose e expande seus cultivos em 1975 para os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, buscando aumento da produção para a exportação da celulose (FERREIRA, 2009). Os incentivos do Estado ao plantio de eucalipto, através do Programa Nacional de Papel e Celulose vinculado ao II Plano Nacional de Desenvolvimento do governo Geisel, na Ditadura Civil-Militar na década de 1970, através da Lei de Incentivo Fiscal e do Novo Código Florestal²³, bem como a predominância da falta de titulação das propriedades da terra, fizeram com que o norte do estado fosse estratégico para instalação da empresa e de seus monocultivos. A cana vem na década de 1980 incentivada pelo Proálcool com as empresas locais Álcool de Conceição da Barra (Alcon) e Destilaria de Itaúnas S.A (Disa), que acentuam o processo de escassez da terra e biodiversidade.

A partir daí, o monocultivo de eucalipto se espalha pela região e promove mudanças na paisagem e nos usos da terra. As comunidades negras rurais começam a perder seus espaços anteriormente apropriados, limitando seus modos de vida. Segundo o relatório do Ministério Público Federal, desenvolvido pela antropóloga Angela Maria Baptista,

Existiam aproximadamente dez mil famílias distribuídas em mais de cem comunidades remanescentes de quilombos²⁴ usufruindo de um território rico em recursos naturais e necessários à reprodução de seu modo de vida baseado nas relações de parentesco, vizinhança e reciprocidade. Plantavam, pescavam, coletavam, caçavam, criavam animais de forma

²³ O apoio se deu no nível da união através do Novo Código Florestal, lei 4771/65 e lei 5106/67, que dava isenção de tributos às florestas plantadas. Em 1967 ainda é criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, órgão responsável pela gestão produtiva “florestal”.

²⁴ Audiência Pública nº 0439/03, realizada em 17/05/2003 na Assembleia Legislativa do ES.

extensiva em terras de uso comum, sem cercas. As terras eram assim, apropriadas de forma coletiva com roças familiares (BAPTISTA, 2006:2).

A existência dessas famílias que não apresentavam título da terra “facilitou” a apropriação destas pelas empresas. Consideradas como terras devolutas, foram ocupadas pelos eucaliptos e sendo requeridas pela Aracruz Celulose. Ainda segundo Baptista,

Muitos dos ocupantes tradicionais que possuíam a documentação, mas não requereram suas terras ao Estado, foram expulsos. Por pressão, muitos que requereram as terras foram ludibriados e forçados a venderem suas posses para funcionários da Aracruz que requeriam em nome próprio a gleba de terra ao Estado, que as legitimava em seus nomes, e depois, estes transferiam essas áreas para a empresa Aracruz Celulose (*idem, ibidem*).

O conflito territorial foi se intensificando cotidianamente à medida que os eucaliptos e a empresa iam se fazendo presentes nas comunidades. Uma parte marcante dessa chegada da empresa foi a ação dos tratores de esteira, os “correntões”, que derrubavam a mata nativa da região para o plantio de eucalipto.

A crescente ocupação pelos eucaliptos e a mercantilização das terras foi gerando o processo de *imprensamento* dessas famílias, categoria que caracteriza a situação e sensação de estarem espremidos entre os eucaliptos, pois tiveram de recuar na extensão e dinâmica de uso da terra, ocupando pequenas porções. Esse processo gerou um grande êxodo local. Segundo estimativa da Comissão Quilombola, 12 mil famílias habitavam o Sapê do Norte antes da década de 1970 (CQSP, FASE, 2011)²⁵, (BRASIL, 2009; CALAZANS, 2009) e atualmente resistem apenas 1.200 famílias (CQSP; FASE, 2011; CALAZANS, 2009). Se computarmos uma média de cinco²⁶

²⁵ Esse panorama de habitantes pré e pós-firma é uma estimativa e varia. Em um parecer do Ministério Público Federal (BAPTISTA, 2006), o número de antigos moradores chega a 10 mil famílias distribuídas em 100 comunidades e o de atual é de 1.200 em aproximadamente 34 comunidades. Ou ainda, 1.500 famílias atualmente, segundo o Relatório da Comissão Especial de Acompanhamento e Apuração de Denúncias relativas à Violação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) nas comunidades quilombolas Sapê do Norte (BRASIL. CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, 2009. 15p.).

²⁶ A Pesquisa “Territórios Negros: Quilombos do Sapê do Norte” aponta que em 2005 havia a média de 4 integrantes por família nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra e que essa média é acompanhada de uma desestruturação familiar (KOINONIA, 2005:55). A geração pré-década de 1960 vivenciava uma realidade de muitos integrantes por família. Sendo assim, optamos pela referência de 5 integrantes por família para fazer essa estimativa geral pré e pós década de 1960.

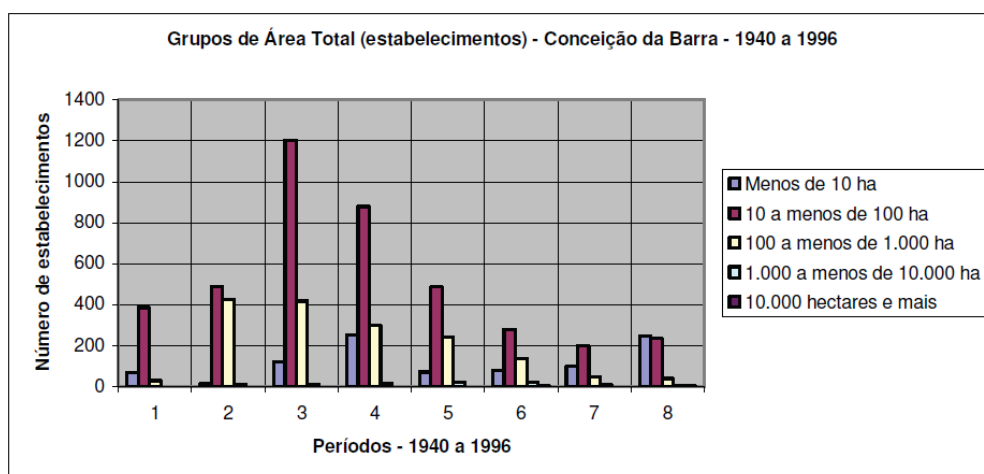
pessoas por família, chegamos a cerca de 60 mil quilombolas antes da década de 1960 e atualmente há cerca de seis mil quilombolas.

De qualquer forma, devemos considerar que nessas comunidades, praticamente não havia relação direta com o Estado, mesmo no caso de registros de pessoas, seja pelos Censos e também pela dificuldade de informação e acesso a registros de nascimentos, considerando as gerações mais antigas. O destino dessas famílias foram as áreas urbanas dos municípios de Conceição e São Mateus e também da grande Vitória. Na capital algumas comunidades de periferia apresentam nomes de santos devotos do povo do Sapê do Norte, como o Morro São Benedito.

Dois tipos de dados nos ajudam a compreender essas mudanças no domínio rural dessas regiões. Os referentes ao tamanho e quantidade de propriedades (área e estabelecimentos), que nos ajudam a ver o processo de concentração da terra, e os referentes ao tipo de uso do solo, que nos ajudam a interpretar as mudanças quanto às atividades produtivas.

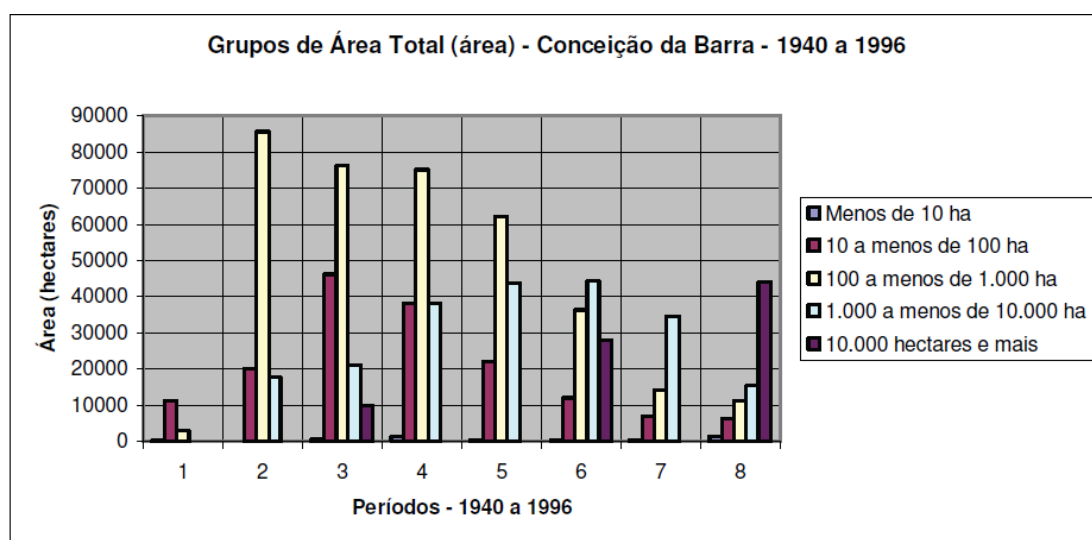
Sobre o processo de concentração de terra nestas décadas, Ferreira (2009) aponta os dados referentes aos municípios de Conceição da Barra e São Mateus a partir dos Censos Agropecuários. Mostrando a relação entre o número dos estabelecimentos agropecuários (qualificados pelo tamanho) e suas respectivas áreas, a geógrafa demonstra que houve com o passar das décadas o aumento do número de médios e grandes estabelecimentos e o total de sua área ocupada nos municípios.

Gráfico 1: Número de Estabelecimentos de acordo com Grupos de Área Total - Conceição da Barra – 1940 a 1996



Fonte: IBGE. *Censos Agropecuários*. Pesquisa e organização: FERREIRA, 2009.

Gráfico 2: Área de Estabelecimentos de acordo com Grupos de Área Total (área)- Conceição da Barra – 1940 a 1996



Fonte: IBGE. *Censos Agropecuários*. Pesquisa e organização: FERREIRA, 2009.

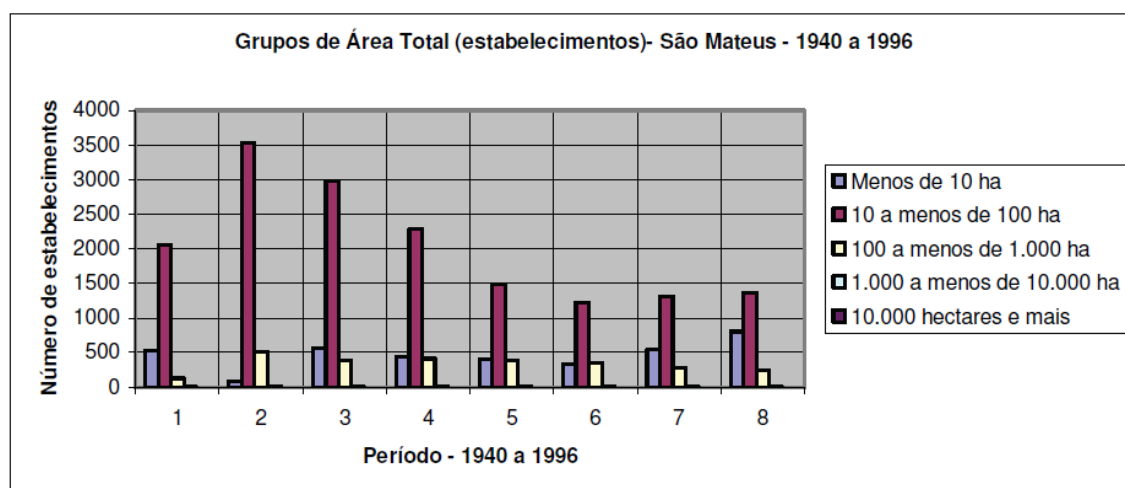
Em Conceição da Barra, vemos que há o aumento do número de estabelecimentos, pequenos e médios²⁷ no período da instalação dos monocultivos, décadas de 1960 e 1970, processo este que pode ser entendido a partir da

²⁷ No Brasil, o Sistema Nacional de Cadastro Rural faz a seguinte definição: pequena propriedade: imóvel rural de área compreendida de um a quatro módulos fiscais; média: imóvel rural superior a quatro e até 15 módulos fiscais; grande: imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais. O módulo fiscal varia de acordo com o município. Tanto em Conceição da Barra como em São Mateus, ele corresponde a 20 hectares. Sendo assim, pequeno é o estabelecimento de 20 a 80 hectares, médio é superior a 80 até 300 hectares, e grande é acima de 300 hectares.

intensificação das subdivisões e regularização das terras camponesas, com o auge em 1970, em decorrência do início da chegada da empresa.

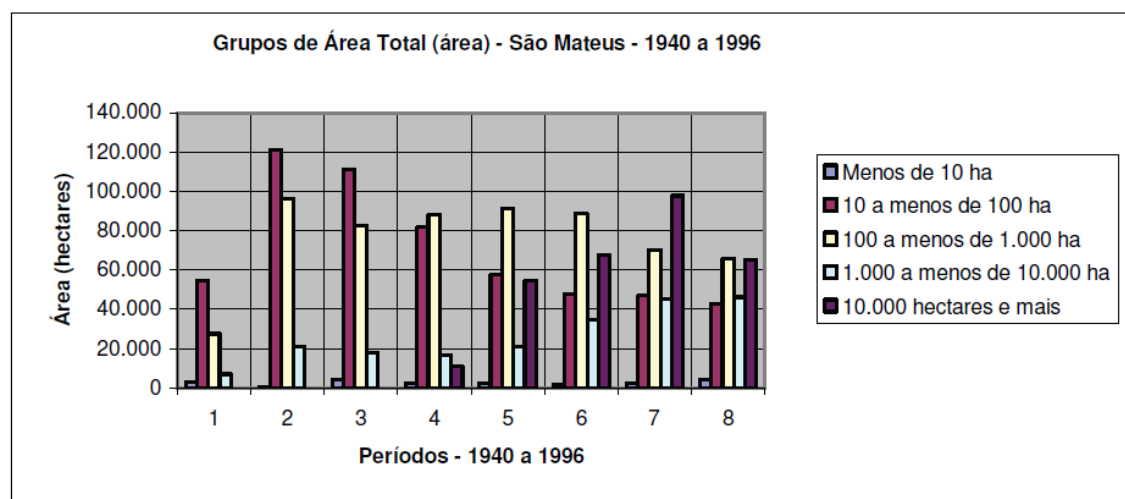
Apesar de quantitativamente inferior, os grandes estabelecimentos (maiores de 300 ha) ocupam a maior área do município, sendo que os de até 100 hectares vão diminuindo a área ocupada a partir da década de 1970.

**Gráfico 3: Número de Estabelecimentos de acordo com Grupos de Área
Total - São Mateus – 1940 a 1996**



Fonte: IBGE. *Censos Agropecuários*. Pesquisa e organização: FERREIRA, 2009.

**Gráfico 4: Área de Estabelecimentos de acordo com Grupos de Área
Total - São Mateus – 1940 a 1996**



Fonte: IBGE. *Censos Agropecuários*. Pesquisa e organização: FERREIRA, 2009.

Já em São Mateus, ao longo das décadas, há a diminuição da quantidade de estabelecimentos entre 10 e 100 hectares, que abrangem principalmente as pequenas propriedades. Em relação à área ocupada, há o crescimento da área dos estabelecimentos acima de 10.000 hectares e pelos de 1.000 e 10.000 hectares (grandes propriedades), concomitantemente à diminuição da área ocupada pelos estabelecimentos entre 10 e 100 hectares, onde se encontram as pequenas propriedades.

Esses dados nos ajudam a perceber a relação entre a entrada da Aracruz Celulose na região e sua aquisição de terras para o plantio de eucalipto, bem como os dois caminhos principais de reação da população local – busca pela regularização ou saída da terra. O processo de concentração da terra foi acompanhado por casos de grilagem, coerção e ameaças aos moradores, pela falta de informação e de recursos de muitos para a requisição e regularização da terra e pela invisibilização do Estado em relação a estas comunidades, caracterizando grande parte das terras de uso comum ocupadas por elas como terras devolutas²⁸.

Se olharmos para a atual estratificação fundiária desses municípios, não vemos muita diferença em relação à tendência anteriormente demonstrada. Percebemos que a maior quantidade de estabelecimentos são os minifúndios.

Quadro 1: Estrutura Fundiária (nº. de estabelecimentos) - Conceição da Barra (ES)

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Conceição da Barra	523	218	76	40	857

Fonte: INCRA, 2011 *apud* INCAPER, 2011.

Apesar de quantitativamente maior em número, as pequenas propriedades ocupam uma área muito pequena em relação às grandes, demonstrando a concentração de terras. De acordo com o Estatuto da Terra de 1964, o minifúndio é a porção de terra que é menor que o módulo rural, que no caso de Conceição da Barra é de 20 hectares. Sendo assim, a maior quantidade das propriedades do município

²⁸ Retornaremos a este ponto adiante.

corresponde a estabelecimentos menores do que a classificação de pequena propriedade, dando assim a dimensão do *imprensamento* no município.

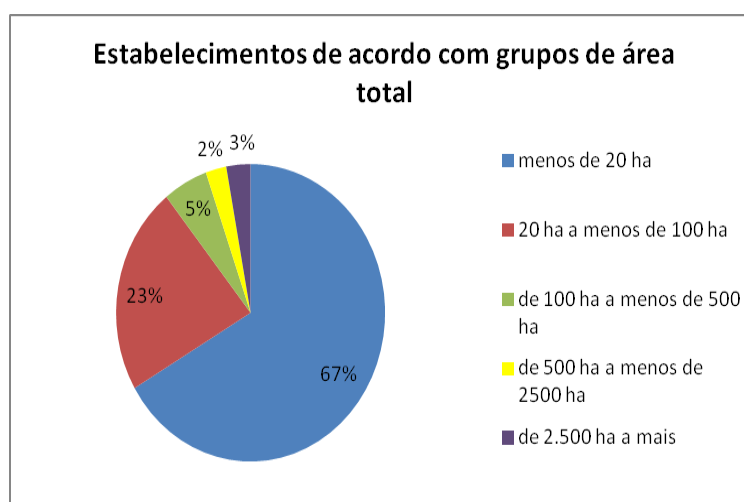
Abaixo, percebemos que os dados do Censo de 2006 confirmam esse panorama fundiário.

Tabela 5: Grupos de área total (estabelecimentos)- Conceição da Barra - 2006

Grupos de área total	n° de estabelecimentos	%
menos de 20 ha	161	66,53%
20 ha a menos de 100 ha	55	22,73%
de 100 ha a menos de 500 ha	13	5,37%
de 500 ha a menos de 2500 ha	6	2,48%
Acima de 2.500 ha	7	2,89%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Pesquisa e organização da autora.

Gráfico 5: Porcentagem de estabelecimentos de acordo com os grupos de área total, Conceição da Barra (2006)



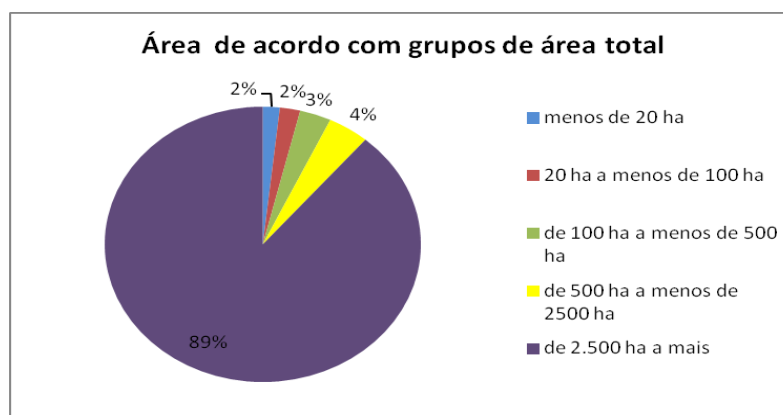
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Pesquisa e organização da autora.

Tabela 6: Grupos de área total (hectares)- Conceição da Barra - 2006

Grupos de área total	Área (ha)	%
menos de 20 ha	1677	1,73%
20 ha a menos de 100 ha	2025	2,09%
de 100 ha a menos de 500 ha	3121	3,22%
de 500 ha a menos de 2500 ha	4098	4,23%
de 2.500 ha a mais	85940	88,73%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Pesquisa e organização da autora.

Gráfico 6: Porcentagem da área de acordo com os grupos de área total, Conceição da Barra (2006)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Pesquisa e organização da autora.

Esses dados confirmam a lógica dos Censos anteriores, apontando ainda os dados relativos aos minifúndios. No caso de Conceição da Barra, os minifúndios (menos de 20 ha) conformam a maior quantidade de estabelecimentos (67%), seguidos pelo grupo de área total (de 20 a menos de 100 ha) equivalente a 23% e que engloba as pequenas (de 20 a 80 ha) e parte das médias propriedades (acima de 80 até 300 ha).

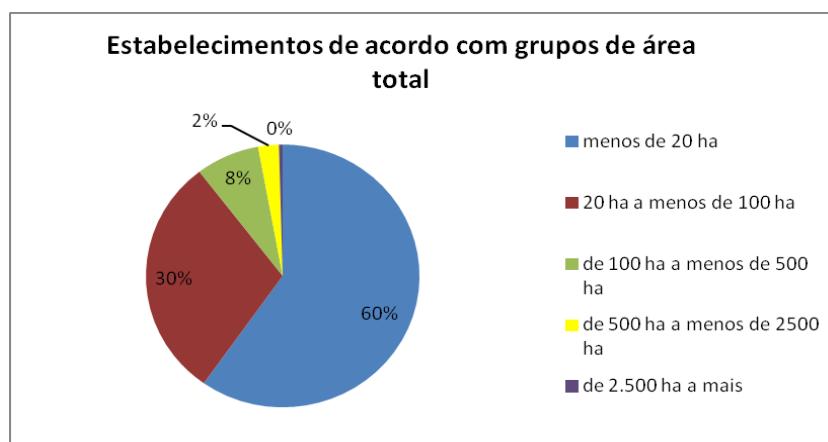
Analisando a área municipal relativa a estes grupos de área total, vemos que eles equivalem a 2% cada um, enquanto os grandes estabelecimentos (acima de 300 hectares) conformam mais de 90% da área total. No gráfico 6, estes grupos de área total estão em amarelo (de 500 a menos de 2.500 ha), em roxo (acima de 2.500 ha) e em parte do grupo de área em verde (de 100 a menos de 500ha).

Tabela 7: Grupos de área total (estabelecimentos)- São Mateus (ES)- 2006

Grupos de área total	nº de estabelecimentos	%
menos de 20 ha	809	59,79%
20 ha a menos de 100 ha	403	29,79%
de 100 ha a menos de 500 ha	102	7,54%
de 500 ha a menos de 2500 ha	33	2,44%
de 2.500 ha a mais	6	0,44%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Pesquisa e organização da autora.

Gráfico 7: Porcentagem de estabelecimentos de acordo com os grupos de área total, São Mateus (2006)



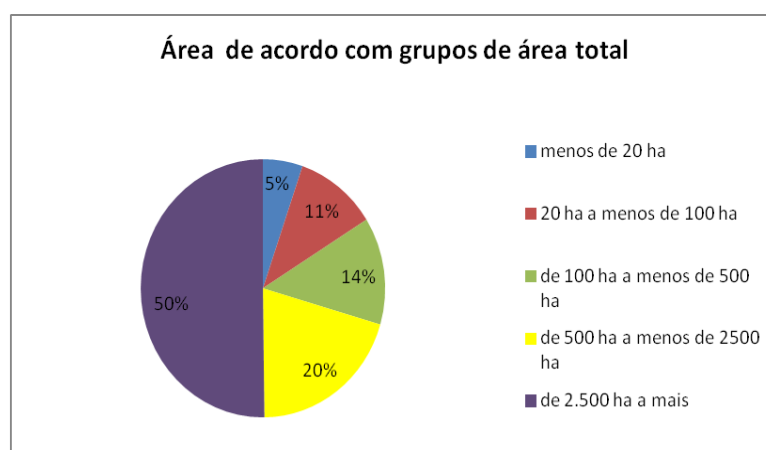
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Pesquisa e organização da autora.

Tabela 8: Grupos de área total (hectares)- São Mateus (ES)- 2006

Grupos de área total	Área (ha)	%
menos de 20 ha	7795	5,25%
20 ha a menos de 100 ha	16092	10,83%
de 100 ha a menos de 500 ha	19990	13,45%
de 500 ha a menos de 2500 ha	30136	20,28%
de 2.500 ha a mais	74576	50,19%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Pesquisa e organização da autora.

Gráfico 8: Porcentagem da área de acordo com os grupos de área total, Conceição da Barra (2006)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Pesquisa e organização da autora.

Em São Mateus, os minifúndios também são a maioria dos estabelecimentos, correspondendo a 60% da quantidade total, e abarcando apenas 5% da área total. Os pequenos estabelecimentos encerram 30% do total, abarcando 11% da área. Os grandes e parte dos médios estabelecimentos chegam a 10% da quantidade e mais de 80% da área no município.

Outro dado interessante que nos ajuda a ter uma dimensão das mudanças na região é o uso do solo no Espírito Santo e na região do Sapê do Norte.

Tabela 9: Área (ha) dos estabelecimentos agropecuários por uso da terra – Espírito Santo- série histórica (1970/2006)

Uso das terras	Anos					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Total	3.759.359	3.838.841	3.798.226	3.895.426	3.488.725	2.839.854
Lavouras permanentes	297.008	334.063	522.716	716.642	635.077	565.760
Lavouras temporárias	396.531	319.935	285.545	355.308	193.445	186.074
Pastagens naturais	1.005.878	1.572.779	1.342.216	1.156.817	762.638	120.155
Pastagens plantadas	824.097	557.784	636.578	722.800	1.058.431	1.221.430
Matas naturais	654.929	439.628	438.174	399.274	371.862	414.281
Matas plantadas	25.119	98.388	143.148	156.785	172.735	186.354

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Pesquisa e organização da autora.

É possível percebermos que a área das lavouras temporárias, em geral ligadas às culturas alimentares, diminuiu ao longo dos anos, tendo um aumento na década de 1980, provavelmente relacionado aos incentivos ao plantio da cana nesse período. Por outro lado, a área das permanentes é crescente, apresentando leve queda posterior ao ápice, em 1985. As matas naturais, por consequência do desmatamento, da intensificação do uso e exploração do solo tendem a diminuir. Por outro lado, as matas plantadas, correspondentes à silvicultura²⁹, aumentam crescentemente ao longo dos anos.

Em Conceição da Barra, percebemos que as lavouras temporárias iniciaram um processo de expansão crescente desde a década de 1980, sendo este o período de

²⁹ Os termos “Matas Plantadas” e “Silvicultura” utilizados pelo Estado são questionados por diversos sujeitos sociais (pesquisadores, movimentos sociais, entre outros) no sentido de problematizar a correlação entre matas e cultivos florestais com os monocultivos de espécies como o eucalipto, que não apresentam a biodiversidade inerente às florestas.

instalação e expansão do cultivo de cana no município. As matas naturais decresceram drasticamente a partir da década de 1970, sendo reduzidas praticamente à metade. Retornam a um leve aumento em 2006, considerando que nestas são computadas as áreas de preservação permanente e reservas legais dos estabelecimentos.

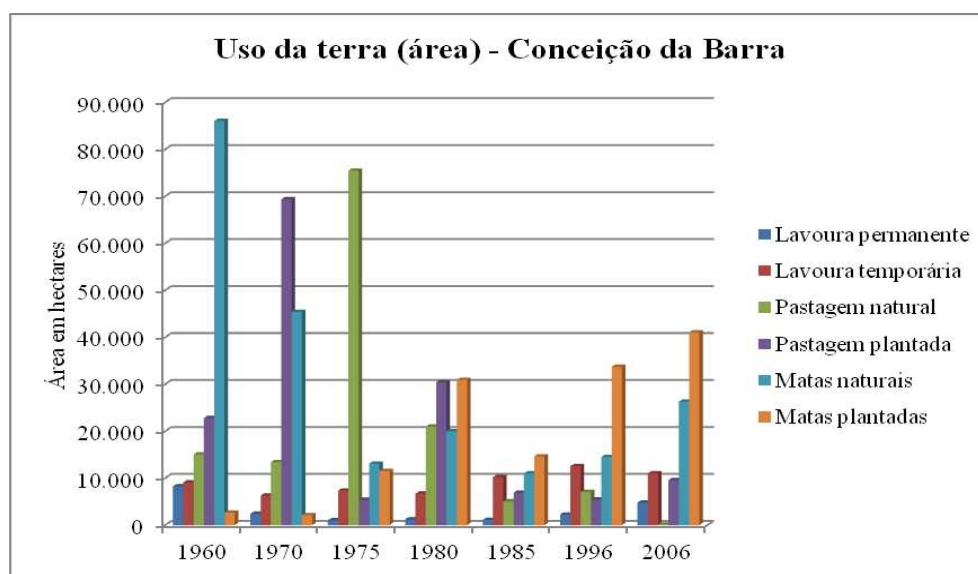
Já em relação às matas plantadas, podemos perceber que estas vão aumentando a partir de 1975, passando a corresponder a maior porção de área do município a partir da década de 1980.

Tabela 10: Uso da terra (área) - Conceição da Barra – 1960 a 2006

Uso das Terras	Ano						
	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Lavoura permanente	8.241	2.419	1.027	1.237	1.108	2.231	4.796
Lavoura temporária	9.113	6.289	7.328	6.714	10.200	12.559	10.999
Pastagem natural	15.037	13.395	75.447	20.961	5.056	7.078	123
Pastagem plantada	22.784	69.361	5.385	30.416	6.898	5.441	9.568
Matas naturais	86.039	45.398	13.064	19.975	11.011	14.485	26.277
Matas plantadas	2.660	2.112	11.510	30.910	14.609	33.685	41.051

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE. Pesquisa e organização da autora.

Gráfico 9: Uso da terra (área)- Conceição da Barra – 1960 a 2006



Fonte: Censos Agropecuários, IBGE. Pesquisa e organização da autora.

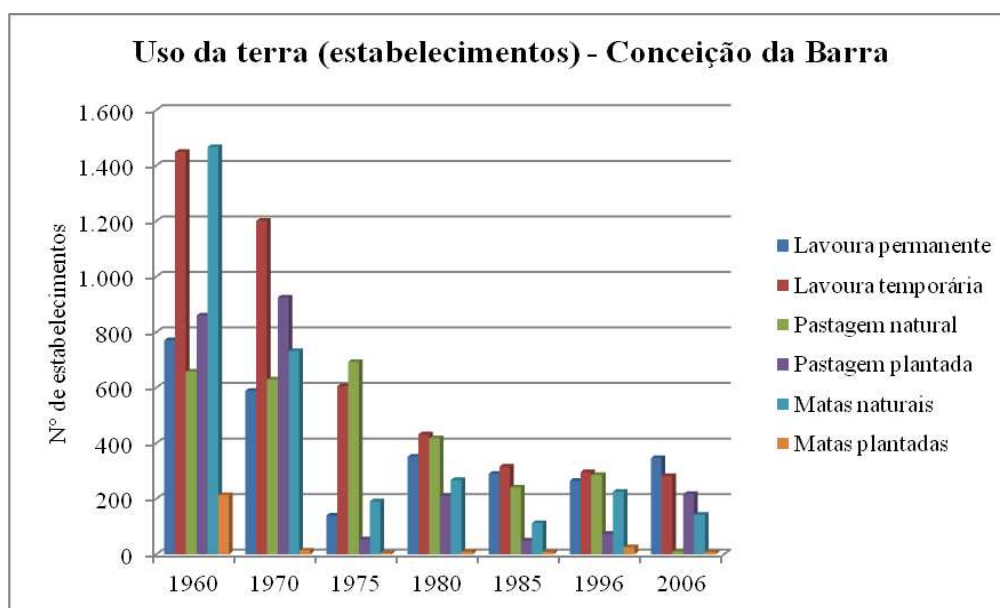
Outra observação é sobre a concentração da terra no município a partir dos seus usos. Vemos que apesar de se constituir no maior uso da terra em termos de área, a silvicultura (matas plantadas) corresponde a uma menor quantidade de estabelecimentos. Aqui também percebemos o decréscimo das lavouras temporárias a partir da década de 1970.

Tabela 11: Uso da terra (estabelecimentos) - Conceição da Barra– 1960 a 2006

Uso das terras	Ano						
	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Lavoura permanente	771	589	140	352	290	265	347
Lavoura temporária	1.449	1.201	606	432	316	296	282
Pastagem natural	658	630	693	418	241	286	10
Pastagem plantada	860	925	54	211	50	74	217
Matas naturais	1.467	732	191	268	113	226	143
Matas plantadas	213	14	5	9	8	26	7

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE. Pesquisa e organização da autora.

Gráfico 10: Uso da terra (estabelecimentos) - Conceição da Barra– 1960 a 2006



Fonte: Censos Agropecuários, IBGE. Pesquisa e organização da autora.

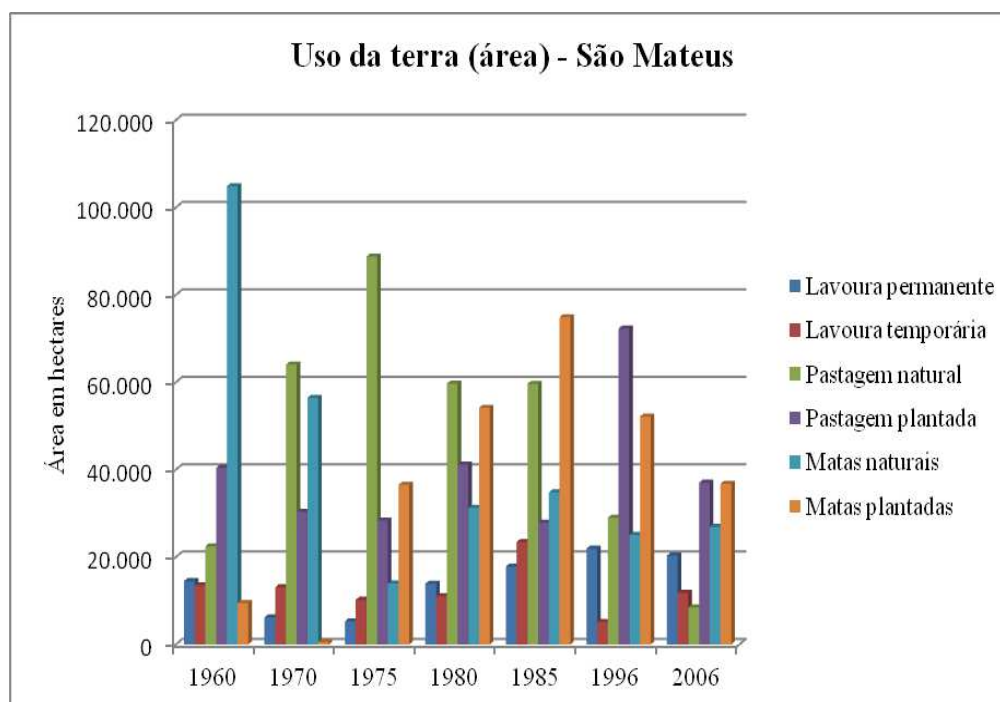
Em São Mateus, acontece semelhante dinâmica, com a diferença dos altos números de área em relação às pastagens. O município apresenta forte presença de fazendeiros com criação de gado, atividade que em 1996 e em 2006 se mostra predominante em termos de área no município, seguida pela silvicultura.

Tabela 12: Uso da terra (área) - São Mateus - 1960 a 2006

Uso das terras	Ano						
	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Lavoura permanente	14.492	6.170	5.282	13.899	17.825	21.901	20.325
Lavoura temporária	13.523	13.085	10.218	11.020	23.439	5.141	11.816
Pastagem natural	22.456	64.028	88.772	59.680	59.610	28.998	8.484
Pastagem plantada	40.420	30.328	28.330	41.194	27.841	72.272	37.010
Matas naturais	104.852	56.404	13.959	31.285	34.795	25.037	26.887
Matas plantadas	9.497	560	36.535	54.134	74.867	52.162	36.743

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE. Pesquisa e organização da autora.

Gráfico 11: Uso da terra (área) - São Mateus - 1960 a 2006



Fonte: Censos Agropecuários, IBGE. Pesquisa e organização da autora.

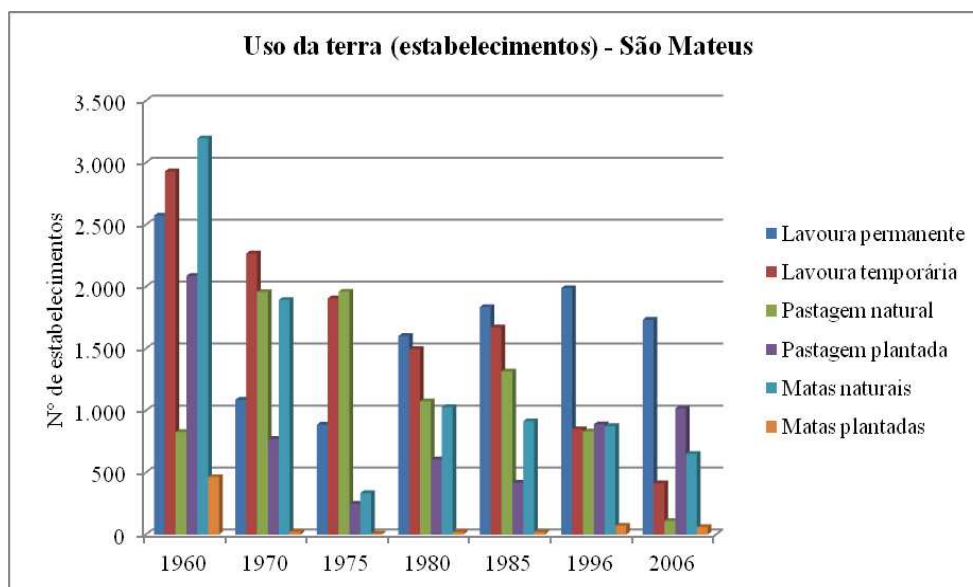
Em termos de estabelecimentos, vemos que as lavouras permanentes correspondem ao uso mais comum, ocupando, no entanto, área inferior às pastagens e à silvicultura.

Tabela 13: Uso da terra (estabelecimentos) - São Mateus - 1960 a 2006

Uso das terras	Ano						
	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Lavoura permanente	2.573	1.087	886	1.602	1.835	1.988	1.733
Lavoura temporária	2.930	2.267	1.905	1.496	1.671	850	413
Pastagem natural	827	1.957	1.959	1.075	1.316	832	109
Pastagem plantada	2.087	771	247	605	419	889	1.018
Matas naturais	3.197	1.893	334	1.028	914	875	651
Matas plantadas	463	21	7	20	20	70	59

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE. Pesquisa e organização da autora.

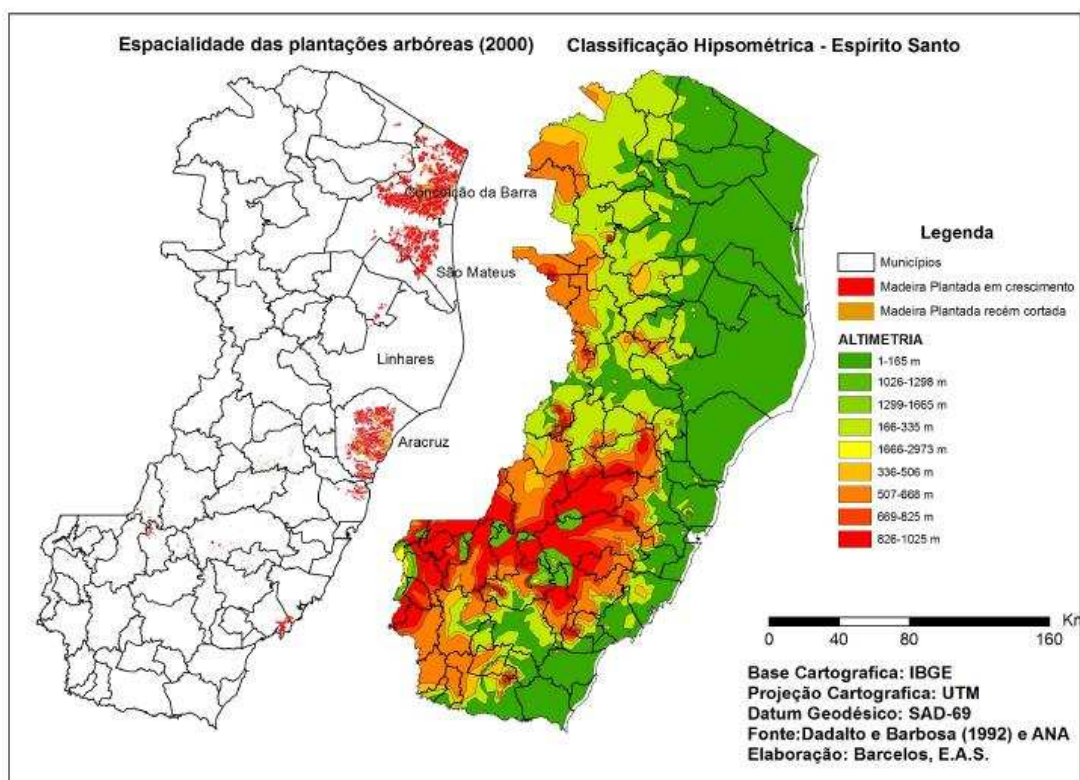
Gráfico 12: Uso da terra (estabelecimentos) - São Mateus - 1960 a 2006



Fonte: Censos Agropecuários, IBGE. Pesquisa e organização da autora.

Se analisarmos a distribuição da silvicultura no estado, ainda percebemos que há uma alta concentração em três municípios: Aracruz, São Mateus e Conceição da Barra.

Mapa 2: Distribuição geográfica das plantações arbóreas no ES (2000)



Fonte: IMAGEM (1999); IBGE. Elaborado por: BARCELLOS, Eduardo, 2010:128

Aracruz é o município onde se localizam as fábricas de produção de celulose da antiga Aracruz Celulose, atual Fibria, e o porto de escoamento dos produtos, o Portocel. Neste mesmo município, indígenas Guarani e Tupiniquim e pescadores artesanais são diretamente impactados pelos plantios de eucalipto e pelo funcionamento da fábrica. Como aponta Barcellos, “o “acordo de classe”, ao que parece, reafirmou a ocupação das *terras de preto* e das *terras de índio*, dois domínios invisíveis. E o território, por sua vez, reflete e afirma as relações sociais (e de poder) (...)” (2010: 127).

Segundo alguns levantamentos prévios feitos por pesquisas acadêmicas e ONGs, em todo o Espírito Santo, as plantações de eucalipto chegaram a ocupar 18,75% das terras agricultáveis no início dos anos 2000 (CQSP, FASE, 2011: 13). Nesse mesmo período, somente em São Mateus, eram mais de 50 mil hectares de eucalipto plantados e cerca de 70% do território municipal de Conceição da Barra era coberto pelos plantios industriais de cana e eucalipto (REDE ALERTA CONTRA o Deserto Verde, 2002), (ACSELRAD, 2007). A região norte do estado do Espírito Santo, juntamente com o sul da Bahia, correspondiam então a, respectivamente, 6% e

15% das áreas plantadas com monoculturas de eucalipto no país (ACSELRAD, 2007:7).

Na segunda parte do século XX, chegam outras empresas como a Petrobrás com a exploração de petróleo, o terminal aquaviário e a construção de um gasoduto³⁰. A exploração de petróleo ocorre na porção terrestre do norte litorâneo, impactando inclusive as comunidades negras rurais, como é o caso de Linharinho, em Conceição da Barra e Divino Espírito Santo, em São Mateus (CQSP, FASE, 2011: 14). O terminal aquaviário Norte Capixaba (operado pela subsidiária Transpetro) recebe petróleo dos campos terrestres do norte do Espírito Santo e escoar o produto por navios atracados. Ele já apresentou irregularidades e impactos negativos, como casos de vazamento de óleo no mar, impactos sobre a vegetação e fauna, e irregularidades quanto às condicionantes de operação³¹. Já o gasoduto Cacimbas-Catu (Gascac) é uma parte do Gasoduto da Integração Sudeste-Nordeste (Gasene) e percorre 954 km entre Linhares (ES) e Catu (BA), passando por algumas comunidades quilombolas, como no caso de São Jorge e São Domingos, sendo alguns dos impactos a drenagem e destruição do córrego São Domingos, a inviabilização de farinhas e a destruição do pátio da escola quilombola da comunidade São Jorge³².

O processo de chegada, instalação e operação dessas firmas entra em conflito com a lógica de uso e ocupação desse território anteriormente estabelecida. O *imprensamento* e a escassez dos bens naturais foram tornando-se realidades do cotidiano no Sapê e afetando diretamente o modo de vida das comunidades negras rurais que viviam desses bens naturais ali presentes – caça, pesca, roça itinerante, criação, água, medicamentos, etc.

³⁰ Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/>; acesso em março/2014.

³¹ Disponível em: <http://seculodiario.com.br/12544/10/justica-proibe-iema-de-renovar-licenca-de-terminal-da-petrobras-1>; acesso em março/2014.

³² Disponível em: <http://seculodiario.com.br/13117/10/pavimentacao-da-estrada-de-acesso-ao-parque-goiapaba-acu-segue-na-promessa-desde-2010-1>; acesso em março/2014.

A perda da floresta, das matas, rios, brejos e áreas de pastagens e o processo de concentração de terra significou a perda das *terras de uso comum*. As modalidades de uso comum correspondem a

situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. (ALMEIDA, 2008:28).

Esse uso possibilitava práticas como roça itinerante, criação de animais soltos, trânsito de moradias, entre outras, que constituíam parte de seu modo de vida. Nessa lógica, a terra não tinha proprietário, “dono”. Ou melhor, ser “dono” era significava ser do *lugar*; não tinha relação direta com propriedade privada. “Sua história na terra, pela qual construía a reprodução de sua existência, atestava-lhes a identidade de ‘*gente do lugar*’ e ‘*donos do lugar*’” (FERREIRA, 2009:156). Esse lugar pertencia ainda a uma referência material e afetiva maior, construída a partir das relações sociais e de reprodução da vida cotidianas, ou seja, ao Sapê do Norte.

2.4. Territórios Negros do Sapê do Norte

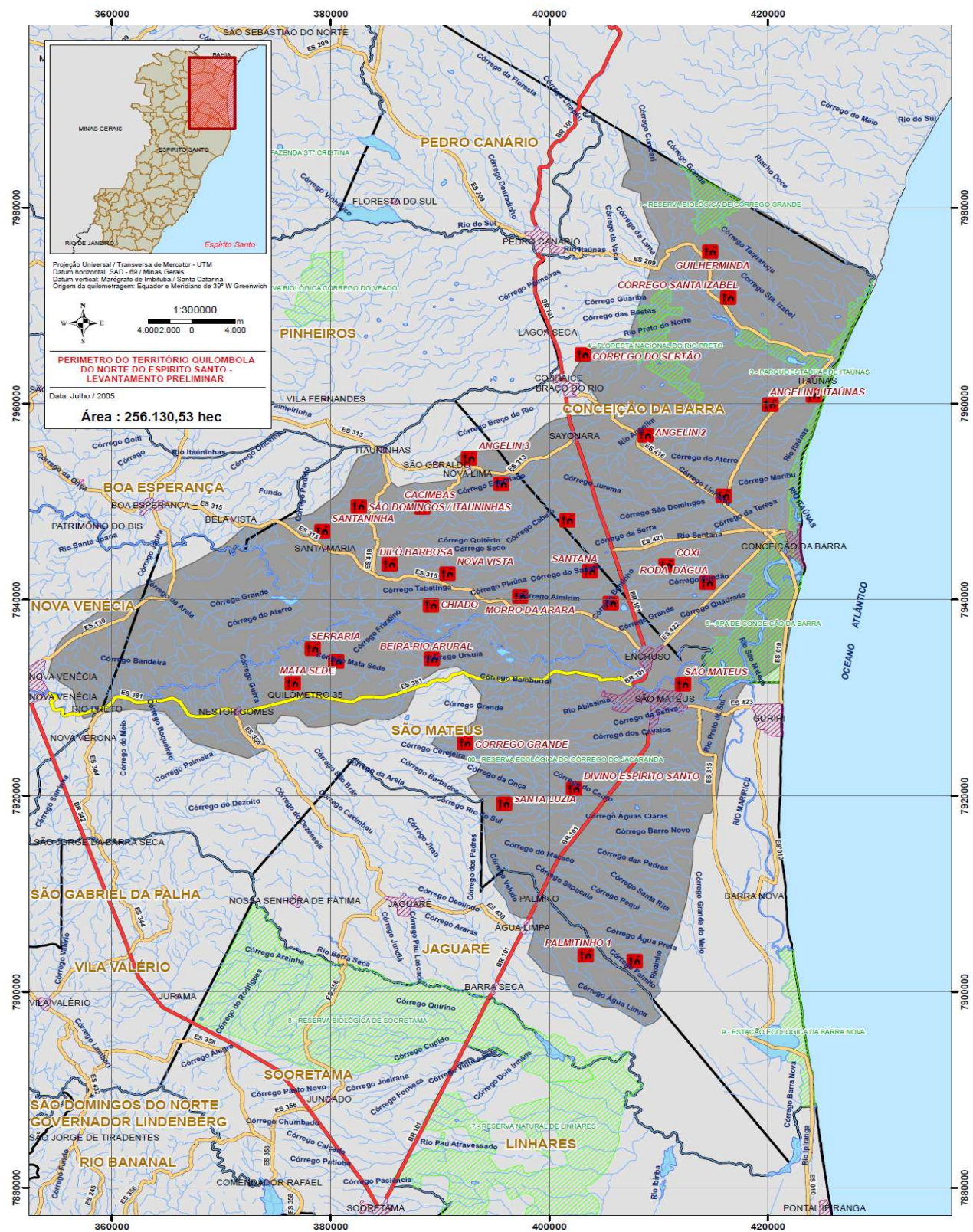
O lugar expressa as interações sociais cotidianas, contextualizadas dentro de escalas geográficas mais amplas e expressa uma orientação subjetiva advinda do viver, aonde indivíduos e comunidades desenvolvem profundos sentimentos através de suas experiências e memória (OSLENDER, 2002:5). O Sapê do Norte enquanto *lugar* evoca elementos comuns a essas comunidades, construídos a partir da vivência compartilhada e da memória de seus moradores. Fruto de formas de apropriação do espaço, a *territorialidade* dessas comunidades foi sendo tecida. “O espaço vivido e por eles apropriado traz traços profundos de sua negritude, que se afirma enquanto *identidade*: falar em “*Sapê do Norte*” é remeter-se a este território negro, em suas origens e projeções” (FERREIRA, 2009:3).

Uma estimativa sobre a dimensão física do território que compreendia o Sapê foi realizada a partir da memória dos moradores mais antigos no contexto dos estudos para os Relatórios de Identificação e Delimitação dos Territórios

Quilombolas. Fez-se um levantamento preliminar de uma área a partir de informações e acompanhamento das comunidades que correspondia a 256.387,17 hectares, abrangendo parte dos municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Jaguaré, Nova Venécia e Boa Esperança.

Fruto desse levantamento, o mapa 3 nos dá uma ideia da abrangência dessa territorialidade (faixa cinza escuro). Em vermelho estão as comunidades identificadas naquele momento. Essa versão nos mostra que a abrangência territorial das práticas e das referências espaciais e de pertencimento dessas comunidades transcende os limites dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. Esse levantamento traz a perspectiva de variação do território entre 200 e 300 mil hectares.

Mapa 3: Área em estudo para identificação dos territórios quilombolas do Sapê do Norte



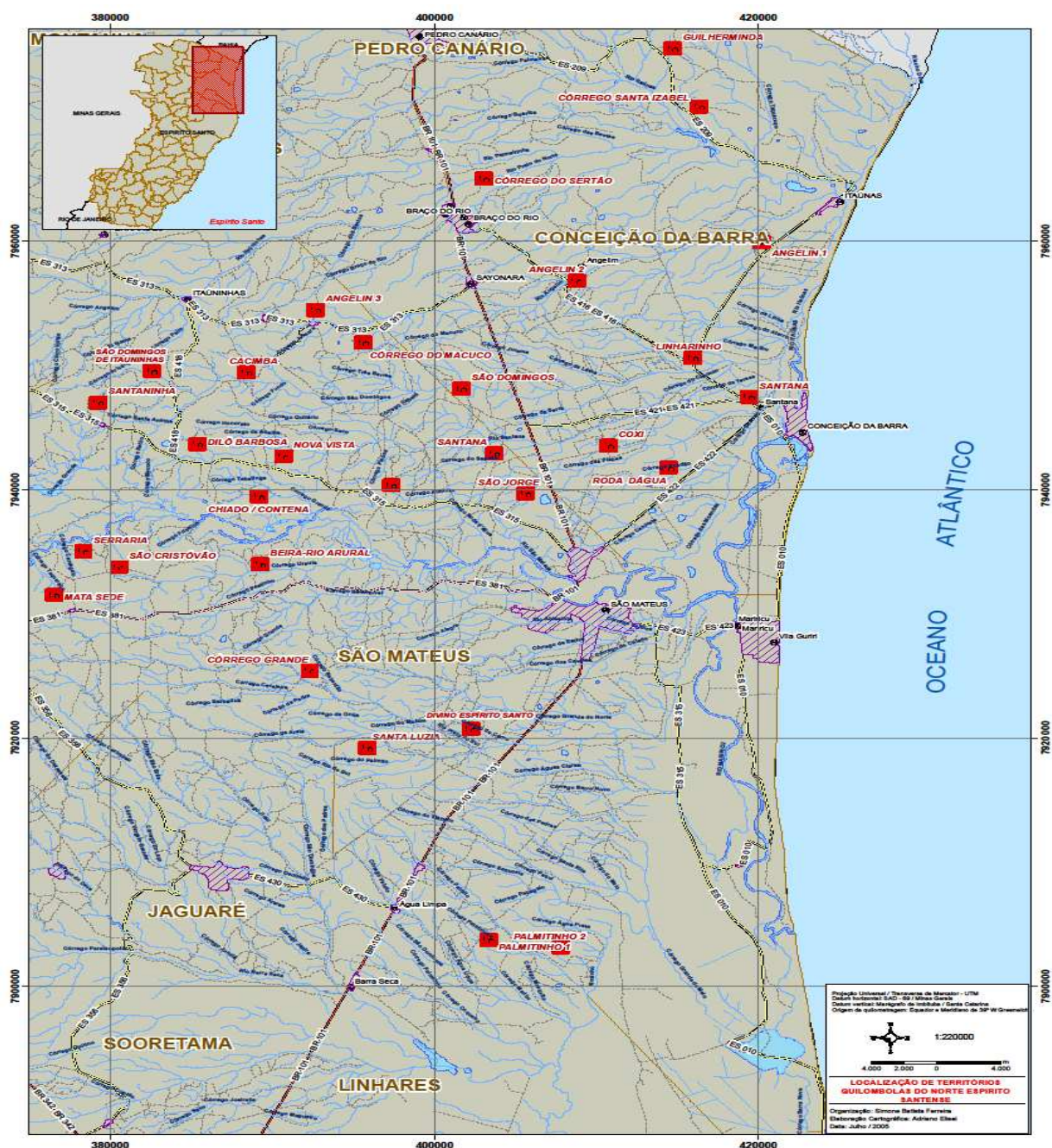
Fonte: COMISSÃO QUILOMBOLA DO SAPÊ DO NORTE-ES; FERREIRA, S.R.B; OLIVEIRA JR., ANTONIO DE, 2005. Mimeo.

No processo de se redescobrir, o Sapê vai mostrando várias comunidades para o Estado gradativa e insistentemente. Tanto é que ao fazermos um levantamento sobre quantas e quais comunidades “remanescentes” de quilombos existem, encontramos variados números³³ e nomes de diversas fontes.

Um dos primeiros levantamentos feitos sobre essas comunidades foi a pesquisa no âmbito do projeto “*Territórios negros do Sapê do Norte*” realizada em parceria das ONGs Fase e Koinonia e que tinha por objetivo realizar um amplo e detalhado levantamento da situação socioeconômica e ambiental das comunidades negras rurais de Conceição da Barra e São Mateus (KOINONIA, 2005:8). Esse levantamento inicial identificou cerca de vinte e oito comunidades (sendo umas ainda subdivididas), com aproximadamente 1.086 famílias. Como um dos resultados do trabalho, foi elaborado o seguinte mapa com as localizações de 29 comunidades.

³³ Considerando as demais comunidades que não foram reconhecidas pela Fundação Palmares, o número varia entre 32 e 40 comunidades.

Mapa 4- Localização dos Territórios Quilombolas do Norte do ES



Fonte: FERREIRA, S. R. B. (Coord.). RTID da Comunidade Quilombola de São Domingos e Santana (PROJETO TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO ESPÍRITO SANTO – INCRA e UFES), novembro de 2006.

Outra fonte são as pesquisas realizadas no processo de desenvolvimento dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação Territorial do Sapê do Norte, através do *Projeto Territórios Quilombolas no Espírito Santo*, elaborado em parceria entre o INCRA-ES, a Universidade Federal do Espírito Santo, pesquisadores,

estudantes e comunidades quilombolas. O trabalho iniciado em 2004 identificou e delimitou 10³⁴ comunidades no Sapê.

Mais uma fonte é a Fundação Palmares que reconhece cerca de vinte e nove comunidades na região entre 2004 e 2006³⁵. Ainda há a própria identificação feita pela Comissão Quilombola do Sapê do Norte³⁶, organização política representativa de 32 comunidades quilombolas da região (CQSP e FASE, 2011).

Quadro 2: Comunidades Quilombolas do Sapê do Norte



Fonte: Cartilha Memórias do Sapê do Norte: um pouco das comunidades do norte do ES (CQSP, FASE, 2011:9).

³⁴ São elas: Retiro, Monte Alegre, Serraria, São Cristóvão, Mata Sede, São Pedro, São Jorge, São Domingos, Santana e Linharinho. Estas foram conformadas em 6 processos que se encontram em trâmite há quase dez anos no Incra (Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas/file/110-relacao-de-processos-abertos>; acesso em abr. 2013).

³⁵ A identificação varia de acordo com os processos. Tem processo que abarca mais de uma comunidade. Além disso, há também o reconhecimento da Palmares sem ter tido entrada de processo pela comunidade. Desmembrando as comunidades nos processos abertos, temos 32 comunidades. Acrescentando ainda as reconhecidas sem processo aberto, temos 38 comunidades. Dados disponíveis em consulta por município (Conceição da Barra e São Mateus) em: <<http://www.palmares.gov.br/quilombola/>>; acesso em fev./2013 e no documento : “Lista das CRQs IDENTIFICADAS até 25-10-2013”, disponível no mesmo sítio eletrônico.

³⁶ Essa comissão foi criada em 2005 e desde sua fundação tem trabalhado para articular as comunidades quilombolas em torno das lutas pela terra, pela água, saúde, educação, produção, alimentação, trabalho e cultura, visando promover a retomada dos territórios quilombolas, fortalecer a resistência do povo, contar sua história e transmitir às futuras gerações seus saberes. Se articula com a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas Zacimba Gaba e com a CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) (CQSP, Fase, 201:5).

A partir dessas diversas fontes organizamos o seguinte panorama das comunidades do Sapê na tabela abaixo.

Tabela 14: Comunidades negras rurais do Sapê do Norte

Comunidade	Município
Palmitinho 1, Palmitinho 2	São Mateus
Cacimba	
Divino Espírito Santo	
Santa Luzia	
Serraria e São Cristóvão	
Dilô Barbosa	
Beira Rio e Arural	
Chiado	
São Jorge (Morro das Araras, Vala Grande, São Jorge, Córrego do Sapato I e Córrego do Sapato II)	
Nova Vista 1, Nova Vista 2	
Córrego Grande	
Córrego Seco	
Mata Sede	
São Domingos de Itauninhas	
Santaninha	
Córrego Santa Isabel	
Estiva	
Angelim 1 ou Santa Clara ou Porto dos Tocos	Conceição da Barra
Angelim 2 ou do Meio	
Angelim Disa	
Angelim 3 ou Fontoura	
Angelim de Dentro	
Linharrinho	
Córrego do Macuco	
Guilhermina	
Córrego do Sertão	
Coxi	
Santana	
Pequi	
Sertão de Itaúnas (Santa Isabel)	
São Domingos e Retiro	Conceição da Barra e São Mateus (parte dos dois municípios)
Roda D'água (Porto Grande, Campo Grande, Córrego do Alexandre e Lage)	
Córrego de Santana	

Fonte: Ferreira (2009), Oliveira (2009), Baptista (2006), FCP/Minc, Comissão Quilombola (2011).
Elaboração e organização da autora.

Do passado escravista, emerge uma identidade de origem comum que remete ao período Colonial, momento em que povos são trazidos da África, como Bantus, Nagôs, entre outros e são forçados a trabalhos compulsórios. As antigas fazendas coloniais constituem referências espaço-temporais para desvendar a *situ-ação* atual dessas comunidades.

As terras destas antigas fazendas situadas na região de São Mateus e seu entorno encontram-se, atualmente, habitadas pelas diversas comunidades negras rurais do Sapê do Norte. Das terras do Comendador Antonio Rodrigues da Cunha e sua esposa Rita Maria da Conceição Cunha, teria saído uma grande população negra que originou as comunidades de Linharinho (onde se encontram os vestígios de sua sede), Santana, Córrego São Domingos, Córrego de Santana e Angelim; da fazenda de seu filho, o Major Antonio Rodrigues da Cunha, o “Barão dos Aimorés”, as comunidades do Córrego Seco (bem próxima de sua sede), Nova Vista, Chiado, Morro da Arara e São Jorge; das fazendas de Olindo Gomes dos Santos Paiva, o “Barão de Timbuí” e de Marcelino da Cunha, as comunidades do Córrego Santa Isabel, do Angelim e também da Vila de Itaúnas. Fosse durante a escravidão ou ao final dela, estas populações negras foram se espalhando ao longo dos córregos, rios, florestas e sapezais (FERREIRA, 2009:62).

2.5. O Córrego e o Rio Grande: Angelim e Itaúnas

A comunidade do “estudo de caso” de nossa pesquisa, Angelim I (também conhecida como Santa Clara ou ainda Porto dos Tocos) localiza-se a cerca de 3 km da Vila de Itaúnas, no município de Conceição da Barra (ES); na desembocadura do córrego Angelim no Rio Itaúnas, ou no Rio Grande, como o chamam. É uma das comunidades negras rurais ao longo do rio Angelim. As outras são Angelim 2 ou Do Meio, Angelim 3 ou Fontoura, Angelim Disa e Angelim de Dentro.

Chegando a Itaúnas e começando as prosas, percebo que há muitos “parentes” entre a Vila e o Angelim. A proximidade entre a Vila e a Comunidade se revela não só física, mas nas relações de parentesco, nas relações de vizinhança, sociais, cotidianas, comerciais.

A Vila, presente em minha memória pela fama do bom forró, é situada no extremo norte litorâneo, um distrito do município de Conceição da Barra, situado a cerca de 25 km do centro da cidade e a cerca de 260 km de Vitória. Sua população gira em torno de 2000 habitantes³⁷, dos quais menos de 1000 vivem na vila em si, e se caracteriza pela presença de pescadores, comerciantes, pessoas ligadas ao turismo

³⁷ Banco Sidra, IBGE, Censo 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=761&z=cd&o=5&i=P>; acesso em março/2014.

(principalmente pousadeiros), coletores, artesãos, agricultores. A maioria dos moradores vive na chamada zona rural ou ainda no “sertão”. Os “nativos”, como se denominam, estão ligados, em geral, a seis famílias principais e que descendem de indígenas, caboclos, negros e brancos advindos principalmente de imigrantes portugueses e italianos (FERREIRA, 2002; HACON, 2011). As comunidades rurais circunvizinhas a Itaúnas são as comunidades quilombolas Angelim I e Linharinho, o assentamento rural Paulo Vinhas e os povoados de Riacho Doce e Paulo Jacó.

Itaúnas sempre foi a primeira referência de comércio, encontro e festejos culturais e religiosos, como o Jongo e o Baile de Congo ou Ticumbi, “brincadeira” local ligada às comunidades negras rurais em que diferentes grupos, compostos por homens, tocam seus pandeiros e cantam encenando a disputa entre o Rei de Bamba e o Rei de Congo. A disputa é pra ver qual dos Reis vai fazer a festa para São Benedito.

A praia de Itaúnas se insere na planície litorânea de deposição quaternária que se inicia na altura do rio Doce, caracterizada pela presença de dunas fixas e rodeada pelos tabuleiros de sedimentos terciários, apresentando ainda Mata de Tabuleiro, de Alagado, Restinga, Dunas e Manguezal (FERREIRA, 2002). A atual Vila situa-se aí desde a década de 1970, quando então se consolidou o soterramento da Vila Antiga pelas dunas. Abaixo podemos perceber a disposição da atual Vila à margem do Rio Itaúnas, e da praia, do outro lado do rio.

Imagem 2: Imagem aérea da Vila e da Praia de Itaúnas



Fonte: TEBALDI, 2007 *apud* HACON, 2009.

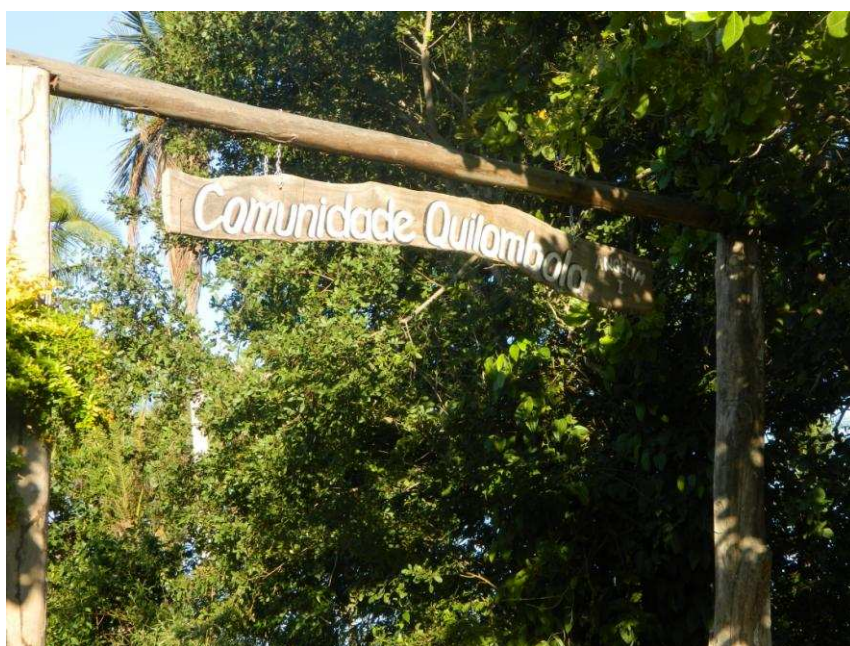
Saindo da vila com destino à comunidade de Angelim I, o caminho é a estrada que liga Conceição da Barra a Itaúnas (ES-010), onde o primeiro acesso começa na entrada do eucaliptal, e alguns metros depois, aparecem os plantios de mandioca. Andando mais um pouco, encontramos umas casas e depois um portal feito de toras de madeira, que diz – “Comunidade Quilombola Angelim I”. Sua *situ-ação* é o eucalipto de um lado e o rio Angelim do outro. Ao atravessar o córrego, percebe-se que dos dois lados da margem, há a mesma impressão- o *imprensamento*. Abaixo, as imagens apresentam um dos caminhos de acesso cercado de eucalipto e, em seguida, o portal de identificação da comunidade quilombola Angelim I em um de seus acessos.

Imagem 3: Caminho de acesso a Angelim I entre o eucaliptal



Fonte: Trabalho de campo, 2013. Autoria: Isabela Pasini

Imagem 4: Portal de identificação da comunidade



Fonte: Trabalho de campo, 2013. Autoria: Isabela Pasini

O rio Angelim, situado na bacia do Rio Itaúnas, nasce no município de São Mateus e atravessa o município de Conceição da Barra em sentido nordeste, desaguando no Rio Itaúnas, perto da Vila de Itaúnas. O Itaúnas é um rio de domínio estadual com afluentes nos estados da Bahia e Minas Gerais. Sua área de drenagem total é de 4.932 km² e no estado do ES é de 4.391 km². O córrego do Angelim é um dos seus principais afluentes da margem direita. Os municípios de Mucurici, Montanha, Pedro Canário, Pinheiros, e parte dos municípios de Conceição da Barra, Ponto Belo, Boa Esperança e São Mateus são localizados dentro da área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas³⁸.

No mesmo período em que se forma a nova Vila (década de 1970), chegou a monocultura do eucalipto na região e as consequentes transformações ambientais, as transformações no modo de vida das populações coletoras e artesanais e também a atividade do turismo na Vila (FERREIRA, 2002). Atualmente, a pesca e o turismo sazonal são as principais atividades econômicas da Vila, reforçada ainda pela criação do Parque Estadual de Itaúnas em 1991, que incentiva a atividade turística por um lado, e limita as atividades extrativistas e produtivas por outro. O festival de forró e o

³⁸ Disponível em: <http://www.meioambiente.es.gov.br/default.asp>; acesso em março de 2014.

verão são os dois principais momentos dessa atividade, quando chegam até 50.000 pessoas na Vila.

Angelim I situa-se assim, entre os plantios das “firmas”, próximo ao Parque e à Vila de Itaúnas. No contexto da devastação da mata, da poluição do córrego, da diminuição drástica de peixes, da proibição da caça e extração de madeiras e da diminuição da terra disponível para o plantio, a comunidade *r-existe* com grandes dificuldades, mas com reinvenções, recriações de suas estratégias e formas de existência.

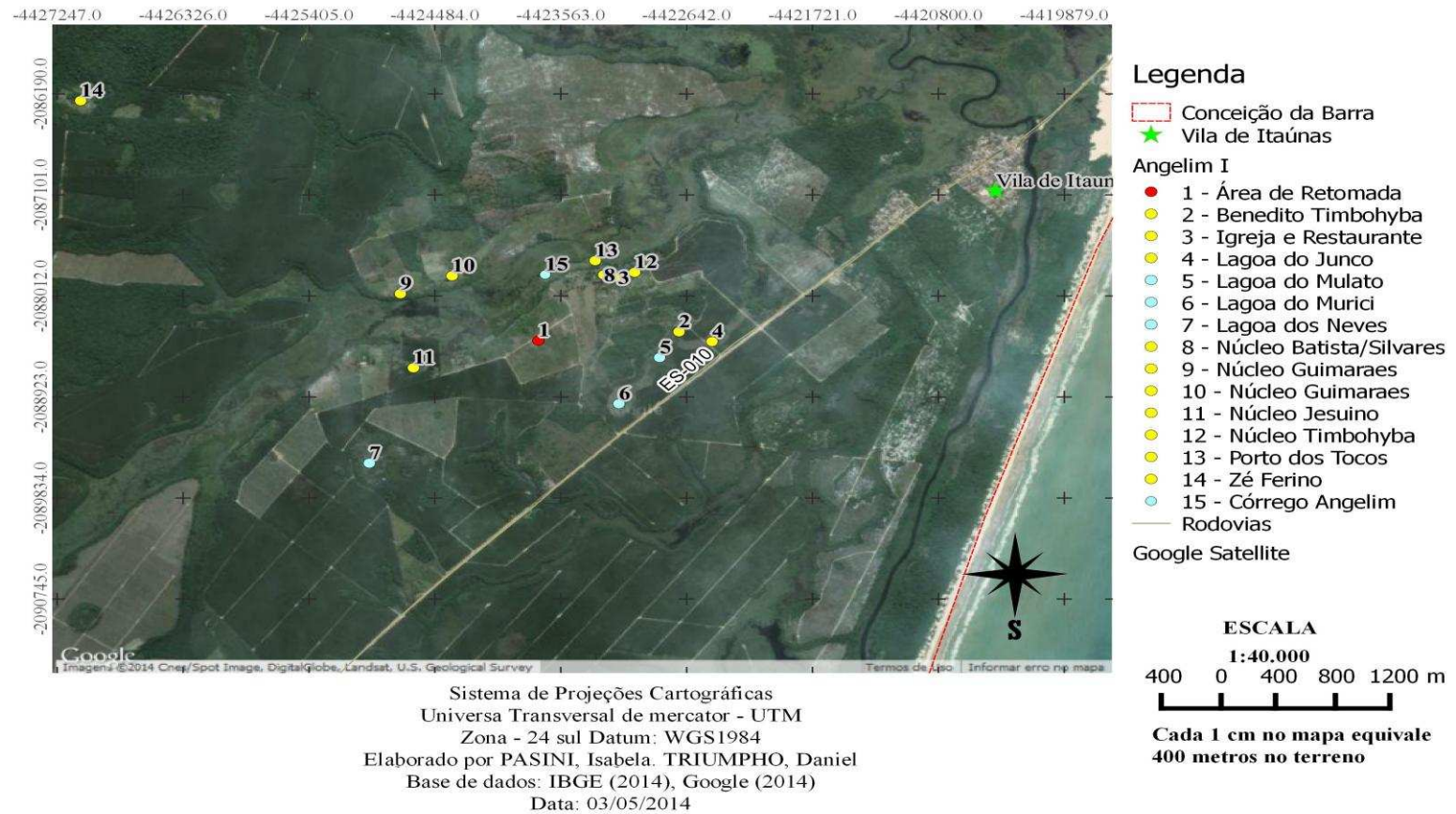
2.6. Territorialidade em Angelim I

A comunidade de Angelim I é dividida em 5 núcleos nomeados de acordo com as famílias e seus “representantes”. Assim temos o núcleo Timbohyba, o Batista-Silvares, o Jesuíno, o Guimarães e o Zé Ferino. Os cinco núcleos conformam aproximadamente 25 famílias, divididas em cerca de 30 residências. As casas ficam próximas ao rio, nas duas margens, exceto o núcleo Zé Ferino, que fica mais distante do córrego do Angelim, e mais próximo ao Córrego do Piloto, também afluente do Itaúnas. A comunidade não é linear territorialmente. Há propriedades, terrenos e moradias que “atravessam” a comunidade, cerca de quatro propriedades. Todos os núcleos apresentam casas de farinha ativas, exceto a de Zé Ferino, que está em processo de reconstrução.

Algumas referências espaciais *geo-grafam* o território da comunidade, sendo a primeira, obviamente, o córrego Angelim. Outra é o Porto dos Tocos, onde ficavam as canoas que transportavam as farinhas de mandioca no período escravagista, e lugar de pertencimento da família Batista/Silvares. Os núcleos familiares são outra referência, assim como as lagoas outrora intermitentes e atualmente secas. O “grupo”, local anteriormente ocupado por uma escola, atualmente se divide entre a Igreja da comunidade e o Restaurante Quilombola. Recentemente, ainda, foi incorporada a “retomada”, local conquistado onde há alguns moradores e roças. O mapa abaixo demonstra as referências espaciais da comunidade.

Mapa 5 - Comunidade Angelim I

Mapa das Referências Espaciais da Comunidade Quilombola Angelim I



No acesso mais próximo da vila de Itaúnas, as primeiras casas são do núcleo Timbohyba. Depois aparece o portal e chegamos ao núcleo Batista- Silveiras, núcleo com maior número de famílias. Encontramos de um lado o Restaurante Quilombola, local aonde funciona também o grupo de reza da comunidade, e onde anteriormente fora uma escola que se encontra atualmente desativada. Do outro, mais ao fundo, a Casa de Farinha do núcleo.

Mais adiante se encontra a área da retomada. Os moradores com o auxílio de outras pessoas (quilombolas de outras comunidades, estudantes, Rede alerta, entre outros) retomaram uma área ancestral que estava ocupada pelos eucaliptos da empresa Fibria. Essa área foi destinada ao plantio de alimentos e à moradia de cinco famílias. Ela apresenta aproximadamente 28 hectares e está dividida por famílias.

Mais adiante situa-se o núcleo da família de Jesuíno Santos. Descendo o terreno em direção ao córrego, encontramos o local de travessia dos botes. Geralmente, quem faz a travessia são as famílias situadas do outro lado do rio, na margem esquerda, ou seja, os núcleos Guimarães e Zé Ferino. Isso porque o acesso terrestre desses núcleos é dificultado pelo cerceamento das estradas pelos eucaliptos, áreas de plantio da Fibria e da Suzano de um lado.

O sentimento de reconhecimento e pertencimento à comunidade decorre de diferentes fatores, que em alguns casos se somam, em outros se diferenciam. Há o pertencimento advindo de habitar a localidade (referência espacial- Angelim I); o pertencimento pela ligação com o lugar advinda dos laços e referências de família; e há, ainda, o pertencimento quanto à origem quilombola, sentimento este que muitas vezes extrapola a comunidade e abarca todo o Sapê do Norte.

De um modo geral, podemos fazer relações entre algumas famílias e pessoas chaves na ancestralidade dessas comunidades. No contexto dos estudos das redes de parentesco, aponta-se que a origem das famílias da bacia do Angelim remete ao Sapê e miticamente à figura de Benedito Meia Légua, como aponta um dos técnicos que trabalhou nos estudos atuais do RTID³⁹ da comunidade, Sandro Juliati:

(...) de todas essas comunidades da Bacia do Angelim, a gente pode dizer que em termos de histórico, somente a comunidade do Angelim III lá, que é o Fontoura, que tem uma narrativa diferenciada né. Todas as outras fazem uma referência ao próprio Sapê do Norte ali né, e quase

³⁹ Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.

todas elas ao Angelim do Meio, que eles chamavam né..e muitas delas fazem referências míticas ao Benedito Meia-Légua (entrevista concedida à autora em agosto/2013).

Benedito Meia Légua é uma das figuras presentes na memória da luta negra do Sapê do Norte na época da escravidão, juntamente a Negro Rugério, Clara Maria Rosário dos Pretos, Dona Antônia Paneleira, Tertolino Albino, Coxi e Acendino; Preto Bongo, Zoroastro, Rosa-Flor, Chico Pombo, Silvestre Nagô, dentre outros⁴⁰. Segundo as histórias orais, Benedito foi seguidor revolucionário da princesa de Cabinda (pertencente ao antigo Reino do Kongo) chamada Zacimba Gaba e lutou ferrenhamente por cerca de 60 anos (século XIX) pela libertação dos escravos, tendo como um refúgio a região do córrego do Angelim. Dizem que Benedito carregava uma imagem de São Benedito em seu embornal, vinculando o santo à revolução e que Benedito teria sido morto queimado junto com o santo no sertão do Angelim.

Ao reviver a memória da ancestralidade da família e do território, a família Silvaes Batista remete a seus antepassados naquele lugar, de linhagem paterna: Adão e Bento Adão.

-Então, essa área aqui, do que vocês sabem, é desde a época do avô do pai doces, num é?

Dentina: Do bisavô

Pedrao: Bisavô, tataravô, por aí, porque né..meu avô era o..o Bento. Meu bisavô era o Adão..né..e meu tataravô seria o Leandro..isso daí. Tem o tal de Leandro Pedro num sei de que lá. Falei, talvez foi por isso que eles puseram meu nome (...) (65 e 54 anos respectivamente, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Seu parentesco remonta à escravidão local através de Adão, que servia⁴¹ ao Barão de Trancoso, fazendeiro escravista que ocupava a parte da margem esquerda do rio Angelim, em frente ao Porto dos Tocos. Rogério Medeiros⁴² aponta a possível

⁴⁰ A história dessas figuras do Sapê do Norte foi contada pelo historiador Maciel Aguiar na publicação da série denominada *História dos Vencidos* (1995-1996), fruto de história oral do povo do Sapê do Norte.

⁴¹ Adão era um dos canoeiros que transportava farinha para o Barão de Trancoso no córrego do Angelim. Não há clareza se ele era um escravo direto ou não do mesmo.

⁴² MEDEIROS, Rogério. “Em Itaúnas, restaurante típico da culinária quilombola atrai turistas”. *Século Diário*, Itaúnas, 12 mar. 2011.

relação entre Bento Adão e Benedito Meia Légua. Ambos eram contemporâneos e ocupavam a mesma região.

A *terra à rola* possibilitava a construção de moradias itinerantes. Em um momento se construía a casa “mais pra cima”, depois mais perto do brejo, e assim vai. Possibilitava também ir para “outros cantos” e voltar, como no caso da família de Eugênio Silves, neto de Adão que em um momento foi pra Santa Helena, casou-se e uns anos depois retornou ao seu lugar.

Zirinha: Então, bem dizer eu cheguei aqui de lá de Santa Helena, mas o lugar de papai era aqui mesmo, né..ele foi pra lá, arranhou uma quilombola e...ele era mais índio do que quilombola..ele era índio..(...).era índio legítimo. E eles moravam aqui, aí deu na cabeça de ir pra lá, a família toda foi pra lá..depois ele arranhou essa namorada que era a Natalina que era a minha mãe..e eles se casaram..casaram no padre..(...) chegaram aqui parece que foi dia de São Pedro, dia 29 de junho. E eu tava pequena também, com 2 anos e pouco..aí ficamos aqui, aqui nós vivemos, ele ensinou nós em casa..(...) (67 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Essa lógica de circulação no espaço explica parte da origem dos núcleos familiares de Angelim I. A família Timbohyba, por exemplo, é originária do córrego do Angelim, mas localizava-se à montante do seu atual local de moradia, região que corresponde à comunidade atualmente denominada Angelim II. Eles desceram o rio depois que a Aracruz se instalou no local, virando sua “vizinha”. Aos poucos, os irmãos foram vendendo suas terras para a empresa e sobrou seu pai. Se sentindo imprensado, ele resolveu descer à jusante o córrego Angelim. Benedito Timbohyba nos explica um pouco mais.

-Mas o seu pai é daqui?

Benedito: Meu pai era daqui (...).ele tinha uma terra lá pro Angelim 2 né, ele tinha uma terra lá de uns 47 alqueires, depois ele..achou que tava muito preso lá, porque os vizinhos mesmo, nós tinha dois tios que morava encostado, né.. ele foi e vendeu pra poder ele vir mais pra perto do movimento de Itaúnas assim..aí tava muito..pra lá os irmãos dele vendeu tudo. Era dois irmãos que morava encostado, vendeu as terras dele, ele acho que tinha que vender também, que se não a gente ia ficar muito preso, entre a Aracruz, as firmas, né. Aí vendeu pra vim praqui (...).

-E ele só vendeu depois que a firma chegou?

B: É, depois que a firma chegou, começou, os tios vendeu pra eles né, pra firma, né. Aí papai ficou sempre no meio né. Aí falava que naquele tempo, se não a firma ia tomar, e aí inventava aquilo..os outros bobos né, aí eles acreditou..quase num tinha leitura..vendeu. Aí veio praqui que tinha, que

topou esse pé de terra, mas..de 47, comprou aqui com 8 alqueires só (48 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

A família de Luzia dos Santos (Núcleo Jesuíno) chegou à área em que permanece atualmente entre a década de 1940 e 1950, sendo sua mãe, Maria Chocha, uma referência da resistência contra a empresa, conseguindo se manter na área, apesar de perder a maior parte da terra que ocupava.

A família do núcleo “Zé Ferino” também vem de outras terras, mas nesse caso, de mais longe, Itabatã, na Bahia. Chegaram na década de 1970, pouco antes das firmas aparecerem como vizinhas, comprando a propriedade de antigo morador chamado Antônio de Bela, numa área conhecida como Capricho.

Já o núcleo Guimarães recebe o nome da família que tem origem na margem esquerda do córrego do Angelim, e que se encontra no lugar há muitas gerações. Não se sabe como chegaram, mas provavelmente tinham alguma relação com o Barão de Trancoso, ou de parentesco, ou com a sua fazenda, pois ocupam parte do que era sua área no tempo pretérito. Essa família ainda tem relações de parentesco atual com a Silveiras-Batista.

Formada por esses núcleos familiares, que remetem a uma ancestralidade negra, Angelim I se situa entre os plantios das “firmas”, próxima ao Parque e à Vila de Itaúnas. Seu contexto socioambiental e espacial é marcado pela devastação da mata, de poluição do córrego, diminuição drástica de peixes, proibição da caça e extração de madeiras e diminuição da terra disponível para os plantios. A comunidade *r-existe* com grandes dificuldades, mas com reinvenções, recriações de suas estratégias e formas de existência. Algumas dessas dificuldades são relativas às formas de obtenção de alimentos e da água. Do mesmo modo, as mudanças e reinvenções de práticas e hábitos alimentares apresentam relação direta com a territorialidade reconstruída a partir do conflito territorial. A partir da minha inserção na comunidade, pude perceber que essas recriações parecem perpassar constantemente pelo alimento, pela persistente busca por condições de produção, pela insistente prática do feitiço da farinha, do beiju e de outros alimentos tradicionais da região, seja pela área retomada pela comunidade para o plantio de alimentos, seja

pela criação do Restaurante Quilombola, seja pela atividade constante das casas de farinha, todas elas expressões das formas de *r-existir* frente aos processos de mudança social e territorial que têm experimentado, de modo mais acentuado nas últimas décadas.

3. TERRITORIALIDADES EM CONFLITO

3.1. Modo de vida no Sapê

As comunidades negras rurais do Sapê teceram seu *modo de vida* ao longo do tempo, construindo suas práticas e referências espaço-afetivas a partir de suas relações com o *lugar*. Aqui entendemos modo de vida como o conjunto de formas específicas de organização e reprodução da existência material, simbólica e afetiva de uma sociedade, que conforma seus valores e costumes (SETUBAL, 2005). Os modos de vida consistem em uma articulação complexa entre três níveis analíticos: o sistema e os atores; a história e o cotidiano; o objetivo e o subjetivo na percepção do real (GUERRA, 1993:60).

As redes de relações dessas comunidades negras rurais eram baseadas principalmente em vínculos de parentesco e vizinhança. Iam conformando seus núcleos de moradia geralmente localizados ao longo dos rios e córregos, por conta do acesso à água. As moradias e as roças eram itinerantes, mudando de lugar de acordo com as necessidades. Essa circulação era possibilitada pela disponibilidade de terras – a “*terra à rola*”, característica elementar para a conformação dessas comunidades e seu modo de vida.

De primeiro, minha filha, vou te contar, você chegava lá no Angelim, você fazia uma casa aqui..aí você ia embora, voltava de novo, tornava a fazer lá diante, assim que era, que era do Estado..a terra era à rola!(D., 77 anos, Itaúnas- entrevista à Simone Ferreira - em 04.05.99⁴³).

As casas, feitas de estuque⁴⁴, eram construídas em geral a partir dos “*ajuntamentos*”, sendo abandonadas e levantadas conforme a dinâmica de circulação no território. O *ajuntamento* ou mutirão era o momento em que as pessoas se juntavam para realizar alguma atividade para um dos moradores, sendo um trabalho coletivo e voluntário, geralmente voltado para o “embarreio” de casas, para a derrubada das matas, para abrir as roças, plantios e colheitas, e ainda para o feitiço de

⁴³ Retirado de Ferreira, 2002:39.

⁴⁴ Também conhecidas como pau a pique em outras regiões, essas casas eram feitas com materiais locais disponíveis na natureza, como o barro, madeiras, galhos, cipós e palhas.

farinha (farinhada) e beiju. Geralmente esse momento era e ainda é acompanhado de uma refeição oferecida pelo dono da casa ou festejo.

Anagildo: Antigamente o que era bom aqui que hoje não acontece mais ..era mutirão, sabe? Às vezes nós juntava aqui três, quatro pessoas, ia na roça de um, fazia o serviço pra aquele cara..às vezes, tava apertado com um serviço, até adiantava, né. Quando a gente ia lá

-Tanto pra plantar como pra colher?

A: Tanto pra plantar como pra colher...que agora mesmo, pra colher esse feijão aí, foi esse tempo, essa semana que tava com chuva, eu sofri pra colher esse feijão(73 anos, entrevista concedida à autora em agosto/2013).

Os mutirões ou “ajuntamentos” ainda acontecem, mas são muito esporádicos, e ficam principalmente ligados à atividade do “embarreio” das casas de estuque voltadas para moradia ou então para a casa de farinha.

Os plantios itinerantes eram voltados para a alimentação das famílias, com exceção da mandioca, que através principalmente da farinha, era comercializada nas vilas e cidades. As roças se localizavam em meio à mata, nem tão perto, nem tão longe das moradias.

As famílias criavam principalmente porco, galinha e gado. Todos os animais eram soltos, ocupando os espaços do *terreiro* (espaço do entorno da casa), do brejo e do “*sertão*” (porção interiorizada das terras, em oposição às “bandas do mar”) (FERREIRA, 2009). A criação solta do gado, denominada pelos moradores de criação “*à grane*”, ocupava as *terras de uso comum*.

O uso comum dessas terras, que eram em geral intercaladas pelas roças familiares, provinha de um costume tradicional, ligado ao direito consuetudinário⁴⁵, ou seja, ao direito ligado aos costumes e hábitos dos moradores *do lugar*, do Sapê.

Essas terras eram comumente utilizadas para o extrativismo vegetal (cipó, fibras, ervas medicinais da floresta, frutos), animal (caça, pesca) e agricultura itinerante, correspondendo aos brejos, o sapê e a floresta.

⁴⁵ Ou seja, direito que advém dos costumes de uma dada sociedade, não passando por um processo formal de criação de leis. No direito consuetudinário, as leis não precisam necessariamente estar num papel ou serem sancionadas ou promulgadas; são frutos dos costumes.

As madeiras para alimentar os fogões à lenha e as casas de farinha vinham das matas, oriundas principalmente da derrubada da floresta para a abertura das roças, nunca faltando lenha. Da mata também vinha a caça que ocupava grande parte das refeições dessas comunidades, junto com o peixe. A pesca era cotidiana, sendo a fluvial mais executada pelas mulheres e pelas crianças, e a pesca no mar pelos homens.

A coleta também era voltada para a alquimia de “remédios” para a cura e manutenção da saúde, provenientes de elementos e substâncias da flora e da fauna. Além da coleta, o cultivo de *ervas medicinais* era realizado nos terreiros, constituindo-se nas principais matérias primas para as ações de cura, benzimento e partos. Também se coletavam cipós e palhas para a consecução de balaio, cestos, peneiras, vassouras, instrumentos de pesca e caça, entre outros.

As práticas religiosas constituíam-se num outro elemento característico do Sapê do Norte, mistura de referências africanas e cristãs. Como observa Ferreira,

A religiosidade do Sapê do Norte apresenta-se como um amálgama de influências africanas e cristãs, aliando os rituais de terreiro aos cultos das igrejas católicas. Estas representações encontram-se presentes nos rituais das benzedeadas e rezadores, nas missas, ladainhas e mesas de santo. Assim, reza-se a missa junto ao padre, na igreja, e a ladainha, em latim, na casa dos devotos. Ao mesmo tempo, utiliza-se o poder mágico de cura das plantas e animais, aliado à evocação de outros seres e entidades da esfera espiritual nos terreiros (2009:214).

As Mesas de Santo, também chamadas de Cabula⁴⁶ ou pomba, são os rituais ligados às referências africanas e ocorrem em terreiros e nas matas, geralmente à noite, regidas por Santa Maria, Santa Bárbara, Cosme e Damião e São Cipriano. Já as ladainhas, de origem católica-cristã, são um momento de reza para um santo, geralmente feitas em latim e em grupos, onde pessoas de várias comunidades se encontram, sendo um momento de partilha dos laços de parentesco, vizinhança e comunhão de uma identidade do Sapê.

⁴⁶ De acordo com Oliveira, a Cabula consiste em um ritual religioso de matriz Banto advindo, sobretudo de Angola, que no Sapê do Norte se mistura com referências e práticas religiosas do catolicismo popular, sendo realizado pelas chamadas Mesas de Santo, como as mesas de Santa Maria, Santa Bárbara e Cosme e Damião. Seus integrantes foram perseguidos e assassinados até os anos setenta do século XX por “agentes da polícia e pistoleiros, sob a justificativa de serem os seus seguidores praticantes de uma “seita religiosa para o mal” (2010:64).

Além desses momentos, os santos de devoção são cultuados através das “brincadeiras” de devoção do Sapê. As principais e mais conhecidas são o Jongo, os Reis de Bois e o Baile de Congo de São Benedito, chamado também de Ticumbi. As festas unem o lúdico e a devoção, envolvendo criação musical, estética e os mestres de brincadeiras, cujos saberes são passados de geração a geração.

Aliadas à festa e à devoção, as “*brincadeiras*” elaboram mais uma rede de relações identitárias que afirmam o território. Moradores de várias localidades do Sapê do Norte mantêm estes encontros, por ocasião dos ensaios, apresentações e rezas, produzindo arte, diversão e o sentimento de pertença (FERREIRA, 2009: 227).

Essas ocasiões são momentos de partilha que incluem a socialização através das comidas. O povo que vem de longe e de perto é contemplado com porco e/ou galinha caipira, mingau, farinha de coco, de amendoim, beiju, bolo de aipim, entre outros. O principal santo de devoção no Sapê, São Benedito, era santo negro que viveu em um mosteiro da Itália, passando grande parte do tempo no ofício de cozinheiro. A história conta que ele escondia comida do Mosteiro nas suas roupas e levava para os esfomeados na rua.

3.2. Territorialidades sobrepostas

3.2.1 Território apropriado e Território dominado

As características do modo de vida dessas comunidades expressam elementos recorrentes das chamadas “comunidades e povos tradicionais”⁴⁷. Entre essas características, podemos apontar para: a) ocupação de um território com o qual a comunidade estabelece uma estreita relação, onde se mantém e se reproduz; b) forte relação e até simbiose com a natureza, seus ciclos e bens naturais, apresentando profundo conhecimento sobre sua dinâmica e elementos; c) uso de tecnologias com baixo impacto sobre o ambiente; d) valorização das unidades familiares e terras

⁴⁷ A ideia de comunidade e povos tradicionais substitui a de populações no âmbito do debate da Convenção 169 da OIT. Comunidade se aproxima de um viés político no sentido de “base”, de mobilização, que por sua vez se remete a povo (ALMEIDA, 2008: 27). O tradicional se refere tanto ao uso tradicionalmente tecido por essas comunidades, mas também a mobilização do grupo que reivindica seus elementos e práticas identitárias no momento atual (*idem*, p.118/119).

comunais, bem como das relações de parentesco, compadrio nas relações econômicas, sociais e culturais; e) uma autoidentificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta, entre outras (DIEGUES, 2001:84).

Este padrão peculiar de organização e reprodução da existência material, simbólica e afetiva – ou modo de vida - envolve uma relação com a natureza em que esta desempenha o papel de provedora – de água, terra, alimento, medicamento e outros, e seu uso e apropriação são guiados pelo princípio do “comum”: a terra é comum – “terra à rola” – e permite a escolha do lugar da morada, do roçado e do extrativismo, combinados à criação do gado e porcos na “solta” ou “à grané”. Este padrão foi acompanhado pela construção de uma profunda rede de parentesco e trocas materiais e comerciais, religiosas e festivas, de cura e de trabalho, que selam laços de identidade e solidariedade (FERREIRA, 2009: 88)

Esse modo de vida é construído essencialmente vinculado a um substrato material e imaterial, conformando um *território*, em que essas comunidades vão tecendo sua *territorialidade*.

No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece a sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade (O'DWYER, 2010: 43).

Para Souza, “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território (...), do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”. (2001: 111). A *territorialidade* seria aquilo “que faz de qualquer território um território, ou seja, (...) relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (2001:99).

Souza ainda afirma que o território encerra a “materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo” (2001:108). Sendo assim, ele abrange elementos materiais e imateriais, e diversas dimensões imbricadas nestas relações de poder.

Haesbaert da Costa (2012) identifica essas dimensões a partir das diferentes abordagens que historicamente trabalharam o *território*, sendo elas:

1-*política ou jurídico política*: o território é visto como um espaço delimitado e controlado a partir de relações de poder, geralmente vinculado ao poder exercido pelo Estado;

2-*cultural ou simbólico-cultural*: o território é priorizado a partir das relações simbólicas e subjetivas, sendo visto como “produto da valorização/ apropriação simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”;

3-*econômica*: território visto como fonte de recursos e/ou a partir das relações de conflito social, valorizando sua dimensão material;

4-*concepção “naturalista”*: território como fruto das relações entre tem sociedade-natureza, com ênfase na dimensão da natureza enquanto determinante nessa relação, gerando muitas vezes uma “naturalização” dessa relação (p.40).

O geógrafo observa que todas as dimensões presentes nessas abordagens são constitutivas do território, apesar se serem muitas vezes tratadas como excludentes umas das outras, o que faz cair em extremismos e na supervalorização de determinados aspectos. Ao mesmo tempo, essas abordagens são fruto de posicionamentos filosóficos dos pesquisadores.

A partir disso, ele propõe uma abordagem integradora, enfatizando a necessidade de se trabalhar todos esses âmbitos de forma conjugada, buscando nesse mesmo esforço a superação da dicotomia entre o materialismo e o idealismo, sendo assim “(...) imprescindível trabalhar o conceito de território a partir da interação entre as múltiplas dimensões sociais” (2002:24).

Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário social” que não apenas move como integra ou é parte indissociável dessas relações (HAESBAERT da COSTA, 2012:42).

Haesbaert evoca o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre para explicar dois tipos de relações contidas nos processos territoriais: o de dominação e o de

apropriação espacial. Para Lefebvre, ambos caminham juntos nas relações espaciais, sendo a relação de dominação ligada às transformações técnicas, às forças racionalizadoras e controladoras; e a apropriação referente às forças subjetivas, simbólicas, das práticas e saberes do lugar vivido. Teoricamente, essas esferas deveriam caminhar juntas. No entanto, no sistema capitalista, de lógica estrutural inerentemente desigual, promove junto às relações sociais, a distinção entre essas racionalidades, onde há, muitas vezes, a separação desses processos.

Embora inicialmente tenha havido apropriação sem dominação, gradativamente, com o papel crescente dos exércitos, da guerra e do poder político do Estado, aumentam as contradições e os conflitos entre esses dois processos, e é a dominação que finalmente se impõe, reduzindo drasticamente os espaços efetivamente ‘apropriados’. Assim, de acordo com o grupo e/ou classe social, o território pode desempenhar os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica. Enquanto alguns grupos se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo (HAESBAERT da COSTA, 2012:96).

A *territorialidade* de um dado grupo pode se realizar desta forma a partir de relações com o território como abrigo (SANTOS, 1998), fonte de garantia da existência e referência simbólica, sendo assim uma relação essencialmente de apropriação. Por outro lado, a territorialidade de um dado grupo pode se afirmar a partir de um processo de dominação externo, vertical, racionalizador, funcional (SANTOS, 1998).

Para Sack, a *territorialidade* constitui-se na “tentativa, por meio de um indivíduo ou grupo, de atingir/ afetar, influenciar ou controlar as pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”, conformando essa área em um território (1986:22). Além de admitir essa materialidade e sua dimensão de controle, Sack também aponta que “assim como a cultura, a tradição e a história mediam a mudança econômica, elas também mediam o modo como as pessoas e os lugares estão ligados, o modo como as pessoas usam a territorialidade e o modo como elas valorizam a terra” (*idem*, p. 7).

Raffestin, por sua vez, entende que a *territorialidade* “(...) reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade; pelas sociedades em geral” (1993:158). Define-se assim, numa perspectiva ampliada

pelo conjunto de relações que se originam em um sistema tridimensional sociedade-espço-tempo (*idem*, p. 160), manifestando-se em várias escalas.

A territorialidade das comunidades negras rurais do Sapê do Norte foi tecida essencialmente a partir da apropriação do espaço, através dos saberes e elementos identitários grafados no espaço, que provém de uma série de relações e práticas comuns.

A *identidade* do Sapê do Norte era dada pelo viver comum numa entrelaçada rede de parentesco, criando o “*gado à grané*”, trabalhando no “*ajuntamento*” para abrir clareira na mata e colocar roça, organizando as festas e as “*brincadeiras*” da devoção (FERREIRA, 2009:337).

Por sua vez, os saberes constitutivos desta territorialidade englobam

(...) as categorias nativas⁴⁸, que expressam estas formas peculiares de leitura e apropriação do mundo; a observação acerca dos sinais do tempo atmosférico e da fertilidade do ambiente; as práticas de cooperação guiadas pelo princípio da solidariedade e reciprocidade; a cosmologia que orienta o melhor momento para os plantios e o extrativismo – o tempo das águas e os ciclos lunares, buscando a otimização do que o meio pode oferecer; a diversidade de técnicas e materiais utilizados nas construções e produção de artefatos; a diversidade de espécies de alimentos e medicamentos – que revelam uma longa observação, manuseio e experimentação; os conhecimentos acerca da cura corporal e espiritual – expressos pela grande quantidade de medicamentos oriundos da flora e fauna locais, aliados aos benzimentos; a arte de devoção religiosa presente no Baile de Congo de São Benedito, nos ternos de Reis de Boi e no Jongo, como também na Mesa de Santa Bárbara e Santa Maria, rituais de cunho afro-brasileiro (FERREIRA, 2010: 11/12).

Essas práticas e saberes, construídos ao longo da história grafada no espaço, se constituem então em elementos de apropriação deste espaço. Esse saber deve ser entendido de forma articulada com a ideia de poder, constitutivo da apropriação do território. “Os saberes ligados à terra, os saberes ambientais como coloca Leff (2000), se transformam em estratégia de sobrevivência e reprodução de um modo de vida, assim, estratégia de controle do território” (ITABORAHY, 2012:13).

⁴⁸ Simone Ferreira, em seu rico e profundo trabalho sobre a territorialidade quilombola do Sapê do Norte, identifica várias categorias nativas que exemplificam as leituras e apropriações comuns desse lugar, tais como: *imprensado*, *destocar*, *influído*, *suntar*, *terra à rola* e *terra solta*, *chegante* ou *forasteiro*, *forte* ou *fraco*, *perrengue*, *animal cavalari* e *animal vacum*, *gado à grané*, *sertão*, *rua* e *comércio*, *papaião* ou *balseiro*, *brincadeira*, *pemba*, *terreiro*, *ajuntamento* e *embarreio* (2009: 163).

Esse complexo de elementos que compõem a territorialidade se aproxima da ideia de *cosmografia* (cosmologia grafada no espaço), entendida por Little (2001) como o conjunto de saberes ambientais e ideologias que, criados coletivamente e situados no tempo, são utilizados para o estabelecimento e a manutenção do território dos grupos sociais. Essa cosmografia abarca os tipos e usos da terra, as relações de afeto e a memória coletiva do território, bem como o uso social e as formas de defesa do mesmo.

Essa apropriação, imbricada ao modo de vida desse povo, revela elementos de uma identidade comum. A identidade pode ser conformada por elementos que se referem à origem e à cultura de um dado grupo– etnicidade– e que marcam sua diferença, estabelecida de modo contrastivo em relação ao outro, estabelecendo fronteiras sociais e simbólicas materializadas no território. Como afirma Souza, “o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ (...) e os ‘outros’” (2001: 86).

A fronteira, os limites, a alteridade, a interioridade e exterioridade são aspectos inerentes ao território e revelam sua natureza relacional. O território e sua territorialidade, qualidade necessária à constituição dos territórios, são entendidos sempre a partir de uma relação com o outro, estabelecida pelos limites, pelo controle e domínio, advindos das relações sociais de poder, situadas temporalmente. O território não se constitui em um espaço absoluto em si, cristalizado materialmente; ao mesmo tempo, não se deve relativizar sua materialidade ao ponto de negligenciá-la.

Nesse sentido, é necessário delimitar historicamente este território, pois essas relações são dinâmicas, e o território também se modifica, se desfaz, se reconstrói historicamente. “Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material (...)” (HAESBAERT, 2002: 26).

3.2.2. Des-re-territorialização: as “firmas” e o Estado x Angelim I

Atualmente, a territorialidade da comunidade de Angelim I esbarra em empresas e no Parque Estadual de Itaúnas, agentes esses que conformam sujeitos de um conflito histórico que assume diversas características de acordo com o período histórico.

As firmas são as empresas Disa (Destilaria Itaúnas S/A), produtora de cana e eucalipto, a Fibria (antiga Aracruz Celulose), e a Suzano (antiga Bahia Sul), ambas do ramo da silvicultura. Ainda de maneira indireta em relação a Angelim I, a Petrobrás, que atua em Conceição da Barra a partir da exploração e transporte de petróleo, e do gasoduto.

A cana e a silvicultura ocupam grande parte da produção agropecuária no município de Conceição da Barra. Em 2010, segundo o Incaper, o município apresentava uma área de 38.037 ha de eucalipto, que responde por uma produção de 631.915 m³ de madeira em toras por ano. Associada à exploração do eucalipto, também ocorre a produção de carvão vegetal, atividade muito comumente realizada pelas comunidades quilombola. A cana de açúcar, por sua vez, ocupava uma área de 10.000 ha, com uma produção estimada em 620.000 toneladas de cana por ano (INCAPER, 2011a: 15).

Há uma dificuldade em dimensionar exatamente a área ocupada pelo eucalipto atualmente no município, tendo em vista que os dados disponibilizados no IBGE anualmente referem-se à produção e não a área cultivada pela silvicultura nos municípios. Quando há a disponibilização destes dados numa medida anual, como no caso do Censo Agropecuário, devemos considerar que não é disponibilizado ao mesmo tempo o dado referente à área colhida ou destinada à colheita, ficando assim à margem de não abarcar a situação real no município. Outra fonte são os relatórios anuais das empresas de eucalipto, mas que, no entanto, em alguns casos como o da Fibria e o da Disa, não mais especificam a área cultivada no município.

A Disa chegou na década de 1980, derrubando parte das matas, plantando e produzindo cana de açúcar. Sua destilaria fica a cerca de 20 km da comunidade, à montante do rio Angelim. Seus plantios de cana espalharam-se pelo município,

configurando junto ao eucalipto os dois maiores cultivos em extensão. Uma dessas áreas de cana situa-se onde anteriormente compreendia a área do Núcleo familiar Guimarães. Atualmente, a Disa e a Donati Agrícola estão plantando respectivamente eucalipto e seringa na área, e são vizinhas a este núcleo, como também fronteira com os núcleos Batista/Silvares e Timbohyba, tendo o córrego Angelim como limite.

Há alguns anos iniciou-se a substituição de parte do cultivo da cana pelo plantio de eucalipto. Outro fator que podemos perceber é que a cana de açúcar no município de Conceição da Barra representa quase a totalidade das lavouras temporárias.

Tabela 15: Área de cana (Hectares) em Conceição da Barra – ES- série histórica

Lavoura temporária	Ano				
	2008	2009	2010	2011	2012
Total	10.480	10.494	10.454	8.906	9.112
Cana-de-açúcar	10.000	10.000	10.000	8.559	8.559

Fonte: Sidra, IBGE.

A empresa Donati Agrícola mantém as seringueiras numa área de antigo jaqueiral, ao lado dos plantios atuais de eucalipto da Disa. Ambas as empresas são ligadas à família Donati, que ocupa a gestão passada e atual da prefeitura através de Jorge Donati.

A Suzano compreende à antiga Bahia Sul, formada por ações da CVRD e da Cia. Suzano de Papel e Celulose e chega na década de 1980 ao extremo norte do Espírito Santo através da compra de cerca de 6.320 hectares de terras da Florestas Rio Doce S/A (FERREIRA, 2002). Atualmente, possui 14.191 hectares de eucalipto plantados (SUZANO, 2013).

A empresa encontra-se junto a dois núcleos da comunidade: Zé Ferino e Guimarães. Parte da terra que ocupa já foi do núcleo Guimarães, tendo sido vendida por alguns herdeiros.

A Fibria, antiga Aracruz Celulose, é sem dúvida uma das principais agentes de conflito no Sapê e também na comunidade de Angelim I. Enquanto Aracruz, a relação de conflito era muito mais evidente e opositiva. A estratégia de fusão com a Votorantim e a mudança de nome não foram apenas estratégias econômicas, mas

estratégias políticas diante de um quadro negativo que se configurou ao longo dos anos para a empresa Aracruz Celulose.

A Aracruz Celulose, surgida em 1972 após fusão da Aracruz Florestal S/A com outros acionistas, chega então ao extremo norte do ES na década de 1970, desmatando tudo com os chamados “correntão” de esteira. Os mais antigos ainda resgatam esse processo da memória.

-E como que era de mata aqui, de natureza, como que era esses cantos pra cá?

Zirinha: (...) era tudo matona, era tudo matona mesmo...a Aracruz acabou com as correntes né..quebraram aquela mata ali...(...) eles quebraram, saiu um correntão e dois trator...quebraram tudo (67 anos, entrevista concedida a autora em julho/2013).

No decorrer do processo de expropriação de bens naturais e de terras, a atuação da empresa no estado do Espírito Santo gerou danos tão visíveis, que provocou resistências e mobilizações de movimentos sociais e povos tradicionais, diversas iniciativas que perpassaram pela instância pública, como o caso da Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público Federal em 1993, que teve como réu a empresa, o governo do Estado e o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente E Recursos Naturais Renováveis) a fim de averiguar danos e infrações à legislação ambiental.

Em 2002, a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo instaurou a Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) a fim de investigar as irregularidades contidas nos processos de Licenciamento Ambiental da Aracruz Celulose, conhecida como “CPI da Aracruz”. Vários pontos foram tratados, como o desvio de água do Rio Doce, sem licenciamento ambiental prévio, denúncias de envenenamento por agrotóxicos, violência contra os povos indígenas e quilombolas, entre outros. Entretanto, não houve um fechamento da CPI, devido ao mandado de segurança da Aracruz, o que inviabilizou um desfecho para as investigações (MARACCI, 2008). Outra medida tomada ainda no âmbito do Poder Público foi o Projeto de Lei n.º 252/2001, proposto pelo deputado estadual Nasser Youssef (PPS), que proibia, por tempo indeterminado, novos plantios de eucalipto para fins de produção de celulose

no Espírito Santo, até que fosse realizado o zoneamento agroecológico do mesmo. Apesar de ser aprovado na Assembleia Legislativa, o projeto recebeu o veto do então o governador do estado, José Ignácio Ferreira (FERREIRA, 2009:426).

Todo esse quadro adverso à imagem pública da empresa provocou mudanças não só institucionais internas (como no caso de sua fusão com a empresa Votorantim e mudança de nome para Fibria, em 2009), mas no próprio tratamento dado às comunidades impactadas pelos monocultivos. O estudo de Pinto (2010) atentou-se para essas mudanças, afirmando que

Todos estes conflitos prejudicaram a imagem da empresa em nível nacional e também no mercado mundial. Dentre algumas estratégias utilizadas pela empresa para mitigar ou responder a estas críticas destacamos: a construção de bases produtivas e de plantios em outros estados do país, novas formas de obtenção de matéria-prima além dos plantios próprios e alterações na gestão interna da empresa no que se refere ao setor de sustentabilidade e relações com as comunidades (p.1-7).

Parte dessa mudança na abordagem com as comunidades se realiza através do chamado PDRT (Plano de Desenvolvimento Rural Territorial), programa que prevê auxílios e assistências às comunidades. Em Angelim I, atualmente, todos sabem o que é o PDRT, sendo uma sigla agora comum. A empresa também começou a se relacionar com a comunidade a partir do trato pessoal, indo ao encontro de certas pessoas que se tornam pessoas-chaves, e não das associações e comissões, como anteriormente.

Outro ator que se interpõe à territorialidade da comunidade é o Parque Estadual de Itaúnas, que desde 1991 se apresenta para a comunidade do Angelim e de Itaúnas de forma controversa e contraditória. Isso porque a presença do parque, na prática, acabou impossibilitando as práticas tradicionais ligadas ao modo de vida da população local, tais como a pesca, a caça, a roça, coleta de lenha, ervas medicinais, a coleta de taboa e cipós usados para o artesanato e para as casas de estuque.

Segundo depoimentos, há maior ou menor proximidade em relação à comunidade quilombola, a depender da gestão do Parque. No momento atual, temos uma gestão bem distanciada da comunidade e bem próxima do Estado e das leis

ambientais, que exerce uma fiscalização e punição acerca do uso dos recursos naturais.

O Parque Estadual, administrado pelo IEMA⁴⁹, comumente faz a fiscalização sobre a comunidade. Esse ator, identificado pelos moradores muitas vezes como o “meio ambiente” ou o IBAMA⁵⁰, representa um agente de conflito.

Os Parques são Unidades de Conservação que, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), se enquadram na categoria de Unidades de Proteção Integral, de uso restritivo, não permitindo a presença de população humana e de posse e domínio público. Esse sistema, instituído no ano de 2000, é responsável pela criterização, normatização e regras de criação e manejo referentes aos diferentes tipos de Unidades de Conservação. Ele estabelece que nas Unidades de Conservação Integral, as intervenções humanas permitidas referem-se apenas à pesquisa científica, à educação ambiental e ao turismo, ficando proibido qualquer tipo de manejo dos ambientes naturais, assim como a existência de residências no interior da UC e restrições em torno da área de amortecimento, no entorno do Parque.

Grande parte das áreas naturais protegidas implantadas no Brasil, instauradas a partir dos anos 1930, encontram-se nos espaços litorâneos, de mata tropical úmida, onde se concentram inúmeras populações tradicionais. Essas áreas foram bem conservadas pelo modo de vida dessas culturas e de nenhum modo eram “desabitadas” (DIEGUES, 2001). Daí gerou-se conflito, pois as áreas naturais protegidas se constituíram em propriedade ou espaços públicos controlados, não permitindo a presença de moradores, realidade que se torna conflitante, pois as populações indígenas e tradicionais desenvolveram formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais.

É nesse contexto que se insere o Parque Estadual de Itaúnas e a comunidade local. O Parque representa, ao mesmo tempo, as proibições à práticas tradicionais, o impulso à atividade turística e para alguns poucos, uma oportunidade de emprego. Há ainda algumas atividades pontuais, como o curso de hortas ou mesmo um projeto

⁴⁹ Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (ES).

⁵⁰ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

de nascentes desenvolvido junto a um assentamento próximo, o Paulo Vinhas, que acaba por envolver a comunidade local.

O parque ainda costuma fazer “o controle” de espécies exóticas de vegetação na região, retirando, por exemplo, a leucena, a acácia e o dendê. No caso do dendê, este se constitui em uma importante referência para as comunidades quilombolas locais, fortemente influenciadas pelo fruto do dendê, sendo seu óleo comumente preparado e utilizado nas práticas culinárias, cosméticos e rituais afrobrasileiros (como a Mesa de Santa Bárbara).

O Parque também significou a perda de *terras de uso comum* para a comunidade local, além das desapropriações de moradores. Ferreira aponta que:

Dos 3.650 hectares da área total do Parque, restam cerca de 1.450 que não constituem propriedades particulares a serem desapropriadas e provavelmente deveriam estar classificadas na categoria das terras devolutas na ocasião da criação do Parque. Estas terras agora pertencentes ao Estado eram de uso comunal das comunidades que viviam no “sertão” e na Vila de Itaúnas, em geral compreendendo áreas de matas, rios e alagado. Assim, o processo de consolidação da Unidade de Conservação pode também ser vislumbrado como a etapa final do processo de particularização do *território de uso comum*, ditada pela lógica do patrimônio público sob o controle do Estado (2002:116).

Sendo assim, o parque, a partir das proibições juntamente à perda de terras representou para a comunidade mais um agente gerador de um cerceamento quanto ao seu modo de vida, influenciando assim numa perda de autonomia e maior dependência dessas comunidades para sua sobrevivência.

Contudo, Ferreira pondera ainda que há um lado positivo na criação do parque para a comunidade, pois sua instauração impediu a criação de um hotel resort na praia de Itaúnas, além de conter os processos de desmatamento de mata nativa gerado pelo monocultivo de eucalipto, tendo em vista que cerca de 1/3 da área do Parque compreende propriedades das empresas do setor florestal (2002:121).

Como vemos, o território apresenta então movimento, fluidez e conexões, sendo dinâmico de acordo com os processos historicamente construídos e materializados no espaço. Esse movimento fluido do território realiza-se através dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, sendo a territorialização o processo pelo qual um grupo, e às vezes um indivíduo, consolida relações de dominação e apropriação física e simbólica sobre uma dada área,

conformando um espaço a partir de um tipo de controle relativo aos âmbitos objetivo e subjetivo. Nas palavras de Haesbaert,

Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo (2012:97).

Desterritorializar-se seria o processo de perda desse domínio e apropriação e reterritorializar-se, seria o processo seguinte ao anterior; um tipo de reapropriação ou dominação resignificada, relocalizada, conformando um “novo” território.

Se territorializar-se envolve sempre uma relação de poder, ao mesmo tempo concreto e simbólico, e uma relação de poder mediada pelo espaço e, através deste controle, um controlar de processos sociais, é evidente que, como toda relação de poder, a territorialização é desigualmente distribuída entre seus sujeitos e/ou classes sociais e, como tal, haverá sempre, lado a lado, ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta pelos seus desterritorializadores (HAESBAERT da COSTA, 2012:259).

As comunidades negras rurais no Sapê do Norte, cujo processo de *territorialização* se realizou no contexto de decadência das fazendas escravocratas, sofrem o processo de *desterritorialização* a partir da chegada das “firmas” na segunda metade do século XX, sofrendo um *imprensamento* a partir da perda da maior parte de seu território, tecendo assim uma *reterritorialização* marcada pelo conflito.

Essas empresas expressam a lógica capitalista desenvolvida a partir da fusão da agricultura e indústria⁵¹, e em que os proprietários de terra se fundem aos capitalistas, gerando assim um processo de territorialização do capital de forma monopolista e também a monopolização do território (OLIVEIRA, 2004:40). Com o *(des)envolver*⁵² da globalização, a agricultura e o mundo rural vão sendo ocupados pelas empresas, corporações e conglomerados agroindustriais (IANNI, 1997).

⁵¹ Essa fusão é explicada por Graziano da Silva (1993) através da ideia dos Complexos Agroindustriais, que correspondem à integração da indústria que produz para a agricultura; a agricultura moderna propriamente dita e as agroindústrias processadoras, conformando um complexo.

⁵² Vários autores nos atentando para o desenvolvimento como um processo de negação do envolvimento entre sujeitos e lugar (Arturo Escobar, Carlos Walter Porto Gonçalves, entre outros).

Essa entrada era incentivada pelo Estado- nacional e estadual, conformando uma expansão intensiva, exemplificada por Dalcomuni (1990), que afirma que em 1969 a área de eucalipto plantada no estado⁵³ era de cerca de 3.000 hectares, aumentando para 8.649 hectares no ano seguinte, ou seja, triplicando a área ocupada no estado.

Outro aspecto “facilitador” da entrada das firmas na região foi o fato de as *terras de uso comum* serem consideradas como terras devolutas pelo Estado. Segundo Ferreira (2002), na época da entrada da Aracruz Celulose na região, o requerimento de posse de terras passou a ser exigido pelo Estado aos moradores. “Não sendo consideradas juridicamente como *comunais*, mas como *devolutas*, estas terras constituíam verdadeiras fontes de recursos para o Estado, através do potencial de mercadoria que passavam a adquirir” (p.82).

Além disso, as estratégias de aquisição de terras da Aracruz envolviam algumas figuras como Benedito Braulino, conhecido popularmente como Pelé, descendente de quilombola, e o Tenente Merçon, ambos envolvidos em práticas como falsas informações, ameaças e coerções, demarcação forjada, sedução da compra, constrangimentos morais e até violência física, relatados por vários moradores locais⁵⁴ (SILVA, 2012; FERREIRA, 2009). A aquisição ilegal de terras aparece como um dos objetos de investigação da “CPI da Aracruz”⁵⁵ que além disso, investigou questões relacionadas aos âmbitos trabalhista, social, econômico e ambiental⁵⁶.

⁵³ No Brasil, a região sudeste concentra 55,8% de todo o eucalipto plantado no país. Se incluirmos os Estados da Bahia, do Mato Grosso do Sul, do Paraná e do Rio Grande do Sul, essa proporção sobe para 86,1% (REPÓRTER BRASIL, 2011).

⁵⁴ Sobre vários tipos de irregularidades envolvendo a Aracruz Celulose, ver: RIBEIRO FILHO, Sebastião. Fraudes e ilegalidades. In: GOMES, Helder e OVERBEEK, Winnie. **Aracruz credo: 40 anos de violações e resistência no ES**. Patrícia Bonilha Editora: Vitória, 2011.

⁵⁵ A Comissão Parlamentar e Inquérito (CPI), criada pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo março de 2002, durou cinco meses, e seu relatório final foi arquivado.

⁵⁶ Ainda sobre as irregularidades no que tange à aquisição de terras, atualmente o MPF-ES move ação contra a empresa, o governo do Estado e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), requerendo a anulação dos títulos de domínio de terras e que os cartórios de registros de imóveis da região tornem indisponíveis as propriedades que fizeram parte das negociações irregulares. A ação tem como base as informações da CPI da Aracruz. Disponível em: <http://seculodiario.com.br/14321/10/bndes-e-governo-do-estado-tambem-sao-reus-em-acao-civil-publica-contra-aracruz-celulose-1>. Acesso em maio/2014.

Alguns depoimentos de moradores locais confirmam essa situação, como relatado por uma moradora do Angelim.

Dentina: Não tinha eucalipto, não. E aí, o que que acontece? Veio um grimensor aí, (...) e passou a perna em todo mundo aí, sabe? (...) Ele que mediu as terra, pra fazer os documento das terra pra Aracruz, sabe? Então, esse pessoal do Angelin aí, tudo eles, a terra deles ia até a estrada, da linha que era igual ao do meu avô, né, e hoje eles só ficaram com um pedacinho, né. Esse cara, (...), veio como agrimensor e foi medindo as terra, foi medindo as terra e cortou as terra do pessoal tudo no meio aí. (...) Ele vendeu pra Aracruz as terra toda. O pessoal ficou com esse pedacinho de terra foi porque a Aracruz é que deixou. Mas eles tinham a área toda comprada.

– Então ele requereu do Estado...

D: Ele requereu e vendeu, e assim tem documento falso pra caramba nesse negócio. (...) (41 anos em outubro/99. Entrevista concedida a Simone Ferreira)⁵⁷.

Outro morador de Angelim explica que alguns parentes começaram a requerer a terra, mas houve um processo concomitante de requerimento em que as terras foram direcionadas à venda para a Aracruz

U: Aí, esse cara, aí, esse home daí, dona Castorina foi a primeira a requerer. Onde é aquele eucalipi ali chegou, naquele outro com eucalipi ali, o pai daquela Néusia requereu. Aí aquele terreno que é de Baiano, era de Osmar, marido de tia Dorota.

– Ali era o terreno da dona Dorota ?

U: Era. Esse aqui também.

– Esse também era dela ?

U: Era. Aí eles requereram, depois veio um agrimensor lá ladrão, chegou, meteu requerimento por fora. Requereu tudinho. O pai balabutou com

ele, foi no Secretário de Agricultura, tudo, com o Juiz, num teve jeito.

– Mas esse agrimensor requereu pra quem ?

U: Pra ele ! Passou a mão, vendeu pra Aracruz, foi aonde entrou esse eucalipi !

– Ah, tá, ele vendeu pra Aracruz...

U: Vendeu. O agrimensor vendeu. E nós aí, nós tinha direito a 10 alquere, que tinha, vinhemo ter direito a 4 alquere. (57 anos em 27/09/99- Entrevista concedida a Simone Ferreira).⁵⁸

Anteriormente à chegada da firma, não existia a necessidade de regularização da terra no formato de propriedade particular. Não havia necessidade de cercas e

⁵⁷ Retirado de Ferreira, 2002:25.

⁵⁸ *Idem*, pgs. 25 e 26.

muros. A territorialidade da comunidade era dada pelo uso particular e comum a partir das relações historicamente estabelecidas. Sobre as comunidades negras rurais em geral, nota-se que

o controle sobre a terra se faz grupalmente sendo exercido pela coletividade que define sua territorialidade com base em limites étnicos fundados na afiliação por parentesco, co-participação de valores, de práticas culturais e principalmente da circunstância específica de solidariedade e reciprocidade desenvolvidas no enfrentamento da situação de alteridade proposta pelos brancos (BANDEIRA, 1991:8 *apud* LITTLE, 2002: 9). A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (LITTLE, 2002:11).

De acordo com os relatos, o território da comunidade de Angelim se estendia do brejo do córrego Angelim, terra de uso comum, até a estrada de acesso a Itaúnas, atual ES-010. Esse território pertencia a uma territorialidade maior, ao das comunidades negras rurais do Vale do Angelim.

– Tinha muito sítio por aqui ?

V.: Ah, muito ! Era tudo, tinha muito sítio.(...)

– E no Vale do Angelim, também ? Esses sítios eram todos da linha até o Angelim?

V.: Tudo, tudo, tudo, tudo. O Angelim saía onde hoje é a BR-101. Tudo moradores.(...) (61anos, em 05.11.01, entrevista concedida a Simone Ferreira)⁵⁹.

Ao subir o vale do Angelim, em direção à BR 101, até perto de sua nascente, encontram-se, além da comunidade chamada atualmente por Angelim I, as outras comunidades do Vale: Angelim II, Angelim III, Angelim Disa e Angelim de Dentro.

-Ele nasce aonde [o córrego Angelim]?

Pedraõ: Hoje ele nasce pra lá do..do..dum comercinho que chama São Geraldo..depois de Nova Lima..quem vai pra Pinheiro...então se você subir ele oh..sempre há morador, sempre..né..na margem porque o pessoal proveitava pra morar na margem, porque..pro acesso à água né..todas casas era construída na margem pra..facilitar a água pra lavar a roupa, fazer as coisa né..então, esse rio Angelim assim, ele foi povoado de gente né..da BR pra cá foi vendido pra cana e eucalipto, da BR pra lá, tem mais cana..né..até lá no final dele..a mesma coisa é o Itaúnas, sempre foi povoado também (...). Agora a nossa áreazinha sempre foi essa aqui, mas isso num quer dizer que a gente num usava todo esse território aqui,

⁵⁹ Retirado de Ferreira, 2002: 89.

oh..né..como área aqui pra roça. .aqui do outro lado da estrada, roça também..caça..pesca..né..mangue..tudo essa área aqui era utilizada pela gente (54 anos, entrevista concedida a autora em outubro de 2013).

O processo de territorialização do eucalipto dá-se, assim, sob a lógica do domínio territorial, em contraposição à lógica de apropriação das comunidades negras rurais, através de atributos ligados à racionalidade do capital e ao planejamento do Estado, sobrepondo-se ao território da comunidade. Esse domínio gera um conflito de cunho essencialmente territorial, onde entra em jogo recursos básicos para a manutenção e reprodução da vida, bem como elementos de identidade e memória deste espaço. Conformam-se assim territorialidades sobrepostas.

3.3. Conflito territorial e *R-existência*

A depreciação das condições de vida dessas comunidades, bem como os conflitos imbricados nas territorialidades sobrepostas em um mesmo espaço entre dois grupos sociais e duas racionalidades distintas – uma da apropriação material e simbólica do espaço pelas comunidades negras rurais; outra pela racionalidade capitalista transnacionalizada das empresas⁶⁰ acirram uma relação de conflito.

O Estado também aparece como um sujeito do conflito. De forma ambígua, ocupa posições contraditórias, conforme a situação e o momento histórico. A própria existência do Estado já pode ser encarada como um agente de conflito territorial, pois a partir de seu aparato político-institucional e seu aparato militar, conforma-se no principal sujeito ordenador do chamado território nacional.

O Estado Nação surge para promover tanto uma territorialidade, no sentido de controle do acesso, quanto no sentido de classificar e mesmo nomear as pessoas conforme seu lugar de nascimento. Toda existência “legal” dos indivíduos dependerá de sua condição territorial nacional (HAESBAERT da COSTA, 2012:89).

Podemos entender o Estado como um agente que reivindica o monopólio da violência física e simbólica em um dado território sobre um conjunto de uma

⁶⁰ No caso do município de São Mateus, além das empresas, os grandes fazendeiros constituem-se num sujeito importante do conflito, inclusive se organizando ao final de 2006 em um grupo denominado “Movimento Paz no Campo”, em reação ao processo iniciado em 2004 pelo Incra e pela Ufes de identificação das comunidades quilombolas.

população correspondente (BOURDIEU, 2005). Ele contribui de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social (*idem, ibidem*), materializando suas ações através de um governo em um determinado momento histórico. Esse governo, segundo Foucault, seria o responsável pela disposição política das coisas. Isso se daria principalmente pelas leis em geral, sendo estas utilizadas ao máximo como táticas de controle e direcionamento para fins específicos (FOUCAULT, 2006). O Estado é a única fonte do direito de uso à violência e se constitui numa “relação de homens dominando homens”, que é mantida por meio da violência considerada legítima (WEBER, 1991).

O processo de colonização das terras conhecidas na modernidade como América⁶¹ gerou a imposição de uma nação única em uma superfície com múltiplos e distintos grupos étnicos, que foram assim expropriados e subalternizados por um poder centralizado e institucionalizado, a princípio em forma de Colônia, e posteriormente na forma de Estado. Esse processo de ocupação colonial gerou confrontos com os povos originários que aqui habitavam as terras denominadas de Brasil. Além disso, a partir da migração forçada e exploração de mão de obra escrava negra do continente africano, esses povos vieram também conformar a posterior nação brasileira, sob a ótica de uma sociedade escravocrata⁶². De acordo com Little,

Se percorrermos rapidamente os diversos processos de expansão de fronteiras no Brasil colonial e imperial (...) podemos entender como cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais e como isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravos africanos. Para um entendimento mais profundo desses processos, cada frente de expansão precisa ser contextualizada com respeito ao momento histórico no qual acontece, à região geográfica que serve como seu palco principal, aos atores sociais presentes no processo, à tecnologia a sua disposição e às cosmografias que promovem (2002: 4/ 5).

⁶¹ Carlos Walter Porto-Gonçalves nos atenta que “o nome América (...) ficara restrito ao mapa feito, em 1507, por Martin Waldseemüller (1475-1522) quando, ao atualizar o mapa Mundi de Ptolomeu, observara que as referências de localização de Américo Vespúcio indicavam terras até então desconhecidas a oeste do oceano Atlântico. Em homenagem ao Américo, femininizou seu nome, haja vista serem femininos todos os continentes conhecidos. A conquista da América/Abya Yala conforma o eurocentrismo” (2012:5).

⁶² Sobre o colonialismo intrínseco às “conquistas” modernas e à conformação de um *sistema mundo moderno colonial*, ver Lander, Edgardo (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

A *forma-ação*⁶³ dos Estados Nacionais gerou e gera territorialidades distintas sob a égide do poder do Estado e da criação a nação. No entanto, podemos identificar dois contextos correlacionados que vêm promovendo, nas últimas décadas, um tensionamento entre estas territorialidades e a soberania nacional.

O primeiro é o contexto de conquistas dos povos tradicionais materializados em escala nacional pela *Constituição de 1988*, e em escala internacional, pela *Convenção 169* da OIT. O segundo é o avanço das forças nacionais através dos planejamentos e ações dos Estados⁶⁴ ligados à implementação de grandes projetos e obras, que afetam direta e indiretamente esses povos e seus territórios. Nessas duas escalas, insurgem vários conflitos de cunho territorial envolvendo os povos tradicionais.

(...) vemos explodir múltiplos conflitos de territorialidades onde cumprem um papel destacado as matrizes de racionalidade fundadas em civilizações outras tanto de povos originários como de afrodescendentes, muitos enquanto camponeses étnica e/ou culturalmente diferenciados (indigenatos) (PORTO-GONÇALVES, 2012:51).

As *racionalidades* diferenciadas são expressas por territorialidades provenientes de lógicas diferenciadas.

Está-se diante de conflitos que contrapõem os agentes sociais destes domínios de uso comum às “novas estratégias empresariais” de uma poderosa coalizão de interesses, que articula empreendimentos diversos: usinas de ferro-gusa, carvoarias, siderúrgicas, indústrias de papel e celulose, refinadoras de soja, frigoríficos e curtumes, mineradoras, madeireiras, empresas de energia elétrica e laboratórios farmacêuticos e de biotecnologia (ALMEIDA, 2008:46).

Aqui o que está em jogo é o território, ou seja, o espaço apropriado, intrinsecamente vinculado ao modo de reprodução e reinvenção da vida, contendo os bens naturais necessários à reprodução material e os bens imateriais, ligados aos saberes, à cultura desses grupos sociais. Como afirma Carlos Walter:

⁶³ A criação, a forma e a ação do Estado.

⁶⁴ No continente latino americano a expressão maior desse contexto é a IIRSA (Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana) e, em âmbito nacional os PACs (Programas de Aceleração do Crescimento) que estão inseridos na IIRSA.

(...) compreendi, assim, que pensar a terra a partir do território implica pensar politicamente a cultura. Assim, eram racionalidades distintas em conflito. Concretamente a luta política era também uma luta para afirmar outras epistemes (PORTO-GONÇALVES, 2012:55).

O conflito permite evidenciar as diferenças entre os grupos sociais, entre suas racionalidades. Assim é possível pensar a dimensão política, de poder, sobre a cultura vinculada ao território.

(...) os conflitos sociais (...) são momentos privilegiados de conformação de identidades, posto que são momentos-limite cujos lados, os interesses, se manifestam como realidade objetiva. São nesses momentos que aqueles que constituem os movimentos sociais, isto é, que buscam mudar a ordem que lhes está sendo (im)posta, se defrontam, se confrontam e assim, no front, buscam novas fronteiras para o espaço social, novos limites para as relações entre os homens (...) (PORTO-GONÇALVES, 2003:525 *apud* FERREIRA, 2009: 32).

Esses conflitos de cunho essencialmente territorial, conformados a partir de multiterritorialidades ou territorialidades superpostas, divergentes, que envolvem povos tradicionais cujas bases do modo de vida estão situadas no território, se aproximam do que alguns autores chamam de conflito ambiental, pois o que está em jogo é a reprodução da vida de um dado grupo social. Acselrad entende os conflitos ambientais como:

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis (...) decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (2004:26).

A sobreposição de lógicas divergentes e assim disputa de usos distintos fazem aflorar perspectivas sociais diferentes, que são lançadas como “projetos” a partir de sua sustentação nessa disputa. Sendo assim, como nos atenta Simmel (1964), o conflito social deve ser visto como uma relação constitutiva da sociabilidade, sendo um elemento da dinâmica social que não só desconstrói, mas reconstrói. Porto-Gonçalves (2012) também nos atenta para a dimensão positiva do conflito, salientando que estes apontam novas possibilidades históricas a partir dos lugares.

A conformação de territorialidades sobrepostas divergentes e o consequente conflito geram, por sua vez, formas de ação e reação, resistência e r-existência por parte das comunidades quilombolas, situadas dentro de uma lógica própria de

mundo, de uma cosmovisão que resulta uma ação particular e guia então suas estratégias de vida e relações no território. Nas palavras de Porto-Gonçalves:

Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos *r-existência*, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age *entre* duas lógicas. Assim, nessas resistências, *r-existência*, as epistemes e o território, onde a questão da terra tem um lugar central, ganham uma enorme importância não só pelo lugar que a ordem moderno-colonial nos destinou na divisão internacional do trabalho, como também pelo significado da natureza para a reprodução de qualquer sociedade, por mais que o antropocentrismo eurocêntrico acredite que a ciência e a técnica possam superá-la (2012:51).

Assim Porto-Gonçalves nos atenta que essas formas de *r-existir* também revelam uma *episteme* própria, que aponta significados e valores próprios sobre o território e a natureza na reprodução de sua sociedade. Nessa dinâmica conflitiva da realidade territorial em seus momentos histórico-geográficos são tecidas as formas de reação e reconstrução da existência, diante da dinâmica.

3.3.1. Elementos do conflito

A caça foi proibida no local no contexto de criação do Parque Estadual de Itaúnas e diante da redução faunística na região. Os moradores sempre praticaram essa atividade, sendo parte essencial de seu modo de vida e de sua alimentação em toda a região de Itaúnas (FERREIRA, 2002; HACON, 2011).

“É mesmo cultura esse negócio da caça aqui em Itaúnas porque é um povo meio indígena. Sabe que o índio pode caçar, né? Não somos como os indígenas a ponto de ser liberado o direito do índio. Mas é o costume, né cara, que há anos e anos as pessoas vivem da caça aqui em Itaúnas.” (SUJEITO 21; Entrevista concedida à Vanessa Hacon)⁶⁵:

⁶⁵ Hacon, 2011:122.

Nesse momento então ela se transforma de provedora do alimento à atividade ilegal, em que os sujeitos infratores ficam submetidos a detenção e multa, sendo uma das práticas mais intoleráveis pelo órgão ambiental⁶⁶.

Essa situação gera revolta e pesar em praticamente toda a comunidade e população local. Todavia a prática, segundo alguns estudos e relatos, ainda existe, apesar de ter sido reduzida drasticamente, sendo realizada tanto por aqueles com o intuito de se alimentar como para aqueles que visam à comercialização.

Ao falar sobre o assunto, a primeira coisa que comentam é que “não pode mais”, “tá proibido”, “vê se pode”. Demonstram em geral que não veem problema na caça como prática cultural e alimentar, mas condenam os “caçadores profissionais”, aqueles que o praticam como negócio e como “hobby”. Os relatos a seguir mostram o inconformismo em um caso aonde houve detenção de um morador que levou uma caça para comer e por outro lado a ponderação de tal proibição diante do comércio atual da caça.

Zirinha: [...]..uma vez o rapaz lá em Itaunas, [...]..diz que atropelou um tatu..pegou, trouxe, a mãe limpou..essa tal de mãe corta tudo e põe na geladeira...ela foi presa! Levaram minha filha..pessoal da Itaúnas foi tudo covarde né..porque era pra juntar todo mundo!! Pois ele entrou dentro de casa, foi na geladeira..foi mandado...foi mandado pelo policial (67 anos, entrevista concedida à autora em julho/2013).

Pedro: mas o que acontecia né..que ninguém vendia, era só pra comer..hoje o homem virou..virou comércio né..o pouco que tem ainda as pessoas que caça, num é pra comer, é pra vender..né..uma caça hoje vende..tem poucos que as vezes ainda vão lá e mata e come, mas a maioria dos caçador hoje é só pra vender(..)(54 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

O aumento e lucratividade do “mercado” da caça pode também ser interpretado como um resultado da própria escassez e proibição da atividade, uma vez que esta torna-se mais “rara” por ser proibida.

A proibição da pesca no rio também se insere no contexto de criação do parque. Mesmo a pesca artesanal é restrita, como afirma um morador local.

⁶⁶ Hacon ressalta que legalmente a caça também é tolerada se realizada para a subsistência, de acordo com a Lei 9605/98, Art. 37, “não é crime o abate de animal, quando realizado: I - em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família” (2011: 125).

Mário Jorge: (...) hoje o que existe aí, um peixinho que existe aí é robalo, assim mesmo pessoal do parque num deixa pescar mais, fala tudo que é área de parque, área de parque.

-Num pode nem pescar?

MJ: Num pode nada..nem de anzol eles num quer que pesca..eu nunca vi isso, o cara tem de documento de pesca, nós mesmo todo mundo tem documento de pesca aí..quando a gente entra com documento de pesca, quando a gente vai tirar na Marinha, antes qualquer água corrente cê podia pescar, né..hoje eles falam que é área do parque (...) num pode pescar. Se eles vê a gente pescando aí (...) ..esse pessoal do parque aí, ambiental passa aí, pra apanhar as boia e quebra tudinho pra fora. (...) Num querem que pegue não..nesse rio do Itaúnas aí e no Angelim, num quer que pesca não..quando um cara quer pegar um peixinho, quando acontece de pegar..tem que ser escondido..porque se eles topar, eles pega a rede, queima..leva lá ora banda de Vitória, pra lá.

-Multa, essas coisa?

MJ: Multa..e a multa num é pequena não, hein!

-Mesmo pesca artesanal assim?

MJ: Mesmo pesca artesanal mesmo..num querem, não (...)igual a gente mesmo, fomo criado só com peixe de água doce, mesmo..hoje em dia, não existe mais..o que tem eles num deixa pescar. (...) (47 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

O rio Angelim também é fruto de conflito por conta da poluição da água, decorrente do despejo de vinhoto⁶⁷ da Disa. Durante anos, a empresa despejou resíduos ilegalmente, inviabilizando os usos feitos, bem como a presença dos peixes.

Esse é o principal fator de conflito com a Disa, fato sempre citado pelos moradores ao falar da empresa, e que afeta todas as comunidades que vivem ao longo do Angelim.

Tulinho: (...) aqui oh, aqui tinha demais, nós usava água do rio..nós lavava, nós comia, os animais bebiam..aqui mesmo, quando a Disa abriu aqueles..aquela usina ali, cansou de vaca da gente criar, jogar cria fora e ainda morrer...

-Aí num dava nem pra ter vaca, né?

⁶⁷ Vinhoto é o resíduo pastoso e malcheiroso que sobra após a destilação do caldo de cana-de-açúcar (garapa) fermentado, para a obtenção do etanol (álcool etílico) e gera poluição ao ser descartado nos rios.

Anagildo: O animal num bebia água, não.

Tulinho: Que a água é toda pretinha, você pode ver ali que chovia tudo que choveu, cê pode meter a mão nela assim, tá uma água escura, uma água feia..num é o natural dela não, acabou..tá entendendo.. (59 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Mario Jorge: Aí a Disa desgramou a jogar vinhoto no rio aí, no rio Angelim..descia assim, peixe boiava assim igual a isopor..tudo podre..(...)o bicho tava contaminado (...).(28 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Os moradores relatam que presenciaram a impunidade em vários momentos por parte do órgão ambiental em relação à Disa, inclusive pela própria fiscalização do IEMA, via Parque.

A água é essencialmente um elemento presente no conflito, sendo um bem muito citado pela grande abundância de outrora e pela sua escassez atual. A maioria dos moradores liga essa escassez à presença do eucalipto, baseados na observação e vivência do lugar, relacionando-a também às mudanças no clima.

Luzia: Esses córrego tinha, hoje em dia num tem nem água no córrego mais..que o eucalipto acabou com tudo [risos]

Dentina: Com tudo..seco (...). A gente ia daqui pra Barra, só ia bebendo água dos córrego..aquela água limpinha, é (65 anos)

Luzia: (...) Agora, você ir pra Barra, vai morrer de sede, porque nem uma gota d'água (...). Aquela areiada, aquela água bonita, hoje em dia num tem mais nada..nada, nada, nada...(71 anos, entrevistas concedidas à autora em outubro/2013).

Anagildo: Ha muito córrego..daqui pra Conceição da Barra tinha muito córrego, muita nascente e hoje não tem mais..só tem os valão..e só tem água quando chove..quando passo um tempo sem chuva, seca tudo. Então, eu não sei, mas dizem que é através do eucalipto que faz essas coisas, né.

Anagildo: (...) no último córrego pra chegar na Barra..se eu num me engano, são nove córregos que tem..nove nascente...e o pessoal saía daqui pra Barra, num carecia de água, porque tinha água direto...todo córrego tinha água..nove córregos..fora o rio do São Domingo..que com o rio São Domingos, lá no Linharinho, faz dez. Quando tá no tempo da seca aqui, você sai daqui pra lá, você num topa um córrego desse com água.

-Que coisa, né?

Anagildo: Se tiver com água, é empoçado...só corre água quando tá chovendo..parou de chover, seca, porque num tem nascente mais... (73 anos, entrevista concedida à autora em julho/2013).

A dificuldade de acesso à água é relatada por todos os moradores.

-E água também, num tinha problema de água não, né?

Robertim: Água não. Água era tudo embaixo da mata nativa. E num era poço, não. Pegava no Corguinho. Tudo água boa, água corrente. Água limpa e bastante peixe, hoje num tem peixe. Até os córrego que tinha secou, né. Hoje num existe mais córrego, não. Pra ter água aí, só represado né. (...) só botar água quando chove, que aí.. enche, aí dá água. Mas num ser isso...os Corguinho que tinha aí por essa região secou.(...) Água tem que pegar na mão, tô abrindo um poço lá agora, lá, oh. Aonde tá aquela areia jogado lá, oh [mostrando]. Já tá quase três metros e num topei água ainda. (56 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Luzia: (...) Mas quando é tempo de verão mesmo, aí seca a cacimba, nossa senhora (...). Fica sequinho, sequinho. Nem bota pra cima [a bomba], porque num tem condições de botar..vai lá mesmo pegar, e bota numa vasilha e traz pra casa (71 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Outro elemento citado como poluente do rio e dos outros bens naturais, incluindo a fauna, é o uso de agrotóxicos pelas empresas de eucalipto.

Anagildo: (...) É os córregos, os rio que ainda resta quando chove, fica poluído.(...) o que causa que até já foi multada alguma vez por causa disso, a Disa jogando vinhoto no rio. (...) Isso...e o Round up que as firma bate nos eucalipto que quando chove, a enxurrada puxa pro rio, né...então, isso foi que acabou os peixe. Num foi outra coisa, porque antigamente, num tinha nada disso aí..esse rio tinha muito peixe.E quando vêm a temporada de chuva, essa água do rio fica igual a um café...(...) que nem os animal quer beber..depois cria um limo, uma nata por cima assim (...)(73 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Tulinho: (...) Além deles esculhambar, maltratar muito a terra e magoando o coração de Deus né..(...). Então, muito..muita firma faz isso..extraviando na Suzano ali, oh..vizinho com nossa terra..de Benedito Guimarães, que é o meu pai, que hoje pertence a nós..tatuzinho andando, os ossinho dele gritava, os casquinho dele assim tatatata..sabe..de ele andar de tão magrinho..magrinho, feiinho (...)

-Porque num consegue comer...

Tulinho: É de beber água de...de Round up...(...) é muita coisa (59 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

As práticas agrícolas são relatadas por várias famílias como um problema diante da legislação ambiental, que aponta a impossibilidade de “derrubar mata” dentro de seus terrenos e usar áreas como o brejo para a roça de arroz, prática realizada pelas antigas gerações.

Robertim: (...) o pessoal num mexe mais em vargem pra fazer o plantio de arroz..Hoje, o parque também toma conta, né. Se for fazer roça ali..

-Num pode, né?

R: Ah num pode...eles num deixa, não. Denuncia na hora, né (56 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Muitos moradores mostram-se indignados com essas proibições, pois comparam o impacto das suas atividades com os impactos gerados pelas “firmas” da região. As restrições de várias práticas e usos realizados tradicionalmente pela população local pela presença do Parque são entendidas como uma ação contraditória por parte do Estado, que ao mesmo tempo coíbe as ações da população local, e consente a devastação realizada pelas firmas, que desmataram grande parte da vegetação local para o plantio de seus monocultivos.

Zirinha: É, o eucalipto tá ai, que é do rico, né..ai ninguém fala nada, não..fica quieto. E foi o rico mesmo que derrubou, que desmato essa...essa..do Braço do Rio até aqui...(78 anos, entrevista concedida à autora em julho/2013).

“Eles falam de preservação. Que preservação? Eles deixaram a Aracruz chegar e comprar tudo. Você viajava daqui a Conceição da Barra e você encontrava o pessoal com seus cavalinhos, com banana, com farinha, com porco pra levar pra Conceição da Barra pra vender e hoje você só vê eucalipto. Nós estamos aqui recuados.” (SUJEITO 19 Entrevista concedida a Vanessa Hacon)⁶⁸.

Ao tratar dos conflitos ambientais da população de Itaúnas com o Parque, Hacon (2011) aponta que esse contexto revela um quadro de injustiça ambiental em que grande parte das responsabilidades pela destruição ambiental é conferida à população local, justificando a necessidade de preservação desta área. A contradição do Estado, materializada pelo ordenamento territorial desenvolvimentista a partir das

⁶⁸ Retirado de Hacon, 2011: 136-137.

firmas e preservacionista através do parque, é identificada por um morador de Angelim e relatada para autora.

Dentro do governo tem um instituto de meio ambiente e tem um instituto de defesa florestal e agropecuária que é o IDAF. Ao mesmo tempo um que fala que tá preservando e o outro que tá destruindo. Você não entende qual a lógica do negócio. O próprio IDAF às vezes libera hectares e mais hectares de mata para ser derrubados, das poucas matas que se tem. (...) tem pessoas que tem hectares e que tá tendo a liberação ambiental do Estado. Aí você vem aqui numa comunidade que não pode entrar na mata pra cortar um cipó, porque tem um Estado que diz que tá preservando. E aí você fica sem entender. Há poucos tempos atrás lá em Jaguaré o pessoal tava aplicando herbicida de avião nas roças, passando em cima de colégio, entendeu? Em cima das crianças (...) O presidente do IDAF diz que no norte do ES não tem liberação nenhuma para aplicação de herbicida aérea, mas a DISA aplica a vida inteira, entendeu? Aí quando foi agora que a gente foi pra audiência pública em Jaguaré chegou lá tava tudo legalizado. Então assim, que doideira que é isso! Como você entende essa ideia de conservar... um Estado desse que tem dois institutos que você não entende (...) Então não dá para ditar 'você tem que plantar essa área de borda de 50 m de beira de rio, você tem que reflorestar', mas quando você chega em área de eucalipto tem área que não dá nem 10 m, tem árvore fincada na água. Então que lei maluca é essa? (...) De querer que sejamos exigidos de tal parte, mas na hora de exigir de uma empresa não há uma pressão do Estado. Então como que vamos cumprir uma parte sendo que quem poderia cumprir mais rápido o caminho não... não dá pra você engolir, né? Não dá (SUJEITO 23- Angelim, Entrevista concedida a Vanessa Hacon)⁶⁹.

O Parque realiza as fiscalizações⁷⁰ através dos fiscais de campo, que são geralmente moradores locais, sendo os demais funcionários provenientes de outros lugares. Esses fiscais fiscalizam a região, frequentemente acionando a equipe do IBAMA (situada em São Mateus) para auxiliar nas autuações. Esse fato explica a comum identificação realizada pelos moradores do IBAMA enquanto “o pessoal do meio ambiente” faz as proibições. Em alguns momentos, há também a atuação do IDAF⁷¹, quando exige licenciamento para os fornos utilizados para a produção do carvão vegetal e aplica multas aos mesmos.

⁶⁹ Retirado de Hacon, 2011:137.

⁷⁰ Em relação às proibições, a coleta da Taboa, utilizada na produção de esteiras e a coleta de Cipós, utilizados na produção de cestos e na construção de casas de estuque, também foram práticas tradicionais proibidas.

⁷¹ Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo.

Neste último caso, o conflito torna-se grande junto à comunidade do Angelim, já que, como muitas comunidades quilombolas da região, o carvão passou a ser uma das principais alternativas diante da perda de terras e cercamento pelo eucalipto. As autuações e multas já ocorreram bastante na comunidade.

O relato abaixo demonstra a revolta diante da situação de proibições em torno do carvão, no difícil contexto de manutenção da vida.

Dentina: Até uma vez eu falei pro cara que veio multar o meu filho no forno...(.) falei assim: eu, meu senhor, num queria falar pra você, eu queria falar pra dona mesmo que veio trazer esse eucalipto aqui, porque antes disso, meu pai me criou, meus filho, meus irmão, não depende de cada um..num era obrigada, agora ela veio e trouxe, plantou aí..pessoa olha prum lado, olha pra outro, num tem da onde tirar, emprego num tem..aí acabou com que, acabou com o rio..a gente ..só a mandioca mesmo que num deu doença, depois conseguiu a recuperar..mas num colhe mais milho, feijão, criar porco num pode..galinha num pode, peixe num pode..nós vivia disso, meu filho, nós num precisava de tá queimando carvão pra comer e beber não, rapaz..nós tinha tudo o sustento nosso, era esse..e depois que essa firma entrou, cabo! Acabou nosso sussego..aí secou o rio, acabou tudo aí, ficou nós nessa pendanga.. que deram, ainda plantaram esse plantio aí pra fazer ainda as pessoa se obriga, se humilhar (...), se vende um forno de carvão, faz um, vende, tá com dinheiro no bolso..aí se você for plantar, demora oito, nove meses pra dar mandioca, né..demora..aí vai acostumar a uma coisa dessa..pra poder ter um dinheiro mais depressa ou pra poder comprar uma comida pra comer tem que fazer isso..aí vem condenar as próprias pessoas..vocês, em vez de vim ajudar as pessoas, vocês vêm condenar a gente ainda mais (65 anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

Hacon também levanta a questão do carvão como um dos principais pontos de conflito da relação da população local com o Parque, envolvendo processos contra moradores locais, incluindo o Angelim. Um morador da comunidade relata esse conflito, salientando que a atividade é realizada por falta de opções.

Tinha gente que tinha o hábito de agricultura e pra não passar fome fazia carvão. E aí vinha as exigências, né (...) Tem muita gente que recebeu multa, que responde até hoje a processo. Em Angelim tem quatro pessoas que teve que ir pra audiência, pra responder, pra protestar, pra contestar sobre essa questão que não foi por uma questão de fazer forno né... isso não é uma carvoaria, né? É um forno de uma família que tava produzindo carvão não por questão de querer fazer carvão... porque é ruim demais fazer carvão. Já

fiz carvão, já entrei dentro de forno, já tirei... ninguém quer fazer isso pro resto da vida. Mas a situação chegou tão grave a esse ponto na Barra [Conceição da Barra] e no entorno que era um dos meios (SUJEITO 23-Entrevista concedida a Vanessa Hacon)⁷².

Além disso, a coleta da madeira, antes comum e muito realizada para alimentar os fogões à lenha e os fornos das casas de farinha, torna-se também ilegal, dificultando a alimentação dos fornos das casas de farinha.

O espaço, ou melhor, a falta de espaço sempre foi um elemento de conflito, desde que as firmas se instalaram, dado que os monocultivos foram ocupando, ao longo do tempo, o território da comunidade. Práticas de coerção, coação e aquisição ilegal de terras figuram entre a relação da empresa com os moradores locais.

A falta de espaço e o *imprensamento* geraram tensionamentos não só entre comunidade e empresa, mas também dentro da própria comunidade nas relações de vizinhança, tendo em vista que o menor espaço potencializou as “perturbações” com as criações e roças alheias.

3.3.2. A “Retomada” e seus desdobramentos

A luta pelo território quilombola é alimentada e alimenta, ao mesmo tempo, o conflito em um dado momento. Entre 2007 e 2010, Angelim I se destacou como uma comunidade coesa e articulada na mobilização pelo território, atuando a nível local e a nível regional, através da Comissão Quilombola.

Em um dado momento da luta quilombola no Sapê do Norte, em escala local, talvez o maior feito da comunidade tenha sido realizar uma retomada de duas áreas ocupadas pela empresa e seus eucaliptos. Uma foi o complexo de Lagoas intermitentes (cerca 65 hectares) que outrora eram aproveitadas como fonte de pesca pela comunidade, mas que foram cobertas com o monocultivo e ficaram sem água há muito anos. Com a retomada, a proposta da comunidade é uma reconversão vegetativa-hídrica natural.

A outra área, situada entre o Núcleo Silvaes-Batista e o Núcleo Jesuíno (Santos), era um local de antiga moradia, que foi dominada pela Aracruz com plantio

⁷² Retirado de Hacon, 2011: 160/161.

de eucalipto. Depois de um corte, a área ficou sem receber novos plantios e foi retomada pela comunidade. Após a *retoma*, ela foi dividida pelos integrantes da comunidade, e também direcionada para pessoas com vínculo de parentesco ou que estiveram presentes na luta da retoma e têm algum vínculo com o lugar. Essa área foi direcionada essencialmente para o plantio, introduzindo policultivos, e consequente reconversão do solo. Depois, algumas pessoas passaram a morar no local, além de plantar. Ela apresenta 28 hectares, divididos em 16 lotes, onde trabalham 16 pessoas e moram 4 famílias.

Abaixo uma imagem de satélite com as áreas de retoma em destaque.

Imagem 5: Áreas de retomada em Angelim I



Fonte: Nepea – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (UFES), 2011.

Para os quilombolas, “a (re) toma não é ocupação, nem tampouco invasão, é uma ação política do quilombola a partir do movimento da enxada e simboliza a (re)conquista de seu destino”⁷³. Sendo assim, ela representa uma ação política importante de afirmação territorial, imbricada de elementos como identidade, pertencimento, bem como de projeto de vida.

O momento da retomada contou com a mobilização da comunidade, de outras comunidades do Sapê, além da presença de apoiadores da luta, como estudantes da UFES⁷⁴, ONGs e movimentos sociais, agregando em torno de 200 pessoas. Com machado, eles derrubaram eucaliptos que ocupavam a Lagoa do Murici, que ainda estava adensada com eucaliptos. Nos dias posteriores à retomada, já se iniciou então o cultivo de alimentos. Sobre o processo de mobilização política interna que culminou na retomada, segue o relato abaixo.

Terezino: A gente aqui teve uma aproximação com eles em...(...). Final de 2010 pra 2011. Mas o que a gente tinha aqui era essa situação, o conflito direto, né. Era a perseguição por parte da segurança deles, a “Garra”, que intimidava muito a comunidade. Então, precisando pegar madeira, fazer beiju, torrar farinha, fazer carvão...pra várias atividades, fazer galinheiro, construção...e sempre a comunidade era intimidada pelos seus seguranças. Aí a gente teve esse processo todo de formação, com todo esse processo de formação, a gente teve mais conhecimento..aí tivemos essa atitude em 2007 na comunidade de Linharinho, de ficar um tempo lá acampado. (...) nós saímos com esse destino mesmo, de aproximar mesmo, de fechar mais, intensificar mesmo a pressão, já que a gente tava sendo pressionado, então a gente tinha que também, né, dar um contragolpe. Então foi quando a gente foi mesmo pras áreas dela, né, cortar eucalipto, e vender e fazer carvão..assim sem medo, porque não tinha como mais. Então teve, nós tivemos repressão maior, porque já teve ordem judicial de entrar na comunidade, busca-apreensão.. é.. promotor público.. promotor, né?...promotor do ministério público estadual chamou algumas pessoas pra estar conversando. E aí a gente ficamos um pouco nessa situação de dar continuidade. E aí nós temos aqui uma Lagoa, que é a Lagoa do Murici, que na verdade ..grande fonte de alimentos antes da chegada do eucalipto eram as Lagoas, né, os lagos e as lagoas. E essa lagoa foi dizimada pelo eucalipto que eles plantaram eucalipto na época da seca dela, aí eles plantaram eucalipto por cima, dentro da lagoa. Então a gente começou a reivindicar esse direito, né, deles tirar esse eucalipto, mas sem nós falar nada com eles também. Então nós fomos pra ação né, pra prática. Começamos a derrubar, derrubamos e aí quando a gente teve essa repressão toda, então vamos

⁷³ Trecho extraído do filme (RE)TOMA, de 2011, produção da FASE-ES e direção de Cintia Braga.

⁷⁴ Universidade Federal do Espírito Santo.

agora parar aí a atividade deles. Então quando foi, fomos lá parar a atividade deles de manejo, né, que eles tavam fazendo a roçagem, os desbastes das mudas.... Interrompemos a atividade deles, foi aonde o pessoal da empresa realmente procurou a comunidade pra conversar (28 anos, Entrevista concedida a autora em julho/2013).

Após esse processo, a Fibria começou a fazer contato com a comunidade, buscando o diálogo sobre a área. No início do processo das conversas, a empresa se disponibilizou a ouvir as reivindicações e questões problemáticas da comunidade. Um ponto elementar, já colocado de início, foi a dificuldade de acesso à água. Com a poluição do córrego Angelim, as mudanças climáticas na região, a diminuição dos córregos e rios, a seca e a ocupação das lagoas pelo eucalipto, as famílias têm muita dificuldade de acesso à água. Assim, a firma logo construiu um poço artesiano, tendo afirmado que construiria um em cada núcleo de família, promessa não efetivada. A empresa também já concedeu alguns equipamentos como facão, bota, cerca e adubo para o trabalho na área de retomada e alguns outros para as famílias.

A princípio, a comunidade se propôs a desenvolver e executar um projeto próprio, necessitando de auxílio financeiro para a execução, que foi solicitado à Fibria. No entanto, a necessidade de condições de trabalho apropriadas e de bens básicos, como o acesso à água, fizeram a comunidade aceitar a contraproposta de um plano já traçado pela empresa. Sobre esse processo de aproximação, segue o depoimento de morador.

Terezino: (...) Porque depois da retoma, a gente ficou ainda um tempo meio que conversando, mas de longe (...)...aí a gente veio e recebeu os diretores aqui, né...começa a dialogar, falar que mudou a política da empresa, né, não é mais aquela empresa, é outra empresa, tudo tá sendo mudado..que eles querem manter uma relação com as comunidades tradicionais..aquela conversa toda e aí pediu que a comunidade pautasse algumas demandas de urgência, né..e aí nós pautamos lá algumas questões agrícola, de saúde, educação e..principalmente a água. Então, dentre essas todas, ficou de urgência, de emergência mesmo, a água. Então eles vieram, cavaram um poço artesiano, implantaram o poço artesiano e aí a gente começou a conversa, né.

(...) a gente foi conversando, conversando..nós apresentamos uma proposta de um projeto ..é..abrangente da comunidade onde nós estaria gestando esse projeto, estaria aplicando recurso mesmo na associação..essa era a proposta inicial que nós apresentamos pra eles, era a gente ter um projeto e nós mesmo manter esse...fisicamente, tecnicamente nós teria estrutura pra tá coordenando esse projeto, só precisaria mesmo dele era real [dinheiro]. Mas a gente não teve tanta sorte assim...eles reverteram um pouco a situação, trouxeram o programa deles, fizemos a experiência, né, não deu muito certo.

-Qual foi o programa deles?

Terezino: O PDRT.

-Já pronto?

Terezino: Já pronto. (...) na nossa proposta, a gente queria remunerar praticamente quase que todos os pais de família da comunidade, né, pra realmente a gente ter uma força maior, um fechamento maior de todas as famílias. Então a gente não teve né, então quando a gente foi no voluntariado, né, na boa vontade, nós perdemos força né, porque aí as pessoas- “ah não vou trabalhar junto dessa forma né, eu quero trabalhar no meu individual”(…).

-No coletivo seria numa área?

Terezino: Nessa área de retomada. E aí a gente ficou em poucas pessoas nessa área de retomada, no coletivo, praticamente assim 4, 5 pessoas mesmo mantendo. Então..perdemos força, né (28 anos, entrevista concedida a autora em julho/2013).

O programa de “desenvolvimento local” da empresa, o PDRT – Programa de Desenvolvimento Rural Territorial é o veículo que traz esses auxílios. Logo depois dos benefícios concedidos, a empresa apresenta algumas condições de negociação, como em que instância devem ocorrer os auxílios a serem concedidos. Foram ofertados subsídios para a área de retoma e para as propriedades particulares, para as famílias que já tinham suas propriedades e não estavam trabalhando na retomada, e o apoio à área de retoma ficou condicionado a uma produção coletiva da comunidade. Essa possibilidade gerou um conflito interno na comunidade, pois ao debater sobre essas opções, várias pessoas optaram por receber os auxílios no nível de suas propriedades e/ou para suas famílias, sendo a minoria os defensores de um trabalho coletivo.

Parte dos que optaram pelo auxílio para suas famílias foram pessoas que passaram a morar na retomada, e que moravam anteriormente em áreas de outras famílias, a partir do trabalho à meia, na própria comunidade. Esse fato demonstra que a possibilidade de acesso à terra enquanto morada e base para o sustento, contraditoriamente fomenta uma desmobilização do coletivo que proporcionou o próprio acesso àquela mesma terra.

Tendo decidido pelo apoio por família na área de retomada, as condições da empresa para a cessão do apoio seria através de um contrato de comodato, que acorda a concessão da área ocupada para essas famílias durante um determinado período, e diante de determinadas condições. Por outro lado, a empresa daria

subsídios e incentivos à produção dessas famílias, através da cessão de adubos e fertilizantes, mudas e sementes, entre outros.

Essas propostas geraram uma divisão interna em diversos aspectos: em torno da manutenção da luta pelo território e da não concessão do comodato, dos que queriam o comodato, mas tinham problemas em relação às restrições do contrato (como da impossibilidade de construção de moradias); dos que receberiam em suas propriedades os auxílios na área agrícola e de criação de animais, independente da área da retomada, incluindo os que não se identificam com a luta quilombola.

Para a negociação das propriedades particulares, foi criada então, a partir do contato de negociações com a Fibria e de divisão interna, a Associação dos Pequenos Agricultores de Angelim I. Atualmente, ela possui 18 associados, sendo este número variante. A associação é individual e o auxílio, previsto dentro do PDRT, é feito sobre a produção de 1hectare por associado e tem duração de cinco anos. O presidente da associação explica como funciona essa relação com a firma e os benefícios que eles recebem.

Anagildo: (...) a Fibria, de certos tempos pra cá, tá dando uma ajudazinha, sabe...(...) adubo, dá semente..pro pessoal que resta nas comunidades tá plantando, né..é pouco, mas é uma ajuda..num é..num vou dizer que não aceito não, ajuda..com que a Fibria tá dando..

-É empréstimo ou dado?

A: Dado. (...) Nós temos uma associação, de vez em quando, eu acho que esse mês, até o outro mês vai ter o plano de plantio..aí nós vamos reunir no dia, e a gente vai chamar na lista e vai perguntando o que que o camarada quer plantar (...) aí, o plano de plantio é agora pra setembro...aí, passando setembro, é duas vezes no ano, passando setembro é em abril, maio...sempre em abril..depois em setembro outra vez...que é época de plantar feijão, essas coisas, milho né.. (73 anos, entrevista concedida a autora em julho/2013).

O comodato, por sua vez, ainda não foi implementado por conta de resistência de uma parte dos moradores e por conta de restrições do contrato para outra parte de moradores, como a impossibilidade de construção de moradias. Para os que ainda apresentam resistência, a questão é política e resulta da tentativa da empresa em conseguir de volta a área retomada e desmobilizar internamente a comunidade.

Terezino: (...) Como a gente aqui era..tava se mostrando uma comunidade modelo assim de organização, até outras comunidades falando..e ..eles perceberam um pouco isso. Então, eles infiltrou nessa organização e..o programa veio com uma outra equipe, uma assessoria própria pra implantar esse programa assim em imediato, uma experiência. Essa experiência dando certo né, então ...a gente faz um planejamento até do final de 2011..então a gente já faz o planejamento de 2012, que aí já vem as outras assistências técnica. Mas pra dar continuidade, precisaria de uma entidade formalizada, porque eles precisaria de um comodato, né. Então eles já tinha um contrato pronto né, com as formas legais que eles achava e que a comunidade tinha que assinar pra eles poder desenvolver mais e mais o trabalho nessas áreas. Então, eles não ia simplesmente só tá ajudando a comunidade, eles queriam segurar a área que eles tinham perdido assim, né..pra comunidade, eles queriam tá retomando em forma de contrato (28 anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013)..

Para outros, a empresa é “boa” em estar deixando-os ali e ainda gostariam de ter acesso aos benefícios que a associação tem ou mesmo ao contrato do comodato.

A luta por espaço e pelas condições de plantio e moradia se tornou uma luta pelos benefícios pontuais da empresa diante de condições precárias de vida. A área da retomada passou a ser vista como uma solução para uns e um problema para outros. Os benefícios para determinado grupo em detrimento de outro gera confrontos internos, dificultando a coesão da comunidade.

Além disso, a empresa começou a oferecer empregos e cargos para pessoas de dentro e próximas da comunidade. Um dos cargos mais comuns é o de monitor ambiental, cuja função consiste em fiscalizar áreas de plantio da empresa num tipo de “controle ambiental”, conferindo incidência de pragas, fogo e se há trânsito de pessoas, corte e coleta de madeira não autorizados.

A situação de confronto direto historicamente construída vai se modificando ao final da década de 2000 a partir da política de “bons vizinhos” e acaba por deslocar o conflito para dentro da comunidade, obtendo o mesmo resultado anteriormente buscado que é a manutenção de suas terras, mas agora a partir de outras estratégias.

De acordo com Pinto (2010), a relação entre a empresa e as comunidades nunca foi homogênea, e sempre esteve repleta de controvérsias e violência, assim como com outras “comunidades tradicionais vizinhas” como os indígenas Tupiniquim e Guaraní de Aracruz, no Espírito Santo. A aproximação da Aracruz ora encontra consentimentos, ora resistências por parte das comunidades quilombolas. A

dificuldade dessas relações e usos territoriais é admitida pela empresa. No entanto, a Fibria entende que as questões sociais relacionadas com essas comunidades estão mais voltadas à “pobreza” e não tece nenhuma relação entre as dificuldades de sobrevivência dessas comunidades e seus impactos nas mesmas. Pelo contrário, se vê, no plano discursivo, como uma agente possível de levar soluções, como vemos no trecho a seguir:

A Empresa se defronta com diversos e complexos desafios na área social. São desafios associados a questões que afetam toda a sociedade brasileira, e se manifestam de forma particularmente aguda no norte do Espírito Santo e no extremo sul da Bahia. **Embora a indústria de celulose tenha fomentado o desenvolvimento regional, esse processo não foi capaz, por si só, de eliminar os bolsões de pobreza criados dentro do modelo de ocupação da região.** A Fibria reconhece essa dificuldade, e **vem trabalhando** com vários atores públicos e privados, das comunidades e do terceiro setor para a **definição e efetivação de planos que dinamizem a economia da região e promovam maior inclusão social**⁷⁵.

Ao analisar as mudanças de relacionamento e estratégias da empresa com as comunidades, Pinto conclui que as críticas baseadas nas problemáticas expostas constituem-se como riscos sociais corporativos para a Fibria e afetam sua imagem nacional e internacional, suscitando vulnerabilidades e prejuízos econômicos. Nesse sentido, essas mudanças fazem parte de uma perspectiva de gestão no sentido de minimizar esses riscos, como outros, no que tange aos investimentos (2010:144). Outra reflexão relevante nesse ponto refere-se ao fato de que algumas demandas atendidas pelos projetos da empresa já eram reivindicadas pelas comunidades e pelo Poder Público local. “(...) embora se assemelhem a dádivas e se apresentem como fruto de uma conduta responsável, as ações parecem mais respostas às pressões e lutas sociais” (PINTO, 2010:127).

A realidade torna-se mais complexa do que achar a empresa boa ou má, se partirmos da visão sobre a precariedade das condições de permanência na terra diante das dificuldades na luta pelo território. Os “atrativos” oferecidos pela empresa nesse quadro de ausência do Estado e precariedade das condições de vida fomentam uma visão confusa, às vezes positiva, por parte de alguns moradores.

Terezino opina sobre essa nova situação:

⁷⁵ Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/web/pt/pessoas/comunidades.htm>>. Acesso em: mar./2013. Grifo nosso.

Você acha que essa coisa da empresa melhorou..essa forma de aproximação, de .. ?

Terezino: (...).eu acho que deu uma mudada, né..eu já tinha falado assim, que mudaram as coleiras, né, mas os cachorros são os mesmo, então assim, os diretores são os mesmos da antiga Aracruz Celulose, né. Eles deram só ..mudaram só um pouco a estratégia deles de conseguir, né..é de certa forma imobilizar a comunidade. De certa forma, essa aproximação, essa mudança..a oferta de emprego mínima dentro da comunidade, tá pegando pessoas de dentro da comunidade, levando pra dentro da empresa, é...esses projetos, né, esses projetos paliativos que, segundo eles, vão resolver a situação.

-Projetos quais?

Terezino: O chamado programa, né..de desenvolvimento territorial rural, PDRT. Então, assim, são projetos que vão paliando as pessoas devido tá justamente nessa situação difícil, né.(...) . Então, é mais uma situação que as comunidades se encontram, tudo que chegar, a pessoa tá querendo, tá pegando, porque política pública não chega né, não chega nunca. Aí as pessoas vão abraçando, né, e tornando um pouco mais complicado, né, porque..o grande inimigo já tá dentro de casa. Se tava dormindo ao lado, agora tá dormindo abraçado, né. Tá bem difícil agora você se defender de qualquer ação que possa tá vindo, que a proximidade tá bem forte (...). Então, nós mesmo provamos desse veneno que não foi bom, que deu muito e muito conflito interno (28 anos, entrevista concedida a autora em julho/2013)..

O morador salienta então que essa aproximação acabou por provocar a desmobilização da luta pela território, “freando” o processo que já em si encontra muitas dificuldades interna e externamente.

3.3.3. Luta pelo território quilombola

A comunidade de Angelim I ainda passa pelo processo de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território (RTDI), etapa inicial prevista pela Instrução Normativa n.º 16, de 24 de março de 2004 (INCRA), após reconhecimento da comunidade pela Fundação Cultural Palmares (FCP/Minc⁷⁶). As tentativas de execução do estudo já são três, que tiveram seu início com a FCP, em 2003. A cada momento, o estudo passa por entraves burocráticos, quase sempre vinculado à precariedade do trabalho e morosidade do INCRA. Um dos técnicos que

⁷⁶ Ministério da Cultura.

começou a trabalhar pela empresa de consultoria e gestão que venceu a licitação do último edital emitido pelo INCRA, apresenta as condições iniciais de trabalho, mas coloca que houve pouquíssimo tempo para o trabalho em toda a bacia do Angelim e não foi possível realizá-lo como exige a legislação.

Sandro Juliati: (...) E eu falei com ele: olha, se for dividir 30 dias de campo, fica 7 dias e meio em cada comunidade, eu não consigo, não dá pra visitar todas as famílias. (...) nessas circunstâncias, esse relatório vai ser mais um survey do que propriamente um relatório que tenha alguma densidade etnográfica, como exige a instrução normativa do Incra, né. E a resposta do Incra à empresa: olha, se vocês sentirem necessidade de alongar o campo, isso é responsabilidade da empresa e não do Incra, o edital já foi lançado, o dinheiro já tá aí, então a empresa falou que conseguia adequar as coisas (entrevista concedida a autora em julho/2013).

O dado trabalho foi feito com uma equipe de quatro pessoas que tinham as comunidades da bacia do Angelim (4), e mais a comunidade de Roda D'água para realizar, em alguns meses de trabalho, um profundo estudo sobre as histórias, práticas, referências de parentesco, referências territoriais, entre outros aspectos, como indica o aparato legal brasileiro⁷⁷. Diante do atraso de liberação da verba, entre outros fatores, esse relatório⁷⁸ foi negado pelo INCRA, que apontou uma série de ausências, comentadas pelo técnico envolvido.

Segundo relato dos moradores, uma possibilidade levantada no início dos trabalhos no Sapê era se seria possível uma titulação coletiva, já que a memória referente a este lugar revelava fortes ligações de parentesco, vizinhança e uso comum da terra. Todavia, a morosidade do órgão, adicionado às dificuldades quanto às desapropriações necessárias, tornam essa possibilidade praticamente inviável, fato inclusive considerado no início dos trabalhos do INCRA em todo o Sapê do Norte.

Diante das dificuldades relacionadas ao INCRA, a mobilização interna das comunidades torna-se praticamente um fator essencial na pressão política do

⁷⁷ Neste caso, a Instrução Normativa n.º 20, de 19 de setembro de 2005 (INCRA) que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por comunidades quilombolas, apresentando, entre outros, os procedimentos e conteúdos referentes ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

⁷⁸ “Os relatórios técnicos revelam que um Território Quilombola é uma terra em que se dão diversos usos simultâneos: moradia, produção e cultivo, extrativismo, criação de animais, caça, pesca, patrimônio cultural que inscreve na terra atividades de manifestação cultural, religiosa e ritual” (INCRA, 2012:19).

processo. Esse requisito tem encontrado muita dificuldade, haja vista a crescente descrença das comunidades no que tange à titulação, devido à demora e retrocessos burocráticos e jurídicos.

Na tentativa inicial de titulação coletiva, trata-se do córrego do Angelim como referência comum da memória que selava o recorte espacial de seus habitantes, apresentando-se assim a tentativa de titulação coletiva de toda a bacia do Angelim, o que geraria um território de aproximadamente 11 mil hectares.

Após o fracasso do estudo coletivo, os territórios das comunidades foram separados. No caso de Angelim I, o território a ser pleiteado compreende a cerca de 2 mil hectares, segundo moradores da comunidade. Eles também afirmam que o técnico que atualmente está desenvolvendo o estudo, conversou com a comunidade no sentido de reduzir o território, argumentando que haveria maiores chances de consegui-lo.

Dentina: (...) E hoje..aí eles falam assim: o território é muito grande, se for a demarcação, que as pessoas num dá conta pra trabalhar [argumento do técnico responsável pelo RTDI da comunidade, segundo relatos, que sugeriu o pedido de demarcação de uma área menor]. Certo, num dá. Mas uma família, ela depende de um pedaço de terra bem grande. Muito mesmo, de 4 a 5 alqueires de terra. Ou mais, porque se você for criar porco, criar galinha, criar peru, criar gado, cavalo, tudo tem que ter um espaço, né..aí já penso? dez famílias tudo ocupando esse espaço, com essas criação. É muita terra, né. Num dá, né. Eles acham que esse pedaço de terra tá muito grande, né. Agora quando é essa bitela dessa firma enorme, aí num acha que tá grande, não (65 anos, entrevista concedida a autora em julho/2013).

As dificuldades burocráticas e a morosidade do INCRA arrastam os processos do Sapê que carregam a esperança pelo território. Os primeiros estudos realizados foram nas comunidades de Linharinho e de São Jorge, nos anos de 2004 e 2005. Dez anos depois e nenhuma titulação. Essa é a realidade do Sapê e de tantos outros lugares no país. Segundo dados do INCRA⁷⁹, até hoje apenas foram emitidos 138 títulos em 123 Territórios, correspondentes a 206 comunidades, diante de 1.227 processos abertos, que em alguns casos, datam de 2003.

⁷⁹ Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas>. Acesso em março/2014.

Tabela 16: Processos abertos para titulação de terras quilombolas em 2013

PROCESSOS ABERTOS POR ANO											
2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
9	110	206	176	164	123	146	74	159	59	1	1.227

Fonte: Incra, 2013.

Esse quadro insere-se no contexto de desigualdade estrutural fundiária brasileira, que nos remonta à Lei de Terras de 1850. Além de estabelecer a propriedade privada a partir da compra de terras, e direcionar seu acesso à elite nacional, distinguiu e classificou a população anteriormente escravizada em “libertos”, impedindo seus processos de regularização de terras em comparação com os demais. Como afirma Leite (2010):

A primeira Lei de Terras de 1850, redigida no evidente contexto de esgarçamento e saturação do sistema escravista, contribuiu substancialmente para tornar invisíveis os africanos e seus descendentes no novo processo de ordenamento jurídico-territorial do país. Ao negar-lhes a condição de brasileiros, segregando-os através da categoria “libertos” esta lei inaugura um dos mais hábeis e sutis mecanismos de expropriação territorial (p. 19).

A balança da estrutura fundiária concentrada pesa historicamente. O avanço que prevê o direito a terra por indígenas e quilombolas a partir da Constituição de 1988, esbarra nas estruturas de poder do Estado, dificultando em demasia a concretização desse direito.

Uma questão importante no contexto de titulação dos territórios quilombolas é o processo de desapropriação necessária para regularizar aquele território com um título coletivo e inalienável (pró-indiviso) da terra às comunidades⁸⁰, pois há de se mexer nos títulos, nas propriedades e em suas benesses que transpassam esse território, atingindo assim o mercado de terras e as escalas de poderes. Como salienta a advogada e integrante da *Secretaria Nacional de Direitos Humanos* que participou da Missão de averiguação de violação ao DHAA⁸¹ no Sapê do Norte e trabalhou em alguns RTID's da região, Mariza Rios:

⁸⁰ Como estabelece a Instrução Normativa n.º 20, de 19 de setembro de 2005 (INCRA).

⁸¹ Direito Humano à Alimentação Adequada.

M: Eu acho que quando a gente vai falar de território, a gente vai falar de um elemento que é extremamente causador de grandes divisões, que é o elemento da propriedade...(...) a regularização da propriedade no Brasil, ela vem da Lei de Terras, de 1850 (...). Naquele momento, antes de 1850, como é que você garantia a propriedade, qual era o elemento principal que vai dizer que essa propriedade é sua, era o cultivo..sabia? Era o cultivo. (...) Depois, com a Lei de Terras, a Lei 601, ela vem dizer o seguinte, não é mais o cultivo, mas é o título que você registra no cartório.. é que vai dizer que você tem a propriedade..e aí, a gente tem, a propriedade vira negócio, a propriedade vira meio econômico e aí, minha filha, quem tem mais dinheiro compra. E quem tem mais dinheiro, paga o cartório e registra o título, num é verdade? Então, aí, você tem uma revolução na lógica da propriedade do Brasil. Com isso, os territórios indígenas e os territórios quilombolas, eles foram se perdendo. (...).perderam boa parte desse território que era deles. No caso do Espírito Santo, no norte é uma lei de 1970, (...) que é a regularização fundiária que se deu em 1970, onde as grandes empresas adquiriram a preço de banana, na feira, né..e aí plantaram eucalipto, no caso do norte do estado. (...) aí você perde o território, recuperar esse território num é uma questão econômica , num é uma ausência de dinheiro, mas é uma questão política. Você precisa desagradar a alguém...(...) ora, você vai desagradar a grande propriedade, ora você desagrada a pequena produção, num é isso. Quando você tem um conflito, quando o governo faz a..em relação aos indígenas e aos quilombolas, pior ainda..por que? Porque vai passar por um processo que é um processo que não é muito lucrativo, a desapropriação não é lucrativa. Você desapropria terra nua e você paga produção, você paga as benfeitorias, mas quem determina o valor da sua benfeitoria não é você, é o Estado. (...). Então eu tiro do mercado. Aí eu desaproprio. Nesse processo de desapropriação, quem adquiriu o título de uma certa forma, perde..e aí você tem um acirramento do conflito(...). E a perda do território.. hoje o Brasil vive uma situação que eu acho mais séria no direito brasileiro, é que o próprio Estado brasileiro reconhece que quem é..comprou mesmo que fraudulento, comprou de boa fé, porque não sabia. E ao o Estado tem que comprar de volta (...) (Entrevista concedida a autora em novembro/2013).

Esse quadro também facilita o processo de aproximação das empresas com as comunidades no sentido de ser a possibilidade mais viável e presente para a comunidade de receber auxílios. Além disso, esse contexto obriga essas comunidades a investirem em outras formas de garantia da sobrevivência, fomenta o desânimo e facilita divisões internas quanto à luta pelo território quilombola.

No Sapê, a luta pelo território e pelo reconhecimento enquanto sujeitos de direito apresentou grande mobilização e coesão do início a meados da década de 2000, através das apropriações e luta por seus direitos que resultaram na Associação Afrocultrual Benedito Meia-Légua⁸². Depois, com a criação da Comissão Quilombola do Sapê do Norte, articulada na Rede Alerta contra o Deserto Verde e na CONAQ, e

⁸² Essa associação ainda teve outra precursora no que tange à mobilização no movimento negro, a Associação Afrocultrual Benedito Meia-Légua.

nos processos de pesquisa da Koinonia/Fase e dos Laudos Territoriais das Comunidades. Ainda nesse sentido, as comunidades começaram a realizar dois eventos: o *Grito Quilombola* e o *Festival do Beiju*. O primeiro constituindo-se em manifestações, visando visibilidade e reivindicações da luta quilombola; e o segundo, um momento de revalorização e revitalização da cultura quilombola, voltado para a culinária, festa, danças, brincadeiras e música.

Nessa década, pode-se amadurecer o debate sobre os direitos constitucionais e sobre a identidade quilombola, que ia sendo redescoberta, retrabalhada.

Até então, a categoria “quilombo” não compunha o aparato das representações que estes grupos construía em relação a si próprios e a seu território expropriado. As indagações a respeito de seu tempo de vida naquele lugar traziam à tona o referencial da *ancestralidade* africana: as afirmações muito escutadas “*ah, sou nascido e criado aqui*”, “*meus pais eram daqui, meus avós também*”, ou ainda “*minha avó veio da África, falava enrolado*”, eram fundamentais para a legitimação do direito apontado pelo Artigo 68 das

Disposições Constitucionais Transitórias (1988). O sentido da *identidade quilombola* passava a nascer coletivamente a partir deste momento, iniciando-se como uma *identidade atribuída* – inicialmente pelos apoiadores das comunidades negras do Sapê do Norte, que lhes traziam a questão dos direitos oriundos desta identidade – e caminha para uma *identidade incorporada e elaborada* pelo grupo, enquanto estratégia de sua luta social (FERREIRA, 2009:249).

A passagem da atribuição externa para a identidade elaborada tem suas bases em um processo de reconhecimento mútuo, aonde se reconhece enquanto sujeito de direito, pertencente a um grupo específico, sem, contudo, ser engessado. Obviamente, essa incorporação e elaboração identitária é um processo particular em cada lugar e reforça assim as referências de pertencimento e diferença, bem como a luta pela autoafirmação a partir do movimento de autoatribuição. Como bem aponta Leite,

(...) percebeu-se em longos anos de debate, que o sujeito do direito referido pelo dispositivo constitucional não poderia ser objetificado através de um rótulo, selo ou carimbo. A identidade social não é um estado fixo, imutável, ou algo que pode ser imputado desde fora e de modo unilateral, mas, acontece desde uma dinâmica relacional que envolve todo o conjunto de forças em movimento na sociedade. O respeito ao princípio de autodeterminação dos povos, no qual se inclui a autoidentificação está descrito na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho da qual o Brasil é um dos signatários. O conceito da identidade social a que me refiro, dá espaço para o reconhecimento das instâncias organizativas dos grupos que se autoreconhecem a partir de noções de pertencimentos construídas e legitimadas no interior dos próprios grupos, embora decorrentes de dinâmicas e forças

sociais em movimento. O direito intitulado “quilombola” emerge no cenário de redemocratização do país como um dos vetores representativos de grupos até então invisíveis no cenário político nacional (2010: 20).

A construção dessa pertença, contudo, não obedece a uma dinâmica linear e homogênea, sendo fruto de processos desiguais de apropriação e reconhecimento e de disputas internas no que tange à memória e à identidade.

(...) a etnicidade refere-se aos aspectos das relações entre grupos que consideram a si próprios como distintos. Do ponto de vista da interação, o processo de identificação étnica se constrói de modo contrastivo, isto é, pela “afirmação do nós diante dos outros” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976: 5). A partir de Barth (1969), as diferenças culturais adquirem um elemento étnico não como modo de vida exclusivo e tipicamente característico de um grupo, mas quando as diferenças culturais são percebidas como importantes e socialmente relevantes para os próprios atores sociais (O'DWYER, 2010:45).

O reconhecimento enquanto grupo distinto que conforma uma especificidade étnica é inicialmente alimentado no Sapê pelo conflito, que se constitui em um momento elementar de autoafirmação do “nós” diante do “outro”. À medida que esse conflito se atenua e/ou se transforma, há uma oportunidade de acirramento da disputa pela memória e identidade, vinculada à estratégias de manutenção e reprodução da vida.

Em Angelim I, essas estratégias passam por práticas historicamente construídas enquanto grupo e assim vinculadas a uma característica identitária comum, mas também passam por novas estratégias vinculadas à presença e à racionalidade das firmas, dado que estas estão materializadas em seu território e se aproximam também cada vez mais através de suas estratégias renovadas de gestão junto às comunidades do Sapê. Esse quadro, por sua vez, nos dá algumas pistas sobre a heterogeneidade das comunidades do Sapê e o atual cenário de luta pelo território quilombola.

Contemporaneamente, portanto, o termo Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de

vida característicos e na consolidação de um território próprio. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo (O'DWYER, 2010: 43).

3.4. Estratégias de manutenção e reprodução da vida

Atualmente, as estratégias de manutenção e reprodução da vida passam principalmente pelas formas de obtenção do alimento e renda nas unidades familiares. Antes, a manutenção da vida vinha da roça e da natureza. Existia uma renda pequena oriunda da venda da farinha e alimentos em geral para a cidade de Conceição da Barra, bem como relações de troca, tanto de serviço como de alimentos, como demonstram os seguintes relatos.

-Mas vocês tinham assim, as coisas de alimento era tudo aqui, né?

Dentina: É..quase num comprava nada não, menina.

Pedraão: Com certeza..você saía na rua pra comprar o querozene..porque num tinha energia, o sal..e a gordura também era de porco, dendê (54 anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

Mário Jorge: sobrevivência era melhor, porque a gente só comprava mesmo era só arroz, óleo, esses troços né..feijão muitas vezes a gente colhia ali..quando era..peixe mesmo, no rio, era farto, você botava rede mesmo era o ano todinho..a rede dentro do rio pegava peixe direto...pegava peixe direto ali e...e era farto, ninguém perturbava ninguém.. (47 anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

Existia uma renda que vinha principalmente da venda da farinha e servia também para comprar a vestimenta e para as festas dos Santos. Uma atividade pontual de geração de renda nesses tempos, relatada por alguns moradores, era a limpa do Rio Grande (Itaúnas).

Uma problemática levantada por Silva, baseado na pesquisa realizada pela Koinonia, é que “os ciclos” da economia na região alteraram as condições de vida das comunidades, e que, além disso, quando ocorre a incorporação de maquinário da indústria de celulose e de etanol nos anos 1990, há o processo subsequente de substituição e desemprego da mão de obra local (Koinonia, 2005:37 *apud* SILVA & CARVALHO, 2008:3).

A pesquisa realizada pelas ONG's Koinonia e Fase, no período de 2002 e 2003, tentou traçar um panorama geral sobre os aspectos socioeconômicos e ambientais dessas comunidades, ou seja, suas condições de vida, contextualizando-as na escala municipal, regional do Sapê e estadual. Ao trazer dados comparativos sobre as condições de moradia (moradia própria/aluguel, água, eletricidade, saneamento), a pesquisa conclui que

Todos estes dados apontam a precariedade em que vive a população rural dos municípios, particularmente em Conceição da Barra. A limitação aos serviços públicos contribui para a delimitação da melhoria da condição de vida das pessoas que residem na área rural, fazendo com que as possibilidades de desenvolvimento da região seja restrita. Desta forma, sem que haja uma ação maior do Estado no desempenho de suas funções básicas como provedor de bens públicos, as tentativas locais de expansão das capacidades de crescimento da região ficam ameaçadas. A renda *per capita* do domicílio segundo o setor da residência nos dois municípios, mostra que o rendimento médio dos lares da área rural não chega a ser metade do observado na área urbanizada de Conceição da Barra e São Mateus. Esta diferença na renda estimula a migração rural-urbana, fazendo com que as pessoas em idade ativa tenham incentivos maiores de deixar o campo (2005: 17).

A pesquisa ainda aponta que os dados do Censo Demográfico⁸³ dizem que o Espírito Santo é o pior estado do país em desigualdade racial e que o processo de concentração de renda é mais intenso no município de Conceição da Barra.

Relacionando a faixa de idade ativa nas comunidades e sua relação com a migração, percebe-se que “na faixa etária de 20-59 anos, a desvantagem deste grupo nestas comunidades é nítido, fazendo-nos supor que existe uma tendência migratória considerável nas comunidades entrevistadas” (2005:26).

3.4.1. Facho, carvão e fomento

A atividade do facho e a produção de carvão começam a se tornar uma alternativa à sobrevivência e reprodução dessas comunidades a partir da década de 1990. Essa atividade corresponde ao aproveitamento dos resíduos de eucalipto não utilizados pela empresa após a colheita para a produção de carvão e posterior venda às siderurgias e, posteriormente, às olarias. A coleta do facho também é realizada para alimentar os fornos a lenha das casas de farinha, diante da falta de madeira.

⁸³ O censo utilizado nesta pesquisa foi o Censo de 2000.

Inicialmente, essa atividade era ilegal, pois a empresa (Aracruz Celulose, na época) proibia a entrada dos moradores para a coleta do resíduo. Depois de vários embates, a empresa aceitou a prática sob algumas condições, como a liberação a partir das associações de apanhadores⁸⁴. A prática fica então condicionada à cadeia e ao ritmo de produção da celulose, sua temporalidade e espacialidade, apresentando grande dependência em relação à empresa.

Ao mesmo tempo, o facho representa a luta pela permanência e reterritorialização dessas comunidades, sendo uma conquista dos quilombolas. Com o tempo, a atividade do facho vai ficando cada vez mais difícil, pois a partir dos avanços tecnológicos na produção do eucalipto, o aproveitamento das toras vai ficando cada vez maior, restando um facho cada vez mais fino, que gera menos carvão.

Em Angelim, essas atividades se estabeleceram principalmente a partir da década de 1990, sendo o auge do carvão no início da década de 2000. A relação de conflito se acirra, pois a estratégia de sobrevivência passa a se relacionar com a única abundância do entorno, o resíduo do eucalipto, o facho, colhido no próprio território das firmas. Essa atividade irá se tornar uma das principais para a sobrevivência no Sapê, não sendo diferente no Angelim. Como relata um dos moradores.

Terezino: A nossa relação com o monocultivo é o conflito, né. É a disputa pelo espaço, né.. e ao mesmo tempo pela sobrevivência, né. Então, a gente resume assim, que com a chegada dessa monocultura e passando um bom tempo que isso foi sendo trabalhado, surge a atividade do carvão, né..então, as comunidades aprendem a fazer o carvão..então, se dá um novo ciclo econômico aqui no norte do estado com a fabricação do carvão, né. Então, hoje toda essa nova geração de 1990 pra cá, aprendeu a fazer carvão devido à oferta que a gente teria e..a viabilidade econômica, né, ser mais fácil assim..então isso deu muito atrito, né..muita confusão, ainda existe até hoje, né..e as pessoas tão aí, lutando, buscando essa ...essa dignidade (28 anos, entrevista concedida a autora em julho/2013).

Mesmo com a perseguição por parte da segurança da firma, que em alguns momentos negocia esse facho, a partir do acirramento do conflito e suas repercussões

⁸⁴ Depois de um evento em que muitos quilombolas foram presos, o movimento quilombola pressionou o poder público. A Prefeitura se reúne à empresa e aos quilombolas, mas não à Comissão Quilombola. Houve acordo quanto ao uso do facho pelas associações, mas uma das condições foi o não uso do termo “quilombola”.

públicas, bem como a perseguição do Estado pela fiscalização ambiental que impõe certas condições para a exploração dessa atividade, os moradores recorrem à produção do carvão devido à possibilidade do “dinheiro rápido”, pois a demanda é estável, apesar de suas condições adversas.

O resíduo é resignificado, sendo uma forma de reapropriação dos recursos do entorno ambiental pelos quilombolas, e uma possibilidade de permanência em detrimento de outras possibilidades, como o trabalho assalariado ou a migração. Assim, se constitui como uma r-existência no Sapê, dentro deste contexto.

Imagem 6: Fornos de carvão



Fonte: Trabalho de campo, 2013. Autoria: Luiz Henrique Vieira.

Outra atividade incorporada em algumas comunidades é a de plantio de eucalipto via Fomento Florestal. O fomento faz um programa de incentivo ao plantio de eucalipto para agricultores familiares iniciado na década de 1990 e que através de subsídios como mudas, insumo, entre outros, impulsiona a produção familiar para este tipo de cultura, cuja venda final é direcionada à empresa. Foi desenvolvido após a proibição da compra de novas terras por meio de decreto do governo do estado do Espírito Santo pela Aracruz Celulose. As famílias que entravam no contrato do

fomento deixavam assim de plantar alimentos para plantar eucalipto, conformando um tipo de terceirização dos serviços da empresa.

Em alguns casos, a atividade do fomento se complementava à do carvão, como no caso da família Guimarães, que viveu por cerca de quinze anos com as duas atividades. Com o resíduo do eucalipto que era entregue para a empresa, faziam carvão.

Getúlio: A gente também, Isabela, a gente começou fortemente com a agricultura é..com mais preocupancia em 2000 e, no final de. ..no início de 2011. A gente era muito dependente do carvão

-Vocês faziam carvão?

Getúlio: a gente fazia. Desde 90 (...). Meu pai começou essa atividade. Antes, a gente tinha duas atividades, que a gente começou com plantio de mandioca na década de 1980. A gente tinha uma área muito grande de mandioca, tanto meu pai como meu tio ali, eles faziam muita roça de mandioca. Eles chegaram a fazer 200, 300 sacos, né. Na mão mesmo, sem ser mecânico. E vendiam, naquela época 16, na época era cruzeiro quando chegou em 95, era 16 reais, 17 reais de 60kg, então eles sobreviviam disso. A partir daí que veio o carvão, eles começaram a investir no carvão né..aí veio o carvão, foi a família toda pro carvão. Aí esqueceu a agricultura né. (...) (23 anos, entrevista concedida a autora em julho/2013).

Atualmente, essa atividade apresenta grande decréscimo, grande parte devido às crescentes dificuldades, como: a diminuição do resíduo deixado após o corte, sua burocrática liberação e o difícil acesso às áreas liberadas para a coleta do facho da empresa, fatores que tornam a atividade não compensatória como anteriormente. Mesmo assim, a atividade ainda é realizada por algumas pessoas da chamada segunda geração⁸⁵.

-Mas aí os filhos da senhora num tem..eles têm emprego, alguma coisa?

Luzia: Tem nada minha filha! Num tem, não.. O emprego deles é quando tem condições de fazer um forninho de carvão [risos]. Apanha assustado de noite, embaixo de toda a chuva..pra poder apanhar, porque às vez eles acham que os bichos num andam aí embaixo de chuva, né..os carros,

⁸⁵ Aqui entendemos geração como um grupo de pessoas que vivenciou experiências e referências sociais comuns, contextualizadas em uma dada realidade situada geográfica e historicamente. Aqui chamaremos de primeira geração o grupo de pessoas que vivenciou uma realidade local antes das empresas chegarem (em geral entre 80 e 50 anos). A segunda geração é a que nasceu já com a presença da empresa no local (entre 20 e 45 anos) e a terceira já está crescendo com as mudanças de relacionamento das empresas com a comunidade, abarcando crianças e adolescentes.

né..aí aproveita pra panhá [risos] (...). É triste, minha filha..aqueles pau, né..pesado! minha senhora, pra botar na carroça..ah meu Deus (...).

-Aí pra panhá era difícil também, né?

L: Era, difícil..é. Com tanta terra aqui..que eles acabaram com as terras do..num é, menina..pra quê isso, gente?..Dá aos pobres, os pobres tudo morrendo de fome, num têm condições pra comprar as coisas, pra comer (71 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

O Fomento Florestal também é praticado pela mesma geração, e fica restrito atualmente a poucas pessoas da comunidade. Esta diminuição também foi incentivada por uma Lei Municipal que proíbe a expansão de novos contratos e áreas de fomento pela Fibria em Conceição da Barra.

3.4.2. Farinha e Beiju

Há quarenta anos, a produção de mandioca e feitiço da farinha era, em grande parte, direcionada à venda na Vila de Itaúnas e na cidade de Conceição da Barra, onde muitas famílias vendiam também parte do que cultivavam geralmente no centro de Conceição da Barra. Muitos relatos resgatam da memória as idas à cidade com o burro carregado de alimento e de farinha.

O que que seu pai..seu pai tinha roça, né? Além de criação?

Benedito: Tinha..tinha também. Mas ele plantava mais era mandioca, era cana..mas mandioca pra fazer farinha mesmo.. que vendia né..toda semana assim, ele levava 10 sacos, 8 pra...de 15 em 15 dias mais ou menos, ele vendia na Barra, né.

-Em feira ou em mercado?

B: Não, entregava em mercado mesmo, mercado. A gente levava pra lá. Nas costas de burro. 4, 5 burros, tudo cheio de farinha e a gente na anca, a gente era pequeno (...) mas a gente montava ainda nesses capoeirão, mata pura, que naquele tempo era mata mesmo..aí a gente andava por aí, mas..mas era muita fartura (48 anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

Atualmente, ainda há venda da farinha e também do beiju, restrita a butecos, feiras e encomendas pessoais. Isso porque os mercados que antigamente compravam essas farinhas, passaram a adotar outro sistema baseado na lógica industrial, com embalagens a vácuo, além das restrições e exigências legais como a emissão de nota fiscal, como afirmam os moradores.

Anagildo: (...) nós fazia muito farinha..aí nós paramos de fazer farinha por que?...de primeiro aqui, em Conceição da Barra, a gente chegava ali (...) chega lá, Carlinho, eu vou fazer tanto saco de farinha pra pegar tal dia..diz então tá bom...quando você for fazer, você me avisa que eu não compro em outro canto..aí levava 60, 70, 100 sacos de farinha, chegava lá, entregava tudo a ele. E chegava, pegava a farinha, pagava. Aí depois voltou que supermercado só compra ensacado..empacotado. Aí pronto, aí nós desiste de vender a farinha.

Luzia: Afundou a farinha

Anagildo: Aí pronto, todo mundo que fazia farinha, muita farinha pra levar pra supermercado..parou, num leva mais, porque num vende, eles num compram. Aí você vende no buteco. Aí você vende hoje, um, dois, três sacos de farinha pra receber daqui a 30 dias. Você tá na roça, tá morrendo, vai esperar 30 dias ainda...mas assim mesmo, nós fazia...aí nós fazia o seguinte, nós fazia uma parcela, entregava pra lá..aí com 30 dias, recebia e entregava outro..aí ficava assim..30 em 30 recebendo, sabe...mas aí..muitos butequeros, num guenta mesmo, quebra e a caba, né...aí parei com farinha, parei com farinha (73 anos, entrevista concedida a autora em julho/2013).

Pedraão: (...)é o plantio que o pessoal sempre viveu aqui [mandioca], o agricultor sempre, né..viveu daqui, os grandes, os pequenos, né...na época que a farinha mesmo era mais a economia da região, aqui mesmo de Itaúnas..aqui no ano de de..nos anos 1960 aí, aqui saía três, quatro caminhão de farinha todo final de semana..eu mesmo já cansei de ver nessa estrada aqui..carregar lá do outro lado pra cá, atravessava numa canoa, né...tinha canoa aí que pegava 50 sacos de farinha.(...) quer dizer, num era tão difícil, porque hoje, se você fazer, hoje até que você vende, mas tem aquela burocracia, né. (...). É, aí entrou a indústria, né, e tem que o supermercado já prefere pegar embalado, de dois em dois quilo, de quilo em quilo, né...aí atrapalhou a venda da farinha (54 anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

A venda da farinha e do beiju funciona, muitas vezes, como complemento à renda, e não é uma prática estável e periódica, mas obedece às oportunidades e contextos favoráveis. Em outros casos, ela se constitui na principal fonte de renda, mesmo com a baixa valorização nos preços, sendo vendida na feira, de porta em porta ou ainda por encomendas que são constantes.

3.4.3. “Roças” e criação de animais: autoconsumo e venda

A “fazeção” de farinha e de beiju está diretamente ligada ao plantio de mandioca, que continua sendo o principal cultivo da comunidade. Ela resiste às adversidades naturais, como por exemplo, a falta de água, e se insere como principal referência da prática alimentar do Sapê. Praticamente todas as famílias têm roça de

mandioca, que consiste na cultura mais comum e presente em maior quantidade, sendo então uma forte expressão da resistência física⁸⁶ e cultural.

Além da mandioca, a maioria das famílias apresenta roças voltadas ao autoconsumo que atualmente, segundo relatos, está mais viabilizada na área da retoma. Abaixo, vemos o uso dessa área para o cultivo de alimentos.

Imagem 7: Roça de alimento na área de retoma



Fonte: Trabalho de campo. Autoria: Isabela Pasini.

Imagem 8: Colheita na área da retoma



Fonte: Trabalho de campo. Autoria: Isabela Pasini.

⁸⁶ A mandioca é conhecida popularmente pela sua resistência às condições adversas de seca, infertilidade do solo, demandando cuidado apenas em sua fase inicial.

A segunda geração, que não tem espaço para plantar, principalmente no núcleo Batista-Silvares, está usufruindo da área da retoma para plantios de autoconsumo e algumas vezes para venda. Essas vendas são ora eventuais, ora em pequena escala, e dependem também das condições ambientais para a produção durante o ano.

Dentina: (...) tem vez, quando a estação corre bem, que colhe mais, vende..quando não colher, num vende é nada, só faz é comprar..sai daqui pra comprar milho na feira pra galinha (65 anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

A criação de animais de pequeno porte também é bastante comum e principalmente voltada para a alimentação, que, no entanto, é eventual. Isso porque a quantidade de animais é pequena. Uma estratégia relatada por várias famílias é que a venda deles constitui-se num recurso em momentos aonde “as coisas apertam”.

Miro: É.. Sempre criamos um porquinho

Zirinha: Mas tem hora que a gente aperta, né..aí a gente vende, né..aí vai ficando mais pouco (78 anos).

-Vocês tinham mais antigamente?

Miro: Não ..antigamente nós tinha mais ou menos uma 25, 20 cabeças, mais ou menos..depois nós fomos baixando..foi apertando e vendendo, né..aí tem bem pouquinho agora..aí sempre aperta e vende (51 anos, entrevistas concedidas a autora em outubro/2013).

3.4.4. Outras atividades, auxílios e ausências do Estado

Outras atividades ligadas às firmas do entorno e à atividade do turismo em Itaúnas também empregam parte dos moradores da comunidade. Cerca de três moradores trabalham como monitores de empresas terceirizadas que prestam serviço à Fibria. Há também o emprego de dois moradores nos seringais da Donati Agrícola, localizada na margem esquerda do córrego do Angelim.

Por fim, a renda mais frequente e constante nas unidades familiares advém de auxílios governamentais e benefícios do Estado, como o programa “Bolsa Família” e a aposentadoria. A aposentadoria possibilita que a geração mais velha consiga viver da roça e/ou da farinha e beiju com menor dificuldade, pois há a

garantia dessa renda mensal. Essa garantia também possibilita os empréstimos, muitas vezes feito para a própria compra do alimento.

Dentina:(...) vou na aposentadoria, faço empréstimo..depois que faz empréstimo, minha filha, num é mais aquele mais..e daí por diante vem tanta coisa que precisa pra gente..pra gente fazer..ter o dinheiro pra pagar, pra comprar..aí fui fazendo, fui fazendo, aí parei. (...) Aí comecei a passar meio um perrengue, que às vezes eu tinha um dinheiro, mas não tinha uma pessoas, às vezes, pra mandar pra fazer uma feirinha pra mim ou então comprar o que comer ...que é o que mais gasta, né (65 anos, entrevista concedida a autora em julho/2013).

Por outro lado, a Bolsa Família garante que as famílias não “passem tanto aperto”, como vemos na fala de Valdemiro e Bianco.

Miro: Nós sempre passa aperto, num tem jeito..na roça, sempre passa aperto (51 anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

-Que eu queria saber que...da onde que vem a renda pra comprar alimento, né...você compra, né..você tira daqui, mas você num tira tudo daqui..?

Biano: É..compro, num sai daqui não..por isso que eu tô te falando ..num venho, porque eu faço meus bico lá fora..igual lá em Itaúna mesmo, num tem..é onde que eu tiro um dinherizinho..pago a compra, compro um remédio pros menino..compro..é...tipo roupa, né..aí já tem a Bolsa Família mesmo que já é seguro, já é garantido, né..já ajuda, (...).no..supermercado, mesmo, né..é..porque paga com sessenta dias..metade. Tem hora que vai pra lá, você recebeu com 30 dias, com mais 30 tem o outro né..aí eu tenho que me virar cá pra..comprar um remédio, comprar uma mistura também né, que sempre falta..que uma mistura.. feijão e arroz rende, mas mistura não rende..sempre falta..aí tem que tá interando..tem que me virar..né..aí tem o leite, tem um monte de troço que menino pede, né..aí num pode parar, não (48 anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

Outro recurso que foi disponibilizado à comunidade foi a distribuição de Cestas de Alimentos ligadas ao *Programa Fome Zero*, que se iniciou em 2003 e abrangia apenas sete das trinta e nove comunidades, sendo duas no município de São Mateus (Divino Espírito Santo e São Jorge) e cinco em Conceição da Barra (São Domingos, Linharinho, Angelim 1, 2 e 3), chegando a cerca de 400 famílias. Dentro dessas sete comunidades assistidas, nem todas as famílias em estado de vulnerabilidade recebiam o benefício, fazendo com que muitas vezes as cestas fossem divididas entre duas famílias.

Além disso, os alimentos chegavam até à CONAB⁸⁷ em Vitória, e o transporte até o norte ficava por conta da Comissão Quilombola, e os assistidos tinham que contribuir financeiramente para arcar com as despesas do frete. Outro ponto é que a distribuição não apresentava uma regularidade que garantisse mensalmente o acesso aos alimentos.

A Comissão enviou esse levantamento à Fundação Palmares solicitando ampliação do Programa, mas não obteve retorno. Após transtornos e dificuldades internas de distribuição que era realizada pela comissão, a cesta parou de ser distribuída. A renda familiar mais uma vez iria ter que cobrir os gastos com alimento.

A ONG Fase (ES), que trabalha junto às comunidades rurais do Sapê, fez um diagnóstico sobre as políticas públicas de acesso à alimentação na região. Dois programas avaliados foram o *Bolsa Família* e o *Fome Zero*, através da Cesta de Alimentos. Alguns apontamentos foram feitos relativos à representação e ao destino desses benefícios para as famílias.

Os quilombolas, de uma forma geral, não enxergam o PBF como um direito, mas como uma ajuda do governo. Os relatos dão conta da importância dada pelas pessoas ao Programa Bolsa Família, principalmente porque receber um dinheiro certo todo mês lhes dá maior segurança e crédito no comércio local (...). Relatam que o dinheiro é destinado basicamente para a compra de material escolar e de alimentos.(...) No que se refere à alimentação, as famílias relatam que gastam principalmente com a compra de alimentos básicos, “alimentos de verdade” como dizem, como arroz, feijão e carne. Muitas pessoas relataram que este recurso é responsável por prover boa parte da alimentação da família durante o mês. (...) Eles avaliam que as cestas acabam por impactar pouco na garantia da alimentação das famílias, pois não podem contar como certo, já que não há regularidade na entrega, não podendo contar com esses alimentos para o dia-a-dia (FASE, 2011:10/11).

Enquanto comunidades quilombolas, através de programas e auxílios, o Estado teoricamente auxiliaria essas populações em suas estratégias de manutenção e reprodução da vida. Contudo, esses benefícios não têm chegado às comunidades.

Um programa da União que contempla as comunidades é o *Brasil Quilombola*, que agrupa as ações do Governo Federal através da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Seus principais objetivos são:

⁸⁷ Companhia Nacional de Abastecimento.

garantia do acesso à terra; ações de saúde e educação; construção de moradias, eletrificação; recuperação ambiental; incentivo ao desenvolvimento local; pleno atendimento das famílias quilombolas pelos programas sociais, como o Bolsa Família; e medidas de preservação e promoção das manifestações culturais quilombolas⁸⁸.

O acesso a esses benefícios advém principalmente dos registros do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CAD Único)⁸⁹, o qual apresenta classificação específica para quilombolas. No entanto, as prefeituras de Conceição da Barra e de São Mateus não executam o procedimento de informar aos quilombolas seus benefícios. A Comissão Quilombola já reivindicou tal direito junto às prefeituras, sem resultados concretos.

Além da dificuldade de acesso a esses programas destinados especificamente às populações quilombolas, as comunidades enfrentam a dificuldade de acesso a programas e políticas públicas voltadas à produção e comercialização de produtos, como o caso do PRONAF⁹⁰, que facilitaria o crédito para investimento na produção, e o PAA⁹¹ e PNAE⁹², que facilitaria a comercialização de seus produtos. No entanto, sem o título da terra essas famílias não conseguem acesso a esses programas.

3.4.5. Restaurante quilombola e a atuação das ONGs

Outra mobilização interna criada dentro da comunidade foi o Restaurante Quilombola. Com o intuito de ser uma estratégia de geração de renda, aproveitamento da produção alimentar interna e valorização da culinária quilombola, o restaurante foi levantado com o investimento de algumas pessoas da comunidade, que usaram um dinheiro disponibilizado através do Fundo Rotativo implementado e mediado pela ONG Fase (ES).

⁸⁸ Disponível em: <http://www.portaldainigualdade.gov.br/acoes/pbq>. Acesso em maio de 2014.

⁸⁹ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, viabilizando seu acesso a estes programas.

⁹⁰ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

⁹¹ Programa de Aquisição de Alimentos.

⁹² Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O Fundo Rotativo Solidário é um projeto que a Fase aprovou junto à SEPPIR e implementou em 2012 nas comunidades negras rurais de São Mateus e Conceição da Barra com o intuito de apoiar atividades produtivas. O dinheiro do fundo é dividido e gerido pelos membros das comunidades que vão investir na produção nos âmbitos da agroecologia e criação de animais.

A ideia inicial do restaurante era a valorização e realização de práticas culinárias e alimentos tradicionalmente produzidos e consumidos na comunidade, com o estabelecimento de um circuito interno de produção e consumo; e o direcionamento para o público turístico de Itaúnas, que apresenta um fluxo regular, com alguns períodos de *boom* durante o ano. No entanto, por desavenças internas, o restaurante não apresenta um funcionamento regular, mas é ativado por algumas pessoas somente em momentos pontuais (eventos, visitas, etc.).

Ele visava ser uma referência da prática e valorização da cozinha quilombola, e seria direcionado principalmente para turistas. O restaurante serviria também como oportunidade de trabalho para os moradores e de escoamento de alimentos produzidos pelos agricultores da comunidade.

Contudo, mesmo com as divisões e brigas internas, o Restaurante funciona esporadicamente em momentos de alta temporada do turismo na Vila de Itaúnas e em algumas ocasiões pontuais de visitas, intercâmbios e eventos da comunidade também ligados à culinária quilombola, tendo como cozinheiras as mulheres mais antigas da comunidade que praticam receitas tradicionais, abençoadas por São Benedito, presente na cozinha⁹³. Esse funcionamento é precário e difícil, pois os moradores desanimaram por conta do contexto de conflitos.

O funcionamento do Restaurante Quilombola remete-nos diretamente para a presença de ONGs. Duas organizações não-governamentais atuam na comunidade com o intuito de auxiliar na mobilização política e nas estratégias produtivas.

A FASE – ES tem um histórico de envolvimento com as comunidades e com a luta quilombola no Sapê do Norte, com um papel importante para a articulação, animação e mobilização política. Iniciou seu trabalho com as comunidades

⁹³ Quando o restaurante está em funcionamento, as mulheres sempre acendem uma vela ao entrar e outra ao sair da cozinha.

quilombolas no início dos anos 2000, a partir da atuação na Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Mais recentemente, vieram projeções e ações nas áreas de Educação Popular, Gênero, Produção Agroecológica, Segurança Alimentar, entre outros.

Atualmente, em Angelim I, juntamente com outras comunidades, desenvolve atividades produtivas através de um Fundo Rotativo Solidário, faz um monitoramento sobre o atendimento de políticas públicas voltadas à alimentação e facilita o grupo de mulheres quilombolas da região.

Já a Associação de Programas em Tecnologia Alternativas (APTA) promove, de vez em quando, assessoria técnica e de comercialização, assistindo comunidades quilombolas a partir de dois projetos voltados à produção agroecológica, auxílio à comercialização e atividades ligadas à cultura alimentar quilombola. O trabalho em Angelim I tem alguns anos. Suas atividades junto à comunidade incluem intercâmbios, doação de mudas e promoção de oficinas.

A atuação dessas ONGs em Angelim I auxiliou bastante na articulação e mobilização política em ocasiões importantes, como o reerguimento da Casa de Farinha do núcleo Batista e as retomadas das áreas de eucalipto. Por outro lado, também contribui com ações esporádicas em assessorias e subsídios em aspectos produtivos e de comercialização. Contudo, essa atuação, além de encontrar dificuldades de natureza interna das organizações, se imbrica nas relações pessoais e de parentesco das comunidades, gerando aproximação em dados momentos e distanciamento e divisão em outros.

CAPÍTULO 4: A QUESTÃO ALIMENTAR EM ANGELIM I

O tema do alimento em Angelim é muito presente, seja sob o discurso da segurança alimentar; seja através das práticas e conversas sobre as receitas tradicionais, principalmente ligadas à farinha e ao beiju; seja através da produção de alimentos bastante presente na paisagem da comunidade, seja, ainda, através da presença de um Restaurante Quilombola e das Casas de Farinha; seja através do cheiro e do gosto do beiju quentinho a ser degustado na boca do forno.

Em decorrência do *imprensamento* vivenciado por seus moradores, muitas das suas práticas alimentares sofreram alterações. De fato, as práticas alimentares, como todas as práticas socioculturais, são dinâmicas. Contudo, desde o início da pesquisa, me deparei com documentos, relatos e mobilizações que apontavam para o possível problema da insegurança alimentar. Durante o desenvolvimento da pesquisa, o trabalho de campo, as leituras e análises das informações me despertaram cada vez mais para a temática da *soberania* alimentar, expondo, ao meu ver, as limitações da noção de segurança alimentar, sobretudo se levarmos em conta a questão do território, este sim, um tema tradicionalmente associado na literatura às discussões acerca da soberania. A problemática do alimento em Angelim I evidenciava, assim, a dimensão espacial da soberania, articulando espaço, sociedade, cultura e poder. Assim, o presente capítulo inicia-se com a contextualização do debate teórico acerca das noções de segurança e soberania alimentar para, em seguida, desdobrar-se nas múltiplas implicações da questão alimentar em Angelim I.

4.1. Histórico e contexto geral da segurança alimentar

O termo segurança alimentar é recente e sua definição, alcances e limites, estão processualmente em disputa. Adotado no âmbito do Estado e por organismos internacionais, tem se conformado, ao longo dos anos, como resultado de interlocuções e debates envolvendo diversos atores sociais como governos, organismos internacionais, iniciativa privada, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, entre outros, contribuindo assim para a construção do campo da Segurança Alimentar e Nutricional. Sendo assim, encontramos diferentes acepções, sendo necessária uma contextualização sociopolítica.

Internacionalmente, o termo *segurança alimentar* surge no período da I Guerra Mundial (1914-1918) na Europa, como um termo referente à disponibilidade de alimentos no âmbito da segurança nacional em contextos de possíveis embargos e restrições político-militares (MALUF, 2007; BURITY *et al*, 2010). Após a II Guerra Mundial e a criação da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - 1945), o termo tornou-se ainda mais difundido e usado com o sentido de disponibilidade de alimentos, sendo a insegurança alimentar vinculada à questão da fome e da pobreza. A fome, por sua vez, estaria ligada à produção insuficiente de alimentos em alguns países. Nesse momento, ganhava força o discurso malthusiano que apontava a pressão da população sobre o planeta e seus recursos. No bojo do crescimento populacional e do desenvolvimento tecnológico surgido na II Guerra, começava o curso da Revolução Verde, que promoveu a inserção de insumos químicos sintéticos e de maquinário pesado no processo produtivo agrícola. O discurso acoplado a essas mudanças era que essa revolução tecnológica permitiria um aumento significativo na produção de alimentos, condizente com o aumento da população mundial.

Na década de 1970, ocorreu uma crise mundial dos alimentos, com queda no abastecimento e uma elevada alta nos preços, acentuando as desigualdades entre os países. Naquele momento, a FAO convocou a I Conferência Mundial de Alimentação (1974), na qual se atestou que era necessário traçar estratégias de abastecimento e armazenamento dos alimentos para garantir a segurança alimentar. Assim, o foco na produção se mantém e acentua as investidas de difusão da Revolução Verde nos diversos países.

Ao contrário do que se afirmava, os efeitos dessas transformações produtivas foram danosos em diversos planos. As grandes monoculturas provocaram profundos impactos nas relações ambientais (desequilíbrios ecológicos, poluição e contaminação dos bens comuns – água, ar, solo, redução da agrobiodiversidade); nas relações econômicas e sociais no campo (concentração da terra e dos meios produtivos, entrada de máquinas e insumos no âmbito produtivo, emergência dos complexos agroindustriais, êxodo rural), criando vulnerabilidades, uniformidades, instabilidades, pobreza, iniquidades, etc. (GOODMAN, SORJ e WILKINSOM, 1988; ALTIERI, 2009; ELIAS, 2002; SHIVA, 2003). Mais tarde ainda houve a

introdução dos *organismos geneticamente modificados* (OGMs), o que gerou mais controvérsias referentes ao patenteamento de sementes, aos possíveis riscos à saúde humana e à perda da agrobiodiversidade.

A ampliação da produtividade de alimentos não logrou, por sua vez, a redução da fome (BURITY *et al*, 2010). Há, pelo contrário, o aumento da pobreza e da fome. De acordo com Chonchol (2005), na década de 1980, os pobres rurais na América Latina chegavam a 73 milhões de pessoas, e em 1997, ultrapassavam os 78 milhões. Em relação aos indigentes rurais, passaram de 40 para 47 milhões. Quanto aos pobres urbanos, haviam aumentado de 63 milhões em 1980 para 126 milhões em 1997, enquanto os indigentes urbanos passaram de 22,5 para 42,7 milhões (p. 46). Existiam 80 milhões de pessoas na década de 1960 em situação de fome no mundo; número que, em 2008, pulou para 800 milhões (STÉDILE e BALDUINO, 2008).

Em decorrência das medidas tomadas, na década de 1980 havia uma grande produção de excedentes, que passaram a ser industrializados e disponibilizados no mercado, sem que houvesse, contudo, redução da fome (BURITY *et al*, 2010:12). Assim, a perspectiva da segurança alimentar passava a incorporar, no debate, um olhar sobre o acesso ao alimento. Assim, as condições física, econômica e de bens como a terra, a água, passaram a ser fundamentais para a concretização desse acesso. Nesse caminho, a escala local e grupos específicos considerados “vulneráveis” passaram a ser incorporados no debate (JALIL, 2009).

Nos anos 1990, outros aspectos passaram a ser considerados, como a segurança dos alimentos em termos de qualidade⁹⁴ e sua relevância nutricional. Além disso, houve também a incorporação da referência desustentabilidade da produção e da aceitação e respeito ao contexto cultural. Nesse momento também ganha força política a abordagem de direito, em que entidades internacionais chamam a atenção para o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), como já havia sido previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC (1966). A Segurança Alimentar passava a ser entendida como uma estratégia para a garantia do DHAA, principalmente a partir da Cúpula Mundial da Alimentação organizada pela

⁹⁴ Referente a tipos de contaminação que gerou outro termo em inglês, o *food safety*.

FAO e realizada em Roma em 1996 (BURITY *et al*, 2010:13). Segundo a Declaração de Roma,

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã. Cúpula Mundial de Alimentação (Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial & Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação, 1996)⁹⁵.

Essa concepção foi ratificada posteriormente, onde foi destacado o aspecto nutricional como parte integrante do termo (FAO, 2009). Em 2009, ocorreu a Conferência Mundial de Segurança Alimentar convocada pela FAO frente à crise de alimentos de 2008, provocada pela alta dos preços dos alimentos que naquele momento gerou um aumento da fome, chegando a atingir 1,2 milhões de pessoas no mundo⁹⁶.

Sintetizando, apontamos as seguintes dimensões que compõem a noção: disponibilidade (referente à quantidade, qualidade, produção, importação, exportação, perdas); acesso (ligada à dimensão econômica - produção, renda ou física (existência de alimento); utilização (nutricional e infraestrutura sanitária); e estabilidade (acesso permanente) (FAO, 2013a).

4.1.1. A abordagem de SAN no Brasil

No Brasil, o tema da fome já era tratado na década de 1930 por Josué de Castro⁹⁷, geógrafo e médico, precursor do tratamento do tema no país e no mundo, que desvelou a dimensão política e social da origem da fome. Além disso, ampliou a compreensão sobre a noção de fome, tratando de trazer à tona a chamada “fome

⁹⁵ Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/FAO-Food-and-Agriculture-Organization-of-the-United-Nations-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Alimenta%C3%A7%C3%A3o-e-a-Agricultura/cupula-mundial-de-alimentacao-declaracao-de-roma-sobre-a-seguranca-alimentar-mundial-a-plano-de-acao-da-cupula-mundial-da-al.html>. Acesso em: março/2013

⁹⁶ Ver convocatória da FAO para a II Conferência Mundial de Segurança Alimentar. Disponível em: <https://www.fao.org/hmhch.asp>. Acesso em: março/2014.

⁹⁷ Josué Apolônio de Castro (1908 - 1973) nasceu em Recife e foi um influente geógrafo, médico, nutrólogo, cientista social, político, escritor, ativista brasileiro que destinou sua vida à reflexão e combate à fome. Algumas de suas principais obras são: Geografia da Fome (1946), Geopolítica da Fome (1951), Homens e Caranguejos (1967). Presidiu o Conselho Executivo da FAO (1952-1956).

oculta”, referente às fomes coletivas ditas parciais, na qual “pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias” (CASTRO, 2010:18).

Contudo, após um longo trajeto de construção do campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil⁹⁸, que passa pelo surgimento do termo por aqui na década de 1980 e pela grande mobilização social entre as décadas de 1990 e 2000, chega-se em 2004 à definição da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), nº 11.346, de 15 de setembro 2006, em que a SAN é entendida como

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (Art. 3, BRASIL, 2006).

A Lei⁹⁹ foi fruto de um longo acúmulo, que teve grande contribuição dos movimentos e organizações da sociedade civil. Além disso, em 2010 se alcança a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional nº 047/2003¹⁰⁰, em que o Direito à Alimentação é incorporado como um direito fundamental na Constituição Federal, fruto de intensa mobilização social¹⁰¹ e de um trâmite que durou cerca de sete anos.

O termo *segurança alimentar e nutricional* (SAN) constitui-se numa especificidade brasileira e expressa, segundo Maluf (2007), a conjugação de dois enfoques- o socioeconômico e o de saúde e nutrição- que estiveram na base da

⁹⁸ Apesar de se ter noção da importância dessa trajetória, não nos cabe aqui expô-la com detalhes. Para isso, ver Maluf (2007); ABRANDH *et al* (2009); BURITY *et al* (2010).

⁹⁹ A Losan ainda prevê a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que tem a função de formular e implementar a Política Nacional de SAN, seguindo as diretrizes e encaminhamentos das Conferências Nacionais (ABRANDH *et al* , 2009:50).O sistema é coordenado pelo Consea e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, instância do governo vinculado ao Gabinete do Ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

¹⁰⁰ Este direito é incluído no Artigo 6 da Constituição Federal, que já contemplava outros direitos sociais.

¹⁰¹ Essa mobilização gerou o recolhimento de mais de 50.000 assinaturas em todo o país em favor da aprovação da PEC 47 (ABRANDH *et al* 2009:46).

evolução dessa noção no Brasil. Essa junção permite englobar num único termo duas dimensões inseparáveis: a disponibilidade e a qualidade dos alimentos. No mundo, há quem faça a diferenciação entre a disponibilidade (*food security*) e da qualidade do consumo (*food safety*). Ainda segundo Maluf, a união dessas dimensões coloca em questão os modelos de produção e as referências de qualidade convencionadas.

O enfoque brasileiro atribui a essa noção o estatuto de um objetivo de política pública, estratégico e permanente, que a dispõe entre as categorias nucleares para a formulação das políticas públicas e opções dos rumos políticos-sociais do país. Segundo a LOSAN, o poder público deve adotar as ações e políticas necessárias para a garantia da SAN, levando em conta ainda as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais (CONSEA, 2006:5; BRASIL, 2006).

Os determinantes para a consecução da SAN estão ligados às suas dimensões, destrinchadas abaixo:

* *Acesso*: capacidade dos indivíduos em adquirir alimentos apropriados a uma dieta nutritiva. A falta de acesso pode ser determinada ou quando as pessoas não conseguem produzir os seus próprios alimentos nem comprá-los no mercado (por falta de renda); ou quando não existem alimentos disponíveis onde são necessários para consumo.

* *Estabilidade*: acesso permanente a uma alimentação adequada a fim de evitar condições de insegurança alimentar.

* *Disponibilidade*: existência de quantidade suficiente de alimentos, de qualidade adequada para a demanda das necessidades de consumo da população e que é fornecida pela produção doméstica, por importações ou em ajuda alimentar.

* *Uso*: refere-se à qualidade do preparo e ato de alimentação, e ao uso que o organismo faz dos alimentos no sentido de contemplar os requisitos nutricionais mínimos. Inclui aí o acesso a uma dieta adequada, à água potável, ao saneamento e às condições de saúde adequada para o bem estar nutricional.

No Brasil, como é percebido na definição legal de SAN, ainda adiciona-se o aspecto cultural e o ambiental através do termo “sustentabilidade”.

**Cultural*: refere-se ao respeito e valorização dos hábitos e práticas alimentares dos diferentes povos e contextos culturais e regionais, com seus costumes, tradições e crenças relacionadas ao alimento.

**Sustentabilidade*: o termo sustentabilidade é polissêmico. Contudo, no corpo da lei, podemos encontrá-lo se referindo à dimensão ambiental (art.4, incisos II e IV), à dimensão socioeconômica (art.4, inciso VI), sem muito aprofundamento do termo.

Na abordagem brasileira, há o entendimento de que a SAN está subordinada a dois princípios: o *direito humano à alimentação adequada e saudável* e a *soberania alimentar*. A vinculação a esses princípios e a intersectorialidade das ações diferenciam esse enfoque do uso corrente da *segurança alimentar* por governos, organismos internacionais e representações empresariais vinculadas às grandes corporações, ao “agronegócio” e representações empresariais (MALUF, 2007:19; ABRANDH *et al*, 2009:31; CONSEA, 2009: 37). Inclusive a própria LOSAN estabelece a SAN como subordinada a estes dois princípios. Adentramos um pouco mais neles.

A) O Direito Humano à Alimentação Adequada

A alimentação no marco dos direitos humanos aparece logo na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em 1948, onde é consagrada como direito humano fundamental. Logo após, em 1966, ela também aparece no PIDESC¹⁰², ratificado pelo Brasil. Além disso, este direito é entendido como crucial ou mesmo pré-requisito para a fruição dos demais direitos (MALUF, 2007; BURITY *et al*, 2010), e integra também o conjunto de direitos dos povos promovidos pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas, conforme consta no Comentário Geral n°. 12:

O direito à alimentação adequada se realiza quando todo homem, mulher e criança, sozinho ou em comunidade com outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, a uma alimentação adequada ou aos meios necessários para sua obtenção (ONU, 1999)¹⁰³.

¹⁰² Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

¹⁰³ Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/PAGINA2-1-dir-econ.html>. Acesso em: março/ 2014

Além desses, outra referência importante foi a elaboração e acordo sobre as *Diretrizes Voluntárias em Apoio à Realização Progressiva do Direito a uma Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar Nacional* (2004), resolução adotada pela FAO que correspondem a um conjunto de recomendações de adesão voluntária voltadas a definições e propostas de instrumentos ligados a efetivação do DHAA.

No âmbito dos debates e tratados internacionais, o DHAA apresenta dois elementos principais: a) o direito de estar livre da fome e da má nutrição; e b) o direito à alimentação adequada. A situação de adequação é bastante abrangente e engloba o acesso a alimentos saudáveis e suficientes que tenham como atributos: acessibilidade física e financeira, sabor, variedade, cor, aceitabilidade e repeito em âmbito cultural. Além disso, os alimentos não devem conter substâncias tóxicas ou restritas em níveis superiores àqueles estabelecidos por padrões internacionais e pela legislação nacional.

Segundo Burity *et al* (2010), além dessas elementos básicos, o DHAA ainda implica direitos relacionados, como:

- a) direito a uma alimentação de qualidade, diversificada, nutricionalmente adequada, sem agrotóxicos ou contaminantes e isentos de organismos geneticamente modificados – OGM;
- b) trata ainda do direito de acesso à informação cientificamente comprovada e respaldada sobre alimentação saudável e alimentos seguros e adequados;
- c) inclui a regulamentação da propaganda e publicidade que promovem o consumo de alimentos não saudáveis ou que “vendem” características que inexistem ou são inverídicas, especialmente para crianças e jovens, fases da vida em que se constroem e definem os hábitos alimentares;
- d) respeita os hábitos culturais que, em especial no Brasil, são formados com a contribuição da diversidade cultural;
- e) incorpora o direito da população de ter acesso aos recursos produtivos, de produzir, de maneira adequada e soberana, o seu próprio alimento e/ou de ter recursos (financeiros, físicos e materiais) para alimentar-se de forma adequada com dignidade;
- f) incorpora a garantia e a possibilidade concreta de a população exigir a realização de seus direitos (2010: 18).

De acordo com o documento de referência da IV CNSAN¹⁰⁴, há avanços da política de SAN nacionalmente voltados para a efetivação do DHAA na dimensão do “estar livre da fome”. Entretanto, em relação à dimensão da adequação que abrange

¹⁰⁴ Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (4ª edição), ocorrida em 2011.

várias questões como as características nutricionais do alimento, sua adequação em termos culturais, de sustentabilidade ambiental e social, há muitas situações de violação ao direito. O documento cita, entre elas,

o atual padrão alimentar de nossa população, que gera números crescentes de pessoas com doenças relacionadas à alimentação de má qualidade; a contaminação dos alimentos por agrotóxicos; a proliferação no uso de sementes transgênicas; as restrições aos direitos dos agricultores, povos indígenas e populações tradicionais ao livre uso da biodiversidade e a degradação ambiental (CONSEA, 2011: 10).

B) Soberania Alimentar

De modo geral, a soberania alimentar diz respeito ao direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos (ABRANDH *et al*, 2009:31).

Esta também é uma noção em disputa e está, em um primeiro momento, vinculada à soberania dos países interna e externamente. Com o passar do tempo, os movimentos sociais foram pautando a soberania alimentar a partir dos povos, ou seja, descentralizando a referência política-institucional-identitária, desvelando a heterogeneidade política e cultural dos Estados-Nação e apontando para a necessidade do reconhecimento da diversidade cultural dentro dos próprios países, o multiculturalismo¹⁰⁵.

Segundo a definição tirada no Fórum Mundial de Soberania Alimentar, realizado em Havana, em 2001,

Soberania é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar. Havana, Cuba, 2001 *apud* MALUF, 2007: 23).

Para que a SAN consiga efetivamente cumprir este princípio, as políticas públicas e estratégias de ações voltadas à sua promoção devem transcender à lógica mercantil. Maluf (2007) aponta que no âmbito das relações internacionais, o

¹⁰⁵ De acordo com Catherine Walsh, “a *multi* ou *pluriculturalidade* simplesmente parte da pluralidade étnico-cultural da sociedade e do direito à diferença” (WALSH, 2002 *apud* PORTO-GONÇALVES, 2006:46).

princípio da soberania esbarra muitas vezes nos acordos internacionais sobre comércio, biodiversidade, etc. Ainda afirma que

Especialmente controversa é a restrição feita pelo enfoque da soberania alimentar ao papel atribuído ao comércio internacional no abastecimento alimentar interno, em oposição ao que defendem muitos governos e organismos internacionais (incluindo a FAO), além, claro, das corporações agroalimentares (p.23).

4.2. Contexto mundial da fome e insegurança alimentar no Brasil e no mundo

“a fome é a maior desgraça de uma guerra silenciosa e sem fronteiras onde os fortes são feitos pelo sangue dos “fracos”, tornados “fracos” pela dominação dos “fortes” através da violência aberta de poder político e econômico e pela violência simbólica da manipulação ideológica”

Maria Cecília Minayo, Raízes da Fome

As expressões de insegurança alimentar consideradas mais graves são a fome e a desnutrição. A fome é percebida em duas manifestações: a fome aguda e a fome crônica, sendo a aguda referente à urgência em se alimentar, e a crônica, denominada por Josué de Castro de fome “oculta”, referente às situações de desnutrição ou subnutrição. Esta última é gerada por inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) de alimentação diária, ou ainda por condições de higiene inadequadas e doenças que comprometem o aproveitamento dos alimentos (MALUF, 2007).

Historicamente, a fome foi localizada nos países ditos “periféricos” do sistema capitalista, aonde a pobreza era mais presente, se comparados com os países chamados “centrais”. Além da relação entre pobreza e fome, a FAO costumava e costuma apontar a questão da insegurança alimentar como relacionada à capacidade e condições econômico-sociais, e recentemente ambientais, da produção de alimentos.

A amplitude da desigualdade social na América Latina tem aumentado e resulta no fato de que 20% da população mais rica apresenta uma renda média per capita quase 20% superior à renda dos 20% mais pobres, o que nos ajuda a compreender a existência de cerca de 47 milhões de pessoas em estado de fome na região (RAMIREZ, 2013).

Atualmente, quase um bilhão de pessoas se encontram em estado de fome, segundo a FAO¹⁰⁶. Ramirez (2013) aponta que, hoje, 165 milhões de crianças sofrem de desnutrição a ponto de terem seu desenvolvimento físico e cognitivo comprometidos. Além disso, cerca de dois bilhões de pessoas no mundo carecem de vitaminas e minerais essenciais, 1,4 milhões apresentam sobrepeso, dos quais um terço é obeso. As mulheres representam 60% das pessoas com fome, com mais chance de dar a luz a crianças com desnutrição. A desnutrição aguda mata, a cada dia, 10 mil crianças. Enquanto isso, 1,300 milhões de toneladas de alimentos vão para o lixo a cada ano.

Segundo levantamento de 2013, a FAO aponta que a maior concentração de subnutridos (apenas um tipo de fome) no mundo localiza-se principalmente na Ásia e África, sendo o sul asiático a região mais afetada (FAO, 2013a).

A forma de calcular a fome no mundo é bastante delicada, já que existem diversas maneiras de se entender a noção e o fenômeno, existindo assim diferentes abordagens e metodologias para sua compreensão e aferição. O método da FAO estima as calorias disponíveis por habitante de um determinado território nacional com base na balança de alimentos, a partir da média, e nas pesquisas de orçamentos domésticos. No entanto, além de apresentarem um alto grau de imprecisão, essas informações não abarcam o acesso, dimensão fundamental da SAN (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005 *apud* PESSANHA, VANNIER-SANTOS, MITCHELL, 2008). Outro ponto importante é que nessa forma de cálculo, não se dá conta da desigualdade presente entre os grupos sociais, situação essa bastante acentuada no caso brasileiro. Para a FAO, no Brasil, entre 2010 e 2012, o número de subnutridos chegou a 13 milhões, correspondendo a 6,9% da população (FAO, 2013b).

É recorrente a ideia de que nenhum dos métodos existentes deve ser usado sozinho, considerando que o problema da (In) SAN é multifacetado, indicando assim a conjugação de vários métodos.

No Brasil, além dos estados mais graves, a insegurança alimentar e nutricional é também percebida a partir de diferentes graus que envolvem várias dimensões, desde a psicológica, que corresponde à preocupação de uma pessoa ou de

¹⁰⁶ Segundo a FAO, em 2012 eram 925 milhões de pessoas. Disponível em: <https://www.fao.org.br/oqypssf2012.asp>; Acesso em abril/2013.

uma família com a falta do alimento de forma regular, até as manifestações físicas relacionadas à saúde e à vida (BURITY *et al*, 2010).

Há grandes dificuldades em termos conceituais e de informação em relação a um quadro nacional de insegurança alimentar e nutricional (MALUF, 2007). As duas últimas *Pesquisas Nacionais por Amostragem Domiciliar* (PNAD) podem ser consideradas como avanços nesse sentido, tendo em vista que a de 2004 foi a primeira a fazer um levantamento em todo o território nacional sobre a segurança alimentar da população.

Esse levantamento tem como parâmetro as referências conceituais estabelecidas na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)¹⁰⁷. De acordo com classificação da EBIA, considerando o período de referência dos três últimos meses anteriores à data da entrevista, são domicílios em condição de:

- *Segurança Alimentar*-> onde os moradores tiveram acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas e não apresentavam preocupações quanto a qualquer tipo de restrição no futuro próximo.
- *Insegurança Alimentar Leve* -> onde foi detectada alguma preocupação com o acesso aos alimentos no futuro e nos quais há comprometimento da qualidade dos alimentos mediante estratégias que visam manter uma quantidade mínima disponível.
- *Insegurança Alimentar Moderada*-> aqueles em que os moradores conviveram com a restrição quantitativa de alimento.
- *Insegurança Alimentar Grave*-> quando passam por privação de alimentos adultos e crianças, podendo chegar à fome.

¹⁰⁷ A EBIA é um instrumento em forma de questionário que mensura a percepção dos moradores dos domicílios em relação ao acesso aos alimentos. Além disso, identifica também os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do direito humano à alimentação adequada e apontar as desigualdades sociais, de cor ou raça e de gênero associadas (IBGE, 2009).

A última PNAD, realizada em 2009, abarcou 58,6 milhões de domicílios no país e atestou que 65,6 milhões de pessoas estavam em algum grau de insegurança alimentar, o que corresponde a 34,1% dos moradores.

Tabela 17: Levantamento da situação alimentar no Brasil

Situação	Nº de pessoas (milhões)	Moradores (%)
<i>Segurança alimentar</i>	126,2	65,80%
<i>Insegurança alimentar leve</i>	40,1	20,90%
<i>Insegurança alimentar moderada</i>	14,3	7,40%
<i>Insegurança alimentar grave</i>	11,2	5,80%

Fonte: PNAD- IBGE, 2009. Organização da autora.

Se comparado à pesquisa de 2004, vê-se que houve crescimento do percentual de insegurança leve e redução dos percentuais de insegurança alimentar moderada e grave. Em relação às regiões, o Nordeste foi a região que apresentou o maior número domicílios em insegurança alimentar, e também a maior porcentagem nas três categorias de insegurança (leve, moderada e grave). Por outro lado, a região que apresentou menor porcentagem de domicílios em Insegurança alimentar foi a região sul.

Tabela 18: Levantamento da situação alimentar nas regiões do Brasil

Regiões	Situação de SAN nos Domicílios	
	AS	IA
Norte	69,80%	30,20%
Nordeste	59,70%	40,30%
Centro-Oeste	69,90%	30,10%
Sudeste	76,70%	23,30%
Sul	81,30%	18,70%

Fonte: PNAD- IBGE, 2009. Organização da autora.

Em relação à localização da (In)SAN no contexto geográfico-cultural-administrativo, a zona rural apresentou a maior porcentagem dos casos de insegurança alimentar em relação à zona urbana, como podemos ver na tabela a seguir.

Tabela 19: Levantamento da situação alimentar no Brasil, segundo situação do domicílio

Situação	Domicílios		Moradores	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
AS	70,60%	64,90%	67%	59,80%
IA	29,40%	35,10%	33%	40,20%

Fonte: PNAD- IBGE, 2009. Organização da autora.

Enquanto na área urbana, a insegurança alimentar abarca 29,4% dos domicílios correspondentes a 33% de seus moradores, na área rural os moradores em insegurança alimentar totalizam a 40, 2%, que correspondem a 35,1% dos domicílios.

Tabela 20: Distribuição da população por situação de segurança alimentar - 2004/2009

Sexo, grupos de idade, cor ou raça, situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Distribuição da população residente (%)					
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
2009						
Total	100,0	65,8	34,2	20,9	7,4	5,8
0 a 4 anos	100,0	56,6	43,4	26,1	9,8	7,5
5 a 17 anos	100,0	57,9	42,1	24,6	9,2	8,3
18 a 49 anos	100,0	67,4	32,6	20,6	6,9	5,1
50 a 64 anos	100,0	72,1	27,9	16,7	6,4	4,8
65 anos ou mais	100,0	76,2	23,8	15,1	5,2	3,6
Homens	100,0	65,9	34,1	20,7	7,4	6,0
0 a 4 anos	100,0	56,9	43,1	26,0	9,7	7,4
5 a 17 anos	100,0	57,7	42,3	24,4	9,3	8,6
18 a 49 anos	100,0	67,8	32,2	20,2	6,9	5,2
50 a 64 anos	100,0	73,3	26,7	16,1	5,9	4,7
65 anos ou mais	100,0	76,7	23,3	14,8	5,1	3,5
Mulheres	100,0	65,7	34,3	21,1	7,5	5,7
0 a 4 anos	100,0	56,3	43,7	26,1	10,0	7,6
5 a 17 anos	100,0	58,0	42,0	24,8	9,1	8,0
18 a 49 anos	100,0	67,0	33,0	21,0	6,9	5,0
50 a 64 anos	100,0	71,1	28,9	17,2	6,9	4,8
65 anos ou mais	100,0	75,8	24,2	15,2	5,4	3,6
Cor ou raça						
Branca	100,0	75,4	24,6	17,0	4,7	3,0
Preta e parda	100,0	56,6	43,4	24,8	10,1	8,5
Amarela ou indígena	100,0	77,5	22,5	14,3	4,9	3,3
Situação do domicílio						
Urbana	100,0	67,0	33,0	20,8	6,9	5,3
Rural	100,0	59,8	40,2	21,7	10,1	8,4
Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (4) (5) (6)	100,0	65,8	34,2	20,9	7,4	5,8
Até 1/4 do salário mínimo (5)	100,0	29,5	70,5	28,9	19,9	21,7
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo (5)	100,0	46,7	53,3	30,5	13,0	9,8
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo (5)	100,0	65,1	34,9	24,1	6,8	4,0
Mais de 1 a 2 salários mínimos (5)	100,0	80,9	19,1	15,2	2,8	1,2
Mais de 2 salários mínimos (5)	100,0	91,5	8,5	7,6	0,5	0,3
Sem rendimento (5) (7)	100,0	48,0	52,0	22,0	13,7	16,3

Fonte: Pnad 2009. Tabela 1.1.2. IBGE, 2009:52.

Como vemos na tabela 20, todos os tipos de insegurança alimentar (leve, moderada e grave) também prevalecem em termos percentuais na zona rural. Além de rural, a insegurança alimentar é predominantemente negra e feminina.

As mulheres são as mais atingidas, sendo a maioria em percentual em quase todas as faixas etárias, exceto entre 5 a 17, que apresentam uma diferença de 0,2% a menos que os homens. Já os negros e pardos correspondem também à maioria da

população em situação de insegurança alimentar, sendo absolutamente maior a porcentagem atingida em todos os níveis de insegurança alimentar.

Desvelando esse quadro, podemos relacioná-lo à situação de extrema desigualdade em termos de condições de vida entre o urbano e o rural no Brasil, bem como às mazelas relacionadas à opressão e exclusão histórica dos negros e das mulheres.

Vários estudiosos do mundo rural apontaram para a vulnerabilidade das condições de vida no rural em comparação com o urbano. A estrutura agrária desigual e com elevada concentração de terra no país é um dos pilares fundamentais para essa condição rural.

É no campo que se encontram os maiores índices de mortalidade infantil, de incidência de endemias, de insalubridade, de analfabetismo e, que essa imensa pobreza decorre das restrições de acesso aos bens e serviços indispensáveis à reprodução biológica e social, à fruição dos confortos proporcionados pelo grau de desenvolvimento da sociedade (GOMES da SILVA, 2006: 161 *apud* TEIXEIRA, 2007: 35).

O Censo Agropecuário de 2006 demonstra que a maior parte da área territorial nacional é ocupada predominantemente por grandes propriedades. Dos 5.175.489 estabelecimentos rurais, 4.367.902 (84,4%) são familiares e ocupam 80,25 milhões de hectares (24,3%) da área total, enquanto os 807.587 (15,6%) estabelecimentos não familiares ocupam 75,7% da área total. Isso demonstra a extraordinária concentração de terras no país, ratificando o padrão histórico da estrutura fundiária brasileira.

As dificuldades geradas em torno da produção de alimentos pelos sujeitos sociais do campo que produzem para autoconsumo, devido à dificuldade de acesso à água, e a áreas para plantio; à especialização dos cultivos motivada pelas transformações produtivas no campo; somados aos indicadores de pobreza rural medida pela renda na agricultura familiar, são causas de insegurança alimentar (MALUF *et al*, 2004:10 *apud* GAZOLLA, 2004: 136).

Já os aspectos étnicos e de gênero podem ser contextualizados em nossa sociedade a partir de nossa construção escravocrata e patriarcal, que conferiu aos negros, povos indígenas e às mulheres desigualdades estruturais que refletem em diversos âmbitos, incluindo o da segurança alimentar e nutricional.

A desigualdade no Brasil tem também cor e sexo (...) 64% dos chefes das famílias vulneráveis à fome são de cor parda ou preta (...). A grande maioria dos pobres é de negros (pretos e pardos) e de mulheres. Embora os negros representem 45% da população brasileira, em 1999 eles eram 64% dos pobres e 69% dos indigentes. As mulheres, por sua vez, são mais suscetíveis à insegurança alimentar. Sua renda é menor do que a dos homens e a renda das famílias chefiadas por mulheres também é menor do que as demais, mesmo reconhecendo que houve melhora nos rendimentos femininos nos últimos anos. (...) Os estudos indicam que a diferença relativa entre os níveis de mortalidade de negros e brancos menores de um ano é alta, com forte peso das doenças infecciosas relacionadas com a desnutrição. (...) Por tanto, é importante que os quesitos étnicos, de cor e de gênero, sejam considerados no monitoramento alimentar e nutricional e que sejam analisadas suas interfaces com as assimetrias raciais (CONSEA, 2004:8-10).

Essas desigualdades são aspectos determinantes que interferem diretamente no acesso aos alimentos e nos estados de insegurança alimentar. As situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser fruto de questões como a fome, a má alimentação, os padrões alimentares e a estrutura de produção de alimentos degradante ao meio ambiente, bem como relacionadas às relações econômicas e sociais. Sendo assim, “enfrentar o problema do acesso aos alimentos no Brasil significa enfrentar o problema da exclusão, determinada pela extrema desigualdade nas relações econômicas e sociais em nossa sociedade” (CONSEA, 2004: 8).

Segundo relatório do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD)¹⁰⁸ de 2013, a América continua sendo a região com maior desigualdade de renda do mundo. Apesar da atenuação deste quadro no Brasil, promovida pelos programas de distribuição de renda, o país aparece em quarto lugar num ranking latino. A prosperidade econômica e social¹⁰⁹ é apenas usufruída por uma pequena parcela da população.

Esse quadro mostra que apesar dos avanços no Brasil, gerados principalmente a partir dos programas de assistência como Fome Zero, Bolsa Família, existem

¹⁰⁸ Disponível em: <http://novohamburgo.org/site/noticias/pelo-mundo/2013/04/25/brasil-e-o-quarto-pais-latino-com-maior-indice-de-desigualdade/>. Acesso em: março/2014. Relatório completo disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3703>. Acesso em: março/2014.

¹⁰⁹ O país se apresenta como sexta economia mundial em 2013, de acordo com o Produto Interno Bruto (soma em valores monetários de todos os bens e serviços produzidos em um país, medidos em valor monetário), enquanto pelo índice de Gini (que mede a distribuição de renda entre a população), o Brasil encontra-se em décimo segundo lugar no ranking de desigualdade mundial. Ver: <http://www.meusgastos.com.br/blog/noticia/lista-dos-paises-por-indice-de-desigualdade-social/>. Acesso em março/2014.

desafios inerentes ao próprio sistema capitalista, aonde a diferença de riqueza, inevitável nesse sistema, gera as desigualdades no acesso ao alimento. Sendo assim, o Estado, através das políticas públicas, garante esse acesso aos grupos ditos mais “vulneráveis”, sem garantir, por outro lado, a autonomia desse acesso a esta parcela da população.

4.3. Segurança e soberania alimentar: noções e projetos em disputa

4.3.1. Avanços e limites da SAN

Tendo como precursor Josué de Castro, muitos tentaram e ainda tentam desvelar a questão da fome e da insegurança alimentar a partir da desigualdade das relações sociais e de poder.

(...) a fome coletiva é um fenômeno de categoria social, provocado, via de regra, pelo aproveitamento inadequado das possibilidades e recursos naturais ou pela má distribuição dos bens de consumo obtidos. Diante da evidência dos fatos apresentados, já não é possível admitir-se ser a fome um fenômeno natural, uma vez que ela é condicionada muito mais por fatores de natureza econômica do que pelos de natureza geográfica. A verdade difícil de ser ocultada, é que o mundo dispõe de recursos suficientes para permitir o uso de tipos adequados de alimentação por parte de todas as coletividades. E se, até hoje, muito dos *Hóspedes da Terra* continuam sem participar do seu banquete, é que todas as civilizações, inclusive a nossa, se têm estruturado e mantido à base de uma extrema desigualdade econômica (CASTRO, 1968:383).

Ramirez (2013) nos atenta que esse vão nas relações econômicas e de poder pode ser exemplificado com o montante direcionado ao setor militar. Nos Estados Unidos, em 2012, foram gastos 682 bilhões de dólares. Por outro lado, levantamentos apontam que para salvar os esfomeados no mundo, seria necessário o investimento de 30 bilhões de dólares anuais. “Está claro que en el mundo es más importante la seguridad militar que la seguridad alimentaria, los gastos para la guerra que los gastos para la vida” (2013:2).

Em *Raízes da Fome*, Minayo afirma que “a FOME, em última instância é produção política de um sistema transnacionalizado que concentra recursos, riqueza e poder, e marginaliza a maioria dos benefícios de um desenvolvimento altamente

sofisticado” (1987: 28). Ou seja, ela é fruto de relações sociais desiguais inerentes ao contexto capitalista e ao contexto dos Estados-Nação.

Esse sistema transnacionalizado apresenta um conjunto de empresas que detém o domínio da cadeia alimentar, desde a produção até a comercialização. Um grupo de dez empresas transnacionais controla atualmente dois terços da produção mundial de sementes (ETC GROUP¹¹⁰, 2008 *apud* SCHMITT, 2011). Já na ponta da cadeia, os supermercados controlam de 50 a 60% do setor de distribuição de alimentos na América Latina (NICHOLSON, 2010: 4).

Maluf (2007) aponta que a internacionalização dos sistemas alimentares se deu no contexto da segunda metade do século XX, com fluxos de interdependência e coordenação em toda a cadeia agroalimentar, influenciando padrões de produção e distribuição de alimentos, afetando a autonomia dos agricultores.

(...) a conformação de um sistema alimentar mundial fez com que essas relações assumissem uma natureza distinta, mais além do mero comércio de bens. (...) Tal articulação mundial foi liderada pela expansão das grandes corporações multinacionais e redes comerciais que hoje dominam as etapas de processamento, distribuição e comercialização dos alimentos, tendo sido apoiada pela atuação dos Estados nacionais e, de certo modo, referendada pelos organismos e acordos internacionais (2007:55).

Esse padrão, de fato, produziu grande quantidade de alimentos, com muitos danos sociais e ambientais. Não há dúvida de que, atualmente, existe uma grande produção de “alimentos”, admitida inclusive pela FAO¹¹¹. Contudo há, ao mesmo tempo, uma crescente mercantilização do acesso a esses alimentos, gerada pela concentração e especialização produtiva, pela restrição do acesso aos bens naturais, bem como por suas transformações ambientais (escassez, poluição, mudanças climáticas), pela perda da autonomia das populações rurais e comunidades tradicionais no campo, etc.

¹¹⁰ O ETC Group (ou Grupo de Ação sobre Erosão, Tecnologia e Concentração) é uma organização não-governamental que trabalha em torno dos problemas sócio-econômicos e ecológicos a partir de novas tecnologias, visando gerar impactos sobre as pessoas mais pobres e vulneráveis do mundo. Mais informações: <http://www.etcgroup.org/>. Acesso em: março/2014.

¹¹¹ Atualmente, segundo dados da FAO, há produção de alimentos suficiente para alimentar 12 milhões de pessoas (VIVAS, 2012).

A produção alimentar abundante não é acessada por grande parte da população mundial. Além disso, o acesso aos recursos naturais, que são fundamentais para a produção e extração dos alimentos, é desigual (ACSELRAD, 2011), fruto de relações de poder (NALLY, 2011).

Seja a partir da competitividade agrícola com complexos agroindustriais, seja a partir da crescente mercantilização dos bens naturais, seja a partir das relações dificultosas com o Estado, as populações rurais, e mais ainda as comunidades tradicionais, passam a ser impossibilitados de produzir seu alimento. Dessa forma, o acesso se realiza, cada vez mais, através da compra do alimento que depende, por sua vez, de uma renda suficiente e estável.

Maluf *et al* (2004) afirma que o fulcro da insegurança alimentar advém do atual contexto social e econômico, onde a obtenção do alimento para o consumo familiar fica condicionada à compra (*apud* GAZOLLA, 2004: 137).

Segundo Nally, a fome e a inanição são elementos constitutivos da economia alimentar moderna, parte da lógica do sistema capitalista onde é inerente o acesso desigual das sociedades aos bens. Sendo assim, esse próprio sistema produz e tenta ratificar a problemática, e esta contradição, na maioria das vezes, é excluída do debate sobre segurança alimentar.

Sob a égide da segurança alimentar, a fome e a pobreza ainda são retratadas como um sintoma de um colapso nas relações sociais. É, em outras palavras, a ausência de infra-estruturas, instalações de micro-crédito, de alto rendimento de sementes, fertilizantes químicos, mecanização, e assim por diante, que produz insegurança alimentar. Essa lógica se recusa a contemplar a possibilidade de que uma economia alimentar capitalista realmente reproduz os mesmos problemas que exteriormente se esforça para resolver. Ou, para dizer de outra forma, a hipótese muito plausível que a escassez e a fome são elementos constitutivos da economia alimentar moderna (condições crônicas que permitem a contínua operação e reprodução dos sistemas) é excluído dos termos da discussão (2011: 22, tradução própria).

Durante muito tempo, os debates internacionais se restringiam a pensar sobre estratégias voltadas às situações emergenciais e à produção quantitativa para autosuficiência, tendo o mercado internacional como arena para o equilíbrio entre a demanda e a oferta de alimentos. Nessa perspectiva, ocorre a contraposição entre a

autosuficiência nacional na produção de alimentos e a aut Capacidade de obtenção dos mesmos no comércio internacional. Segundo essa concepção, ratificada pela FAO, a segurança alimentar estaria relacionada principalmente à possibilidade de acesso (MALUF, 2007). A posição produtivista vê o comércio internacional como provedor chave da SAN e do DHAA (MARQUES, 2010).

Essa abordagem pode confirmar uma visão mercadológica da segurança alimentar no contexto atual de abertura comercial e desregulamentação dos mercados, presente inclusive nos acordos comerciais internacionais. Essa visão é inclusive ratificada por grandes empresas do campo alimentar, no Brasil tem como uma das manifestações a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)¹¹². Essa associação propunha uma “abordagem de *agribusiness* da segurança alimentar”, proposta sistematizada na primeira publicação da associação, em 1993.

Sobre esse enfoque, Maluf aponta que “o comércio internacional não é fonte confiável de SAN e, nos moldes atuais em que é realizado e regulado, compromete a soberania alimentar, ou melhor, compromete o exercício soberano de políticas de SAN” (2006:48). Além disso, a noção internacionalmente instituída não problematiza as condições diferenciadas de acesso, o modelo hegemônico desigual e degradante de produção agropecuária, os oligopólios ligados à cadeia alimentar, incluindo a distribuição e venda, entre outros aspectos.

Ainda nesse sentido, Marques aponta para a polissemia do termo *segurança alimentar*, uma vez que não existe um caminho uníssono para sua compreensão e concretização. Assim, “em seu nome, tanto são concebidas medidas de proteção das agriculturas locais quanto são elaboradas estratégias favoráveis à liberalização do comércio internacional de alimentos (...)”, gerando, a partir disso, descontentamentos quanto ao seu uso (2010:79).

Para Ramos Filho (2013), os princípios da Segurança Alimentar - disponibilidade e acesso aos alimentos, estabilidade na oferta e salubridade dos mesmos- não questionam o contexto estrutural da produção de alimentos, tampouco o envolvimento da OMC na agricultura mundial. Ainda afirma que

¹¹² Para aprofundar neste caso, ver MARQUES, Paulo E Moruzzi. Segurança Alimentar: a intervenção da Associação Brasileira de Agribusiness no campo de disputa e produção ideológica [dissertação]. Rio de Janeiro: CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; 1996.

(...) o paradigma da segurança alimentar da FAO tem desencadeado no mundo um conjunto de ações de governo que podem ser agrupadas em pelo menos 6 categorias de políticas: 1) Políticas públicas no marco da segurança alimentar; 2) Políticas e programas de ajuda humanitária e nutricional; 3) Políticas compensatórias de transferência de renda; 4) Reforma agrária de mercado; 5) Desenvolvimento territorial rural como substituição às análises e ações de governo fundamentadas na questão agrária; 6) Alimentos como arma política, como o que está ocorrendo na reconstrução do espaço agrícola no Iraque pós-invasão americana (p.18).

A abordagem brasileira atual apresenta alguns avanços comparando ao contexto internacional. A dimensão nutricional no termo, à menção explícita ao direito à alimentação adequada sem comprometer o acesso a outros direitos, as qualificações das práticas alimentares afirmando práticas ambiental, econômica e socialmente justas, além do respeito à diversidade cultural. Todos esses aspectos são fruto de conquistas ao longo do tempo no campo da SAN. No entanto, essas mesmas conquistas tornam a noção de difícil uso e aplicação (MALUF, 2007).

Segundo Maluf, o enfoque brasileiro conseguiu ir além das políticas emergenciais e assistencialistas, apresentando duas peculiaridades: a de conectar o objetivo da SAN e as estratégias de “desenvolvimento” adotadas no país; e a ênfase da intersectorialidade na elaboração e implementação da SAN, considerando a inter-relação e dependência das dimensões que ela apresenta. Para o autor, um grande desafio é a conjunção dos programas emergenciais com programas que atuem potencializando a autonomia da população; além da conjugação entre programas de alimentação e outros que estimulem a agricultura familiar, o agroextrativismo, à reforma agrária e a produção agroecológica (2006).

Outro ponto importante salientado diz respeito aos modelos de produção agroalimentar a serem estimulados, tendo em vista a realidade rural brasileira e as famílias rurais que se dedicam à agricultura. Esse ponto é de extrema importância no caso nacional, já que nosso rural apresenta elevada heterogeneidade e grande desigualdade social (*idem*).

Mesmo com iniciativas da sociedade civil, as diretrizes acumuladas neste campo dependem essencialmente para sua materialização das ações governamentais, através da execução de políticas públicas.

4.3.2. A proposta de soberania alimentar

“A luta pela soberania alimentar não é sobre vencer discussões acadêmicas, mas sobre a vida e a morte de milhares de milhões de pessoas, uma luta pela democracia, dos direitos do consumidor, e para preservar o meio ambiente para as gerações futuras. Agricultores, pescadores, pastores, povos indígenas e outros produtores de alimentos estão lutando todos os dias para manter sua dignidade, modos de vida e preservar o meio ambiente. Há necessidades de muitas discussões, mas também as necessidades urgentes de ações e lutas para realizar a soberania alimentar” (Nyéléni, 2007).

A noção de soberania alimentar surge como contraposição e como uma alternativa à noção de segurança alimentar, a partir do descontentamento da sociedade civil organizada com os rumos desta noção. Especificamente, o termo surge como uma proposta da Via Campesina, movimento internacional, fundado em 1992, e representante de camponeses e agricultores familiares de todo o mundo, na ocasião da I Cúpula Mundial de Alimentação, realizada em Roma pela FAO, em 1996.

A Via negou-se a assinar o documento final da Cúpula, uma vez que o considerava de cunho produtivista, avaliando que o acesso aos alimentos em quantidade e qualidade não poderia se resumir à grande disponibilidade de alimentos baratos (MARQUES, 2010). Em contraposição, o movimento acreditava na valorização e priorização das agriculturas locais enquanto caminho fundamental para a busca de soluções em direção à alimentação adequada e de qualidade em detrimento do mercado internacional.

Como contraposição à lógica de liberalização do mercado de alimentos, o Fórum de Organizações Não Governamentais (ONGs), ocorrido em Roma neste mesmo ano, defendia as seguintes ideias:

uma prioridade para a produção agrícola local para alimentar a população, com medidas para favorecer o acesso ao fundiário dos agricultores sem terra ou com pouca terra, bem como para assegurar o acesso à água, às sementes e ao crédito; o livre acesso às sementes; a salvaguarda da água enquanto bem público a ser repartido sustentavelmente; o direito dos Estados em proteger suas agriculturas das importações agrícolas e alimentares com baixíssimos preços e em favorecer uma produção camponesa sustentável; a participação das populações nos processos de tomada de decisão. Todas estas ideias se associam com aquela segundo a qual o reconhecimento dos direitos dos agricultores (ou camponeses) desempenha um papel maior na produção agrícola e na alimentação (MARQUES, 2010:82).

Alguns anos depois, em 2001, foi realizado o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, em Havana, Cuba, com a participação de 400 delegadas e delegados de

organizações camponesas, indígenas, associações de pescadores, organizações não governamentais, organismos sociais, acadêmicos e investigadores de 60 países de todos os continentes, consolidando uma articulação em torno de uma proposta alternativa à Segurança Alimentar, desde o ponto de vista dos movimentos e organizações da sociedade civil. Nesta ocasião, foi definida a noção de soberania alimentar:

Entendemos por soberanía alimentaria el derecho de los pueblos a definir sus propias políticas y estrategias sustentables de producción, distribución y consumo de alimentos que garanticen el derecho a la alimentación para toda la población, con base en la pequeña y mediana producción, respetando sus propias culturas y la diversidad de los modos campesinos, pesqueros e indígenas de producción agropecuaria, de comercialización y de gestión de los espacios rurales, en los cuales la mujer desempeña un papel fundamental (Declaración Final del Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria, Habana, Cuba, 7 de septiembre del 2001)¹¹³.

O debate do Fórum gerou uma concepção geral de soberania, além dos seguintes preceitos e posicionamentos: a soberania alimentar engloba as diversas dimensões- econômica, política e cultural; o Estado é o responsável em garantir alimento adequado aos setores mais vulneráveis, e este acesso não deve ser considerado compensação assistencialista ou caridade dos governos; o reconhecimento da multietnicidade das nações, dos povos originários e do controle autônomo de seus territórios, recursos naturais, sistemas de produção, saberes e formas de organização; a agricultura é vinculada ao território, e deve-se valorizar mercados locais; a Reforma agrária é uma obrigação dos Estados; soberania implica acesso equitativo aos bens naturais, terra, meios de produção, financiamento; a soberania alimentar não significa autarquia, autossuficiência plena ou o desaparecimento do comércio agroalimentar e pesqueiro internacional, mas o comércio alimentar internacional deve estar subordinado ao propósito supremo de servir ao ser humano (*idem*).

Em 2007, com maior acúmulo e amadurecimento, o debate se coloca novamente no Fórum pela Soberania Alimentar –Nyéléni¹¹⁴, ocorrido em Sélingué,

¹¹³ Disponível em: <http://movimientos.org/node/741?key=741>. Acesso em abril/2014.

¹¹⁴ O Fórum foi chamado de Nyéléni em homenagem a uma mulher marcante na história local, agricultora, que lutou para firmar-se em um contexto local desfavorável.

Mali. Contando com a presença de cerca de 500 participantes de mais de 80 países, o Fórum teve como objetivos principais: debater a noção de soberania alimentar; fortalecer as alianças e gerar o diálogo entre os distintos setores e países; e construir estratégias comuns para ação entre o amplo leque de movimentos presentes (VIVAS, 2010). Fruto deste momento, a declaração final de Nyéléni afirma que:

La soberanía alimentaria es el derecho de los pueblos a alimentos nutritivos y culturalmente adecuados, accesibles, producidos de forma sostenible y ecológica, y su derecho a decidir su propio sistema alimentario y productivo. Esto pone a aquellos que producen, distribuyen y consumen alimentos en el corazón de los sistemas y políticas alimentarias, por encima de las exigencias de los mercados y de las empresas. Defiende los intereses de, e incluye a, las futuras generaciones. Nos ofrece una estrategia para resistir y dismantelar el comercio libre y corporativo y el régimen alimentario actual, y para encauzar los sistemas alimentarios, agrícolas, pastoriles y de pesca para que pasen a estar gestionados por los productores y productoras locales. La soberanía alimentaria da prioridad a las economías locales y a los mercados locales y nacionales, y otorga el poder a los campesinos y a la agricultura familiar, la pesca artesanal y el pastoreo tradicional, y coloca la producción alimentaria, la distribución y el consumo sobre la base de la sostenibilidad medioambiental, social y económica. La soberanía alimentaria promueve el comercio transparente, que garantiza ingresos dignos para todos los pueblos, y los derechos de los consumidores para controlar su propia alimentación y nutrición. Garantiza que los derechos de acceso y a la gestión de nuestra tierra, de nuestros territorios, nuestras aguas, nuestras semillas, nuestro ganado y la biodiversidad, estén en manos de aquellos que producimos los alimentos. La soberanía alimentaria supone nuevas relaciones sociales libres de opresión y desigualdades entre los hombres y mujeres, pueblos, grupos raciales, clases sociales y generaciones (Declaración de Nyéléni, 27 de febrero de 2007, Nyéléni, Sélingué, Malí)¹¹⁵.

Em agosto de 2013, ocorre em Bogotá, Colômbia, a *I Assembleia da Aliança pela Soberania Alimentar da América Latina e Caribe* com representação de 23 redes, movimentos e organizações da região, acompanhados por 11 organizações nacionais, mulheres e homens integrantes de organizações continentais e regionais de camponeses/as, da pesca artesanal, da agricultura familiar, trabalhadores/as rurais, jovens, povos originários, afrodescendentes, movimentos agroecológicos, de direitos humanos e ecologistas, onde se criou a *Aliança pela Soberania Alimentar da América Latina e Caribe*¹¹⁶.

¹¹⁵ Disponível em: <http://www.nyeleni.org/>. Acesso em: abril/2014.

¹¹⁶ Disponível em: http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=N&cod=76931. Acesso em abril/ 2014.

Como vemos, a noção, que tem sua origem no bojo de uma articulação global de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, traz em seu debate as bases de outro tipo de sistema agroalimentar, posicionamento este que não encontramos claramente na noção e no debate da segurança alimentar a nível mundial. Pimbert faz a seguinte comparação.

A definição predominante de segurança alimentar, aprovada em diversas cúpulas alimentares e outras conferências amplamente difundidas, estabelece que todas as pessoas devem ter acesso a alimentos em quantidades suficientes e de boa qualidade todos os dias, mas não se preocupa em saber a procedência desses alimentos, quem os produz ou as condições em que são cultivados. Essa definição é favorável aos interesses dos exportadores de alimentos, que podem continuar a afirmar que a melhor maneira de garantir a segurança alimentar em países pobres é subsidiar e importar alimentos baratos ou recebê-los gratuitamente na forma de assistência alimentar, em vez de dar condições para que eles mesmos possam produzi-los (2009:43).

Nesse sentido, a partir da noção de soberania alimentar, é possível transcendermos à polissemia encontrada no termo segurança alimentar, o qual, como já mencionado anteriormente, pode ser usado na perspectiva de afirmar a necessidade de um modelo agrícola em bases ecológicas, como pode, por outro lado, ser usado para a defesa de um mercado internacional mais produtivo e integrado.

O conceito de Soberania Alimentar foi apresentado pela Via Campesina (...) para propor outro princípio de construção da lógica da produção e do comércio internacional de alimentos, desafiando a concentração de poder do sistema agroalimentar e priorizando a autodeterminação política dos povos. A *segurança* alimentar diz respeito —à obrigação dos Estados de garantir o acesso aos alimentos nutricionalmente adequados e em quantidades apropriadas (sem questionar sua origem, admitindo a ajuda alimentar, por exemplo). A *soberania* defende o direito dos povos e dos países de definir suas próprias políticas agrícolas e produzir alimentos em seus territórios destinados a alimentar sua população antes da necessidade de exportar. [...] A relação com a Soberania Alimentar como bandeira política evoca hoje a trajetória de uma década de defesa do direito dos povos a autodeterminar sua produção e políticas agrícolas, de acordo com suas necessidades internas, antes de suprir as exportações (VIA CAMPESINA, 2007: 57-58 *apud* JALIL, 2009:48/49).

Sendo assim, o posicionamento das organizações e sujeitos envolvidos em defesa da soberania alimentar envolve o pressuposto que este modelo agroalimentar hegemônico, que apresenta forte concentração produtiva, danosos custos ambientais e de saúde, concentração distributiva e comercial, é a própria gênese da desigualdade social, da pobreza e da insegurança alimentar.

Como alternativa a este modelo, a proposta da soberania vai ao encontro da Agroecologia, campo popular e científico que trata da agricultura numa perspectiva de trabalho em conjunto com a natureza, fomentando a agrobiodiversidade, valorizando saberes tradicionais e locais, a realização em pequena escala, e que tem como protagonistas a agricultura de base familiar, camponesa, tradicional.

Alguns pesquisadores nos atentam para essas possibilidades a partir da compreensão sobre a realidade da produção de alimentos atualmente. Vivas (2010) aponta que um estudo impulsionado pelo Banco Mundial em parceria com a FAO, PNUD, UNESCO, envolvendo mais de 400 cientistas e especialistas em alimentação e desenvolvimento rural, concluía que a produção de alimentos agroecológicos proporcionaria renda e dinheiro para os pobres, e ao mesmo tempo geraria excedentes para o mercado, tornando-se uma melhor garantia de produção para a segurança alimentar do que a produção transgênica. Publicado em 2009, o relatório do IAASTD (Avaliação Internacional das Ciências Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola) ainda defendia a produção local, camponesa e familiar, e a redistribuição das terras para as comunidades rurais¹¹⁷.

Outro levantamento afirma que 85% dos alimentos consumidos no mundo são produzidos em escala nacional ou na mesma região ecológica (ETC GROUP, 2009; PLOEG, 2008 *apud* SCHMITT, 2011). Estudo do ETC Group aponta que a cadeia agroalimentar convencional fornece apenas de 30% a 40% dos cultivos de alimentos no mundo, apesar de ocupar de 70 a 80% das terras aráveis (controlando quase todo o comércio internacional de alimentos, ou seja, 15% de toda comida produzida no mundo), enquanto a agricultura camponesa¹¹⁸ fornece 70% do total de alimentos consumidos por pessoas, sendo 15 a 20% através de agricultura urbana, 10 a 15% proveniente da caça e da coleta; 5 a 10% da pesca; e 35 a 50% das fazendas (ETC GROUP, 2013).

Altieri afirma que os agricultores que ocupam minifúndios são os que produzem grande parte de alimento no mundo a partir de uma base de policultivos,

¹¹⁷ Segundo Vivas, “El informe fue rechazado por el *agribusiness* y archivado por el Banco Mundial, aunque 61 gobiernos lo aprobaron discretamente, a excepción de Estados Unidos, Canadá y Australia, entre otros” (2010: 98).

¹¹⁸ Agricultura camponesa aqui se refere a todos aqueles que produzem alimentos principalmente para si e para as suas comunidades sejam elas rural, urbano ou periurbanas, pescadores do mar ou de água doce, pastores ou caçadores e coletores (ETC GROUP, 2013).

com o uso intensivo de menos recursos e manejo mais eficiente dos recursos naturais.

Al hacer un manejo más intensivo de menos recursos, los pequeños agricultores pueden sacar más ganancia por unidad de producción y de esta manera sacar más ganancias totales, inclusive si la producción de cada producto es menor (Rosset, 1999). En producción total, la granja diversificada produce mucho más comida (...). La relación inversa entre tamaño de granja y producción puede atribuirse a que los minifundistas hacen un uso más eficiente de la tierra, el agua, la biodiversidad y otros recursos agrícolas. Así que en términos de convertir ingresos en egresos, la sociedad estaría mejor con agricultores a pequeña escala (2009: 29).

Outro preceito complementar e convergente é a priorização dos mercados locais e circuitos curtos, em detrimento do comércio internacional. Como colocado anteriormente, a proposta da soberania não nega a existência do comércio internacional. Entretanto, se coloca contra as ações de subsídio nas relações comerciais que prejudiquem os outros países (dumping). O mercado aqui não deve ser entendido como objetivo em si, mas uma ferramenta para possibilitar acesso à alimentação adequada (NYÉLÉNI, 2007).

A valorização dos mercados locais e de uma cadeia curta possibilita o fortalecimento dos próprios agricultores/as, produtores/as de alimentos, pois quanto menor o circuito, maior seu controle e acesso ao valor de seus produtos. Nessa linha, preconiza-se também a articulação entre consumidores e produtores, bem como a autonomia dos consumidores em escolher produtos de acordo com sua preferência, dentro do contexto agroalimentar proposto.

Para que a agricultura local, e de base familiar possa, de fato, realizar o cultivo de alimentos para seu autoconsumo e para os mercados é imperativo que os sujeitos do campo (povos tradicionais, coletores, agricultores familiares, camponeses, etc.) tenham acesso e controle de suas terras e a seus bens naturais (água, solo, sementes, biodiversidade, etc.).

Como afirma Vivas, citando Desmarais:

La soberanía alimentaria implica devolver el control de los recursos naturales, como la tierra, el agua y las semillas a las comunidades y a las y los campesinos y luchar contra la privatización de la vida. Como señala Desmarais (2007: 60): “Patentar las plantas, los animales y sus componentes significa para los campesinos y las comunidades indígenas

la pérdida del control sobre los recursos que tradicionalmente usan y conocen” (2012:92).

Diante de um cenário como o brasileiro, mostrado anteriormente, é necessário que o Estado garanta esse acesso através de uma reforma agrária e do reconhecimento dos territórios dos povos tradicionais. Além disso, é necessário que esses sujeitos tenham acesso a recursos produtivos, como créditos e capacitações.

A definição de soberania desloca o poder de decisão sobre as bases da cadeia agroalimentar do Estado para os “povos”. A partir do reconhecimento de que o Estado não se constitui em uma única nação, apresentando diversos povos com suas culturas específicas, e que esses povos têm o direito de escolha sobre sua cadeia agroalimentar, admite-se uma descentralização do poder, não mais monopolizada na figura do Estado e seu governo, e a afirmação da autonomia dos diferentes povos e comunidades.

Esse tem sido considerado, pelos seus defensores, um grande passo no sentido do respeito às diferentes culturas e suas diversas formas de auto-organização. Do ponto de vista territorial, essa perspectiva possibilita inclusive a reprodução dos modos de vida das comunidades tradicionais e da agricultura camponesa, tendo em vista que esses sujeitos sofrem grande processo de desterritorialização à medida que o processo de modernização do campo se desenvolve. Além disso, os modos de vida tradicionais são formas de organização, de reprodução social e de saberes vinculados essencialmente à dimensão territorial (DIEGUES, 2001).

Protagonizada pela sociedade civil organizada, a noção de soberania alimentar tem o campo de construção de seus preceitos relativamente recente, e não é ainda encontrada comumente na literatura acadêmica. No entanto, na última década, alguns pesquisadores têm buscando contribuir e tecer considerações a respeito, se inserindo neste campo de debate¹¹⁹.

Desmarais nos ajuda a por em relevo alguns dos elementos chaves da soberania alimentar, salientando seus objetivos principais:

a) dar prioridad a la producción de alimentos saludables, de buena calidad y culturalmente apropiados para el mercado doméstico, b) apoyar con precios competitivos a los agricultores para protegerlos contra las importaciones a bajo precio, c) regular la producción de los mercados

¹¹⁹ Mark Dufumier, Miguel Altieri, Eduardo Sevilla Guzmán, Esther Vivas, Paulo Eduardo Moruzzi Marques são alguns exemplos de pesquisadores que tem se debruçado sobre o tema da soberania alimentar.

internos para poner fin a los excedentes agrícolas, d) desarrollar una producción sostenible basada en la familia agraria, y e) abolir cualquier ayuda a la exportación directa o indirecta (DESMARAIS, 2007 *apud* VIVAS, 2012:92)

Para Pimbert, a soberania alimentar apresenta as seguintes implicações no que tange aos direitos dos indivíduos, povos, comunidades e países:

- alimentação e a produzir alimentos, o que quer dizer que todos têm direito a alimentos inócuos, nutritivos e culturalmente apropriados, aos recursos para produzir tais alimentos e à capacidade de suprir as suas próprias necessidades e a de sua comunidade;
- definir suas próprias políticas agrícolas, trabalhistas, pesqueiras, alimentares e de manejo de solos e água que sejam ecológica, econômica e socioculturalmente apropriadas para eles e seus contextos específicos;
- manejar, utilizar e controlar os recursos naturais que preservam a vida, como a terra, a água, as sementes, as raças de gado e uma maior biodiversidade agrícola, sem restrições impostas pelo direito à propriedade intelectual e livres de organismos geneticamente modificados;
- produzir e colher alimentos de forma ecologicamente sustentável, principalmente por meio da produção orgânica e com poucos insumos externos, assim como por meio da pesca artesanal;
- definir seu próprio grau de autossuficiência alimentar e desenvolver sistemas alimentares autônomos que reduzam sua dependência dos mercados globais e das grandes corporações;
- proteger e regular a produção e o comércio domésticos, prevenir o *dumping* de alimentos em seus mercados, bem como dispensar a assistência alimentar que não seja necessária (2009:42/43).

Essa proposta de projeto de sociedade que perpassa pela noção de soberania alimentar não implica, segundo o autor, em um retorno romântico a um passado, mas sim uma reapropriação do conhecimento e das práticas tradicionais, combinando-as com as novas tecnologias e saberes (*idem*).

Segundo Vivas, reivindicá-la também não significa um projeto localista ou uma mistificação do pequeno, recuperando McMichael (2006), mas em um processo de questionar o atual sistema alimentar, no sentido de favorecer formas democráticas de produção e distribuição de alimentos (2012:92).

Marques, por sua vez, salienta que a ideia de soberania alimentar oferece elementos para a construção de referências fundadas na proteção das agriculturas locais, no que tange à concepção de políticas agrárias, agrícolas e alimentares. Nesse sentido, esta noção favorece a integração de temas como a agroecologia, circuitos curtos alimentares, reforma agrária, agricultura familiar e multifuncionalidade da agricultura (2010: 85/86).

Por fim, Padilla e Guzmán apontam que o processo de construção do campo da soberania alimentar articula diversos sujeitos e uma proposta interessante em torno do sistema alimentar, sendo imperativo que esta noção siga uma construção sólida. Eles apontam três elementos fundamentais: por um lado, ir articulando os avanços e as distintas contribuições que vão surgindo nos âmbitos destacados; por outro lado, elucidar os efeitos e as implicações que esta proposta acarreta nos contextos atuais; por fim, a articular essas propostas de base popular com as bases teóricas e conceituais sob a égide da agroecologia como tem sido construída nas últimas décadas (2009:46).

Ao se propor pensar inicialmente sobre as bases dessa noção numa perspectiva do conhecimento, Padilla e Guzmán apontam a soberania alimentar como uma raiz epistemológica da Agroecologia, sendo este campo o terreno que possibilita atender a natureza pluriépistemológica do conceito e sua localização no contexto social e popular.

La soberanía alimentaria aparece en el cuadro de las raíces epistemológicas e la Agroecología como aportación popular; al haber sido generada en forma colectiva como articulación de las distintas aportaciones de organizaciones campesinas e indígenas. Estas han compartido sus reflexiones y propuestas para romper la losa que impide el despliegue de sus potencialidades, desde la modernidad (...). queremos iniciar la tarea de colaborar en la construcción desde el pensamiento científico del correlato demandado por el campesinado y los pueblos indígenas respecto a la Soberanía Alimentaria. Es en este sentido donde consideramos que este concepto está íntimamente ligado a elementos y construcciones elaborados desde otras raíces de la Agroecología, que permiten una argumentación pluriépistemológica de este concepto. Nuestra propuesta se basa en la idea de que el utillaje conceptual y metodológico construido desde la Agroecología puede aplicarse de una manera directa a la consolidación y la defensa de las propuestas asociadas a la Soberanía Alimentaria, generando las sinergias necesarias para contrarrestar los efectos del pensamiento único hegemónico del neoliberalismo y la globalización económica (2009:49).

4.4. Segurança e soberania alimentar no Sapê do Norte

“Nos sistemas locais de saber, o mundo vegetal não é artificialmente dividido entre uma floresta que fornece madeira comercial e terra cultivável que fornece mercadorias em forma de alimentos. A floresta e o campo são um *continuum* ecológico, e as atividades realizadas na floresta contribuem para satisfazer às necessidades alimentares da

comunidade local, enquanto a própria agricultura é modelada de acordo com a ecologia da floresta tropical. (..) No sistema “científico” que separa a silvicultura da agricultura e reduz a silvicultura ao fornecimento de madeira, a comida não é mais uma comida relacionada à silvicultura. Portanto, essa separação apaga o espaço cognitivo que relaciona a silvicultura à produção de alimentos (...)
Vandana Shiva (2003).

No Sapê do Norte, o tema da segurança e soberania alimentar tem emergido como uma questão-problema a ser debatido, refletido, constituindo-se aos poucos como uma reivindicação de luta.

Entre as diferentes arenas políticas em que atuam os quilombolas do Sapê do Norte, o debate sobre alimentação tem se demonstrado um fértil espaço de disputa e merece uma análise mais detida, pois articula um campo contra-hegemônico desde o plano nacional até o regional, com destaque para os Conselhos Nacional e Estadual de Segurança Alimentar (Consea) (CALAZANS, 2009:12).

Como já apontado, mulheres, negros e povos tradicionais, sujeitos historicamente marginalizados, são os mais afetados em termos de insegurança alimentar. No entanto, não é possível termos uma noção mais detalhada sobre a profundidade e abrangência dessa insegurança alimentar nos povos tradicionais, por falta de dados. O que há em escala nacional de levantamento voltado para isso são as Chamadas Nutricionais, realizadas pelo Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Em relação aos Quilombolas, foi realizada uma Chamada Nutricional¹²⁰ em 2006, que diagnosticou que 11,6% das crianças quilombolas apresentam déficit de crescimento, indicador relacionado a formas de desnutrição crônica, sendo a proporção de desnutrição dessas crianças em relação às demais de 76,1% maior incidência e 44,6% maior do que na população rural. Além disso, no geral, essas comunidades se encontram em situação precária de vida, com péssimas condições de moradia e acesso ao esgotamento sanitário, à água e à educação (MDS, 2006).

Em relação a essa desigualdade no Sapê do Norte, já existem alguns levantamentos e ações que apontam para a situação de insegurança alimentar. Em 2008, a Fase fez um levantamento junto à Comissão Quilombola sobre a situação alimentar das comunidades, fruto de um seminário que debatia a relação entre

¹²⁰ A pesquisa teve como amostra mais de 840 comunidades espalhadas por 22 estados.

segurança alimentar e agroecologia, com o objetivo de refletir e identificar junto às comunidades¹²¹ a situação de (in) segurança alimentar e nutricional e violação de DHAA; levantar pontos relacionados ao Programa de Distribuição de Alimentos realizado em parte do Sapê; e, por fim, refletir sobre o papel da agroecologia na segurança alimentar. No relatório final, alguns elementos encontrados refletem sobre a situação no Sapê como a enorme dificuldade para a garantia de uma alimentação diversificada e suficiente, a dependência do mercado para o acesso ao alimento; a crescente dependência em relação aos medicamentos farmacêuticos, entre outros. Essa situação foi contraposta pelos quilombolas com a realidade pretérita, de sua infância, associando a fartura de alimentos e águas à diversidade natural do ambiente.

A segurança alimentar e nutricional no Sapê também foi objeto de debate no Consea- ES, caso que gerou uma denúncia de Violação do Direito Humano à Alimentação Adequada do Conselho junto ao FBSAN e ao Consea Nacional. Esse fato desembocou em duas missões realizadas pela Comissão Especial de Acompanhamento e Apuração de Denúncias relativas à Violação do Direito Humano à Alimentação Adequada¹²² *in loco*, no ano de 2009 e em 2013.

Após a primeira missão, constatou-se violação de alguns direitos, como os Direitos Humanos à alimentação adequada, Direito a terra e ao território, Direito à água e Direito ao acesso à justiça e ao tratamento igualitário perante a Justiça. Foi destaque no relatório da missão a relação entre a violação desses Direitos, a situação de insegurança alimentar e o processo de conflito territorial entre as comunidades e a empresa produtora de celulose *Fibria*, apontando fatores como a degradação ambiental, a falta de acesso ao território e a desestruturação do modo de vida tradicional e do sistema de produção agroextrativista que garantia a alimentação diversificada das famílias (2009:10/11).

¹²¹ O Diagnóstico englobou as seguintes comunidades: Divino Espírito Santo, São Jorge, Nova Vista, Chiado e São Cristóvão (Município de São Mateus) e São Domingos, Linharinho, Roda D'Água, Angelim 1 e 2, Santa Isabel e Itaúnas (Município de Conceição da Barra).

¹²² Comissão vinculada ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, inserido na Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

(...) o Direito de Acesso ao Território das comunidades quilombolas que vivem em Sapê do Norte está sendo gravemente violado devido a ocupação dos territórios quilombolas de Sapê do Norte pela monocultura de eucalipto. A massiva produção do eucalipto tem resultado no isolamento das comunidades quilombolas, na drástica redução da disponibilidade de terras para a produção de alimentos e criação de animais para o autoconsumo e geração de renda e, na degradação ambiental com a derrubada de matas, uso intensivo de agrotóxicos e adubos químicos que empobrecem o solo. Esse quadro se agrava pelo alto nível de desemprego provocado pela monocultura de eucalipto, que é altamente mecanizado.

A falta de acesso ao território além de apontada pelos quilombolas como a principal causa de insegurança alimentar e nutricional dessas comunidades, na medida em que tem provocado um intenso processo de desestruturação dos seus modos de vida tradicional e do sistema de produção agroextrativista, que garantia alimentação diversificada às famílias.

Outro fator que demonstra a violação do Direito ao Acesso ao Território é o não cumprimento por parte do Estado da obrigação de garantir o processo de titularização dos territórios. Os processos de titulação dos territórios têm sido morosos, o que acaba por acirrar os conflitos com os fazendeiros, articulados através do Movimento Paz no Campo e com a empresa Aracruz Celulose. Da mesma forma, a publicação da Instrução Normativa nº 49/2008 do INCRA, a qual adota uma definição restritiva do conceito de terras ocupadas por comunidades quilombolas, que contraria o disposto na convenção 169 da OIT (*idem*, p. 10/11).

Butriy *et al*, ao tratar de casos de violação de DHAA, cita um exemplo como o do Sapê, relacionando as condições de vida das comunidades quilombolas à situação de insegurança alimentar¹²³.

A expansão da monocultura de eucalipto em determinada área do país tem representado uma grande ameaça à SAN e ao DHAA de comunidades quilombolas. A cultura de eucalipto, que se estende por cerca de 68% do estado, tem causado graves impactos no meio ambiente: diminuição drástica da fauna e da flora, perda do potencial hidráulico, contaminação da água, pulverização de agrotóxicos, entre outras coisas. Os quilombolas estão em pequenas terras, muitas ainda não reconhecidas oficialmente pelo Governo Federal e não têm condições de produzir alimentos, pescar ou caçar. Além disso, sofrem discriminação da sociedade e governo local e isso dificulta o acesso ao mundo do trabalho e às políticas públicas locais. Em razão desses fatores muitos membros das comunidades quilombolas desse estado estão em situação grave de insegurança alimentar e nutricional e violação de todos os seus direitos humanos (2010: 61).

Após tais constatações, a Comissão emitiu várias recomendações a diversos órgãos responsáveis para reverter tal situação, como o Incra, Fundação Palmares, Governo do ES, entre outros. Sem grandes desdobramentos, houve uma segunda

¹²³ Valéria Burity inclusive participou como integrante da primeira missão no Sapê do Norte.

denúncia de permanência da situação, ocorrendo assim uma segunda missão em novembro de 2013.

Angelim I foi uma das comunidades visitadas na segunda missão, mais especificamente na área de retoma, área ocupada anteriormente pela Fibria com monocultivos de eucalipto, reconvertida pela comunidade em área de moradia e produção de alimentos. A missão atestou a insistência e o esforço da comunidade para viabilizar a produção de alimentos, mesmo diante das precárias condições. Foi nesse contexto que inicialmente me deparei com a questão alimentar na comunidade de Angelim I. A delimitação do tema de pesquisa surgiu desse debate e a intenção original era fazer um estudo comparativo, envolvendo outras comunidades do Sapê. Contudo, os dados e as questões decorrentes da pesquisa de campo se mostraram tão ricos em detalhes, que optei por um estudo monográfico da questão alimentar em Angelim I, que passo a considerar na sequência, ficando o estudo comparativo para futuros desdobramentos desta pesquisa.

4.5. Práticas alimentares e questão alimentar em Angelim I

Discutir sobre a questão alimentar em Angelim I, em suas expressões de segurança ou soberania alimentar, inevitavelmente passa por uma reflexão acerca dos processos sociais – e seus efeitos - que levaram a comunidade à condição de pobreza, em que sua reprodução material se viu colocada em xeque. Os processos sociais mais diretamente relacionados a essa questão foram expostos nos capítulos 1 e 2 e são relativos ao *imprensamento* experimentado pela comunidade, como tantas outras do Sapê do Norte. Contudo, a identificação dos efeitos desse processo passa, entre outros aspectos, pela memória, pela identificação de mudanças nas práticas alimentares, usos do terreno, adoção de estratégias, etc..., que serão consideradas a seguir.

4.5.1. Práticas de Ontem ou “De Primeiro”

Ao indagados sobre a realidade atual e do passado, o “*de primeiro*” aparece nas falas sempre como uma categoria local que faz referência aos costumes e práticas passadas, bem como à realidade do lugar.

Os relatos de todos os núcleos familiares em Angelim I apontam que a pesca e a caça eram a principal fonte de proteína animal, seguidas do porco e da galinha, criações rotineiras para as famílias. Tanto a prática extrativista como as criações eram feitas numa relação intrínseca com a natureza, com o ambiente local. A geração mais antiga na comunidade revive através da memória as suas práticas e de seus pais nos tempos passados, lembrando quem e como se criavam os animais, quem caçava, quais eram os animais que vinham pra mesa, e em quais momentos.

-E o senhor comia caça?

Jesuíno: Ave Maria, caça aqui enjoava da gente comer, a gente comia mesmo, era caça mesmo, que tinha com fartura...caça e peixe, ave Maria..era que..a gente alimentava só com isso, mesmo..matava um porco alguma vez pra gente mudar de comida, né..mas caça era verdade mesmo, minha filha..tinha muito, existia mesmo (73 anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

Nesse tempo passado, aonde a mata era abundante, a caça era encontrada em todos os lugares. Perto de casa, nas estradas, na mata, esses animais garantiam grande parte das refeições da semana. Paca, tatu, catitu, veado, entre outros, eram capturados por técnicas como o mundéu, o confete (arma), o uso de cachorros, entre outros, revividos por alguns moradores.

-Era muito assim, de toda semana?

Benedito: Era..toda semana você achava. Botava mundéu que eles chamavam, mundéu, né, a armação lá no mato e todo dia quase, de dois em dois dias, tinha caça pra comer..e tinha muita caça, né. (48 anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

Zirinha: Aí comia peixe e caça..e botava confete..que deixava lá esperando

-Confete? Confete como é que é?

Z: Era um confete, uma arminha curta assim, num sabe...aí botava, chegava lá, amarrava uma cordinha lá no caminho da caça, quando a caça passava, matava..paca, tatu, e nós vivia assim.. (67 anos, entrevista concedida a autora em julho/2013).

Pedirão: Quebra-cabeça é uma armadilha que você amarrava assim..aí faz uma armadilha que na hora que a caça passa aqui, ele mete aqui, isso aqui solta..poo..encima da cabeça

-E o que tem aqui em cima?

P: É uma vara..uma vara bem armada assim, oh..entendeu?..bem esticada, quando ela solta..pou..aí tá morto (54 anos, entrevista concedida a autora em julho/2013).

A caça e a pesca, que aparecem quase sempre juntos na memória, remetem assim a um tempo de fartura e sossego, aonde havia liberdade e disponibilidade de se alimentar da mata e do rio.

Zirinha: Aí..ficava aqui, vivemos aqui, papai pescava..botava mijuada..hoje eles falam que é boia, né..mas naquele tempo era mijuada..era uma vara comprida com um pedaço de coisa assim..de linha pra jogar lá pra pegar traíra...botava covo..nóis vivia assim, da pesca e da caça, né...era difícil comprar um pedaço de carne, né..agora hoje não, hoje a gente vive assim da balança (67 anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

A pesca era realizada por homens, mulheres e crianças, variando a técnica, o lugar e espécies. O rio Angelim era o local mais comum, seguido das Lagoas, do brejo, do Rio Grande (rio Itaúnas) e do mangue. A pesca e os peixes sempre aparecem nas falas com ênfase na fartura, trazendo da memória as variedades que existiam na época e as técnicas utilizadas.

-Mas antes pescava?

Luzia: Ih pescava..e pegava um peixe, né cumade?..pegava peixe

Dentina: É..pegava de linha de rede, fachiava de noite

L: Pegava de linha, de rede..éé..fachiava de noite que dava a chuva, aí ficava tudo cheio de água, fachiava, matava aquelas muqueca..

-Como é que é “fachiar”?

L: [risos] com facho de palha

D: Com farol, num sabe com farol?

L: Pra clarear

D: ascendia numa lata, aí colocava ali, torcia , daí ascendia ele, botava óleo, óleo mesmo ou querosene, aí ascendia e ia embora pra beira do rio,

L: Pra matar aqueles peixinho tudo pequenininho, cortava no meio..tudo dormindo (71 e 65 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Muitas vezes, ao recordarem das antigas práticas, comparam com o momento atual, salientando a escassez de peixe e a proibição da caça.

-E sempre pescou aqui, a senhora?

Luzinete: Sempre pesquei, né. (...) Eu sou nascida e criada aqui. Eu criei meus filhos com isso..peixe, caça..bastante. Hoje tem caça, mas num é igual era.

Patrícia: Num pode nem pegar caça também, né.

L: Não pode. E se fala..um home pego ali..é uma multa!..mata, mas quem cabo? Quem cabo, quem foi? O próprio governo.. que deixou a firma acabar e depois pega as pessoas que tá pegando uma caça pra comer, dobra e pega numa multa, né..pro cara pagar..num era pra ele fazer isso. Porque quem Acabou mesmo, foi eles..não foi..a própria firma que fez, mas foi eles também (62 anos, entrevista concedida à autora em julho/2013).

Quadro 3: Práticas Alimentares Coletoras e Extrativistas – Antigamente

Prática	Técnica	Espécies	Aonde
Pesca	facção, mijuada ou bóia, covo ou jiqui, muzanza, linha, bóia, cavador, fachiar, semar, rede	Beré ou Acará, Sairú, Morobá, Traíra, Jundiá, Judeu, Piau, Cará, Piabanha, Robalo, Sururu, Caranguejo, Frango D'água, Cará Mijona	Rio Angelim, Lagoas (Mulato, Murici, Junco, Neves, Jacaré); Rio Itaúnas; Córregos; Brejo; Mangue
Caça	confete ou laço, cachorro, mundéu, ratoeira, facção, quebra-cabeça	Tatu, Paca, Veado, Catitu, Macaco, Capivara, Cutia, Lagarto, Tamanduá, Gambá, Saruê, Raposa, Cachorro do Mato, Pato do Mato, Frango D'água	Matas, Estradas, “Todo canto”.

Fonte: Entrevista com moradores de Angelim I. Organização da Autora.

As criações também cumpriam seu papel na mesa, e os porcos e galinhas eram criados soltos. Os primeiros, em terras de uso comum, “à granê” principalmente nos brejos, e os segundos nos terreiros das casas.

Jesuíno: Tinha porco mesmo, com fartura mesmo..é

-E eles ficavam aonde?

J: Ficavam tudo solto aí, oh..tudo aí oh, à granê aí..nesse jaqueral que tem aí pra baixo aí..era um jaqueral rapaz, ave Maria..nessa época agora, eles nem em casa vinha, ficava por lá mesmo..levava um..uns quinze dias, daqui a pouco eles chegavam aqui..as porca, você já num conhecia mais, os leitão, de tão grande que já tava

-Eles comiam só jaca?

J: Só jaca..só jaca..é jaca e dendê..era a comida deles, mesmo..

-Eles ficavam mais no brejo?

J: Só no brejo..é..num perturbava ninguém, né..era um criadoro, aqui era um criador mesmo..de todo mundo, num era só meu não, de todo

mundo..então ninguém perturbava os outros..agora é que ninguém pode..agora um porco vai ali, já tá..eles num querem..é

-E galinha, tinha galinha?

J: Ih galinha a gente criava muito, também..(...)

-Aí então elas ficavam solta assim, em volta de casa?

J: Tudo solta..aqui ninguém criava nada preso não, era tudo solto..é..(73 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

A alimentação das criações vinha da natureza ou das roças plantadas. Os porcos comiam no brejo e nos jaqueirais. A jaca era uma fonte importante de alimentação para os suínos. A mandioca também era dada, muitas vezes na “porta de casa” para os animais acostumarem com o lar, sendo uma forma de mantê-los ali. Em alguns casos, os animais eram presos à noite. Contam-nos alguns moradores sobre as criações de porcos e galinhas.

Tulinho: Aqui, oh..esse pessoal aqui, oh, do outro lado do rio..aí o pessoal de Itaúnas não gostava de vim aqui no Angelim porque os porcos fazia as precisão deles uma vez tudo no meio das estradas....aí o pessoal dizia que num vinha pra cá porque ia pisar em cima de bosta de porco..que era muito que eles criavam..criavam mesmo, com jaca (59 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Benedito: Criava muito porco, né..que...como você podia criar livre, né, num precisa de fazer manga, chiqueiro que chamam, né, e pocilga. E criava solto, mesmo. Só era um chiquerozinho, só pra bater comida pra eles ali, pra poder eles acostumar na porta, né. Mas era só do mato mesmo.

-Eles iam pra onde, brejo?

B: É, tinha brejo, tinha muito córrego naquele tempo, tinha água, né. Aí saía pelos brejo lá e de tarde vinha, e batia comida, eles ficavam por ali. Quando precisava, matava.

-E as galinhas era solta?

B: Ah, aquele tempo..prendia galinha só à noite mesmo que elas iam pro pulero, mas era solta direto mesmo...não atrapalhava não, porque..como a terra era bem grande, né, a gente num..num importava de galinha tá ciscando perto da porta, né, e aqui não, se você soltar a galinha, já vai logo no vizinho..vai no..já cisca uma horta, uma coisa que dá prejuízo. A gente cria mais é preso mesmo (48 anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

As comparações com o momento presente são quase sempre inevitáveis nas falas dos moradores e aparecem também ao recordarem das roças de antigamente. As roças eram itinerantes, e deixavam em pousio as áreas usadas.

Jesuíno: Pra todo canto aqui, nós fazia roça tudo aqui.. (73 anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

Abria-se a mata e alguns relatos apontam para a coivara, ou seja, a queimada da mata antes do plantio da roça. Tudo era feito no braço com o machado, usando-se às vezes de *ajuntamentos* para a abertura da clareira. Zirinha conta sobre a labuta da abertura das roças e a prática de coivara nesses tempos.

Zirinha: (...) depois de roçar, derrubava..depois que derrubava..nessa época não tinha motosserra não, derrubava no machado, depois queimava quando ficava assim croado, que não queimava direito, tinha que coivará todinho..negócio de coivara tirando os pau com machado, com facão de cipó e ia limpando aqueles pedaço pra poder plantar..tinha vez que queimava que era uma beleza, só ficava aqueles pau grosso assim...mas tinha vez, filha, que esse meu pai..hum..sofria...o nome era coivara..coivarava a roça..depois ia plantar..era uma luta danada..(...)eles metem o trator e faz uma roça pra uma pessoa num dia...e naquela época, tinha vez que era mês..que batia porque tinha que esperar murchar a caboroca..que eles falavam caboroca...roçando com foice era caborocar a roça..tinha que deixar murchar..depois que derrubava , tinha que deixar murchar também, pra ficar bem seca pra queimar..era uma luta danada (67 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Os principais cultivos eram mandioca, feijão, milho, abóbora, aipim, cana, amendoim, café, batata doce, entre outros, todos voltados principalmente para a alimentação humana e dos animais. A mandioca era central, pois dela vinha também a farinha e os beijos, itens indispensáveis na cultura culinária local. Alguns ainda plantavam arroz no brejo.

Maria: Meu pai plantava arroz, colhia saco de arroz..a gente comia socadinho no pilão, entende? Aí os meninos tirava a casca, que eu era pequena, aí a gente fala tirar a casca, né? tirar a casca (..), então as meninas socava o arroz, pilava, né..muitos falam pilar, pilava o arroz, soprava na peneira, um arroz gostoso, menina..a gente plantava..que ele

vinha amarelinho, com toda vitamina (58 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Os moradores tinham o conhecimento da dinâmica do clima local, que nesse momento era diferenciado, fazendo os plantios assim na “quadra certa”, como apontam os relatos a seguir.

Robertinho: (...) porque antigamente, até um pouco que alembro, (...) eu trabalhava ajudando meu pai, (...) eles, meus tios, mais o povo lá da família da gente, mais antigo, ele já tinha as quadra certa pra plantar. Que antigamente, num era igual a hoje, não. Já tinha aqueles mês certo, e ele já sabia que vinha já o mês de chuva. Aí já, antes daquele mês, já plantava. Que aí naquele mês já era chuva mesmo. Agora num é mais (...). A pessoa pode plantar aí..aí passa um mês, dois mês aí, sem chuva. Aí num...só o que num dá..num dá, o que quenta mesmo é a mandioca. Mandioca pode plantar aí, se ela fica dez dias pra nascer, melhor ainda...pra brotar...que tá enraizando debaixo da terra (73 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

A alimentação cotidiana consistia assim nos alimentos da natureza e da roça. Pela manhã, comiam banana cozida, ou aipim, aipim com coco, abóbora, beiju (em suas variedades), pamonha, farinha de coco ou de amendoim ou de tapioca, fruta pão e café. O doce vinha do caldo de cana ou do melado ou ainda do açúcar feito em casa a partir da cana, denominado de “açúcar do tacho” ou “açúcar da terra”¹²⁴.

Em alguns casos os homens, antes de irem pra roça de manhã cedo, faziam uma refeição parecida com o almoço, comendo feijão, pirão de peixe, farinha, toucinho, entre outros, como apontam os seguintes relatos.

-E você tava me falando que vocês comiam pirão de manhã?

Mário Jorge: Comia..peixe seco, Morobá, tinha muito, Traíra, sabe..salgava..que naquela época num existia geladeira..aonde a gente morava num tinha energia..aí a gente salgava, de manhã cedo pra ir pra roça, fazia aquele pirão, mesmo de..de água meio assim, com tempero, meio temperado com água, sal e alho, né..peixe assado e..comia e era forte..a gente tava acostumado a comer, comia e levava (...)(47 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

¹²⁴ Convencionalmente conhecido como açúcar mascavo.

A comida era preparada com óleo de dendê e banha de porco, feitos em casa. Também é muito comum temperar a comida com o urucum, mais conhecido na região como coloral.

Benedito: Ham, ixi..nós cortava era..30 cachos, 40 cachos de dendê, subia.. tirava aqueles cacho e batia um dia pra fazer dendê, aí fazia uns 20 litros, 30..de 2 em 2 meses, sempre a gente..comia mais era de dendê mesmo, era difícil comprar um óleo.. (48 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Zirinha: Era dendê e banha de porco...era banha de porco e dendê..era difícil comer esses óleos aí... (67 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Quem não criasse boi e quisesse de vez em quando “mudar o gosto”, comprava ou fazia alguma troca com o vizinho em alimento ou serviço, sendo esta uma prática eventual.

4.5.2. Práticas de hoje

Como já relatado e demonstrado, muitas das práticas anteriores tiveram sua permanência ou reprodução dificultadas. No caso das práticas extrativistas, as dificuldades advêm principalmente da proibição da caça, da poluição dos rios, da diminuição e extinção de córregos e Lagoas e da proibição da pesca em determinados locais.

A proibição da caça e a dificuldade de obtenção de peixes são relatados com muito pesar pelos moradores da última e penúltima geração, o que demonstra a forte cultura extrativista na região.

Zirinha: (...) ai menina, dá tanta raiva..só.agora só tem mais Bagre Africano e Cachecó...se botar uma rede..uma rede de malhar...fica pesado assim de Cachecó...de primeiro era Acará, era Sairú, Piau, até Piaba nesse rio tinha, Robalo, tudo tinha nesse rio...agora..por causa desses peixe que apareceram aí (67anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

Em termos de criação de animais, algumas famílias deixaram de ter criações, principalmente as de porco, pois esses necessitam de espaço. As unidades familiares que ainda têm porcos geralmente fazem criação em chiqueiro/ pocilga para não correrem o risco dos porcos atrapalharem as roças dos vizinhos.

Em geral, as galinhas ainda se encontram bastante nos terreiros ao redor das casas, contudo, são em pouca quantidade, ou seja, insuficientes para a alimentação das famílias. Elas provêm a proteína animal principalmente através dos ovos.

Os animais não se alimentam mais da natureza ou dos alimentos da roça, e quando o fazem, há a necessidade de se complementar a alimentação com ração ou com outro alimento comprado. O milho nem sempre “vinga”, ou por conta da falta de água, ou por “bicho” (praga). Quando tem, não cobre a demanda. Só a roça de mandioca que se sustenta, e é também utilizada na alimentação dos animais, junto com a ração na maioria dos casos. Nem todos creem que vale a pena manter uma criação nessas condições, tendo em vista que antes, os porcos eram criados soltos e se alimentavam da natureza. A mandioca dada aos porcos era “de três em três dias”, só pra acostumá-los com o lugar. Atualmente, segundo um morador, as roças de mandioca não são suficientes para alimentar a criação.

A explicação sobre a necessidade de mais comida para alimentar o porco do que em outros tempos, é dada por Dentina e Pedro Batista, que dizem que antigamente, os porcos andavam, caminhavam, comendo os bichos e elementos disponíveis no ambiente; “mariscavam”.

Pedro: Hoje, pra você ter uma criação de porco hoje..você tem que ter uma..uma atividade que gera ração..você tem que ter uma farinheira onde faz farinha que sobra um gorante..o gorante que sobra (...) aí você vai misturando, vai fazendo, aí você ainda cria um porquinho..compra um saco, mistura, né..mas pra você só comprar..ham..num dá, não, você num aguenta não...(..)

-Mas na época de seus pais, era só mandioca, né?

Dentina: Era, mas ele saía de casa, ele andava.

-Mas era mandioca a rodo, né?

P: Não..num era tanto, mas o..é que ele andava, ele forçava a minhoca..o porco come minhoca, igual eu tô falando, coco de dendê...(..)

D: Saía de manhã, chegava de tarde

P: E você batia uma mandioca de manhã, soltava ele....fundava..ia lá pro mato, quando dava uma hora dessa assim [17h], que ele ia chegar..aí você batia mais um pouquinho de mandioca, às vezes ele nem queria (54 e 65 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Os poucos que ainda têm criação de gado, o utilizam mais para o leite e para recorrer à venda nos casos de necessidade de dinheiro, com poucas cabeças. Além

dessas dificuldades, os moradores relatam que há mais casos de doenças hoje em dia, às vezes “fazendo a limpa” na criação.

As roças deixaram de ser itinerantes e ficaram bastante restritas em termos de espaço devido ao *imprensamento* do eucalipto. No caso de Angelim, parte da geração mais nova permaneceu no lugar, aumentando ainda mais a quantidade de pessoas para um mesmo pedaço de terra.

Com a diminuição da atividade, há a perda de variedades plantadas, bem como dos saberes vinculados aos períodos sazonal e lunar para os dados cultivos. Há também relatos referentes à diminuição da qualidade dos plantios.

As variedades de mandiocas e aipins que não são mais encontradas na comunidade são: Rio Grande; São Pedro Preto e São Preto Pampo; Mandioca Doce; Mandioca Roxinha; Aipim Caixão ou Alegria; Aipim Cacau; Aipim “Oreia Danta”. Em sua pesquisa, Ferreira (2009) identificou a perda das seguintes variedades de mandioca e aipim no Sapê do Norte: mandiocas- Caiabana, a Caravelas, a Doce, a Pereira-pau, a Mucuri-Mangue, a São Pedro Branca, a Roxinha, a Rio Grande, as venenosas Camamum, Santinha e Ciricora; e Aipins- Amarelinho ou Manteiga, Amarelo, Aipim-Caixão, Aipim-Cacau, Aipim Orelha D’Anta, Aipim Sinhá-tá-na-mesa (p. 179/180).

Apesar da diminuição da atividade de roça durante umas duas décadas, percebe-se que há a resistência dos mais velhos, que ainda mantêm as práticas. Há um movimento de reprodução e também de retomada dessa atividade pela segunda geração, que é muito influenciada pelos processos de politização do movimento quilombola na região, principalmente em meados da década de 2000. Além disso, os prejuízos ambientais, sociais e econômicos das atividades do carvão e do fomento também contribuíram pra esse processo.

Como observa João,

João: Angelim já teve muita produção, hoje Angelim é fraco..é fraco...(..)

-Já teve, quando você fala assim, é quanto tempo atrás? Qual geração?

J: Há uns 20 anos..eu ainda alcancei..ainda tinha muita

-Geração dos seus pais, né?

J: É..dos meus pais

-Vinte anos não..década de 1990 não? 1990 ou 80?

J: (...) lá a gente conseguiu fazer tudo com roça de mandioca..meu pai, minha mãe e a gente, nós irmãos, nós só trabalhava com roça de mandioca(..)..aí depois ele implantou o fomento florestal..que começou a despertar esse negócio de dinheiro na cabeça..aí foi indo, aí foi indo o pessoal, acabaram, aí veio a questão da fiscalização com as farinha...e apareceu o carvão..o carvão chega aqui em 96..então, em 96 pra cá, a economia de Angelim começa a mudar..bruscamente

-Mas tá numa retomada, num é?

J: Tá numa retomada.. (34 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

A própria geração da qual ele faz parte reproduz e recupera a atividade de plantio. No caso do Angelim, ele e outras pessoas de sua geração que não moram na comunidade, apesar de terem parentesco e possibilidade de acesso à terra, vão periodicamente para cuidar de suas roças. Parte dessa geração se preocupa com a alimentação saudável e também com o conhecimento desenvolvido sobre os plantios, como podemos perceber em sua fala sobre os conhecimentos dos períodos do ano e luas certas correspondentes aos cultivos.

J: Ah, vamo trabalhar a base de pesquisa..num importa a gente plantar muito..vamo plantar pouco e ficar anotando..qual é o desenvolvimento, as fases de lua..aí beleza, a gente só planta o coqueiro na lua certa, a mandioca na lua certa, o feijão na lua certa..e tamo trabalhando com fase de lua, todo um projeto de pesquisa. (...) Agora, tudo que tiver líquido, tipo.. melancia, é coco..é cheia..aí essas aqui toda foram plantadas na cheia..o negócio porque num é a época..então, melancia é de outubro..outubro, novembro, dezembro, janeiro..ela é do quente..ela não é do frio...aí no frio, nem abóbora é do frio, abóbora é do quente..aqui eu fiz, eu plantei toda essa área de abóbora e não produziu...agora mandioca não, ela é o ano todo..você, a única coisa, 10 dias de chuva ela germinou, já era...ela não morre mais (34 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Frio e quente são referências locais para as estações do ano e claro e escuro para os períodos lunares. Os antigos dizem que a mandioca pode ser plantada o ano todo, no frio e no quente. No entanto, a melhor época lunar é dois dias depois da lua nova. No geral, tudo que “dá embaixo da terra” é no claro, e tudo que “dá em cima da terra” é no escuro.

Outro fato que viabilizou o aumento da atividade de produção de alimentos em Angelim I foi, sem dúvida, a conquista da área de retomada. Nessa área, atualmente há dezesseis lotes de quase dois hectares cada, aonde trabalham cerca de dezessete pessoas. Esses alimentos vão, em sua grande maioria, para o consumo de aproximadamente treze famílias. Além disso, ainda viabilizou a comercialização de parte da produção para algumas pessoas.

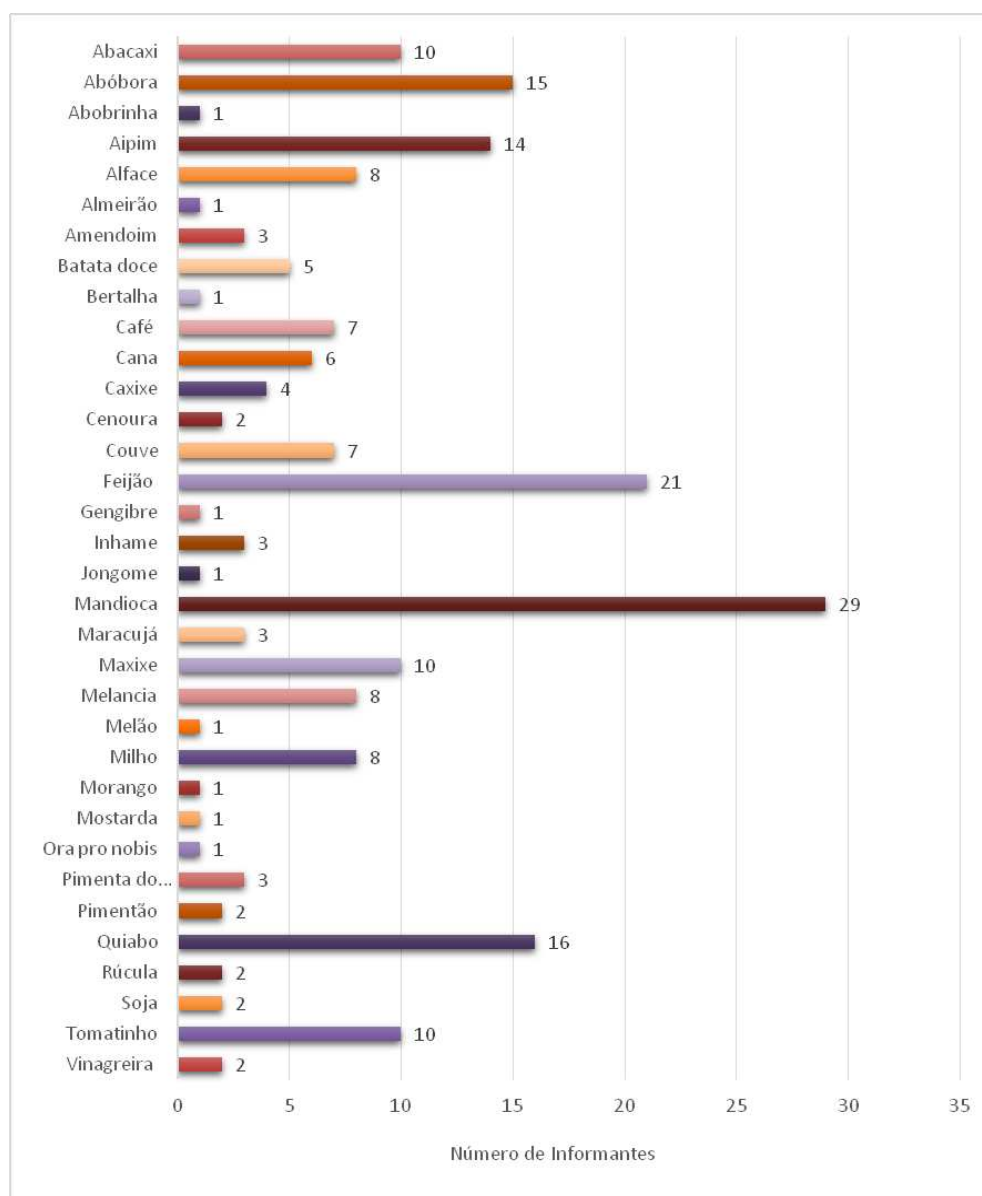
-E aí você acha que...melhorou a vida de vocês depois daqui da retomada, por causa dessa terra?

Cazuza: Rapaz, pra mim melhorou mais, porque..a gente lá, né..aqui tem como o cara fazer a roça maior, né..dá pra colher mais coisa, pra ...roça grande né, e lá não, lá ..lá impressou tudo, igual lá..na mãe, repartiram a terra, fiquei só naquele pedacinho que eu tô ali....aí o espaço é pequeno ali pra trabalhar..e aqui já é maior, né..aqui dá pra fazer roça do tamanho que a gente quiser, né..então, só a gente ter...recurso rapaz..que..roça tem que ter, né.. (43 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Terezino: Melhorou, melhorou bastante, né...porque...porque antes a gente num tinha espaço, né, hoje a gente tem assim espaço que dá pra ser trabalhado, né..então, muitas..muitas coisas a gente acaba tirando daqui, né, pro próprio sustento, né..e a gente já vem há um tempo..então a gente vê que há um tempo atrás, há cinco anos, a comunidade não tinha tanta produção como tem hoje. Então, você vê hoje a comunidade produzindo bastante né..alimentos..e..além de se abastecer, ainda consegue comercializar boa parte ainda..então isso é importante..então, além de manter a alimentação, a gente consegue também ter uma renda. (28 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Alguns cultivos são muito comuns entre as famílias e revelam um hábito produtivo comum do lugar, como a mandioca, o feijão, a abóbora, o aipim, o maxixe, o quiabo e o milho. Há ainda algumas hortas que geralmente são cuidadas pelas mulheres. Outra preocupação recente observada principalmente na segunda geração é com o plantio de árvores nativas e frutíferas. Abaixo, um panorama dos alimentos produzidos na comunidade em roças e hortas, de acordo com as informações dos moradores. Todos os núcleos familiares foram entrevistados. O número de informantes representa unidades domésticas que variam quanto ao número de famílias, indo de uma a três.

Gráfico 13: Alimentos Produzidos em Angelim I – 2013



Fonte: Entrevistas com moradores da comunidade Angelim I. Dados organizados pela Autora.

Uma mudança notada pela geração mais antiga é a maior incidência de “pragas” nas roças, além das mudanças climáticas na região que fazem com que esta hoje seja menos úmida do que antigamente. Esta característica faz com que quase todas as roças (exceto a mandioca) necessitem de irrigação para se desenvolver, sendo esta então uma dificuldade apontada por muitos moradores. Inclusive o cultivo do milho tem diminuído muito por conta do desânimo em relação a esta cultura

frente às condições atuais, para as pessoas que não possuem irrigação. Identificamos apenas três famílias que possuem algum tipo de irrigação na comunidade.

M: É..muito difícil...é..muito difícil..se tivesse uma irrigação também, aí planta, o sol vem em cima, não tem jeito de tirar, não, a roça fica complicada mesmo...vive, mas dizer que é facinho, num é, não (51 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Anagildo conta de sua perda antes de colocar a irrigação e da colheita após a irrigação.

A: Então, tá faltando água, tá faltando água..é..a chuva tem vez que vem na época certa, tem vez que não vem, né...aí quando não vem, o camarada perde..aí tem que ter uma irrigaçãozinha e tal..e..o pessoal não tem condições de botar. (73 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Outro problema na produção é o prejuízo por conta da “mariscagem” dos animais, tanto do mato como criações, que transitam e comem parte das roças, fato gerado tanto pela perda de espaço como pela perda da biodiversidade local, sendo este problema bastante comum. Também há casos de roubo nas roças e criações, fato que há tempos atrás não acontecia.

Outra dificuldade produtiva apontada são as restrições ambientais. Como não há muito espaço, há pouca disponibilidade de locais para fazer roça, considerando as áreas onde as famílias criam animais.

Benedito: É, num dá pra fazer nada..você vê os irmãos aí, fica cada um nas tiras aqui oh, atrás da capoeira..eles tão pensando, como é que vão fazer..aí vai no Ibama, cheio de problema, é tanta..burocracia pra você ter as coisas, pra poder derrubar..é pouca terra, né..já tem uma reserva grande ali, mas todas terras pequena, com menos de 1 alqueire, tem que deixar de preservação um pedacinho..parece que 30%. Aí você deixa 30%, já tem pouca coisa, 30% acaba você num tendo nada e você num pode derrubar depois mais nada..difícil (48 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Em geral, os moradores não usam agrotóxicos em suas práticas de cultivo. A consciência do aspecto salutar do alimento e da produção foi identificada na fala de alguns. No entanto, houve uma fala que apontou para o não uso por falta de recursos financeiros e outra fala que apontou para o uso em uma lavoura, no caso de maracujá, refletindo que hoje em dia, só é possível esse tipo de cultivo com o “remédio”, diferente de antigamente.

Benedito: Era tudo, num tinha nada de...de química nenhum. O que a gente plantava era tudo alimento saudável. Hoje em dia, tudo você tem que botar..você planta o maracujá, já tem que bater o remédio logo, quase todo dia porque dá lagarta, né. Naquele tempo, você plantava um pé de maracujá, num existia desse maracujá, mas tudo que você lá, dava em abundância e num tinha praga, né. Hoje em dia, tem praga pra todo lado. (48 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

-E você usa produto aqui, não?

Cazuza: Não, usa não... com o tempo, mesmo..bota não..num tem como botar mesmo, né..aí fica assim mesmo..planta é quiabo, é abóbora, é tudo...sem veneno

-Mas tudo natural?

C: É que a abóbora mesmo, rapaz, ela na verdade mesmo, o cara pra colher ela, tem que ter veneno, né..porque ela dá muito inseto..né..ela dá muito inseto a abóbora..tem que..mas eu..num dá pra bater, num tem como bater, fica assim mesmo

-Por causa de dinheiro que você fala? De comprar..

C: É..porque tem que comprar o..o remédio, né (43 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Há ainda aquelas pessoas que se interessam por uma produção ecológica, falando da agroecologia e buscando desenvolvê-la em suas roças. Esses, em sua maioria, conformam a segunda geração, e estão entre 20 e 40 anos. O envolvimento com o movimento quilombola e os movimentos sociais em geral, bem como a ida de algumas pessoas para Escolas Famílias Agrícolas¹²⁵, despertou parte dessa geração para a produção agroecológica. Há cerca de três anos, algumas pessoas começaram a consorciação de culturas de acordo com princípios ecológicos, buscando plantar árvores consorciadas a cultivos temporários e criar sistemas agroflorestais. Há ainda uma propriedade em que há o uso e experimentações com homeopatia para o solo e plantas.

¹²⁵ As Escolas Família Agrícolas (EFAs) são um tipo de experiência escolar no âmbito da Educação do Campo, onde é pensada e praticada uma forma de ensino que valorize e respeite o meio rural, assim como sua cultura, práticas, sujeitos e dinâmica. As EFAs são implantadas no Brasil na década de 1960, no município de Anchieta (ES) e trabalham com a Pedagogia da Alternância na qual o processo de ensino- aprendizagem se dá através de temas geradores em dois momentos- tempo escola e tempo comunidade.

João: A ideia aqui é de fazer..desse espaço (...)que também seja um processo de experimento, né..e assim de futuro..(..)..porque o que o agronegócio faz é ter as coisas em curto prazo..né..e tudo que você planta, você tem que vender..né..pra fazer dinheiro, dinheiro e vender..vender dinheiro..e fiz o contraponto..assim, a proposta com a agroecologia, segurança alimentar..que a gente tenta tentar trabalhar..a partir de uns anos pra cá, é com o processo de longo prazo..e importar com o alimento de qualidade, principalmente o alimento pra sua família (34 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Getúlio: Hoje a nossa alimentação é baseada, em eu ser técnico agrícola e meu irmão também, a gente tem essa preocupação em alimentos saudável, né. A gente trabalha com agroecologia até, faz alguns experimentos de agroecologia. Então, todos os alimentos que a gente produz na propriedade hoje, a gente não usa nenhum tipo de agrotóxicos nem alguns tipos de ...de adubação química. Já usaram, né (...), mas a gente não sabia o conceito da agroecologia. (...) Então, a partir daí, a gente conseguiu conversar com o pai que às vezes aplicava “round up” pra poder limpar as áreas, né, mais rápido..é(...) ..a gente hoje equilibramos isso, e tamo trabalhando na questão agroecológica, na produção orgânica.. (23 anos, entrevista concedida à autora em julho/2013).

Abaixo, uma placa sinalizando as áreas da comunidade, incluindo os Sistemas Agroflorestais.

Imagem 9: Indicações das áreas da comunidade Angelim I



Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Autoria: Isabela Pasini.

Mais um agente que interfere nesse tema em tempos recentes é a Fibria, que concede fertilizantes e adubos orgânicos para os associados com quem fez acordo, apesar de usar agrotóxicos em seus plantios de eucalipto.

A maioria dos moradores relatou que tem o hábito de guardar sementes, mas eles também compram eventualmente ao iniciarem alguma roça. Com o tempo, vão guardando.

As mudas mais presentes são as “*mandibas*”, denominação local para as manivas de mandioca. Foi relatada por alguns moradores a troca de sementes e de mudas, principalmente de mandiba. Há também a iniciativa de um viveiro que atende a cerca de quatro famílias.

Outra fonte atual é a Fibria que tem disponibilizado para a Associação algumas espécies de sementes, e os associados escolhem. Além disso, as ONGs que atuam pontualmente na comunidade disponibilizam ocasionalmente algumas mudas e sementes crioulas.

Parte dos alimentos cultivados vai direto para o consumo das famílias, e outra parte é comercializada. Os tipos de roças voltadas para a comercialização são a mandioca, e em alguns casos, a pimenta do reino e a melancia. No caso da pimenta do reino, foi identificado o plantio em um núcleo familiar voltado diretamente para comercialização.

A mandioca é fortemente arraigada na cultura e economia local. Quando não é vendida na forma da farinha, é vendida para quem faz farinha, porém poucas famílias conseguem comercializar seus cultivos. De toda forma, esse cultivo é sempre utilizado no consumo na unidade familiar, seja através da farinha, seja como alimento para as criações.

Apesar da existência da comercialização, não existe um canal fixo para sua realização, e a encomenda é a prática mais estável e frequente. Durante a alta temporada do turismo na Vila de Itaúnas, aumenta também a demanda em relação aos alimentos, com oportunidades de escoamento da produção.

Além desses canais de comercialização, outro possível são as feiras no município de Conceição da Barra. Duas pessoas da comunidade estavam semanalmente indo às feiras vender beiju, farinha e pamonha durante o ano de 2013.

Houve uma diminuição da frequência com o passar do ano, devido principalmente às dificuldades do transporte em termos de acesso, periodicidade e viabilidade de carregar o peso da estrutura de metal usada e os produtos.

As criações, em geral, não dão conta de alimentar periodicamente as famílias representam também, um recurso através da venda em tempos de emergência financeira, conforme mencionado anteriormente.

Dentro desse cenário, a comercialização torna-se uma atividade secundária, quase ocasional, devido às circunstâncias. Os próprios moradores, quando perguntados sobre o destino dos alimentos, mencionam que é quase tudo para o consumo, pois é muito pouco, tanto em quantidade como em relação ao retorno financeiro, tendo em vista que esses alimentos são vendidos in natura. Como coloca Maria, “quando sobra, vende”.

-E vai pra alimentação ou vai pra vender também?

Benedito: Vai pra alimentação mesmo

Maria: Quando sobra, vende (48 e 49 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Sobre a venda de animais, Anagildo coloca que a venda está condicionada à sobra, pois não adianta vender pra depois comprar de outro alguém.

Anagildo:(..) Fazer igual ao meu patrão falava..(..) ele diz que lá no sul, o camarada pegava o porco e vendia..vendia o porco pro dono da venda..chegava lá, o dono da venda tá despostando o porco, né, vende um pedaço pra um, vende um pedaço pra outro..o mesmo dono do porco fala assim- “oh, pega um pedaço de tocinho pra mim”, aí o cara ia lá, corta tanto..aí pegava e pagava..por que que esse miserável num já deixou em casa?..né..comprar..do mesmo porco que ele vendeu, ele comprava e trazia..comprava mais caro [risos]...tá entendendo(..). É..então..quando sobra, a gente vende. Semana passada mesmo, eu vendi..(..)..quando a gente precisa, a gente mata, come, quando sobra, a gente vende..agora mais é pra despesa. (73 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Parte do destino desses alimentos circula através das relações de parentesco e são doados. É muito comum, por exemplo, uma mãe fazer um tanto de farinha e beiju e dar uma parte para a família do filho, ou um filho dar uma parte de sua

colheita de feijão para a mãe. Nesse sentido, em sua maioria, os elos primários das relações de parentesco ainda estão muito presentes, perpassando por relações de solidariedade familiar. Abaixo, um panorama do destino dos alimentos a partir dos alimentos produzidos.

Quadro 4: Alimentos produzidos em roça e horta

Alimento***	Qtd. pessoas	Consumo*	Venda**
Abacaxi	10	X	
Abóbora	15	X	1
Abobrinha	1	X	
Aipim	14	X	1
Alface	8	X	2
Almeirão	1	X	
Amendoim	3	X	
Batata (vermelha, doce)	5	X	
Bertalha	1	X	
Café (conilon; burbon)	7	X	
Cana	6	X	1
Caxixe	4	X	
Cenoura	2	X	
Couve	7	X	1
Feijão (de laço ou de corda, carioquinha, fradinho, guandu, japonês, verde, pintadinho)	21	X	
Gengibre	1	X	
Inhame	3	X	
Jongome	1	X	
Mandioca	29	X	6
Maracujá	3	X	1
Maxixe	10	X	
Melancia	8	x	2
Melão	1	NI	
Milho	8	x	
Morango	1	X	
Mostarda	1	X	
Ora pro nobis	1	X	
Pimenta do Reino	3	x	1
Pimentão	2	X	1
Quiabo	16	X	1
Rúcula	2	X	
Soja	2	NI	
Tomatinho	10	X	
Vinagreira (verde, verm.)	2	X	

* X significa que todos consomem

**Quantidade de pessoas que informaram que vendem

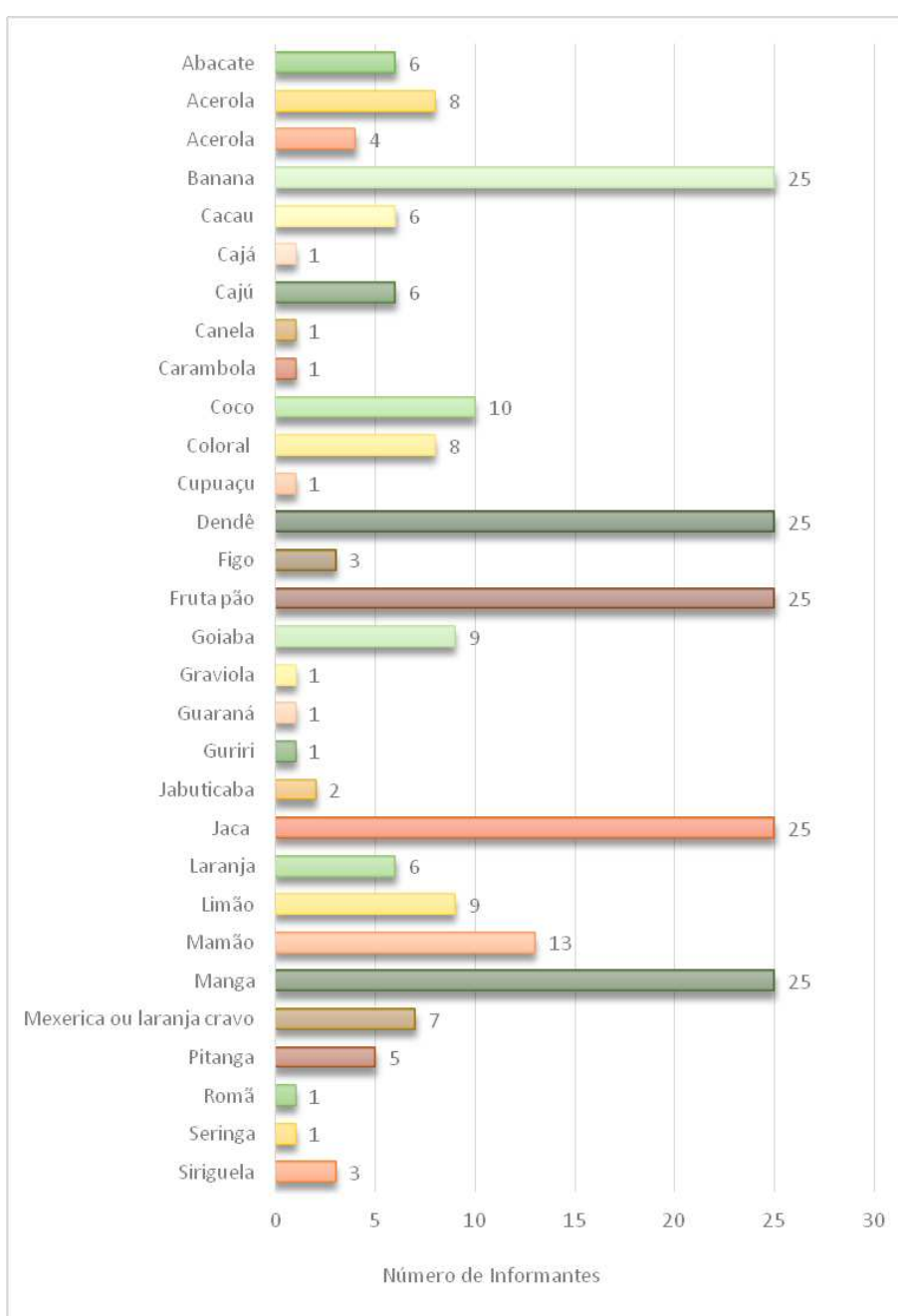
***As variedades contidas foram as variedades informadas.

NI- Não informado

Fonte: Entrevistas com moradores da Comunidade de Angelin1. Organização da autora.

Também foram identificados os alimentos nos terreiros de casa, espaços do entorno, aonde existem pomares. Todos esses alimentos são utilizados na alimentação, mas nem sempre são totalmente aproveitados. Dois desses são cultivados também pra venda, como no caso de um morador que vende coco e outro que vende banana. O gráfico a seguir mostra a presença das variedades contidas nos pomares ao redor das moradias.

Gráfico 14: Alimentos Extraídos e Cultivados nos Terreiros das Casas

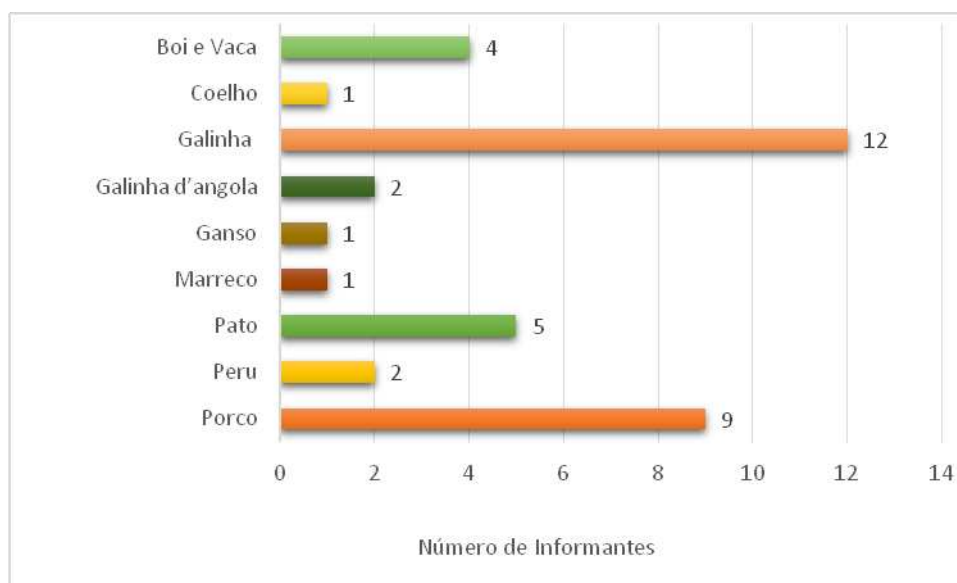


Fonte: Entrevistas com moradores da Comunidade de Angelin1. Dados organizados pela autora.

Percebemos que os cultivos permanentes em maior quantidade são os alimentos tradicionalmente presentes na alimentação dos moradores, ou seja, quem vem de gerações, como a banana, o fruta pão, o dendê a jaca e a manga. O mamão e o coco são os que aparecem logo após em quantidade e que também são encontrados na cultura alimentar cotidiana e receitas tradicionais.

Quanto à síntese do panorama de criação de animais e seus destinos, seguem o gráfico e a tabela, respectivamente.

Gráfico 15: Criação de animais em Angelim I



Fonte: Entrevistas com moradores da Comunidade de Angelim I. Organização da autora.

Tabela 21: Destino da criação de animais em Angelim I

Animais	Total (n. Pessoas)	Destino		
		Consumo*	Venda (n. Pessoas)	Venda Pontual (n. Pessoas)
Galinha	12	X	1	2
Porco	9	X	-	3
Boi e Vaca	4	X	-	2
Pato	5	X	-	-
Galinha d'angola	2	X	-	-
Peru	2	X	-	1
Coelho	1	NI	-	-
Marreco	1	NI	-	-
Ganso	1	NI	-	-

* X significa que todos consomem e NI- Não informado

Fonte: Entrevistas com moradores da Comunidade de Angelim I. Organização da autora.

4.5.3. Dinâmicas da cultura e produção alimentar

A alimentação atual dos moradores da comunidade baseia-se parte nos alimentos provenientes da roça e grande parte de alimentos proveniente do mercado e da feira. O alimento que vem da roça não é estável, tendo em vista as dificuldades produtivas relatadas. Há em algumas famílias uma estabilidade maior, devido a melhores condições de produção junto a uma renda fixa garantida principalmente por aposentadoria, o que possibilita investir um pouco mais. A grande maioria não apresenta essa facilidade e relata que “quase tudo a gente compra”.

Os alimentos mais garantidos pela roça são abóbora, feijão, mandioca (e a farinha), o aipim, entre outros. As práticas alimentares vão se transformando e reproduzindo referências passadas, em um diálogo com as práticas produtivas e extrativistas. Esses alimentos vindos da roça revelam uma continuidade de referências produtivas em relação a gerações anteriores, de acordo com os relatos. Por outro lado, novos alimentos vão se tornando comuns na comunidade como o maracujá e o alface, entre outros.

Além disso, as gerações mais novas incorporaram práticas e referências novas na cultura alimentar provenientes da indústria alimentar, ou seja, alimentos industrializados e alimentos sem vínculo com a produção local.

Realizamos um levantamento geral, através das conversas com os moradores, sobre o que sua família geralmente comia há algumas décadas atrás e o que come hoje no dia-a-dia. Abaixo, podemos ver um pouco dessas transformações na cultura alimentar entre as gerações.

Quadro 5: Alimentação cotidiana – algumas décadas atrás

	Café da Manhã	Almoço	Lanche	Janta
I Geração	Beiju Pamonha Farinha de Amendoim Farinha de coco Farinha grossa (tapioca) Café de calda Fruta Pão Banana (cozida, frita) Aipim com coco Batata doce Fruta Pão Pirão de peixe com feijão Abóbora	Arroz (quando plantado) Carne (caça, peixe, porco, galinha, boi) Feijão Farinha de Mandioca Caruru de Quiabo Caruru de Abóbora Caruru de Maxixe Caruru de Caxixe Caruru de Folha Mamão Ovo	Beiju Frutas (jaca, cajú, goiaba, abacate, laranja, crava, manga) Fruta Pão Farinha de coco Aipim com coco Batata Mingau de tapioca Arroz de coco ou arroz doce Muchá (angu doce) Milho Verde Banana (frita ou cozida) Café de calda	Moqueca Caldo Peixe assado Farofa
II Geração	Beiju Pamonha Farinha de Amendoim Farinha de coco Farinha grossa (tapioca) Café de calda Fruta Pão Banana (cozida ou frita) Aipim com coco Batata doce Bolo de aipim Torresmo com farofa Pirão de peixe	Arroz (nem sempre) Carne (caça, peixe, porco, boi, galinha, peixe) Feijão Farinha de Mandioca Caruru de Quiabo Caruru de Abóbora Caruru de Maxixe Caruru de Caxixe Caruru de Folha Mamão Ovo	Beiju Frutas (jaca, cajú, goiaba, abacate, laranja, crava, manga) Fruta Pão Farinha de coco Aipim com coco Batata Mingau de tapioca Arroz de coco ou arroz doce Muchá (angu doce) Milho Verde Banana (frita ou cozida) Café de calda Bolo de aipim	Moqueca Caldo Peixe assado Farofa

Fonte: Entrevistas com moradores da Comunidade de Angelin1. Dados organizados pela autora.

Quadro 6: Alimentação cotidiana – atual

	Café da Manhã	Almoço	Lanche	Jantar
I Geração	Beiju Pamonha Café Café com farinha de coco Farinha grossa Café com leite Banana Fruta Pão Bolacha Aipim cozido com coco Milho Verde Mandioca mansa Leite ou Leite com achocolatado Pão Bolo Batata	Arroz Carne (porco, boi, galinha, peixe) Feijão Farinha de Mandioca Abóbora Aipim Caruru de Quiabo Caruru de Maxixe Caruru de Caxixe Caruru de Folha Ovo	Beiju Pão Bolacha Não lancha	O mesmo, só que mais leve Não janta Copo de leite
II Geração	Pão Bolacha Café Café com leite Beiju Bolo Aipim Fruta Pão Farinha de Coco Banana	Arroz Carne (porco, boi, galinha, peixe) Feijão Farinha Macarrão Aipim Abóbora Caruru de Quiabo Caruru de Maxixe Caruru de Caxixe Caruru de Folha Mamão Ovo	Bolacha Pão Leite Bolo Beiju	
III Geração	Pão Bolacha Leite com achocolatado Bolo Café com leite	Arroz Carne (porco, boi, galinha, peixe) Feijão Farinha Macarrão Aipim Abóbora Caruru de Quiabo Caruru de Maxixe Caruru de Caxixe Caruru de Folha Mamão Ovo	Bolacha Pão Leite Bolo Beiju	

No quadro 5, podemos perceber a diversidade de alimentos oriundos do lugar, como a mandioca, o coco e suas farinhas; aipim e seus combinados; abóbora; milho; banana; fruta pão; mingaus; carurus e a forte presença da caça e do peixe.

No quadro 6, podemos perceber a continuidade da presença de alimentos como o beiju, em todas as gerações, mesmo na geração mais nova. Alimentos como o aipim e a banana ainda são bem comuns nas refeições das primeira e segunda gerações. Por outro lado, parte destas gerações incorporou a bolacha, o pão e o achocolatado com leite no café da manhã e lanche. Nas refeições, os carurus e cortados continuam sendo uma prática comum. O macarrão foi incorporado e o arroz se tornou constante. O peixe não é mais cotidiano como antigamente.

As transformações percebidas na comunidade coadunam com o panorama das mudanças na cultura alimentar de outras comunidades quilombolas do Sapê, apontando por um lado para uma relação comum cultural entre território, os bens naturais e as práticas alimentares e, por outro, para as consequências das mudanças territoriais nessas práticas alimentares. Abaixo, segue a síntese do diagnóstico feito pela FASE em algumas comunidades.

Quadro 7: Diagnóstico de Segurança Alimentar nos Quilombos do Sapê do Norte Agosto/2008

Alimentação na infância	
Município de São Mateus (Divino Espírito Santo, São Jorge, Nova Vista, Chiado e São Cristóvão) Principais alimentos consumidos: <u>Café da manhã</u> (antes da roça): café com garapa, fruta pão, banana da terra, batata doce, farofa de torresmo, aipim, melado com farinha, farinha de amendoim. Bolo de puba e araruta em ocasiões especiais. <u>Almoço</u> : feijão de corda, farinha	Município de Conceição da Barra (São Domingos, Linharinho, Roda D'Água, Angelim 1 e 2, Santa Isabel e Itaúnas) Principais alimentos consumidos: • Leguminosas (feijão preto, branco, corda, fava, guandu) • Peixes (traíra, cará, lambari, piau, piabanha, saíru, morobá, judeo, jundiá, piaba, etc). • Carnes: porco, galinha caipira, boi e caça (tatu, paca, anta, veado, preá, cutia, pássaros) • Verduras/legumes: abóbora, quiabo, salsa, coentro maranhão, cebolinha, mandioca, aipim, batata doce • Frutas: manga, jaca, laranja, limão, cajá, banana, melancia, cana (garapa) • Algumas preparações: arroz doce, taidela, mingau de puba e peixe para alimentar as crianças

de mandioca, galinha caipira, pirão d'água (substituto do feijão), fava, guandu. Carnes de caça: tatu, paca, gambá, caticoco, lagarto, quati, porco do mato, porco espinho, pato, tamanduá, macaco, jacaré, pássaros (arapuá, tucano, Felipe, perdiz, beija flor, rolinha) Peixes: traíra, piau, cangoá, cascudo, robalo, cará, jundiá, judeu, corocoxó, mussum, miroró, cambota, mandi, barriga mole, saiuru. Miroró e caranguejo eram trocados na Barra por farinha. <u>Jantar</u>: “almoço mais fraco, jantar mais forte”. Como armazenar era um problema, em geral o fogão cozinhava o dia inteiro e o alimento era sempre fresco, da hora. <u>Lanche</u>: milho, papa, arroz de côco, aipim, batata (ebornal). <u>Frutas e extrativismo</u>: ingá, caju, manga, côco, banana, abacate, araxá, pitanga, amora, abacaxi, cambucá, pindoba, tucum, dendê (para religião em mesas e pedras/ para uso medicinal), palmito.	
Principais características da alimentação • Alimentação era familiar, considerando a “grande família” e o intenso sistema de trocas entre elas. • Quase totalidade dos alimentos era produzida pelas próprias comunidades na forma de “ajuntamentos” que se caracterizam pela realização de trabalho conjunto das famílias com a distribuição das atividades produtivas e dos produtos das colheitas. Foi destacada a importância das mulheres desde a produção e distribuição dos alimentos e também na seleção e armazenamento de sementes para garantir o plantio no ano seguinte. • Alimentos eram naturais, sem químicos e o adubo era orgânico (estrupe); • Foi destacada a importância da criação de porcos, uma vez que a sua carne era muito apreciada nos “ajuntamentos”, ladainhas e festejos. Também o porco era uma fonte emergencial de renda e um presente para ocasiões especiais (aniversários/nascimentos). A banha era usada para conservar outras carnes; • A divisão de alimentos no interior das famílias dava prioridade para os homens na distribuição dos alimentos e no acesso às partes mais nobres das carnes.	

- Havia grande variedade de plantas medicinais que eram utilizadas como temperos na alimentação e como remédios caseiros.

Restrições alimentares:

- Semana Santa : carne somente de peixe
- Terreiros: peixe somente de escama
- Mulher em resguardo: porco de uma cor só, carne de galo que canta, galinha com pena no pé, frango sem corante, pé de galinha, quiabo

Fonte: FASE, 2008.

No tempo pretérito, a alimentação era vinculada principalmente aos alimentos provenientes do território, tendo assim uma relação estreita com os saberes, fazeres e sabores locais. Com o passar do tempo e das transformações sociais, aonde esses território vai sendo afastado das práticas alimentares, as relações com o alimento vão sendo desterritorializadas e adquiridas por meio de renda em outra escala de circuito alimentar, envolvendo outros sujeitos e assim se distanciando na cultura e dos bens do território.

Segundo este levantamento da FASE, o que atualmente se consome nas comunidades vem do mercado: feijão, arroz, óleo, sal, café, frango, peixe, frutas, biscoito, trigo, fubá, canjiquinha, macarrão, milho branco, leite, refrigerante, margarina, doces, produtos de limpeza. Enquanto no passado a base da alimentação era a mandioca, as leguminosas, algumas hortaliças, carne de porco e de caça e diversas espécies de peixes (FASE, 2008:2).

Daniel & Cravo (2005) nos atentam para as transformações nas sociedades onde há esse deslocamento do alimento, em que passa de alimento produzido para alimento comprado, à medida que as relações camponesas vão sendo substituídas por relações capitalistas.

No caso das sociedades camponesas, em que as relações de trabalho são familiares, os produtores e consumidores são os mesmos. A dieta alimentar se limita às potencialidades da força de trabalho, isto é, aquilo que ela produziu (milho, feijão, arroz), o que não apenas a proverá de suas necessidades calóricas, mas deverá atender a um fundo de manutenção (sementes para a próxima safra, o alimento dos animais, os instrumentos de trabalho etc.) e também a necessidades culturais, isto é, um fundo cerimonial (as festas do padroeiro, as quermesses, o dízimo, as cerimônias familiares de casamento, batizado etc.). Essas cerimônias e esses rituais dependem da tradição cultural de cada grupo. A situação no modo de produção capitalista, em que o homem está separado dos meios

de produção, é diferente, ou seja: o homem não tem a terra, nem a enxada, nem o arado ou a floresta, tampouco o arco e a flecha; resta-lhe a força de trabalho que poderá oferecer no mercado capitalista, para garantir, por meio da troca, a reprodução dessa mesma força de trabalho. Porque nesse contexto, o alimento é mercadoria, e só pode ser obtido por outra mercadoria: o dinheiro (p. 60/ 61).

Em consonância com essa reflexão, a conversa com os moradores demonstra a mudança nesse acesso e disponibilidade alimentar no ambiente, relevando ainda o que vem da roça.

Pedraão: Mas assim..era..você..eu saía assim, falava assim: fica aí que eu vou ali dar uma tarrafada, daqui a pouco você chegava aí com a muqueca (...).fazia a muqueca, fazia ali almoçava, jantava, dava..mas hoje, num tem mais isso, né..a roça hoje aqui em termos de alimento, tá igual à vila..a única coisa que você tem mais é a verdura.

Dentina: É..tudo comprado no supermercado

P: É o mamão, é a abóbora, é o aipim, é a batata, né..mas da....do como diz o outro, do acompanhamento do feijão, né (...)(54 e 65 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

A roça ainda proporciona parte da alimentação, como pode ser percebido, apontando ainda a r-existência da característica camponesa. Outro elemento que ainda persiste são as relações de reciprocidade principalmente entre parentes, prática esta que auxilia na garantia de alguma fonte de alimentação de todos.

As mudanças na cultura alimentar dos povos sempre ocorreu. No entanto, as transformações ocorridas atualmente não se devem ao intercâmbio ou migração de grupos sociais, como sempre ocorrera na história, mas se devem principalmente a fatores econômicos e sociais (CONSEA, 2004:62), que atravessam de ponta (produção) a ponta (comercialização e consumo) a cadeia agroalimentar. Chonchol (2005) afirma que

As mudanças nos hábitos alimentares eram, no passado, muito mais lentas. (...) Atualmente, esses hábitos mudam muito mais rapidamente. É a consequência da industrialização dos produtos alimentícios, da urbanização das populações, do crescimento do comércio interior e exterior, da ajuda alimentar (p. 49).

Atualmente, há um processo de homogeneização alimentar em curso, decorrente do desenvolvimento da indústria alimentar que gerou e ainda gera uma crescente industrialização dos alimentos e uma intensa veiculação desses alimentos na cultura de massa, suscitando um aumento de venda e consumo para as classes com

menor renda, tanto pelo menor custo de parte desses alimentos, como pela influência midiática e a valorização deste padrão alimentar (CONSEA, 2004).

A integração desse sistema agroalimentar mundial favoreceu um distanciamento físico e de conteúdo dos bens primários em relação aos produtos finais, gerando uma valorização dos produtos transformados e processados industrialmente, facilitada por uma propagação de valores simbólicos de consumo (MALUF, 2007).

Esse processo motiva ainda repercussões no âmbito da identidade, já que “as tradições alimentares peculiares de cada grupo social têm importância no seu autoreconhecimento e autoestima, expressando ou afirmando determinado valor” (CONSEA, 2004:61). Dessa forma, as transformações na cultura alimentar decorrentes do processo de homogeneização alimentar mundial desempenham uma tensão no sentido de disputar espaço e valor em relação a esses alimentos tradicionais.

Nesse sentido, a mandioca ainda se encontra presente, sem, contudo ser um hábito ou um alimento a ser valorizado pela maior parte da terceira geração, geração esta que mais se insere neste contexto atual de integração agroalimentar. Por outro lado, ainda há a preocupação, por parte de algumas pessoas desta geração, em introduzir o beiju, por exemplo, na alimentação de suas crianças, no sentido de reivindicar e reafirmar uma tradição alimentar. No entanto, isso não é praticado pela maioria.

Os hábitos alimentares de um grupo derivam de vários fatores de natureza histórica, geográfica, cultural, econômica, e a resistência à homogeneização alimentar¹²⁶ da sociedade ocidental moderna irá variar de intensidade (CHONCHOL, 2005). Podemos entender que, localmente, identificamos este duplo movimento, tanto de materialização do processo de homogeneização e valorização de um padrão alimentar convencionado em escala mundial, como o de reivindicação da comida tradicional, que reafirma uma identidade própria, reelaborada, reatualizada. Nessa dinâmica, ainda, entra a fome, enquanto imperativo físico de alimento nos casos em que esta se apresenta enquanto fator existente a um indivíduo ou grupo.

¹²⁶ Maluf nos atenta que, atualmente, esse processo de homogeneização não exclui a incorporação de peculiaridades locais de certas culturas alimentares pelas corporações do ramo, sendo esta também uma estratégia de diversificação (de conteúdo e simbólica), principalmente para a classe média, dentro desse sistema alimentar mundializado, ampliando ganhos econômicos (2007: 48).

(...) os hábitos alimentares obedecem a um código não só econômico ou utilitário, mas principalmente simbólico. (...) o homem não vem geneticamente preparado para a vida social; ele necessita dos elementos culturais para informar sua ação. Por isso, precisa estar inserido num processo simbólico, do qual é criador e criatura. É esse processo que vai lhe dizer, por exemplo, o quê, quando, com quem, onde e como deve comer. Isso é muito mais complexo do que simplesmente satisfazer o instinto da fome. Entretanto, este último desempenha um papel importante em relação ao sistema simbólico. É da dinâmica entre ambos que se atualizam os hábitos alimentares. Por isso, (DANIEL; CRAVO, 2005: 67).

A geração mais antiga, apesar de incorporar também novos hábitos, mantém a maior parte das referências anteriores, considerando também o valor e a importância da base alimentar que sustentava seu modo de vida anteriormente: um tipo de carne, o feijão e a farinha. Ao perguntar o que é mais importante na alimentação, o que não pode faltar, Zirinha e Luzinete me respondem.

Z: É o feijão..é o feijão, né..porque a gente tendo o feijão, diz o menino, a gente tendo o feijão, tudo dá, né..[...] mamãe dizia que o feijão na panela segura..pode comer com ovos, né..pode comer até com cortadinho de folha..ou cortado de abóbora..qualquer cortadinho serve..agora se não tiver o feijão, pode vir o que vier... (67 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

-O que que não pode faltar?

L: Faltar? A carne. (62 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Dentina (65 anos) fala da farinha, dizendo que não dá muita importância para o arroz. Contudo, no caso de os filhos almoçarem com ela, ela já se preocupa com a presença do arroz, revelando a importância dada por essa geração a este alimento. Ela diz que não pode faltar o feijão, a farinha e o caruru, expressando hábitos sobre a comida trazidos da infância.

Esses elementos demonstram o valor das referências alimentares de outros tempos e, ao mesmo tempo, demonstra que há a necessidade de comidas “que sustentam”, tipicamente relacionadas ao meio rural.

O preparo da comida também apresenta aspectos comuns com o “antigamente”, como o pirão, o *caruru* que é um cortadinho miudinho de legumes e folha; e o *cortado* -que já é de carne. Zirinha nos explica:

-E faz como?

Z: Se for de abóbora, né..corta tudo miudinho, dá uma refogadinha..bota uma pá de cebola..cebola de cabeça..uns pedacinho..tá o caruru feito..depois põe um pouquinho de pimenta do reino...daí é o caruru..e a folha também é o caruru também, né..agora com carne, já é o cortado, né..corta uns pedaço maiorzinho...de mamão, de chuchu..com qualquer folha (67 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Fazia-se caruru de tudo, de jongome, caruru de veado, caruru de abóbora, caruru de maxixe, caruru de quiabo, mostarda, entre outros. Os moradores mais antigos relataram também que às vezes, ainda usam o óleo de dendê e a banha de porco, “quando tem”.

Apresentam certas referências quanto ao significado dos alimentos, como os alimentos “remosos”, que não são indicados em determinados momentos. Ou seja, em casos de doenças, resguardo, entre outros, se cessa ou restringe o uso desses alimentos “remosos” que são peixe de couro, porco, carne de galo, repolho, ovo. Acredita-se que esses alimentos prejudicam a situação da saúde da pessoa nesses momentos. Há restrições, como a galinha de granja no caso de problema nos ossos, ou ainda a ingestão de ovo quando a mulher está menstruada.

A ideia de alimentos reimosos é identificada em várias culturas e não apresentam uma definição certa. Em geral, a ‘reima’ não é definida, referendo-se a “uma qualidade que torna o alimento ‘ofensivo’ para certos estados do organismo” (p. WOORTMANN, 1978:87). Essa noção é identificada no relato dos moradores que explicam que o alimento reimoso não deve ser ingerido quando a pessoa está com “infecção”, ou doente, no período menstrual feminino e em resguardo.

A segunda geração ainda apresenta algumas dessas referências da cultura alimentar do *lugar*, aonde as mulheres em resguardo têm restrições e indicações alimentares. Ao visitar Letícia, 29 anos, ela preparava a janta da irmã que acabara de ter neném há poucos dias.

- Me diz o que que a mulher que acabou de ter neném vai comer?

L: Ela vai comer frango...frango caipira..temperado com quióiô cravo, quióiô, manjeriço e hortelã grande, alho, pimenta do reino [...]bastante alho e pouco óleo e pouco sal. Aí você cozinha a galinha até ela ficar molinha, depois você tira o frango e faz o pirão com farinha de mandioca dentro, com caldo..e aí, minha avó falava que tem que, a mulher tem que comer assim até uns 10 dias, só essa comida.

-Almoço e janta?

L: Almoço e janta..e que ajuda a produzir mais leite, melhora a qualidade do leite e até mesmo pra cicatrizar por dentro, recuperar, né..e..isso vem se passando aqui. Todo mundo, é um hábito da vila, todo mundo... desde a mais novinhas às mães ainda têm um hábito de fazer, sim. (29 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

A farinha de mandioca é vista como propulsora do leite materno e do fortalecimento do organismo.

L: Por isso que tem sempre o pirão, inclusive tem umas que têm dificuldade de ter leite, tem que comer, tomar café com farinha.. (73 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

As carnes ingeridas devem ser peixe de escama e galinha “caipira” sem tempero forte, ou ainda caranguejo fresco, tirado do mangue. Com o caldo da carne e a farinha de mandioca, faz-se o pirão. Outra indicação é a “misturada” que a mulher deve tomar neste período, antes das refeições, que as jovens reproduzem, mas somente como hábito advindo da cultura alimentar tradicional, não acostumando a ingeri-la como as mulheres de antigamente.

-Mas me fala da garrafada?

Letícia: Aqui (...) o pessoal fala misturada, né..que é a misturada que é feita e curte por uns 15 dias, que é cachaça, alho, pimenta do reino e ...arruda. Aí deixa curtir, ela fica bem verdinha. Da cor da arruda..e aí toma, aí a mulher, antes de comer o pirão, ela toma essa garrafada [...]. No almoço e na janta, né, mas as mulheres mais atuais, elas num querem nem beber, né.

-Elas não bebem?

L: Poucas bebem, mas..[...] eu acho isso é mais pra quem tá indo visitar, que fica –“ cadê a misturada”?, né?...todo mundo vai e tem uma misturada, várias pessoas me perguntaram, “e aí, tem uma misturada lá?” (29 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Pude observar também que a geração antiga ainda tem o costume de fazer banhos, chás, lambedô (xarope), misturadas (tinturas), mas que são acompanhados pelos remédios farmacêuticos. A presença de canteiros e vasos com plantas medicinais é marcante e contém entre eles, Capim Santo, também chamado de Capim Doutor¹²⁷, Taririquinha, Erva de Santa Maria, Erva Cidreira, Alfavaca, Alomã, Arnica, Artemísio do Reino, Arruda, Estrela do Bonfim¹²⁸, Poejo, Curindiba, Guiné, Macaé.

As ervas também são usadas pelas benzedadeiras na comunidade que são duas mulheres e um homem. Entre elas, a Taririquinha e a estrela do Bonfim. Também é usado o carvão vegetal no benzimento. Segue abaixo quadro com as ervas e temperos identificados na comunidade durante a pesquisa de campo.

¹²⁷ Conhecido também como capim limão ou capim cidreira.

¹²⁸ A chamada Estrela do Bonfim também é conhecida no lugar por 13 de Maio, Dedo de Deus. Seu nome científico é *Tithonia diversifolia*.

Quadro 8: Ervas e Temperos - Angelim I

Ervas e Temperos
Alfavaca
Alomã
Araçá boi
Arnica
Aroeira
Arruda
Artimijo do reino
Babosa
Boldo
Canela
Capim santo ou capim doutor (limão, cidreira)
Catinga de Mulato
Cavalinha
Cebola/linha
Coentro (maranhão, miúdo)
Erva Cidreira
Erva Doce
Erva santa / Erva de Santa Maria
Estrela do Bonfim
Guiné
Hortelã (miúdo, pimenta, grande)
Levante
Macaé
Manjerição (roxo, verde, branco)
Mertiolate
Noni
Pimenta (jamaica, malagueta, passarinho ou cumarinho, do reino)
Poejo
Quioiô
Salsa
Salsinha
Taririquinha
Terramicina
Vicky
Vinhozinho

Fonte: Entrevista com a comunidade Angelim I. Organização da autora.

A mandioca constitui-se na principal referência alimentar das famílias da comunidade e da Vila de Itaúnas. Essa memória é compartilhada pelos moradores que trazem lembranças da economia local como essencialmente voltada para a farinha.

Pedro: [...] A economia nossa aqui sempre foi a farinha mesmo, né..porque a mandioca, ela é uma plantação, como diz o outro, que ela num é de futuro.. de se você ganhar muita grana, né..mas ela é uma plantação que também não lhe deixa na mão, né..ela num precisa de irrigação pra você colher ...você plantou na época certa, depois que...se plantou ela, você limpou e ela cresceu, já era...aí..ela vai resistir até o final..pode dar sol, pode dar chuva..às vezes, acontece alguma perca quando você planta numa área que chama de área alagadiça, né[.....] ..tando numa área segura, é o plantio que o pessoal sempre viveu aqui, o agricultor sempre, né..viveu daqui, os grandes, os pequenos, né...na época que a farinha mesmo era mais a economia da região aqui mesmo de Itaúnas..aqui (...) nos anos 1960 aí, aqui saía três, quatro caminhão de farinha todo final de semana..eu mesmo já cansei de ver nessa estrada aqui..carregar lá do outro lado pra cá, atravessava numa canoa, né..tinha canoa aí que pegava 50 sacos de farinha...trazia pra cá, enchia os caminhão, caminhão ia embora. (...) os grandes proprietários que se falava naquela época, né..fazia era 100 sacos, 200 sacos de farinha, 300..né..e vendia tudo, escoava tudo, né..quer dizer, num era tão difícil, porque hoje se você fazer, hoje até que você vende, mas tem aquela burocracia, né. (...) E agora você num consegue, se você fizer 100 sacos de farinha, você num consegue vender... (54 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

“Grandes e pequenos”, todos faziam farinha. Nem todos conseguiam ter uma casa de farinha e tinham que pedir favores ou fazer trocas com quem tinha para que fosse possível seu uso. Seu destino ia para a alimentação e também para a venda. Além disso, nos casos dos produtores maiores de farinha, existia ainda a possibilidade do emprego de mão-de-obra local, por dia, para realizar sua produção. A venda da farinha, bem como o trabalho eventual na produção alheia, viabilizava uma renda. Zirinha nos conta que essa renda possibilitava comprar as roupas e sapatos, principalmente para as festas de São Benedito.

Zirinha:[...] aí a gente torrava farinha pros outros, pra ganhar por dia, né...também tirava a goma..mandava chamar, a gente ia lá tirar a goma na meia...e sempre torrando a tapioca, né...farinha grossa que fala..que hoje a tapioca é aquela que come na hora, né...a farinha grossa fazia um saco, meio saco, vendia..pra comprar as coisas, né da gente...e aí...bancava as crianças que era pequena, né..[...] pra gente poder se vestir, comprar calçado pra ir nas festas de São Sebastião... (67 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

A produção de farinha envolvia toda a família, homens, mulheres e crianças. Dentina nos conta um pouco sobre esse trabalho em família.

Dentina: (...) A ralagem de mandioca fica pra menino grande e menino pequeno, né, porque tem serviço pra isso, pra todos, né..hoje é que eu vejo que o pai de um menino que é pequeno não chama pra ajudar na fazeção de farinha (...). Um jogava a casca fora, outro já ajudava a peneirar a massa que era na peneira. (...) minha mãe dizia assim – serviço de criança é pouco, mas quem perde, era louco..é que eles trabalha pouco, mas não tem que perder, não..tem que fazer, a gente ia fazendo..aí depois, a gente já vai crescendo, aí vem torrar a farinha..(...) fosse pra comer, fosse pra vender..que a gente nunca ficava sem nada pra tomar café..que a farinha de coco, o beiju, até mesmo o beiju de massa, sem coco, só com sal..ela fazia, o espalhadinho, torrãozinho e botava lá, pra tomar café..aí foi..foi olhando e aprendendo... (65 anos, entrevista concedida a autora em julho/2013).

As etapas da “fazeção de farinha” são muitas: colher e rapar (descascar) a mandioca, lavar, sevar (ralar na serrilha; motor), colocar na prensa, aonde sai a água da mandioca (manipueira¹²⁹). Depois, sevar de novo na serrilha. Uma parte vai pra água, aonde se deixa decantar a goma para fazer os beijus. Depois de enxuta, a outra parte (massa) vai para o forno, aonde é torrada e passada na peneira, preparando a farinha, a farinha de coco, de amendoim, o beiju de massa. Com a outra parte que está na água, “lava-se” a massa (tirar a goma), coando com um saco em uma bacia. A goma fica dentro da bacia e a massa é separada e volta para o cocho¹³⁰. Côa-se a goma, descartando a água¹³¹ e substituindo-a por uma água nova. Côa-se novamente, joga-se a água fora e o que sobra é a goma molhada, que deve ser seca com um pouco de farinha de mandioca e pano. Depois, a goma seca é passada na peneira grossa ou na fina e levada ao forno, onde são feitos vários tipos de beiju, recheados de coco, açúcar, amendoim ou simplesmente sal. A goma peneirada com a peneira grossa dá origem à farinha de tapioca, com a qual se faz a pamonha ou moqueca, assada na folha de bananeira, com açúcar, coco e leite de coco. Da farinha de tapioca também se faz o mingau. Na peneira fina, se faz o beiju de fatinho, entre outros.

¹²⁹ Líquido tóxico oriundo da mandioca.

¹³⁰ Local aonde é depositada a massa, situado junto da serrilha.

¹³¹ Essa água é usada como adubo e como pesticida natural para plantas que “estão com piolho”.

Geralmente, o trabalho de torrar a farinha é feito pelo homem e os beijus são feitos pelas mulheres. Antigamente, a casa de farinha era toda manual e os artefatos que compunham a processo de produção dependiam das pessoas ou de animais. Dentina explica um pouco de como era esse processo.

D: [...]..e os dois homens puxava a roda, e uma mulher ou outro homem qualquer sevava..de uma a uma raiz de mandioca, até dar conta (...). Tinha que ser tudo na base do..sevando assim ó...aí depois, ia pra prensa, não era saco, era palha de dendê ou de imburí..forrava a prensa, fazia uma, duas, três camadas, quatro, cinco, até seis camadas fazia, a prensa sendo grande...secava. Aí no outro dia, já ia pra peneira, peneira de uruba..agora não, agora tem a sirrilha, você secou a massa, vem aqui, seva. E lá não, naquele tempo dele, era penerando..a penera de seva, [...] aí você jogava a massa pra poder coloca na berada do coxo..um secando, um cavando...e quebrando a massa e outro penerando..aí depois, eles vinha pra cá, né..secava, aí depois vinha pro forno..torrava farinha..aí da farinha já vinha o beiju de massa que minha mãe tirava, fazia o beiju de massa com o coco..e também tirava a goma...aí, antes de ir pra prensa, já tirava a goma...ou ela torrava a tapioca, ou fazia o beiju, ou fazia farinha de coco. Ou então, fazia o beiju só de sal. (...) depois pamonha...(..). (67 anos, entrevista concedida à autora em julho/2013).

Hoje em dia, o processo ainda é bastante laborioso. As crianças e jovens quase não se envolvem, fazendo um favor ou outro, como buscar a lenha e acender o fogo do forno. Às vezes ajudam a “rapá” a mandioca ou a colher. Apesar de não ser como antigamente, ainda percebe-se que há um uso periódico das casas de farinha na comunidade. O feitio exige paciência e muitas horas de trabalho. No caso dos beijus, ainda tem as etapas referentes a descascar e ralar o coco, e, para a pamonha, tirar o leite do coco. No uso do amendoim, quando ele vem da roça, deve-se descascar e pilar.

Imagem 10: Beijus no forno



Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Autoria: Isabela Pasini.

Na comunidade, há quatro pessoas que trabalham periodicamente com a venda de beiju, em feira e por encomenda, e outros que vendem farinha. O restante das pessoas que vendem beiju ou farinha, o fazem esporadicamente a partir de encomenda.

No caso das pessoas que trabalham estavelmente, elas geralmente necessitam comprar a mandioca, pois a roça nem sempre dá pra suprir a demanda. Além disso, há a necessidade de se comprar o açúcar e periodicamente, o amendoim e o coco. Também existe a necessidade de lenha para alimentar o forno, e a dificuldade de obtê-la.

Da geração entre os 20 e 40, existe um casal e uma pessoa que tem a venda de farinha e beiju como uma renda importante para a família, embora não seja a única. Eles conseguem uma renda razoável quando produzem e vendem semanalmente. No entanto, o processo é bastante trabalhoso, e cada um o executa sem a ajuda de outros.

Dentina faz uma reflexão sobre o auxílio da família toda no trabalho, comparando o trabalho de ontem e o de hoje, com a renda tirada das vendas.

-E antigamente, os meninos ajudava, né?

D: Ajudava. [...] Depois vinha, limpava a casa de farinha. Aí depois eles vinham, da mandioca, o pai sevando, e eles da mandioca..depois eles já ia apanhar lenha. Eles trabalhavam, menina, trabalhava também menina à rola..[...]. Quem dera que no tempo dos meus pai mais minha mãe, tivesse essa renda boa de vender, né..os beiju. Tadinha, ela fazia por encomenda [...]. Aí ela fazia uma lata pra meu pai vender..mas esses beiju de pamonha, de fatinho..nesse tempo ainda não existia isso.

-O que? pamonha?

D: É..pra vender. Fazia só pra comer. Esse uso de vender foi de poucos tempos pra cá. Igual o bolo de aipim na palha de banana (...). Esse bolo era só feito pra festa, ninguém vendia (65 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Um morador também faz a comparação do “antes” e do “agora” no labor da farinha, refletindo que para ele, atualmente, não está compensando fazer pra vender, pois o trabalho é muito para se fazer sozinho.

Além do trabalho na roça e dentro da casa de farinha, há o trabalho da venda que exige que essas pessoas se desloquem para o centro da Barra¹³², levando os produtos ou para feira ou para entregar nos locais de encomenda. O casal tem um meio de transporte que garante certa “facilidade” para esse transporte e venda. As outras pessoas têm tendo que ir com os materiais de ônibus, dificultando bastante esse processo.

Como já foi colocado anteriormente, a legislação atual e os novos padrões industrializados dos produtos dificultam e às vezes impossibilitam a venda da farinha para mercados.

Todo o trabalho e as dificuldades desanimam muitos jovens a darem continuidade a essa atividade, principalmente como atividade para obtenção de renda. Dentina nos conta sobre sua filha que tem “mãos de fada” para o beiju, mas que não quer viver da atividade.

D: [...] perguntei pra ela [filha] “você num quer ficar fazendo beiju, não?”; “Deus me livre, que eu num quero, num sei como que a senhora enfrenta essa vida”..e meu Deus..aí falei assim, “Ah, tá bom, eu vou parar de fazer”, ela –“Vai nada”, eu disse “por que?”, -“e as suas encomendas?” [risos]. Nem com essas encomendas, a menina não animo..e faz um beiju beleza, hein!..Nossa menina, faz beiju melhor do que eu, se bobear (65 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Ela valoriza o conhecimento e a prática da fazeção do beiju, considerando importante a passagem desse conhecimento para os filhos, além de gostar da prática. No mais, afirma que a atividade sempre garantiu sua sobrevivência, apesar das dificuldades.

D: [...] eu sinto assim..eu gosto de fazer, é bom, é pro bem meu, pro meu bem, que me ajuda e por outro lado, tem as pessoas que gosta, que quer comer, que gosta..que as... que naquele lugar, toda vida tinha..de geração por geração..aí a gente fica..eu fico sempre conservando...pra não deixar perder de vez..mas eu passei um sufoco muito grande aqui dentro dessa casa de farinha, mas não desisti..por nada...uma lembrancinha do meu

¹³² O transporte de ônibus é pela estrada de terra que liga Itaúnas a Conceição da Barra (ES-010). As pessoas têm que se deslocar de 1.500 a 2.000 metros da comunidade até a estrada para terem acesso ao transporte. O percurso de ônibus até o centro da cidade leva em torno de 1 hora e a frequência dos ônibus é de três vezes ao dia. Há dias em que a estrada fica com muita dificuldade de acesso, impossibilitando a passagem desses transportes.

pai que ficou aí... (65 anos, entrevista concedida à autora em julho/2013).

Pedrão reflete que viver da roça não é pra qualquer um, tem que ter gosto, além de ter uma lógica diferente da atual, da renda fácil, e isso desanima os jovens.

P: Eu vejo que você, num final da roça, você num vê um centavo na mão, meu amigo..aqui na rua, às vezes você trabalha aí, todo final de semana você tá com um troco na mão, né..mas na roça num tem disso, não..semana, mais semana, conforme o serviço que você tá fazendo, você num vê 1 real..e aí você olha pra um lado e pra outro..principalmente os jovens, que tão na festa, que tão dançando, que tá bebendo, num tem 1 real, e aí o que vai fazer?..num vai..tá difícil [...]. E a roça é assim, é ..complicado, né..você produz, [...] tem que ir pra rua vender..né, pra poder ter o dinheiro..num é, nem é todo mundo que tem esse saco pra ..é..aí um compra, o outro num compra..às vezes, você vem alegre, às vezes, vem triste...porque num vender [risos]. Você faz um cálculo, aí dá outro..essa semana vou vender aí uns 100 reais, uns 200..aí eu pago uma conta e..ainda me sobra um trocado, às vezes você vai lá num vem nem 100..poxa e agora, cumé que eu vou fazer?..num vendi nem metade..então assim, tem muito daquelas coisa, né.. (54 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Em Angelim, dos cinco núcleos de família, apenas um não tem casa de farinha ativa, que é o núcleo Zé Ferino. Ela está em ruínas, mas a família já comprou os materiais necessários para reerguê-la, dependendo apenas da execução da obra.

Na área de retomada, também não há casa de farinha ainda, mas seus moradores fazem a farinha e o beiju no núcleo Jesuíno Santos. Ele conseguiu construí-la há alguns anos. Antes, ele torrava farinha na casa de farinha do núcleo Batista Silves.

A casa de farinha deste núcleo, por sua vez, foi primeiramente levantada por Eugênio Bento Adão Silves, na década de 1950. Em 2008, ela passou por um processo de restauração realizada em parceria com a Fase (ES) através de ajuntamentos em que participaram estudantes da UFES, membros da Rede Alerta contra o Deserto Verde, Comissão Quilombola, Indígenas, APTA, entre outros. De acordo com a Fase, em sua história até esse momento, a casa de farinha tinha produzido 18 mil sacos de farinha e 36 mil quilos de beiju (FASE, 2008).

Atualmente, ela é usada pela família Batista Silvares e eventualmente por outras pessoas, estando constantemente em atividade. Por fim, há também a casa de farinha do núcleo Guimarães.

Um dos momentos em que há uma grande mobilização da comunidade são as festas. Dependendo do festejo, mobilizam-se comunidades vizinhas e a Vila ou mesmo todo o Sapê do Norte. As pessoas se organizam para o preparo das comidas, parte importante das festas. Esses alimentos revelam um valor específico e, dependendo da festa, a comida é diferente. Antes, havia os momentos da ladainha, rezas em latim na casa de devotos, vindo gente da comunidade e às vezes de fora também. Nesse momento era servido bolo de aipim na assadeira ou na palha da banana e farinha de coco, farinha de amendoim, servidos com café de calda.

Nas festas da noite, servia-se uma janta, sempre com carne de porco, com uma farofa acompanhando. Depois vinha o café, emendando a manhã. Nas festas de terreiro, já era servido carne de galinha e para as crianças peixe, mingau de tapioca, de aipim, de milho e caruru.

Atualmente, na comunidade, é realizada a festa de Santa Clara, onde se mantém algumas comidas tradicionais como o bolo de aipim, o mingau de tapioca ou de aipim, mas incorpora-se outras comidas como salgadinho, bolo de farinha de trigo (chocolate, cenoura, etc.) e refrigerante. Ainda divide-se o preparo dos alimentos entre os parentes e vizinhos.

As comidas tradicionais são alimentos que fazem parte do arcabouço identitário de uma dada cultura. No Sapê do Norte, a mandioca e seus derivados geram comidas típicas como o beiju e suas muitas variações, e a farinha. As práticas alimentares do cultivo, feitiço e consumo do beiju e da farinha realizam-se há séculos no Sapê. Os saberes relacionados a esta raiz vão passando de geração em geração e reafirmam uma identidade dinâmica.

No processo de relaboração identitária no Sapê, o beiju foi reivindicado como tradicional, enquanto um sinal diacrítico do povo quilombola. Os elementos diacríticos que conformam a identidade de um grupo são aqueles que este grupo evoca a fim de delimitar, traçar uma fronteira entre si e os outros. Esse processo depende do contexto em que se insere o grupo.

Assim, no contexto de afirmação quilombola¹³³ do povo do Sapê, deu-se início ao Festival do beiju, momento de celebração, valorização e trocas culturais, tendo o beiju como um símbolo reconhecido e reivindicado da cultura quilombola.

No processo de construção, afirmação e reconstrução dessas identidades, determinados elementos culturais (como a comida) podem se transformar em marcadores identitários, apropriados e utilizados pelo grupo como sinais diacríticos, símbolos de uma identidade reivindicada (MACIEL, 2005:50).

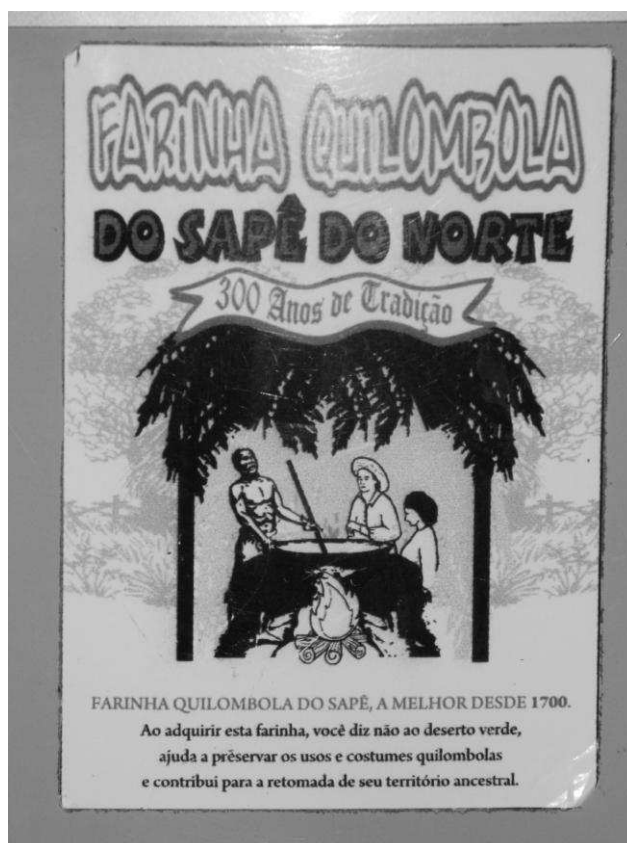
A comunidade de Angelim I sempre foi reconhecida pelo movimento quilombola por suas famosas fazedoras de beiju. Dentina, que é segunda mulher mais antiga da comunidade, é a pessoa que sempre viveu do beiju, mesmo depois de se aposentar, e é reconhecida na comunidade e fora dela. Ela, inclusive, foi indicada e ganhou um prêmio¹³⁴, ao qual ela se refere com orgulho e felicidade.

Abaixo, segue um exemplo da representação da farinha e de sua valorização enquanto tradição quilombola no Sapê.

¹³³ O I *Festival do Beiju* ocorreu em agosto de 2003 na comunidade de Nova Vista, São Mateus.

¹³⁴ Claudentina ganhou prêmio da Secretaria de Cultura do Estado do ES de Mestre da Cultura Popular do Estado do Espírito Santo no pelos Saberes e Fazeres do Beiju. Ver: http://www.secult.es.gov.br/?id=/_ajax/imprimir.php&cd_matia=1294.

Imagem 11: Imã de geladeira da farinha quilombola



Fonte: Trabalho de campo, 2013. Autoria: Isabela Pasini.

Os elos de parentesco ainda são referências importantes nas relações sociais dentro da comunidade¹³⁵ e, por conseguinte, perpassam as relações com o alimento. Como apontado, as roças vão para as unidades familiares e em alguns momentos também vão para as unidades familiares dos filhos, quando estes moram fora. Ocorre também de pais e filhos fazerem roça juntos, trabalhando e colhendo juntos. A mão de obra predominante nas roças é familiar.

A doação também vai para os parentes da Vila. Como relata Bianco.

- B: [...] eu levo dois pra casa..três, eu chego lá na rua, dou pras minhas tias..pro meu primo lá, né..porque na hora que eu tô trabalhando pro lado de lá, eu vo na casa deles e já..pego um rango lá [risos]..né..já é uma média [...]. colhi dois, quatro quilos de quiabo..deixo duas lá em casa, três, dou uma pra cada um. (37 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

¹³⁵ Uma forma de visualizar esse valor dos laços de parentesco é através da bênção. Todas os filhos, netos e afilhados pedem bênção aos mais velhos, ao chegarem em suas casas, ao saírem e ao se encontrarem. Isso ocorre não só em Angelim I, mas na Vila de Itaúnas também, revelando que as relações de parentesco são predominantes na região.

Ainda nesse sentido, é bastante comum as crianças permanecerem com as avós durante o dia, tempo em que seus pais estão trabalhando. Sendo assim, as matriarcas acabam garantindo as refeições do dia de seus netos.

Há ainda algumas relações de troca de alimentos na vizinhança, mas em menor proporção e frequência do que há tempos atrás. Essa diminuição é bastante sentida pelos mais velhos, que sentem as relações mais individualizadas em comparação a outros tempos, tempos aonde as relações eram mais comunitárias. Os irmãos refletem acerca dessa realidade, como nos mostra o relato abaixo.

Pedraão: [...] Porque hoje menina, assim..o capitalismo mudou muito..né..o dinheiro, né..a gente antigamente, a gente vivia aqui [...]..o vizinho aqui matava um porco, emprestava um quarto..quando você matasse, paga outro..né

Dentina: É

P: Os vizinho dali, quando pegava um peixe, dava peixe lá em casa ali, lá

D: Ou então trocava [...]

P: (...) hoje, se um vizinho mata um bicho ali do mato..uma capivara, um peixe..você tem que mandar falar pra comprar..se não, você num come..(...) antigamente num era assim, dava, né, então..dá um peixinho pra fulano fazer uma muqueca..né..hoje num..nem em família hoje acontece..nem nós aqui acontece mais [...]. Nem filho com mãe, menino..é triste, né..como mudou a realidade, é muito triste..porque antes ali, oh..(...).

Zirinha: Se quiser, é comprado (54, 65 e 67 anos respectivamente, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

A partir do relato de vida e das reflexões sobre as relações de vizinhança e parentesco atuais, Pedraão relaciona as mudanças ocorridas ao atual mundo, em que o sistema capitalista adentra cada vez mais nas relações locais, modificando as relações de reciprocidade. Ainda revela que esse mesmo sistema adentra no território, no ambiente, transformando-o a ponto de acabar com a “fartura”, gerando uma escassez que faz com que cada família tenha dificuldades de acessar bens naturais e alimentos, gerando uma espécie de “salve-se quem puder”, onde as famílias se preocupam prioritariamente com a sua manutenção. Ou seja, observamos como as relações de reciprocidade vão se transformando a partir da inserção e desenvolvimento da lógica capitalista nas relações sociais.

Outro ponto relatado por várias famílias foi o fato de ocorrerem roubos nas roças e criações. O “povo da rua” vem e rouba parte da roça e de animais. Isso foi relatado pelo menos por quatro famílias.

4.6. Territorialidade das práticas alimentares: ontem e hoje

As práticas alimentares referentes à disponibilidade e acesso ao alimento foram se *reterritorializando* à medida que se materializava o processo de expansão das áreas das firmas e o consequente *imprensamento* das famílias. Procurou-se identificar essa reterritorialização na comunidade a partir da compreensão das mudanças da relação entre o território e as práticas ligadas ao alimento (cultivos, extrativismo, bens naturais), demonstradas a partir dos moradores mais antigos que vivenciaram essas transformações.

O caminho para a compreensão dessas transformações e sua materialização territorial foi feito através do relato dos moradores e através de croquis elaborados pela metodologia do mapeamento participativo, com a representação da área ocupada por cada núcleo familiar e os locais de disponibilidade e acesso aos alimentos e bens naturais, em dois momentos: há 40 anos (momento anterior à chegada das firmas) e no momento atual.

Entendemos que os croquis possibilitam uma leitura espacial da relação da comunidade com o alimento, na medida em que possibilitam uma representação da realidade a partir dos próprios moradores, protagonistas de suas territorialidades. Eles podem ser entendidos como uma expressão gráfica particular de um dado grupo ou pessoa, sem rigores cartográficos, esclarecendo informações de um dado tema objetivado (MORONE, 2007).

Os desenhos manuais trazem os elementos resgatados pelos moradores e não levam necessariamente em consideração a escala. O intuito principal da representação era apontar o acesso ao alimento no território nesses dois momentos espaço-temporais, tendo como ponto de partida da reflexão coletiva as seguintes questões:

*De onde vocês tiravam os alimentos?

*Onde ficavam as roças e quais alimentos eram cultivados?

*Quais tipos de animais eram criados e coletados? Aonde? Como?

*Qual era a frequência dessas práticas?

Essas perguntas foram guias do processo do mapeamento desde o ponto de vista da pesquisadora, sem necessariamente serem acionadas. Após a exposição do objetivo da prática, geralmente se colocava como questão inicial a primeira pergunta: aonde vocês obtinham o alimento? A partir daí, os moradores já começavam trazer recordações daquele território, com as práticas alimentares e referências espaciais necessárias à finalidade traçada.

Sendo assim, o primeiro passo referia-se ao período anterior à chegada das firmas, evocando um tempo aproximado de mais ou menos 40 anos atrás. Buscou-se trazer da memória dos moradores mais antigos as referências espaciais das práticas de cultivo, criação e extrativistas, bem como dos bens naturais. Alguns demonstraram a realidade a partir de desenhos na própria terra com um pedaço de pau, outros na folha de papel e o restante a partir da própria fala com apontamentos na própria paisagem.

Ao final da conversa, passamos os desenhos para uma cartolina grande, confirmando as informações. A outra etapa, realizada após o campo, correspondeu à confecção dos croquis em papel A4¹³⁶ para que pudessem ser melhor visualizados junto ao corpo do texto.

Os croquis demonstram os elementos que eles trouxeram nesse processo, referentes à alimentação e outros relacionados à vida naquele território, contendo as moradias, casas de farinha, as roças, os alimentos, a criação de animais, as práticas extrativistas, rios, lagoas e córregos (permanentes e temporários), as matas e os plantios homogêneos de eucalipto. Estão configurados em dois desenhos por núcleo, que representam a espacialização dessas transformações em dois momentos históricos.

¹³⁶ A autoria da confecção dos croquis nesta etapa é do Geógrafo Luiz Henrique Vieira.

Abaixo, algumas fotos do processo.

Imagens 12, 13 e 14: Dinâmica do Mapeamento Participativo



Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Autoria: Luiz Henrique Vieira.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013. Autoria: Luiz Henrique Vieira.

4.6.1. Núcleo Batista/ Silves

O núcleo familiar com a casa de Eugênio Bento Adão e Natalina Batista era na mesma região onde atualmente encontram-se as casas da família, que por sua vez

era ocupada desde seus antepassados. Pedrão coloca que há registros da terra conhecida como Porto dos Tocos no nome de seu tataravô, Leandro. Seus vizinhos eram os Guimarães, do outro lado do córrego, e um tempo depois, os Timbohyba, ao lado.

O primeiro relato é de que tudo era cercado de mata, que eventualmente era derrubada para fazer as roças itinerantes, e água nas três lagoas próximas ao terreno, onde se pescava. Todo o alimento vinha deste ambiente.

P: Agora a nossa áreazinha sempre foi essa aqui, mas isso num quer dizer que a gente num usava todo esse território aqui, oh..né..como área aqui pra roça..aqui do outro lado da estrada, roça também..caça..pesca..né..mangue..tudo essa área aqui era utilizada pela gente (54 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Os locais de pesca eram: o córrego Angelim, as três lagoas próximas (lagoa do Junco, do Mulato e do Murici), a lagoa dos Neves, um pouco mais distante, e o “Rio Grande”, em que atravessavam a propriedade do Núcleo Guimarães e iam pescar no alagado do Rio Itaúnas.

Os peixes mais comuns de pescar e comer eram então os de água doce (Judeu, Jundiá, Beré, Morobá, Traíra, Piabanha, Piau). Além deles, ainda tinha a pesca de Sururu nas pedras da praia de Itaúnas.

D: E também o sururu, né, que a gente usava, tirava nas maré (..)

P: É, que a gente ia tirar de animal, né, lá nas pedra aqui, oh, na praia..

-Mas vocês tirava na mão?

P: Cavador

D: É..cavaderinha

P: Cavava, cavava não, é só você cegar assim, que eles solta, né..ele tá garrado assim, você chega assim..solto, você bota no saco...botava no balaio, botava no animal, trazia..chegava aqui, cozinhava, tirava..[...] secava, comia, fazia muqueca daqueles fresquinho, o resto só secava, botava no sol. Depois, você pegava o copinho desse aqui, oh, dele sequinho..botava de molho que dava muqueca pra nós cinco ou seis comer..um copo desse aqui [de café], porque eles voltava a crescer de novo [risos] (54 e 65 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Já no rio, costumava-se pescar de jiqui. Mas também “faxiava” (colocava o farol iluminando a noite e matava de facão enquanto o peixe dormia) e “semava” (quando estavam parados desovando, matavam com o facão).

Além desses locais, por vezes eles saíam para catar caranguejo, na praia da Barra, quando estavam em período reprodutivo, prática proibida atualmente.

P: A outra lagoa que tinha era a do Neves..a mais próxima(...)..agora, toda essa área aí tem lagoa, né..num quer dizer que a gente num ia pescar, mas as mais próxima, que a gente mais usava, era essa..porque as outras era bem mais retirada, mas que todas tinha peixe também, né...se você pegar o mapa do município e ver antes do eucalipto, tudo ali era área de que a gente..num tinha limite, né..é igual aos índio..os índio não tem limite na área, eles pesca, eles caça, eles vão longe..a gente ia daqui ia pegar caranguejo lá no mangue perto de Conceição da Barra

-Lá perto de Conceição da Barra..pegava caranguejo?

D: É

P: É..de cavalo..é caranguejo..a Guaxindiba (...)..é área de mangue, né..a gente saía daqui, oh, pra pegar caranguejo lá..entendeu? isso na maré, quando ele tava andando, né [...].que eles falam, quando eles tão cruzando, né..eles falam que eles tão andando, mas é o mês que eles tão em reprodução..que hoje é proibido, né..hoje, eles proíbe a pesca do caranguejo, né..de primero não, não existia isso..a gente pegava

A caça era em todo lugar e há relato de que até na frente de casa, às vezes, se matava um bicho pra comer. Era realizada com confete ou toco, cachorro e armadilhas (mundéu, quebra-cabeça). Já a carne de gado era ingerida esporadicamente quando trocada ou comprada de um vizinho que tinha criação.

O brejo era lugar dos porcos durante o dia, onde caminhavam e se alimentavam de dendê, jaca, entre outros, e em casa comiam mandioca. As galinhas ficavam no entorno de casa soltas, se alimentando do ambiente e de milho.

As roças eram em vários lugares no entorno; as plantações anuais eram mais afastadas e as permanentes mais próximas das casas, como o pomar. Às vezes, as roças iam para o brejo também, como no caso dos plantios de arroz, chegando também até o outro lado da estrada.

P: Tudo mata..mata, mata e área de..de roça, né..puro mato, mesmo..as roça era pequena, a hora que eles botava roça..só os buraco, né,

de..pequena pra nós, é um alqueire quando eles botavam, dois alqueire de roça, né [...].

D: é..fazia, depois ia lá em outro lugar fazia..e deixava aquele matinho crescer

P: Depois ia lá pra frente, botava outra

-Tudo desse lado de cá da estrada? De lá?

D: Não..algum tempo, tinha vezes que ia lá, né, pro pântano..outras vezes

P: A plantação mais permanente mesmo como coco, manga, como você tá vendendo aqui, era aonde você morava, aonde tava as casas..[...]você botava a roça, tirava, às vezes você nem ia mais lá..depois que tirasse, né..lááá...voltava lá outro tempo, fazia outra [...].

O pomar oferecia uma grande fartura e quantidade de frutas, como manga, goiaba, jaca, abacate, caju, laranja crava (mexerica), entre outras. As que mais tinham em quantidade no terreno eram manga e jaca. Era tanta jaca que elas ganhavam nomes, facilitando as referências espaciais.

D: [...] as jaquera aqui tudo tinha nome..aquela ali é do ferro, aquela ali é do Ricardo

P: Toda jaquera aqui, quase todas elas tinha nome..

Uma parte essencial para o cozimento dos alimentos era a lenha que alimentava o fogão de casa e o forno da casa de farinha. A lenha, nesses tempos, não era um problema.

-E lenha, de onde vocês tiravam lenha?

P: Lenha tinha na porta, né, nas roças..porque as roças que você fazia, você derrubava, né..roçava, derrubava..ali você tirava lenha pra fazer a farinha..e lenha pra cozinhar...[...] cozinhar a comida..né..era lenha nativa que tinha, hoje você vai cozinhar aí..hoje, a gente tá torrando as farinha aí com umas maderinha de eucalipto...

-Falta lenha, né?

P: Falta, com certeza. (...) hoje..num dá pra você ficar aí um mês..se cortar todas as que pode cortar. (...).

-Mas aí a lenha vem da onde hoje, então?

D: Eucalipto mesmo

Atualmente, o núcleo se encontra em uma área reduzida, perdendo parte de seu terreno para o eucalipto da Fibria. Pedrão coloca que seu pai não teve a “preocupação” em exigir um maior pedaço de terra ao regularizar o terreno, pois

nesse tempo, não havia essa lógica acentuada do privado, tampouco a realidade da escassez.

Os irmãos comentam como era a realidade anterior e como é a atual no território.

P: Pra ser mais claro pra você..daqui..mais ou menos num raio de 10 km, a gente usava toda essa extensão..tanto pra lá, quanto pra cá, entendeu? [...] ele nunca se preocupou..de falar assim, Ah eu vou fazer um documento duma área maior pra deixar pros meus filhos, né!.porque também, eles tinham uma inocência que as coisas ia continuar do jeito que tava..[...] num ia se preocupar..a gente soltava um animal..aqui nós tamo com animal marrado. Todo dia você tem que ir lá, trocar, dá água e tudo, mas antes, você soltava aqui oh, ele pegava esse caminhozinho aqui ia embora pra lá, ia embora pra cá, entendeu? ninguém perturbava, entende? hoje, se você soltar ele aqui, ele vai parar na roça do vizinho, daqui a pouco o vizinho tá ..o cavalo tá na minha roça, seu boi tá na minha roça, seu porco tá lá comendo minha roça, tá entendendo...a gente vivia uma vida..não tinha nada, mas vivia mais sossegados

D: Tinha paz, vivia em paz

As criações ficaram restritas às galinhas no entorno do terreiro de algumas casas. São em pouca quantidade, assim como patos, e fornecem mais ovos do que carne para a alimentação familiar. A caça é proibida e a pesca inviabilizada, sendo raramente realizada e restrita a principalmente dois tipos de peixe: Bagre Africano e Cachecó. As áreas de roça são bastante reduzidas, e deixaram de ser itinerantes. Ao mesmo tempo, houve crescimento da quantidade de moradores e herdeiros com direito à terra. Alguns desses, mesmo não morando na comunidade, possuem roça em suas terras de direito. Houve a possibilidade de algumas pessoas da família abrirem roças por conta do espaço da retomada. No entanto, a produção encontra grande dificuldade, principalmente devido à escassez de água.

Os cultivos que existem são principalmente voltados para a alimentação, e uma família consegue vender parte da sua produção. Contudo, esses cultivos não são suficientes para as famílias. A mandioca está muito presente e é transformada principalmente em farinha e beiju, que vão em parte para a alimentação, em parte para a venda. As lenhas são de grande dificuldade de acesso.

As famílias apresentam grande dependência de renda e auxílios para acessarem os alimentos. Os moradores relatam parte desse quadro.

P: A alimentação nossa era daqui mesmo..desse meio onde a gente vive hoje. Só que hoje já num tem mais

D: Já mudou, é

P: Hoje já num tem mais o peixe..o peixe tá bem..como diz o pessoal mais velho, vasquero ..num sei o que que é isso..vasqueiro..(...)

D: Que num parece

Z: quilombola..quilombola que fala isso

P: É desaparecido (...). Quando dava essa chuva..geralmente todo ano dava chuva..o clima mudou também, num é mais o mesmo, né

D: É, as estação tudo certinha..dava tudo certo

P: Você podia plantar o feijão, você colhia, porque a chuva vinha..[...].

Imagem 15: Croqui do Núcleo Batista Silhares- 40 anos atrás



Fonte: Oficina de mapeamento participativo. Autoria final: Luiz Henrique Vieira.

Imagem 16: Croqui do Núcleo Batista Silvares- hoje



Fonte: Oficina de mapeamento participativo. Autoria final: Luiz Henrique Vieira.

4.6.2. Núcleo Jesuíno Santos

No núcleo Jesuíno, onde mora dona Luzia e Jesuíno dos Santos e seus filhos, morava dona Maria Xoxa, mãe de Luzia, que foi vizinha de seu Eugênio Silvaes. Luzia se casou bem novinha com Jesuíno que nos conta como era a área que ocupavam no tempo passado. A mata era vasta, tudo madeira de lei, até a firma chegar.

Jesuíno:Tudo, tudo tudo..era mata pura, pura, pura...[...] Ih! tinha tudo quanto é madeira! Tinha o tal do Currupixá, Parajú, Macanaíba, Sucupira...tudo tinha essas madeira, tudo madeira de lei..é..então acabou tudo, acabou tudo..e derrubaram tudo. A firma, quando entrou aqui, primeiro ela catava as madeira boa tudinho..[...] é uma máquina aqui, era duas..uma vinha lá na estrada e outra ia por lá..[...] você só ouvia pau estourando papampampem..oh rapaz, a máquina bruta, bruta! [...] .rapaz, foi um caba de mundo mesmo, foi um caba de mundo..vou dizer, a coisa feia mesmo(73 anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

A mata ofertava lenha e caça, e os “bichos do mato” eram encontrados por todos os lados, principalmente por um cachorro “bom de caça pra diacho”.

-E aonde que tinha caça?

J: Aqui mesmo..aí nesse mato aí, esse matão tudo aí [...]. A gente topava no meio da estrada, topava viado assim [...].

O peixe, a outra fartura mencionada, era extraído de mijuada (anzol) principalmente no córrego Angelim e na Lagoa dos Neves, localizada acima do córrego, em direção à estrada.

-E o senhor pescava muito nesse rio aqui [Angelim]?

J: Ah, pescava demaíss!! Ave Maria..se eu pescava! eu acordava era 3 horas da madrugada pra ir lá pro brejo..mirar..mirar..cumé..a gente fala tal de bóia, mijuada que a gente fala..falava..aquilo lá, menina, pegava cada traíra, oh..

-Grandona

J: Ixi..cada bichona..e dava luta pra embarcar.....dentro da canoa..pegava demais, mesmo..e era peixe mesmo, num era dizer que é um ..pouca coisa, não(..). Quando dava enchente aqui, oh, ninguém dava conta de peixe..(..). Era três vezes no dia que descascava..era peixe daquele jeito e hoje você num vê nada mais, acabou tudo..num sei que diacho foi que teve..era três vezes no dia você descascava..e era peixe

mesmo, num era dizer que vinha com dois peixinho lá do..do brejo, não..tinha vez que eu levava animal pra pegar lá no brejo, rapaz..botar dentro do balaio..pra..chegar, a gente pegava aqueles..

-De tanto peixe que saía

J: Igual à mandioca..é verdade, vocês pode acreditar ...igual a Deus do Céu que eu tô te falando aqui..

Já os porcos ficavam soltos, “à granê”, e iam para o brejo e jaqueiral próximos ao córrego demorando tempos pra voltar. As galinhas e os perus ficavam ao redor da casa. Todos em grande quantidade, criados soltos, sem “perturbação” pra ninguém. Não havia criação de gado e era rara sua presença na alimentação.

As roças, por sua vez, eram distribuídas por “todo canto”. Tinha as roças que ficavam próximas de casa e eram cercadas para os animais não entrarem ou comerem, e tinha a roça que ia até a estrada, onde atualmente encontra-se eucalipto da Fibria.

-E aí aonde que o senhor tinha roça?

J: Aqui, oh (apontando pro eucalipto atrás da casa dele). Isso tudo aqui era roça minha [...]. esses eucalipto tudo era roça, tudo por aí..aí ..aí..tudo assim envolta, beirando aí, oh..isso tudo era roça..éé [risos]. Todo canto eu tinha roça..[...] plantava feijão, milho, abóbora, melancia, mandioca..cana..era só isso que nós labutava.

Das roças geravam lenha e madeira para a construção de cercas. O cultivo de mandioca prevalecia na paisagem e era utilizada para os animais e para o feitiço da farinha, tanto para o consumo como para venda, e do beiju, para o consumo. A “fazeção” de farinha era no núcleo Batista/Silvares, pois nessa época não havia casa de farinha no local. Havia um pomar nos arredores da casa com fartura de banana, jaca, coco, manga, fruta pão, dentre outros.

Atualmente, as áreas antigas de roça, mata e lagoa estão tomadas pelo monocultivo de eucalipto. A área que a família ocupava foi bastante reduzida e ficou restrita às proximidades do córrego Angelim.

A quantidade de criação foi bastante diminuída e a pesca impossibilitada. Por outro lado, a família adquiriu algumas cabeças de gado, de onde extraem leite e em

algumas ocasiões, a carne. A área do entorno das casas está tomada também pelo eucalipto cultivado pela família via fomento florestal. Os cultivos estavam suspensos até a conquista da área da retomada pela comunidade, o que viabilizou a Jesuíno ter uma roça em um dos lotes de, aproximadamente, dois hectares.

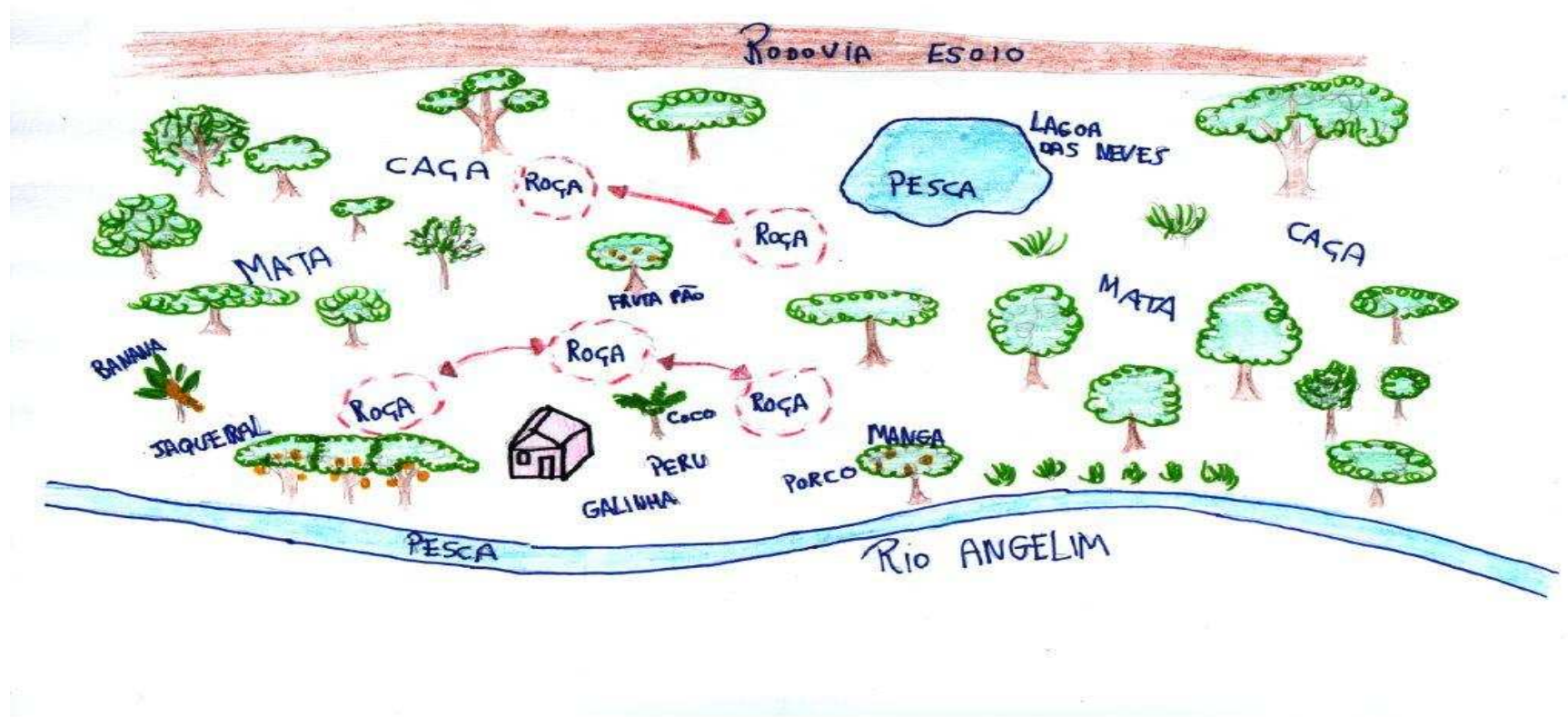
A água do rio ainda é usada para o consumo doméstico, apesar da poluição. Ela abastece a casa através de bomba. No entanto, há muitos períodos de seca onde há a diminuição do volume do córrego, o que dificulta o processo de bombeamento e armazenamento da água na cacimba, inviabilizando o abastecimento. Nesse caso, os moradores descem até o córrego para pegar água em bacia.

As condições de vida a partir das dificuldades de acesso ao alimento se tornaram mais difíceis, e as famílias ficaram mais dependentes da renda (que vem principalmente do fomento, do carvão e aposentadorias) para acessá-lo no quadro atual de escassez.

J: Mais difícil, né..é verdade..é rapaz, aqui já foi bom demais, mesmo..falar o que é..negócio de fartura, assim..hoje, num chega nem perto dessa parte..chega nada, ave Maria!

Imagem 17: Croqui do Núcleo Jesuíno Santos- 40 anos atrás

NÚCLEO JESUÍNO SANTOS HÁ 40 ANOS



Fonte: Oficina de mapeamento participativo. Autoria final: Luiz Henrique Vieira.

Imagem 18: Croqui do Núcleo Jesuíno Santos - hoje



Fonte: Oficina de mapeamento participativo. Autoria final: Luiz Henrique Vieira.

4.6.3. Núcleo Zé Ferino

O núcleo Zé Ferino tem um diferencial em relação aos demais. É que quando a família chegou na região, já se instalou a partir da compra de uma propriedade, e portanto não perdeu parte da área que ocupava.

Todavia, a área de abrangência territorial da qual extraíam alimentos de fato diminuiu bastante. Isso porque existiam práticas alimentares que extrapolavam a área da propriedade, como a caça e a pesca.

A pesca era realizada em vários locais, perto e longe de casa. O local próximo de casa usado para extração de peixes era a Lagoa do Tinga e o Córrego da Viração. Os mais distantes eram o córrego do Angelim e o Rio Itaúnas, aonde se pescava também em um local conhecido como alagado, brejo ou Lagoa da Ilha Grande.

Atualmente neste local encontra-se a seringueira da Donati Agrícola. Seu Zé Ferino e seu filho Valdemiro relembram.

Zé Ferino : Tinha outra lagoa ali pra baixo da seringueira também que secava e pegava saco de peixe...(...)É no brejo..pegava cada trairão né (73 anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

No tempo em que chegaram, o entorno da propriedade ainda era de mata nativa e capoeira, que ofereciam frutos, lenha e caça.

-E quando vocês chegaram, era mata perto da casa?

Miro: Mata purinha [...]..macega pura (52 anos, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

A caça era farta e geralmente se caçava com cachorro.

Zé Ferino: Era assim, a gente saía daqui, topava Tamanduá no caminho do córrego..topava Tamanduá subindo no pau...é..o povo chama melete (...). Ah, mas tinha é caça, menina..quando nós vinha de lá..eu tinha uma cachorrinha que os meninos vinham de lá do Braço do Rio pra aqui, quando tava roçando aqui..mas topava Tatu no meio da estrada, de dia, 16h, 15h...tatuzinho tava andando...[risos]...aí a cachorra metia o pé encima..encovava..aí nós matava..

-Era tatu, e tinha mais algum bicho que vocês caçavam na mata?

Inês: Paca

Z: Veado, Catitu..o Catitu tem até hoje (73 e 80 anos respectivamente, entrevista concedida a autora em outubro/2013).

As criações eram numerosas, de galinhas e porcos. As galinhas ficavam no terreiro, no entorno da casa e os porcos no mesmo local, se alimentando do brejo. Anteriormente, conseguiam prover o milho da alimentação das galinhas com a roça de milho. Os porcos se alimentavam de jaca e mandioca.

A roça sempre foi realizada dentro da propriedade, mas tinha o caráter itinerante, abrindo e plantando de um lado, e depois em outro canto. Atualmente, isso não ocorre, devido às restrições da legislação ambiental. Os cultivos eram os mesmos. Contudo, antes existia êxito nas colheitas, o que atualmente não ocorre, principalmente devido à falta de água decorrente da mudança climática no ecossistema local.

Z: Roça de mandioca, milho, feijão, isso daí...

I: Amendoim..tirava direto..batata, tudo..e agora, até que de poucos tempos, pegou um sol que não tinha nada que ia pra frente..

Ainda cultivam a mandioca, que alimenta os animais. Anteriormente, tinham uma casa de farinha na qual faziam farinha pra comer e vender, além dos beijos para a família, prática suspensa temporariamente, até conseguirem reerguê-la. Partes da casa de farinha ainda encontram-se no local, rodeada por um pomar.

Atualmente, criam algumas cabeças de gado do qual extraem o leite, e que fica parte do tempo no pasto da propriedade e parte do tempo fora, ou no eucaliptal, ou no brejo do “Rio Grande”, o Itaúnas, pois seu pasto é insuficiente em termos de espaço e quantidade de capim para a alimentação dos animais. O pasto ainda divide espaço com a roça.

Ainda criam porcos, mas segundo seu Zé Ferino, a criação “pifou”, sobrando apenas três animais. Continuam também com a criação de galinha, mas em pouca quantidade.

Sua propriedade, hoje, é cercada por eucaliptos, tanto da Suzano como da Fibria. O Córrego da Viração localiza-se atrás da casa e atualmente só existe

temporariamente, com volume baixo. O Córrego do Piloto, que se encontrava um pouco à frente da propriedade, também não existe mais, assim como a Lagoa do Tinga ou mesmo o alagado da “Ilha Grande”.

Imagem 19: Croqui do Núcleo Zé Ferino- 40 anos atrás



Fonte: Oficina de mapeamento participativo. Autoria final: Luiz Henrique Vieira.

Imagem 20: Croqui do Núcleo Zé Ferino- hoje



Fonte: Oficina de mapeamento participativo. Autoria final: Luiz Henrique Vieira.

4.6.4. Núcleo Timbohyba

A família Timbohyba, quando desceu à jusante do Córrego do Angelim se instalou ao lado do núcleo Batista/Silvares. Já vinham de um processo de *imprensamento* pela Aracruz Celulose à montante do rio.

Quando chegaram nas bandas de baixo, ainda aproveitaram bastante das matas e da fartura do rio e do brejo. Os peixes estavam presentes na alimentação cotidiana, e a pesca era realizada tanto no Rio Angelim como no Rio Itaúnas, onde coletavam os peixes de água doce e alguns bichos do brejo.

Mário Jorge: Lá no rio, lá, os peixe que tinha muito lá mesmo que existia muito lá, era Traíra, né, Acará, Piau..Sairú, Jundiá..(...) aquela cara branca..passarinho, mesmo, no brejo, tinha muito também..Pato do Mato, Frango D'água, Irerê..[...]peixe, mesmo, no rio, era farto, você botava rede mesm, era o ano todinho..a rede dentro do rio pegava peixe direto...pegava peixe direto ali e...e era farto, ninguém perturbava ninguém.. (47 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Benedito: até pocos tempos também, depois que passamo praqui, tinha muita coisa, muita fartura ainda, mas depois nuns..vinte anos pra cá, as coisas passo a ficar mais difícil. O rio aí já num dá mais peixe e num pode criar muitas coisa também..(...) (48 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

Extraíam lenha da mata e caçavam usando principalmente o mundéu nas áreas próximas de casa.

B: Botava mundéu que eles chamavam, mundéu, né, a armação lá no mato e todo dia quase, de dois em dois dias, tinha caça pra comer..e tinha muita caça, né.

Tinham criação de porcos e galinhas que ficavam soltos em volta da casa, no terreiro. Os porcos se alimentavam no brejo e nas jaqueiras. Também tinham criação de gado, do qual tiravam leite e carne, que iam para a alimentação da família e também para a venda.

O pomar era extenso e farto, com laranja, coco, banana, fruta pão, manga e jaca. As roças eram itinerantes e cercadas por conta dos animais. Cultivavam principalmente feijão, cana, milho, aipim, batata doce, abóbora, melancia, mandioca.

Fazia-se a farinha para consumo da família e também para a venda em Conceição da Barra, e o beiju para a alimentação cotidiana.

A alimentação, portanto era toda produzida no ambiente local e apenas algumas coisas, como querosene e sal, adquiridos no mercado.

B: [...] ixi, nós vivia só comendo peixe, mesmo..peixe e..carne de porco, era carne de animal do mato..num comprava muita coisa por fora, não...qualquer ferazinha, já é alguma coisa, tá sendo..qualquer saco de coisa, hii, passava um mês, mas era sal mesmo pra cuidar das carne, de peixe..o resto,,açafror tinha, né. O corante né, já plantava mesmo lá, então, era mais o sal pra dar o gosto nas coisas, e o resto.

Atualmente, apenas dois irmãos moram no local. Dividiram o terreno entre os vários herdeiros. Alguns venderam e existem alguns moradores no núcleo que não são da família. O restante dos irmãos mora na vila, assim como a matriarca, dona Rosa. Contudo, além dos dois moradores, outros dois irmãos têm roças nos seus respectivos lotes no Angelim.

Um deles cria galinha para o consumo e para a venda, e é diferenciada de antigamente, pois em vez de galinha caipira, essa é voltada para venda, com criação e ração indutoras de crescimento e reprodução.

B: Hoje em dia, a gente cria mais galinha, essas que cria rápido e compra ração, mesmo, pra produzir rápido e crescer.. crescimento.

A criação de gado não existe mais, ficou prejudicada pela falta de espaço, bem como a de porco. Apenas um dos irmãos que adquiriu um pedaço maior é que tem criação de porco.

A maior parte do que produzem vai para consumo e alguns alimentos vão para a venda ou doação dentro da família. Um morador apontou que, eventualmente, faz trocas com alguns vizinhos. Ele também faz farinha em sua casa de farinha, para consumo e às vezes para comercializar. Contudo, todos apontam que a maior parte do alimento vem do mercado. Os irmãos que ainda moram na terra e têm roça estão na Associação de Produtores, o que lhes garante alguns subsídios em sementes e adubos para a produção da roça.

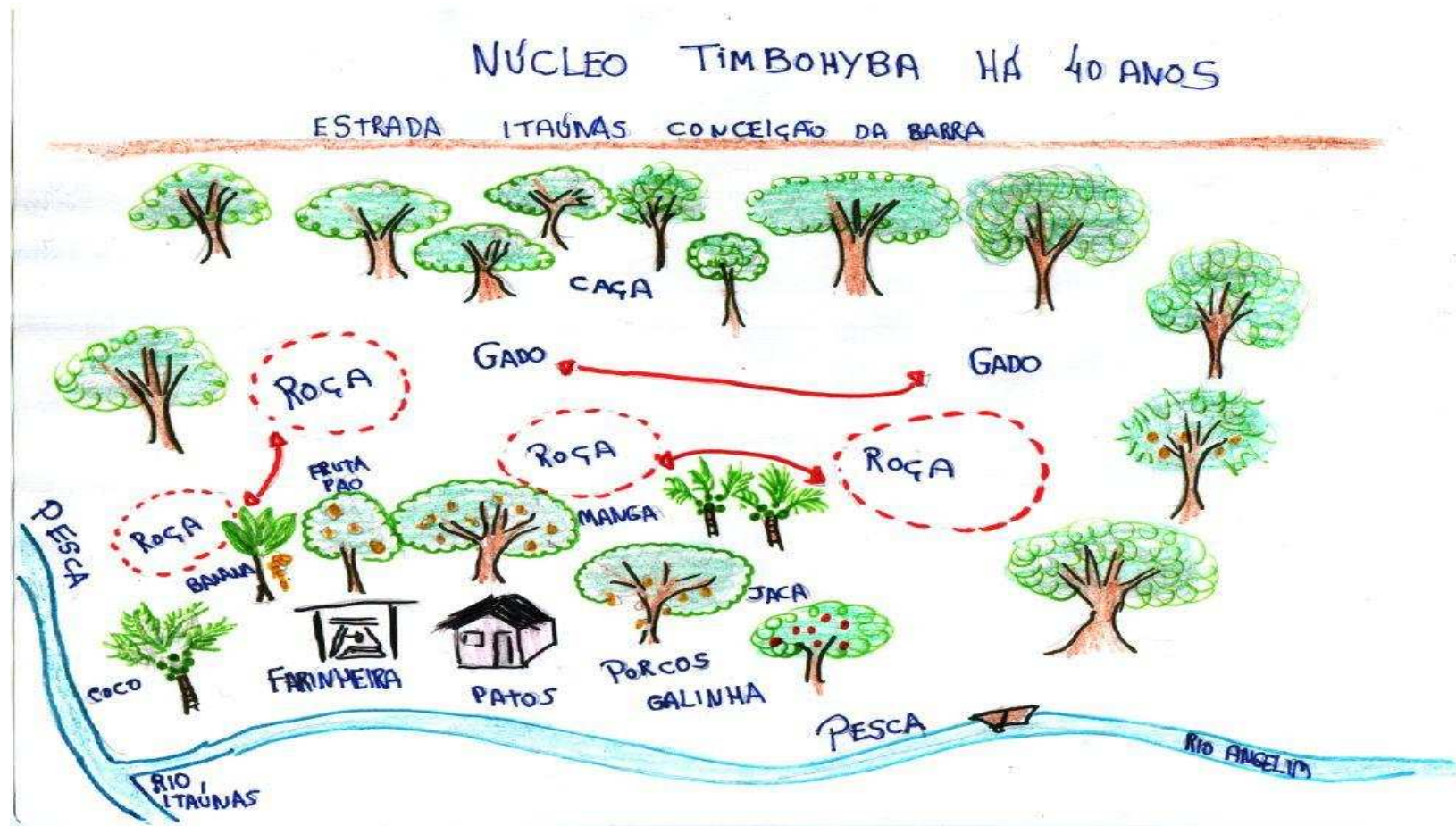
Um dos irmãos que mora na vila é pescador; contudo, tem dificuldades com a atividade atualmente. Ele explica que além da poluição do rio pela Disa, outro feito que influenciou muito na quantidade de peixes, principalmente no rio Itaúnas, foi a mudança da “boca” do rio, ou seja, de sua foz, que foi realocada devido a interesses comerciais ligados a um hotel no litoral de Conceição da Barra¹³⁷. Ele ainda aponta que a legislação ambiental prejudica essa atividade, principalmente no que tange às restrições referentes ao parque.

Mário Jorge: Hoje acabou esses peixe tudo, acabou..mas acabou mesmo como eu tô falando, que eu te falei, foi na..na boca de barra que eles abriram aí, né..pra fazer o benefício pra uns...uns só, uma pessoa só e prejudicou milhares de..de agricultor que morava na beira do rio aí, prejudicou todo mundo..no rio Angelim aí, no rio grande, Rio Preto aqui, secou tudo depois dessa boca de barra que abriu aí..aí acabou, hoje o que existe aí, um peixinho que existe aí é Robalo, assim mesmo, pessoal do parque num deixa pescar mais, fala que tudo é área de parque, área de parque..

O terreno ocupado, anteriormente todo cercado por mata, hoje é todo cercado por eucalipto da empresa Fibria.

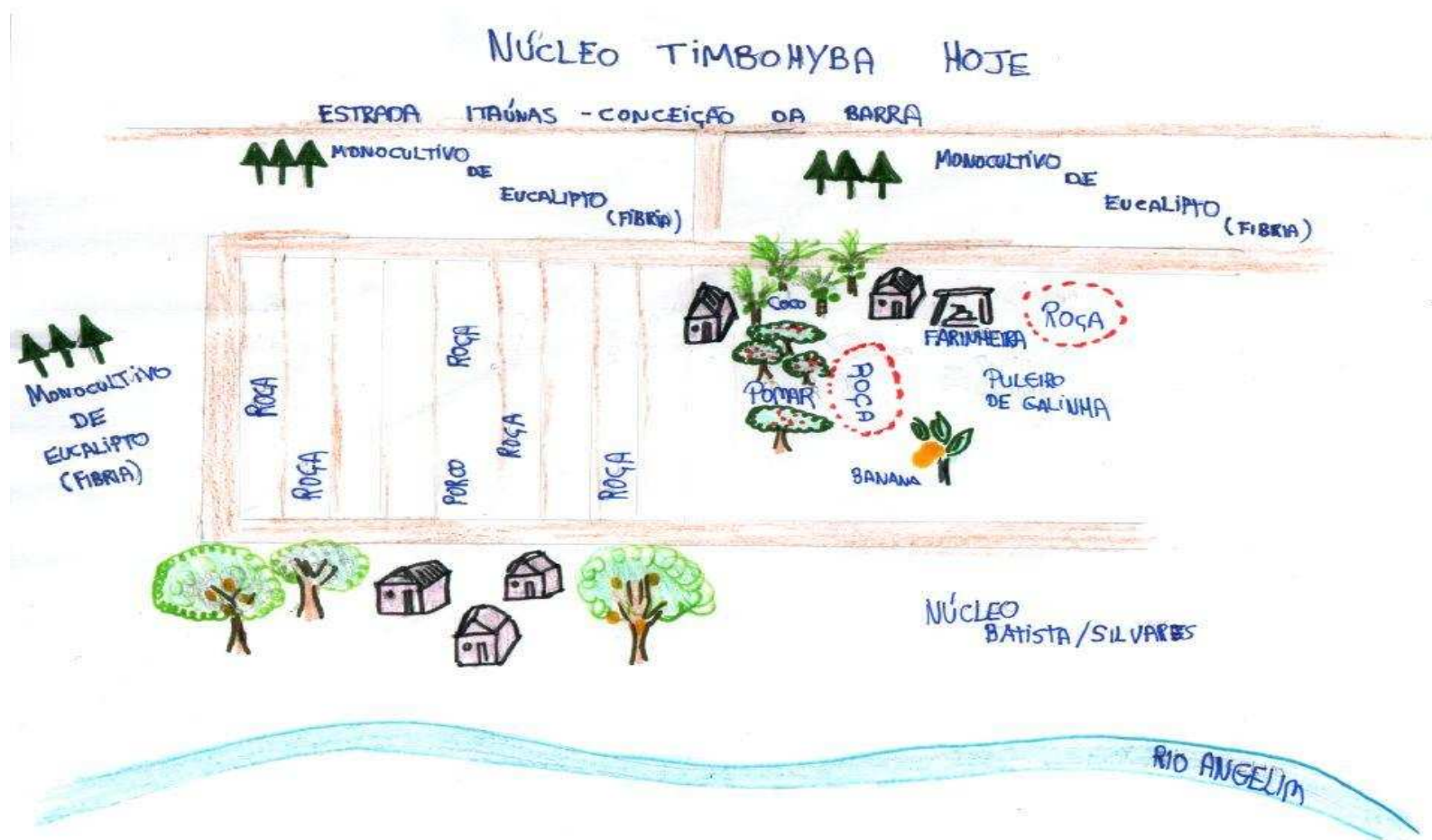
¹³⁷ A obra da nova foz, situada a cerca de cinco quilômetros à montante da foz natural, foi realizada no início da década de 1980 com o intuito de interromper um processo erosivo que atingia a área do hotel, construído na foz natural. Contudo, essa intervenção gerou o assoreamento do rio e manguezal, bem como desencadeou impactos na restinga, gerando uma diminuição de quantidade e espécies de peixe do rio devido à entrada do sal marinho (FERREIRA, 2002:114).

Imagem 21: Croqui do Núcleo Timbohyba- 40 anos atrás



Fonte: Oficina de mapeamento participativo. Autoria final: Luiz Henrique Vieira.

Imagem 22: Croqui do Núcleo Timbohyba- hoje



Fonte: Oficina de mapeamento participativo. Autoria final: Luiz Henrique Vieira.

4.6.5. Núcleo Guimarães

Tulinho Guimarães conta que a área de seu avô abrangia 223 alqueires de terra. No entanto, essa área bastante extensa hoje foi reduzida para 14 alqueires. A mata era densa e existia uma famosa mata vizinha chamada “Mata do Tinga”. Essa mata proporcionava uma grande disponibilidade de caça.

Anagildo: Caça tinha em todo canto

Tulinho: Caça de primeira..praticamente (...) se você saísse (..) você encontrava ela, porque de primera (..) só usava, só mesmo armadilha que era piso, né, piso da própria madeira, fazia no meio das trilhas, no meio das matas..num fazia muito, não, porque pegava bem..aí você tinha que fazer..dois, três dias, todo dia você mirava...aí você encontrava eles, né, morto..garrado. [...] Aí você ia ali no rio, colocava uma muzanza, que era um jiqui que falava..você encontrava peixe.. (73 e 59 anos respectivamente, entrevista concedida à autora em julho/2013).

Como sempre, a memória da pesca está sempre associada à caça, ligadas à presença vasta de matas, lagoas e rios, e ambas estavam muito presentes na prática alimentar pretérita. Sempre com fartura. Além do Córrego Angelim, também pescavam em uma lagoa chamada Lagoa do Jacaré que passava dentro do terreno e hoje não existe mais. Ainda pescavam no rio Itaúnas e em épocas de cheia, de enchente, no Córrego do Piloto e no alagado chamado Lagoa da Ilha Grande. Até na mão as crianças pegavam peixe em época de cheia, como lembra Tulinho:

T: Tem uma descidinha, uma vala ali..aí você subiu um pedacinho de eucalipto, chegou na nossa terra aqui..ali os menino matava Morobá ali de pau, quando tava muita enchente..[...] o meu filho e o filho dele ali [...].

Este córrego atualmente não corre mais, está seco. Só retorna em épocas de cheia por um curto período de tempo.

A: Porque esse córrego aí Isabela, que ele tá falando, o Córrego do Piloto aí..esse córrego era nascente..esse córrego vivia cheio direto, tinha água direto..

A criação de animais envolvia galinhas, que ficavam no terreiro, porcos e gado que transitavam bastante pela área de brejo e jaqueiral. Todos criados soltos.

As roças, como nos demais núcleos, eram itinerantes e davam tempo para as terras descansarem. Tulinho nos conta como era essa dinâmica.

T: Vamo supor, você fazia uma roça hoje..fazia uma roça hoje aqui, passava um ano, dois anos, ela voltava o normal, aí você deixava ela ali. Tudo derrubado a machado, né, num tinha motosserra. Aí queimava..só fazia uma roça, só. Fazia um alqueire, meio alqueire..aí deixava ali. Então, quando você acabava dali, você já fazia outra cá, e era assim que o pessoal trabalhava.

Os cultivos eram principalmente para a alimentação da unidade doméstica, pessoas e animais, com milho, feijão, abóbora, mandioca. Fazia-se farinha para o consumo e para a venda, e o beiju para a alimentação da família. Às vezes, também se vendia alguns cultivos da roça, mas esporadicamente. O local de comercialização era “na Barra”. O alimento também vinha do pomar: banana, coco, fruta pão, jaca.

Houve grande redução do espaço e a maior parte foi vendida para as firmas. Isso impossibilitou o caráter itinerante da roça. A pesca foi inviabilizada e difícil de ser praticada hoje em dia. Além da diminuição da disponibilidade de água devido ao desaparecimento da lagoa, do alagado e do Córrego do Piloto, bem como às mudanças hídricas geradas no clima local, a perda da qualidade da água que resta no córrego do Angelim tornou seu uso impraticável pelos moradores e animais.

T: [...] nós usava água do rio..nós lavava, nós comia, os animais bebiam..aqui mesmo, quando a Disa abriu aqueles..aquela usina ali, cansou de vaca da gente criar, jogar cria fora e ainda morrer...[...] É de beber água de ..de Round Up..

Atualmente, o terreno é circundado pelas empresa Disa, que tem plantio de eucalipto na área; pela seringueira da Donati Agrícola e pelos monocultivos de eucaliptos da Fibria e Suzano. A mata ao redor foi extinta e existe apenas nas áreas de reserva obrigatórias por lei, onde se destaca a Reserva Legal da Suzano, localizada em parte da antiga Mata do Tinga.

Continuam tendo roça e no momento estão na Associação de Produtores, através da qual recebem sementes, mudas, fertilizantes e adubo da Fibria. Plantam alguns cultivos para o consumo e alguns para a venda, como a pimenta do reino. Fazem farinha e beiju, mas para consumo interno, pois a venda da farinha foi inibida pelas mudanças de padrão e legislação referentes ao produto.

Há criações de galinha, porco e gado. Só o porco supre a alimentação das unidades familiares, e “quando sobra”, é vendido. O gado, por ser pouco, fornece apenas o leite. Como coloca Tulinho:

T: (...) pra alimentação nossa só mesmo o leite..e elas num, pra nós mesmo matar uma delas, se matar, chora...porque num pode..num pode não..tem muito poquinho..só tem quatro..aí num pode não..

Com esse quadro, a alimentação é dependente do externo. Tulinho nos conta sobre a relação entre a labuta da roça, o alimento e a natureza.

T: O que a gente vê hoje..mal mal, a gente trabalha aqui oh..de 30 a 30 dias, né..como diz o outro, desde primeiro de janeiro até no outro ano..entra ano, sai ano e ainda tem que ir na feira..(..)na feira ou no supermercado comprar..porque da roça num dá pra cobrir mais..porque num tem mais o rio...tem, mas num tem peixe..tem mata aqui só na nossa terra, mas..as outras margens num tem mais caça..porque as firma já ocupou tudo né..eles plantaram eucalipto até no eixo das varges, do córrego..aí acabo tudo [...a gente vivia só mesmo das matas..tinha muita caça. [...]] Comia tatu com quiabo na brasa, hoje quem sabe o que que é isso? [...] Hoje a madeira que você cozinha alguma coisa, algum ..feijão aí lenha nativa, num é mais lenha nativa, é de eucalipto. Cabo né..natureza tudo acabo.

Imagem 23: Croqui do Núcleo Guimarães- 40 anos atrás



Fonte: Oficina de mapeamento participativo. Autoria final: Luiz Henrique Vieira.

Imagem 24: Croqui do Núcleo Guimarães- hoje



Fonte: Oficina de mapeamento participativo. Autoria final: Luiz Henrique Vieira.

4.7. Território, Bens comuns e Soberania Alimentar

A partir do que foi levantado nos itens anteriores, podemos tecer algumas relações e traçar algumas assertivas sobre a relação entre território, bens comuns e soberania alimentar no caso estudado.

4.7.1. (In) Segurança alimentar e nutricional e DHAA

Podemos afirmar que o Direito Humano à Alimentação Adequada na comunidade estudada não é garantido pelo Estado, como deveria ser de acordo com a abordagem da Segurança Alimentar e Nutricional, pois os princípios de disponibilidade, acesso, estabilidade e uso não são garantidos. No Brasil, como é percebido na definição legal de SAN, ainda adiciona-se o aspecto cultural e o ambiental através do termo “sustentabilidade”.

Por um período de tempo, esse direito foi “parcialmente” assegurado (se isso for possível) somente a algumas famílias através das Cestas de Alimentos fornecidas pela Fundação Cultural Palmares (Minc) e que também apresentavam limitações quanto à estabilidade e abrangência. Os moradores relataram que essa cesta era uma “ajuda”, mas que, contudo, seu processo de fornecimento e distribuição era confuso, o que gerara até um conflito dentro da comunidade.

A percepção dos moradores sobre insegurança alimentar e fome foi identificada claramente em algumas famílias através de relatos que apontavam as dificuldades e instabilidades no acesso aos alimentos e, em alguns casos, a fome.

Uma moradora, ao relatar como é viver da farinha e do beiju, coloca que essa atividade sempre garantiu seu alimento, apesar das dificuldades, e afirma que “não passa tanta fome”.

D: [...] oh, Graças a Deus, eu num passo tanta fome, eu passo[...]. Num vai dizer que num passo, mas eu num passo...[...] (65 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

.

Outra moradora coloca que “nunca passou fome” porque sempre teve ajuda dos parentes, sendo assim dependente das relações de parentesco para a garantia de acesso ao alimento. Ainda afirma que o custo do alimento é muito alto, e tem sempre

que fazer “empréstimos” para adquiri-los. Essa prática também foi relatada por outros moradores.

Z: Nunca passei..nunca dormi um dia com fome..eu sei que sempre chegava...um trazia dois litros de óleo..outro trazia..eu tinha uma tia, aquela ali era só ela receber, que fazia a feira dela e trazia aqui..um litro de óleo, dois kgs de açúcar, 1 kg de feijão, sabão...(...)minha família tudo me dava as coisas..farinha..tudo..[...]...agora não, mas às vezes eu passava até melhor que agora que eu aposentei..(...)

-Você acha que é difícil comprar as coisas?

Z: Uhum..uma coisinha que a gente compra, o dinheiro não dá nada..(...).agora eu fiz um empréstimo..esse mês agora vai descontar...aí, não comprei muito, não..(...) (67 anos, entrevista concedida à autora em outubro/2013).

As famílias apresentam grande dificuldade de produção e acesso aos alimentos e bens naturais necessários para a garantia de tal direito. Em termos produtivos, não conseguem acesso a crédito ou políticas públicas devido à falta de titulação das terras. Alguns auxílios recebidos advêm da empresa com a qual historicamente estabeleceram uma relação de conflito e que, nesse momento, acaba por fomentar o acirramento de conflitos internos na comunidade.

Todas as famílias reclamam das mudanças climáticas ocorridas na região nos últimos anos e algumas as relacionam com o eucalipto. A falta das chuvas e a “confusão” nas estações geram perdas na produção. A inviabilidade financeira para investir em irrigação deixa a maioria desses agricultores sem muitas alternativas no tratamento do problema. A vulnerabilidade a “doenças” nos cultivos também é sentida e pode ser relacionada aos extensos monocultivos instalados ao redor das unidades familiares, que geram desequilíbrios nos ecossistemas locais.

A perda do espaço da terra é um dos fatores que dificulta todas as famílias, tanto no que tange às roças, como o que tange à criação de animais. A retomada de uma pequena parte da área que a empresa ocupava, bem como o movimento interno despertado na comunidade pela retomada de práticas alimentares produtivas fez com que o cenário melhorasse um pouco em termos de quantidade de pessoas produzindo alimentos na comunidade, gerando um acréscimo na disponibilidade alimentar dessas famílias, tanto diretamente através do alimento produzido, como indiretamente através da renda gerada pela produção. No entanto, essa melhoria não possibilitou

uma estabilidade na disponibilidade, e o acesso e renda gerados não são suficientes para assegurar por completo a alimentação.

Terezino avalia o quadro da situação alimentar da comunidade atualmente:

Como você acha que é a situação alimentar aqui em Angelim atualmente?

T: A situação alimentar?

-Questão de disponibilidade, acesso ao alimento, qualidade..

T: A gente tem como oferecer um alimento bom, de qualidade, mas eu acho hoje bem difícil essa questão, né, essa oferta de alimentos aqui na comunidade, porque as pessoas, né..produzem, mas produzem sempre quase que os mesmos alimentos, né, quando produz. E alimentos assim mais variados..de horta, né..são bem escassos..eu acho que isso não oferece muito..e acho que assim, em geral é uma situação bem delicada, né. Então, as pessoas vive numa situação bem..bem frágil, mesmo, porque..tem famílias que a maioria dos alimentos vem do supermercado, né, prateleira mesmo. Assim, bem recente, acho que agora nos últimos 4 anos, 5 anos que a gente veio ver um aumento da produção de alimentos aqui na comunidade..isso é uma melhora significativa, né. Mas ainda há bastante consumo ainda, né..de bastante alimento que vem de fora, né. Então, isso é ruim que muitos dessa geração agora tá tendo uma educação alimentar completamente desorganizada né...de má qualidade e isso vai acostumando mesmo dessa forma..então eu acho que num é uma consequência boa que isso vai gerar..os danos..sabe que as causas podem ser bem graves ou pior..mas a gente vem tentando trabalhar formas e meios da gente conseguir, né..conscientizar as famílias, essa ..esse retorno pra agricultura, pra essas práticas mais simples, né, de trabalhar.

-Por que que você acha que as famílias foram perdendo essas práticas?

T: Assim, na verdade..a perca dessas práticas, né, elas se dá muito pela falta de terra, né..as pessoas ficaram espremidas, né, no meio do eucalipto. Com a chegada do eucalipto, monocultura, todo modelo de vida dessas pessoas modifica. Então, o peixe, né, não consegue ser mais pescado com tanta abundância como era, né. As terras mantêm ainda quase que o mesmo nível de produção, mas não consegue..por falta de condições muitas vezes.

-Aí você acha que principalmente..

T: da monocultura, né, e da terra, da perca de terra.

Ainda sobre o acesso aos alimentos, a proibição da caça e a inviabilidade da pesca são sentidas demasiadamente pela comunidade. As restrições ambientais em relação às suas áreas de reserva dentro dos terrenos, bem como as relacionadas à presença do Parque também são fatores limitantes da produção e extração de

alimentos. Como coloca uma moradora, “espera peixe pra comer, já morreu de fome” (Maria).

Já o acesso à água fora relatado como dificultoso por todos os moradores. Algumas famílias apresentam poço artesiano, enquanto outras bombeiam água do córrego. A qualidade da água também não é adequada, tendo em vista os relatos sobre a poluição do córrego, bem como o uso de agrotóxicos em toda região nos monocultivos circundantes. Ainda quanto ao saneamento, o resíduo de esgoto das casas é despejado em de fossa comum.

Considerando esse quadro, podemos ponderar que o princípio do *uso* na SAN em que estão previstos o acesso à água potável e condições de saneamento e saúde adequadas se torna comprometido na realidade da comunidade. Ainda no aspecto da saúde, na vila de Itaúnas, a cerca de 4 km, se encontra um posto de saúde. Há ainda a visita de uma agente de saúde na comunidade mensalmente. Acesso ao hospital, só na cidade de Conceição da Barra.

Se ainda considerarmos o princípio cultural inscrito na noção brasileira, bem como o de sustentabilidade, percebemos que não há valorização do alimento tradicional nas instâncias cabíveis, como a merenda escolar, fato este citado inclusive no relatório da Comissão Especial de Acompanhamento e Apuração de Denúncias relativas à Violação do Direito Humano à Alimentação Adequada, apontado no trecho a seguir:

Em relação à Alimentação Escolar foi relatado que a alimentação oferecida nas escolas não respeita a sua cultura alimentar e tem colaborado com o processo de desvalorização da cultura alimentar tradicional. Em geral, são servidos embutidos como salsichas, biscoitos recheados e demais alimentos industrializados. Desta forma, algumas mães percebem que suas crianças, ao consumirem biscoitos recheados nas escolas, se tornam resistentes ao consumo de beiju e outras iguarias que para elas é fundamental para a cultura alimentar e identidade quilombola de Sapê do Norte (2009:4).

Em termos de “sustentabilidade”, podemos inferir que a comunidade vive em um ambiente exposto a agrotóxicos utilizados nos monocultivos de eucalipto e cana, localizados ao seu redor, bem como à poluição no córrego Angelim, decorrente dos dejetos da usina da Disa.

Na abordagem da Segurança Alimentar e Nutricional, o Direito Humano à Alimentação Adequada só se realiza com a garantia dos demais direitos. Ao fazer uma avaliação geral da situação no Sapê, a Comissão Especial avaliou a violação de vários direitos, gerados, principalmente pela omissão do Poder Público.

Essas violações são produzidas pela conjugação entre atuação e especialmente omissão de diferentes agentes estatais, no âmbito dos três níveis de poder, em suas três esferas, constituindo-se em impeditivos a uma vida com dignidade das comunidades quilombolas. Assim, das violações constatadas, destacam-se: Violação ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA, resolução n 12/2005); (...) Violação do Direito à terra e ao território; (...) Violação do Direito à água e (...) Violação do direito humano ao Acesso à Justiça e ao Tratamento Igualitário perante a Justiça (2009: 9-11).

Ao visitar e conversar com moradores de algumas comunidades quilombolas e com a Comissão Quilombola do Sapê do Norte, a missão atesta que a maior parte dos alimentos das comunidades vem dos mercados e aponta que a ocupação do território quilombola pela monocultura de eucalipto é o principal responsável pela desestruturação do modo de vida tradicional e, por conseguinte à situação de insegurança alimentar e nutricional.

Atualmente, a maior parte dos alimentos que são consumidos pelas famílias precisa ser adquirida nos supermercados, havendo grande dependência da disponibilidade de renda monetária de que não dispõem. (...) A ocupação dos territórios quilombolas de Sapê do Norte pela monocultura de eucalipto foi apontada como a principal causa de insegurança alimentar e nutricional das comunidades, pois a monocultura do eucalipto tem provocado um intenso processo de desestruturação dos seus modos de vida tradicional e do sistema de produção agroextrativista, o qual anteriormente garantia alimentação diversificada às famílias (*idem*, ps. 1 e 3).

4.7.2. Soberania alimentar

Todo este quadro nos mostra que o território se constitui numa referência essencial para essas famílias no que tange à alimentação e à comida tradicional. A territorialidade da comunidade perpassava, e ainda perpassa com dificuldades, pelos bens comuns presentes nesse território, configurando uma co-relação de gestão e recriação mútua do ponto de vista da agrobiodiversidade e da diversidade cultural.

Os bens comuns correspondem aqui à ideia de Florés, que os denominam como “lo nuestro”, bens que se situam na relação umbilical dos povos com seus territórios (2008:109 *apud* LEROY, 2011:7). São regulados por um grupo, através do tempo, em função de seus interesses que estão ligados, por sua vez, ao princípio de perpetuação dos ecossistemas, garantindo sua resiliência (LEROY, 2011:7). A garantia de que esses interesses são convergentes à perpetuação dos bens comuns advém justamente da relação de co-dependência e de imbricação entre sua existência e o modo de vida desses povos.

O caráter comum desses bens condiciona-se justamente ao fato de serem base para suas estratégias sociais. Como afirma ainda Leroy,

Cumprе ressaltar que a afirmação de que os bens comuns são de todos e para todos não quer dizer que eles são livres para cada um acessá-los e fazer com eles o que bem entende. Há uma gestão realizada por comunidades e grupos sociais que veem esses bens como condição e base para a manutenção e reprodução de suas vidas, sendo assim estratégias sociais (*idem, ibidem*).

Os bens comuns diferem-se ainda dos chamados recursos “*res nullis*”, termo jurídico referente ao que não é de ninguém, sem dono, e também dos chamados “bens públicos”, que são, por sua vez, pertencentes ao Estado e/ou geridos por ele.

A gestão dos bens comuns na região do Sapê e na comunidade de Angelim I foi realizada pelo povo quilombola à medida que usufruía e dependia dos mesmos em suas estratégias e modo de vida. A extração e produção do alimento estavam diretamente ligadas a esses bens. Nas últimas décadas, a sobreposição das territorialidades das empresas, bem como do Parque de Itaúnas, em relação à territorialidade das comunidades, suscitou impactos e restrições em relação a esses bens, gerando danos e dificuldades em relação à obtenção do alimento e ao modo de vida dessas comunidades.

Bens naturais - água, terra, ar, sementes - e bens culturais- saberes, práticas, ritos, etc.- conformam assim territorialidades em conflito, onde diferentes sujeitos disputam modos de vida, racionalidades e bens ou recursos. Essa sobreposição é fruto de diferentes relações de poder que envolvem a comunidade tradicional, o Estado e o setor privado. Pela conformação da atual realidade, percebemos que o

poder hegemônico materializa-se através do Estado e do capital, uma vez que suas territorialidades impõem uma racionalidade de dominação territorial através da lógica vertical de produção do espaço, aonde os bens se tornam recursos naturais a serem explorados para fins de lucro na indústria de celulose e etanol, para fins turísticos e conservacionistas.

No que tange aos impactos em relação a esses bens comuns, estão estreitamente ligados às mudanças no ecossistema local. O chamado *deserto verde* é um termo que surge dos movimentos sociais em contraponto ao termo “florestas”, ou ainda “reflorestamento”, aplicados pelo Estado e empresas aos monocultivos de eucalipto, aponta para a falta de agrobiodiversidade e para os impactos gerados pelo monocultivo. Ele se expressa enquanto “deserto” na medida em que se apresenta através de um único cultivo, diferentemente das florestas nos diversos ecossistemas que pressupõem diversidade da flora e da fauna. Ainda gera vários danos ambientais, como os apontados pelo pesquisador Augusto Ruschi (1976), em seus estudos sobre os monocultivos de eucalipto no estado do Espírito Santo.

Comparando-o com a Mata Atlântica, o biólogo atesta a grande diminuição na produção de biomassa animal, perda da diversidade faunística e florística, diminuição do manto orgânico no solo. Ferreira (2009) nos traz ainda outros elementos, como os diversos impactos na fertilidade do solo (dentre os quais, a diminuição da vida biológica e o aumento de processos erosivos), contaminação hídrica e dos trabalhadores por agrotóxicos, bem como a diminuição latente de água no subsolo, em lagoas, rios e córregos, e o consequente processo de assoreamento nos mesmos.

A água é um dos principais bens naturais afetados pelo monocultivo. Outrora abundante, provinda das ricas nascentes, caudaloso rios, córregos perenes e complexos de lagoas, ela não existe como ontem. Antes abundante, hoje escassa. O monocultivo eucalipto é bastante apontado por vários pesquisadores¹³⁸ e pelas comunidades que com ele convivem como um “sugador” da água do solo, que afeta as características hídricas do solo e clima nas regiões em que se encontra. Ruschi

¹³⁸ Vandana Shiva e J.Bandyopadhyay; Aziz Ab-Saber, Harald Witt, Sebastião Pinheiro e o próprio Augusto Ruschi. (MEIRELLES, D. & CALAZANS, 2006).

(1976) chega a fazer um comparativo pluviométrico entre a espécie mais plantada de eucalipto e a Mata Atlântica e aponta que há um déficit nos monocultivos que conseguem sobreviver graças a seus sistemas radiculares que adentram cada vez mais profundamente no solo e subsolo para retirar a água (*apud* FERREIRA, 2009).

No caso do norte do Espírito Santo, estudos do final da década de 1980 apontavam o desaparecimento de cerca de cem córregos na região (CAPOBIANCO, 1986 *apud* MEIRELLES, D. & CALAZANS, M., 2006:54). Além das mudanças hídricas nos córregos, nascentes e no clima serem percebidas através dos relatos dos moradores do Sapê, estas foram legitimadas indiretamente pelo Estado na medida em que este passou a enquadrar o norte do estado do ES, em 2004, na lista de áreas suscetíveis à desertificação, inserindo a região no Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN-Brasil¹³⁹. A região litorânea inserida no bioma Mata Atlântica, conhecida historicamente pela densa mata e clima úmido¹⁴⁰, passou a sofrer um processo de desertificação nas últimas décadas.

Além de ser mono, o eucalipto ainda dificulta a sobrevivência das demais espécies vegetativas e faunísticas. Em termos de biodiversidade, de acordo com Ruschi (1950 *apud* REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE, 2002), os eucaliptais são inferiores a outros “reflorestamentos”, devido à sua homogeneidade. Seja pelo alto consumo de água, pela toxidade de suas folhas¹⁴¹, dentre outros fatores, os eucaliptais dificultam o desenvolvimento e relações ecossistêmicas com outras vidas. Sendo assim, o termo “floresta”, utilizado pelas empresas de celulose e outros setores para denominar os eucaliptais, apresenta um forte apelo ambiental, mas se mostra ainda mais inadequado, pois não existe floresta sem diversidade biológica.

¹³⁹ O programa era ligado ao Ministério do Meio Ambiente e contemplou esta região, o norte de MG e mais nove estados do Nordeste.

¹⁴⁰ A geógrafa Berta Becker caracteriza o clima na região: “(...) na franja costeira, em Conceição da Barra, um clima úmido com precipitações anuais bem distribuídas, que alcançam cerca de 2.000 mm, assinala a transição para o sul da Bahia (...)” (1973:42 *apud* FERREIRA, 2009:121).

¹⁴¹ De acordo com Vandana Shiva e J.Bandyopadhyay, “Os escassos resíduos folhosos do Eucalipto não são efetivamente transformados em matéria orgânica decomposta porque o Eucalipto é tóxico para os organismos do solo que constituem as cadeias alimentares de decomposição”. (SHIVA, V. e BANDYOPADHYAY, J. **Inventário ecológico sobre o cultivo do eucalipto**. Belo Horizonte: Comissão Pastoral da Terra, 1991).

Todos esses impactos geraram um processo de desertificação na região, que é chamado pelos movimentos sociais de “deserto verde”. Esse processo já era previsto pelo biólogo Augusto Ruschi, que apontava para a formação de um deserto no Estado, tendo em vista a área de expansão desse tipo de “floresta homogênea”.

Esta racionalidade é legitimada e incitada pelo Estado na medida em que este: estimula financeiramente a lógica de exploração dessas empresas, a partir de incentivos fiscais e participação nas ações¹⁴²; legitima juridicamente sua situação fundiária através da transformação de terras de uso comum em terras devolutas e através do consentimento das compras de terras griladas; autoriza a degradação ambiental através da anuência quanto à produção baseada em monoculturas, agrotóxicos e exportação, entre outras.

Por outro lado, o Estado impõe um cerceamento em relação ao uso dos bens comuns pela população tradicional local através da Unidade de Conservação de Proteção Integral materializada no Parque Estadual de Itaúnas. A lógica que subjaz à UC é de separação entre a sociedade e natureza, e de reafirmação de uma racionalidade urbano-industrial em que a sociedade é entendida a partir de seu movimento de exploração dos recursos naturais, havendo assim a necessidade de se criar “ilhas” de conservação ambiental. Essas “ilhas” servem como refúgio turístico dessa mesma sociedade e são direcionadas para uma elite que pode consumir essa natureza. Diegues nos atenta para o mito moderno da natureza intocável e sua mercantilização.

A disjunção forçada entre a natureza e a cultura tradicional, em que os homens são proibidos pelo Estado de exercer suas atividades do fazer patrimonial, e também do saber, representa a imposição de um mito moderno: o da natureza intocada e intocável, próprio da sociedade urbano-industrial sobre mitos das sociedades tradicionais. Nessa linha de pensamento, o chamado “turismo ecológico”, realizado em parques e

¹⁴² O projeto da Aracruz Celulose foi inicialmente incentivado pelo Estado, no governo Geisel, através do então BNDE – na época sem o social – que financiou 337 milhões do total de US\$536 milhões do empreendimento (FASE, 2006), considerado o maior financiamento concedido até então a uma empresa privada. Após as perdas financeiras da Aracruz, o BNDES desembolsou \$ 2,4 bilhões dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) na operação de compra de 28,03% das ações da empresa pelo grupo Votorantim Celulose e Papel (VCP), sendo então rebatizada como Fibria. Disponível em: <http://seculodiario.com.br/14321/10/bndes-e-governo-do-estado-tambem-sao-reus-em-acao-civil-publica-contr-a-aracruz-celulose-1>. Acesso em: maio/2014. Atualmente o BNDES apresenta maior porcentagem das ações da empresa: 30,38%. Disponível em: <http://fibria.infoinvest.com.br/static/ptb/estrutura-acionaria.asp?idioma=ptb>. Acesso em: maio/2014.

reservas está também imbuído desse neomito de natureza intocada e selvagem. Ao contrário, no entanto, dos objetivos dos primeiros parques norte-americanos, o turismo ecológico é ainda mais elitista, reservado aos que podem pagar tarifas especiais (2001:62).

A criação e gestão dessas UC's reafirma a lógica dominante de uma sociedade contrária ao modo de vida das populações tradicionais que se apresentam durante séculos não só como gestoras, mas também promotoras, através de seu manejo, do aumento dessa biodiversidade (GÓMEZ-POMPA & KAUS, 2000; DIEGUES, 2000 *apud* HACON, 2011: 190) e se contrapõe, ao mesmo tempo, ao conjunto de saberes e práticas relacionadas à natureza, criadas tradicionalmente por esse modo de vida tradicional..

Além de invisibilizar essas populações e não incluí-las em seu processo de implementação e gestão, a lógica do Parque e da legislação ambiental as transformam na principal ameaça aos bens naturais locais, dadas as restrições de uso e conflitos a elas inerentes, e não as reconhecem como promotoras da conservação da própria diversidade natural ali existente.

Hacon (2011) aponta que as populações tradicionais¹⁴³ de Itaúnas identificam que os usos que faziam desses bens através de seus modos de vida foram resignificados como práticas danosas à conservação e proibidos por lei. Ela aponta o caso da caça, prática tão comum entre a população local, como um exemplo expressivo da contradição que expressa nesse processo de reconversão de significado:

O caso da criminalização da caça, uma das práticas mais marcantes na cultura local, é bastante emblemático deste contexto, uma vez que a sua mudança de status de prática historicamente responsável pela subsistência (juntamente com a pesca e/ou a pequena agricultura) para ato criminoso altamente impactante para o meio ambiente natural, deveu-se à redução drástica da cobertura vegetal nativa e recursos faunísticos desta região, em virtude da introdução de novas formas de exploração do território, baseadas na lógica capitalista de produção (p. 186).

¹⁴³ As comunidades abarcadas pela pesquisa de Hacon (2011) foram a Vila de Itaúnas, a comunidade Paulo Jacó e as comunidades quilombolas Angelim I e Linharinho, que abarcam agricultores, artesãos, quilombolas e pescadores artesanais.

O Parque coíbe também o modo tradicional de vida da população local através da tomada de parte das *terras de uso comum*, tanto através de seu perímetro como pelas proibições ambientais em locais como o brejo e os rios.

Nesse sentido, o Estado apresenta-se para a população do lugar como um agente que proíbe o modo de vida tradicional e que ao mesmo tempo, consente a devastação ambiental dos monocultivos das empresas na região. Como atesta Hacon:

(...) os moradores locais insistem em reiterar que tal escassez resultou de uma determinada forma de utilização do espaço radicalmente oposta às práticas tradicionais locais e foi responsável por afetar de forma direta (por meio da perda de territórios comunais e degradação dos recursos naturais) e indireta (por meio da emergência da instituição de uma área protegida no local, acompanhada de medidas radicais de preservação dos recursos naturais, em virtude das condições ambientais regionais já bastante prejudicadas) o seu modo de vida (*idem*, p.188).

Contraditoriamente, esse mesmo Estado prevê em sua constituição e em seu aparato legal a garantia do território para as comunidades quilombolas, mas não garante sua efetivação. No Sapê nenhum território teve sua titulação realizada, e alguns relatórios (RTIDs) foram recusados tornaram-se frutos de processos judiciais por parte da antiga Aracruz Celulose. Almeida salienta que “As terras de quilombo, estima-se oficialmente que correspondam a mais de 30 milhões de hectares. Em contraste, as terras de quilombos tituladas correspondem a cerca de 900 mil hectares” (2008: 119). Esse vão em área territorial é também visto através dos números de processos abertos em comparação ao número de titulações efetivadas até o momento, como fora exposto anteriormente.

O Estado que interfere nas bases que sustentam o modo de vida da população tradicional, auxiliando em seu processo de dismantelamento, não garante seus direitos territoriais, e por outro lado, busca a segurança alimentar e nutricional baseada no Direito Humano à Alimentação Adequada e na Soberania Alimentar. Como garantir a segurança alimentar de uma população através de uma instituição que auxilia no solapamento de sua autonomia e soberania alimentar interna?

A ideia de soberania alimentar advinda dos movimentos sociais e populares se realiza na instância e escala dos povos e de seus territórios e, portanto, questiona a noção de soberania convencionalmente estabelecida, ligada à instância do Estado-

Nação. Essa última é, todavia, ainda utilizada nos discursos da maioria dos governos que, ao tratarem da soberania alimentar, restringem-na à sua em estabelecer políticas ligadas ao sistema agroalimentar, interna e externamente.

Ao considerar as instâncias de poder que constroem o campo da soberania alimentar, incluindo o Estado, Schiavoni (2014) identifica que elas acabam por “concorrer” no processo político de construção desse campo. Assim, as “múltiplas soberanias” conformam “soberanias concorrentes”, e tensões são tecidas nesse contexto.

Algumas dessas tensões perpassam, por um lado, a reivindicação e afirmação de um controle comunitário e territorial que tenha certo grau de autonomia em relação ao Estado (BORRAS, 2010 *apud* SCHIAVONI, 2014). Por outro, há a afirmação de uma soberania reclamada desde o Estado, como fora historicamente convencionada, ou seja, no âmbito nacional. No que tange ao sistema agroalimentar, essa soberania estatal gera conflitos e tensões ao estimular e facilitar políticas neoliberais que justamente o movimento de soberania alimentar tenta dismantelar (EDELMAN, 2013 *apud* SHIAVONI, 2014).

Essa soberania nacional é exercida através de uma dimensão externa e uma interna, em que o Estado se coloca como autoridade política única; exclusiva.

(...) soberania está associada com as dimensões internas e externas. Externamente, a soberania pode ser vista como "um acordo de reciprocidade entre os governos nacionais, dando aos Estados independentes o direito de seguir a política dentro de seu próprio território livre de interferência externa (Lupel 2009: 3). Por outro lado, "no contexto da estrutura interna de uma sociedade política, o conceito de soberania tem envolvido a crença de que existe autoridade final e absoluta na comunidade política" (Hinsley 1986: 158) (SHIAVONI, 2014:9; tradução própria).

O exercício da soberania nacional, nesses termos, gera implicações diversas nos sistemas agroalimentares e nas múltiplas territorialidades presentes no chamado território nacional. No nosso caso de estudo, essa soberania implica na dependência da comunidade em relação ao Estado na efetivação e usufruto do seu território, e assim, na perda de autonomia em termos de exercício e construção de seu modo de vida, e de sua relação com a natureza, da reprodução de seus saberes, entre outros.

As repercussões dessas implicações, adicionadas às influências do processo de padronização e homogeneização agroalimentar, conformam um quadro aonde a

comida tradicional, o alimento e a comida padronizada se imbricam em um emaranhado de tensões e disputas, envolvendo a reprodução da vida, a identidade, os saberes e as práticas alimentares.

O território dessa comunidade e de qualquer outra população tradicional não deve ser entendida ou reivindicada enquanto “ilha”, sem relações externas ou transescalares. Contudo, o que se percebe é que a soberania estatal, pensada enquanto organização territorial absoluta da autoridade política (AGNEW; OSLENDER, 2010), gera conflitos e transtornos quanto à manutenção e reprodução da vida dessas populações na escala local.

Essa realidade e tantas outras que perpassam a vida no território reafirmam a necessidade colocada por vários movimentos sociais, povos tradicionais e expertos da academia de que é urgente deslocarmos as lentes, descolonizarmos as referências moderno-coloniais quanto às instâncias de poder, questionando a autoridade do Estado não só nos termos de sua exclusividade, mas de sua essencialidade.

No campo de debate acerca do *território*, esse deslocamento já tem sido dirigido, partindo de um lugar e uma *episteme* que buscam romper com o Estado como autoridade territorial por excelência, apontando para as multiterritorialidades, como colocam Haesbaert (2012) e Porto-Gonçalves (2012). Os múltiplos territórios e sujeitos, de poderes e saberes particulares subalternizados no mundo moderno-colonial, têm reivindicado seu espaço, conformando *territorialidades emergentes* (*idem*).

O campo de debate e de luta pela *soberania alimentar* advinda dos movimentos sociais, campo político, e que por isso também adentra o campo acadêmico, demonstra convergência conceitual e política ao questionar a soberania estatal como única, reivindicando a autonomia dos povos em seus territórios, a valorização de seus saberes e práticas alimentares, a garantia do acesso e usos são dos bens naturais e a centralidade da produção local de alimentos e seus sujeitos no centro de decisões dos sistemas agroalimentares.

No caso de estudo, podemos identificar uma *r-existência* que caminha no sentido de afirmar uma soberania, seja através da persistência das práticas produtivas alimentares, seja através da persistência de referências tradicionais nos hábitos alimentares, seja no tensionamento territorial através da retomada de área ocupada pela empresa de eucalipto para fins da produção de alimento.

A realidade estudada nos atenta também para a essencialidade do território na manutenção e reprodução da vida desde a ótica e o lugar dos produtores de alimentos, dos povos que se orientam a partir de uma lógica horizontal, territorializada; ou seja, vinculada com o substrato material e simbólico em que vivem.

Como salienta Agnew e Oslender, os crescentes processos de desterritorialização derivados da verticalidade atual da produção hegemônica do espaço, fazem emergir movimentos sociais, como os ligados aos povos indígenas e afrodescendentes na América Latina, que apontam para “un necesario repensamiento de los vínculos entre la soberanía estatal y territorialidad como mediados, en este caso, por el rol de los movimientos sociales que desafían el tejido espacial establecido de la política de Estado” (2010: 194).

Diante de um contexto de globalização econômica, política e cultural, vemos aflorar uma exigibilidade política e social que conclama a escala local de poder através do território apropriado, relacionado material e simbolicamente com um dado grupo social.

Algumas questões emergem desse contexto, como: é possível haver a concomitância de soberanias em escalas diferenciadas? É possível construir territórios autônomos e conectados ao mesmo tempo?

Ainda como aponta Shiavoni, “como a ambição dos Estados em afirmar sua soberania sobre os sistemas alimentares nacionais em face das políticas neoliberais pode ser conciliada com a ambição das comunidades em afirmar sua soberania sobre os sistemas alimentares locais?” (2014:10; tradução própria).

Longe de apontar caminhos, podemos apenas salientar que esses questionamentos no âmbito do território e do alimento alcançam a dimensão estrutural do atual sistema agroalimentar e de poder vigentes no mundo, apontando para a necessidade de perspectivas que abarquem outra instância de autonomia territorial e alimentar.

Entendemos que a realidade do Sapê do Norte e da comunidade Angelim I reafirma a necessidade de pôr em relevo tais reflexões, tendo em vista que esta expressa a imbricada relação entre território e soberania alimentar, urgindo posicionamentos e mudanças sociais diante de um cenário crescente de desterritorialização global dos povos, seus territórios e bens naturais.

5.0. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se desenvolveu a partir do objetivo geral de analisar a relação entre conflito territorial e soberania alimentar, com base em um estudo de caso na comunidade quilombola Angelim I.

Angelim I, como outras comunidades do Sapê do Norte, sofreu um processo de *desterritorialização*, e foi *imprensada* na medida em que se *territorializavam* as empresas e seus monocultivos, sendo o de eucalipto o mais abrangente e visível. Esse processo em Angelim I se iniciou na virada da década de 1960 para a década de 1970 com os monocultivos de eucalipto. Depois, na década de 1980, vieram os monocultivos de cana da Disa e o vinhoto da usina, localizada à montante do Córrego Angelim.

A territorialização das firmas acabou por impor a lógica de dominação territorial a partir de uma racionalidade associada à agroindústria em grande escala, utilizando as terras e seus bens que, nesta lógica, se transformam em recursos, conformando assim territorialidades sobrepostas.

Na década de 1990, constituiu-se o Parque Estadual de Itaúnas, Unidade de Conservação de Proteção Integral que restringe os usos de sua área e seu entorno, afetando a população local e conformando mais uma territorialidade deste mosaico.

Territorialidades diferenciadas sobre um mesmo território geram conflitos territoriais. Como vimos, Haesbaert da Costa (2012) aponta, com base em Lefebvre, que no atual momento histórico, há comumente a separação entre territórios dominados e territórios apropriados, separação esta gerada pelo crescente poder ordenador e dominador do Estado e pelas atuais características do sistema capitalista, ambos *territorializados* pelo viés da dominação.

A territorialidade dominadora refere-se àquela em que o poder é vertical, onde há uma dominação ligada ao poder do Estado ordenador e ao poder racionalizador da propriedade. Já a territorialidade fruto de apropriação se expressa nas relações mais enraizadas, ligadas à dimensão simbólica, onde o poder se associa ao vivido, a um

modo de vida conectado com este território; ou ainda, pelas ideias marxianas, o seu valor de uso em detrimento do valor de troca (dominadora).

Aqui entendemos que as “firmas” se territorializam pelo viés da dominação e a exploração do monocultivo expressa essa racionalidade capitalista de dominação e uso do espaço. O Parque, como é legalmente concebido e gerido, também se territorializa através da dominação, e é uma expressão verticalizada do ordenamento territorial do Estado. Seu cunho preservacionista, expresso através de seu caráter de preservação integral, pressupõe a separação entre sociedade e natureza, onde a sociedade é vista como nociva à natureza, já que aquela é pensada de acordo com o ideário urbano industrial onde a natureza é recurso. Sua criação e gestão materializam essa lógica, proibindo práticas e atividades vinculadas aos bens naturais realizadas por séculos pelas populações tradicionais locais.

Por sua vez, a territorialidade da comunidade quilombola foi tecida por séculos, em uma relação essencialmente de apropriação, onde seu modo de vida associava o uso dos bens naturais como base de manutenção e reprodução da vida, identidade e saberes imbricadas no território.

Ao se sobrepor, estas lógicas divergentes geram um conflito territorial onde os usos do território estão em disputa e sob tensão. Com o passar do tempo, a territorialidade das firmas foi gerando repercussões diretas no modo de vida dessa comunidade, seja através do *imprensamento*, seja pelas mudanças no ambiente, seja pela perda das *terras de uso comum*, pela crescente inviabilização de suas práticas, incluindo as relacionadas ao alimento. A territorialidade do Parque, por sua vez, também impossibilitou práticas tradicionais como a caça e a pesca.

Esse quadro dificultou o acesso e a disponibilidade do alimento, gerando também uma erosão da autonomia desse grupo, que se encontrara limitado em sua escolha no exercício desse modo de vida e de suas práticas alimentares. O contexto então passou a ser de escassez, onde a segurança alimentar e nutricional não é garantida, tampouco a soberania alimentar.

Ao princípio da pesquisa, vislumbramos, em primeiro lugar, a relação entre segurança alimentar e conflito territorial. A noção de segurança e insegurança nos

possibilita estimar a situação alimentar de grupos e pessoas a partir do levantamento e análise do contexto dos mesmos, envolvendo a disponibilidade, o acesso, a estabilidade e o uso, e abrangendo, segundo a abordagem nacional, os princípios da sustentabilidade e da adequação cultural.

Essa abordagem encontra-se constantemente em construção, e é fruto da colaboração e disputa entre diferentes sujeitos sociais. Do ponto de vista acadêmico, ela é mais comumente utilizada no campo da nutrição, em que metodologias desse campo do saber buscam aferir níveis de insegurança alimentar, de acordo com os padrões estabelecidos. Nas áreas humana e social, tem-se percebido o crescente esforço em trabalhar esta noção e sua abordagem, que é ainda muito influenciada pelas metodologias de aferição, que apresentam incompletudes e controvérsias dentro do campo da SAN como um todo.

Aqui não nos pretendemos aferir o estado de segurança alimentar e nutricional dos moradores da comunidade. O que buscamos foi relacionar os princípios promotores da SAN dentro do atual contexto da comunidade, comparando-o com o momento histórico anterior ao conflito territorial.

No atual momento, podemos perceber que as famílias passam por dificuldades quanto à disponibilidade e acesso aos alimentos, na medida em que, hoje, estes dependem principalmente da renda das famílias. Há dificuldade quanto a atividades geradoras de renda, e a maior parte da renda das famílias é garantida por auxílios e benefícios governamentais, como aposentadoria e Bolsa Família. Outra parte da renda vem das próprias firmas, em grande parte relacionadas com fiscalização, que acaba por fomentar e/ou acentuar conflitos internos na comunidade.

No que concerne à disponibilidade e ao acesso a partir da produção de alimentos e da criação de animais, é possível perceber que esta atividade ainda está bastante presente na comunidade, garantindo parte da alimentação das famílias. Contudo, as condições produtivas apresentam muitas dificuldades e tornam esta produção instável e insuficiente. A maior parte dessas limitações está relacionada as mudanças no território, como a falta de espaço, a falta de água e às mudanças no clima da região.

A produção de mandioca é a prática que mais resiste em termos culturais, econômicos e ambientais, sendo consumida e vendida *in natura* ou na forma de farinha e beijus. A venda da farinha, atividade secular da região, foi reduzida como estratégia de geração de renda, pelas dificuldades de comercialização relacionadas aos padrões comerciais atuais.

No que tange às práticas extrativistas, outrora fonte de grande parte da alimentação, estas foram minadas pela presença das firmas, pela diminuição da mata, pela poluição do córrego e rios através dos resíduos das empresas (agrotóxicos e vinhoto) e também pela presença do Parque, que impôs proibições relacionadas, entre outras, a duas atividades muito importantes não só para a comunidade de Angelim, como para a população local como um todo: a caça e a pesca. Atualmente ainda persistem esses tipos de práticas, porém foram reduzidas drasticamente, tanto pelo fator proibitório, como pela escassez.

Tanto as dificuldades relacionadas à geração de renda como as relacionadas à manutenção das práticas alimentares, que garantiam o acesso e a disponibilidade alimentar, tornaram também a estabilidade do acesso comprometida. Já quanto ao uso desses alimentos, sem considerar o aspecto nutricional (que não nos cabe aqui), no que se refere ao acesso à água potável, ao saneamento e às condições adequadas de saúde, estas não são asseguradas integralmente, tendo em vista principalmente que o acesso à água não é estável e parte das famílias utiliza a água do rio como fonte, mesmo estando este comprometido pelos dejetos das firmas.

A abordagem brasileira ainda prevê a adequação cultural e a sustentabilidade social, econômica e ambiental. Em termos culturais, o acesso aos alimentos tanto pelas crianças na escola, como pelas famílias através das cestas de alimentos que receberam durante um tempo, não apresentam adequação, tendo em vista que não contém alimentos típicos da região, como a farinha e o beiju. Quanto à sustentabilidade, consideramos esta uma noção abrangente e polissêmica. Se, contudo, considerarmos que ela se refere a condições ecologicamente adequadas, sem a exposição a agrotóxicos, esta não se aplica haja vista as condições dos bens naturais no território da comunidade, que são perpassados pelos monocultivos com agrotóxicos e pelos poluentes encontrados no rio. Sob a ótica econômica e social,

esta sustentabilidade também não se aplica, considerando a falta de acesso a políticas públicas ligadas à produção e às condições de vida em geral, incluindo as voltadas às comunidades quilombolas, como o Brasil Quilombola, programa de nível federal que prevê dentre outros, incentivos e melhorias quanto à moradia, eletrificação e regularização fundiária.

A partir desse contexto, pensamos que o Direito Humano à alimentação adequada da comunidade não está garantido, e este apontamento foi ratificado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, através do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que esteve em duas missões no Sapê do Norte visitando algumas comunidades, incluindo Angelim I, e emitiu parecer de violação deste Direito, bem como de outros, como à terra, à água e ao território.

Antes da chegada das “firmas” de eucalipto e cana, e do Parque Estadual de Itaúnas, o território da comunidade e sua territorialidade abarcavam uma área bem mais extensa, aonde eram realizadas práticas alimentares intrinsecamente relacionadas a este território e a seus bens naturais. A caça e a pesca eram atividades realizadas por diferentes técnicas que continham, por um lado, saberes próprios e, por outro, sabores, que ainda habitam a memória da primeira e parte da segunda geração. Esses eram a principal fonte de alimento das famílias e são lembrados como essenciais na comida cotidiana.

A água era abundante. Nas viagens a Conceição da Barra pela estrada (atual ES-010), os moradores apontam que existiam muitos córregos que garantiam o acesso à água e por vezes à alimentação, neste percurso. A água “alvinha” sumiu. A abundância deste bem foi substituída por um processo de decréscimo hídrico, na medida em que foi se espalhando a monocultura. A região, inclusive, recebeu em um dado momento um programa da União ligado a regiões semiáridas. Na memória dos moradores, antes era tanta chuva, que tinha época que ficava difícil sair de casa.

Os cultivos eram guiados por saberes ligados às quadras da lua e às estações quente e fria: “se plantasse na quadra certinha, dava certo”. Hoje as mudanças provocaram instabilidade e muitas perdas são registradas, principalmente pela falta de chuva “na hora certa”.

Além das perdas dos alimentos, há também a perda relacionada aos saberes ligados a essas práticas. Pode-se perceber que parte da segunda geração, onde encontramos as pessoas entre 20 e 40 anos, ainda apresenta alguns desses saberes. As práticas de cultivo seguem muito presentes, mesmo com as dificuldades, e são valorizadas e incentivadas por parte da segunda geração. Essa busca, inclusive, foi uma das motivações para a “retomada”, local antes ocupado pela empresa e que hoje se tornou essencialmente área de cultivo de alimentos. Além disso, esse grupo busca outros saberes, como no caso das experiências em agroecologia realizadas na comunidade.

Notou-se que a terceira geração, em geral, não se envolve na agricultura, nem no feitiço da farinha. Poucas vezes vi esses meninos e meninas na casa de farinha ajudando, e essa falta de interesse é também relatada pelos mais velhos. Quando se envolvem, é pontualmente a pedido dos avós ou pais. Isso nos dá pistas sobre a falta de valorização dessas práticas, tendo em vista seu atual contexto. Por outro lado, percebe-se também que as relações de parentesco ainda são elos “de peso” nas relações na comunidade. Outro exemplo dessa importância consiste na circulação de alimentos entre familiares, em que filhos ou mães e pais concedem alimentos de seus plantios ou mesmo refeições para os parentes, conformando relações de reciprocidade que desempenham assim um papel estratégico no acesso ao alimento e à comida.

As casas de farinha são frequentadas por todos, mas o processo de feitiço da farinha e do beiju não mais. As crianças e adolescentes não ajudam mais no processo. Quem mais pratica a atividade é a primeira geração e parte da segunda. A atividade é feita principalmente para o consumo e em alguns casos, também para a venda. Pela cultura alimentar fortemente ligada à mandioca, seus derivados são bastante consumidos na região, e têm demanda de saída. Contudo, essas vendas são restritas às feiras livres ou às encomendas, pois os atuais padrões de comercialização da farinha dificultaram a circulação desses produtos artesanais.

O beiju ainda é bastante consumido, mas seu feitiço fica restrito principalmente às mulheres mais velhas. Contudo, o feitiço da farinha e do beiju também é executado

por alguns poucos jovens, e é uma das estratégias de geração de renda para suas famílias.

O consumo do beiju foi bastante reduzido quando comparamos a cultura alimentar das três gerações. Por outro lado, foi identificada uma preocupação, em alguns moradores da segunda geração, em relação à valorização e manutenção do seu consumo por suas famílias.

Elementos que reluzem aspectos culturais e identitários relacionados à comida, como o preparo e o significado, podem ser vislumbrados. A tradição oral reinventa esses saberes, identificados na segunda geração, que são dinâmicos e reproduzidos dentro de seus contextos. O cuidado com os alimentos reimosos, o uso do óleo de dendê, do “açaf rô” ou coloral, o preparo do caruru, os saberes do beiju são mantidos; não obstante, sofrem diminuição em suas práticas pelas gerações mais novas.

Entendemos que a circulação de práticas e saberes entre as gerações apresentam uma dinâmica própria que, neste caso, é fortemente influenciada pelo quadro de reterritorialização das práticas alimentares e suas implicações. Somado a isso, sabe-se que atualmente há um processo de homogeneização da cultura alimentar a partir das mudanças em toda a cadeia agroalimentar, que se globaliza, perpassando desde a ponta do processo produtivo até o mundo dos significados na comercialização, fomentados pela crescente indústria alimentar e massificada pelos meios de comunicação.

A r-existência a estas mudanças e ao direito ao território se materializou em um momento de ação e ligação direta entre alimento e território. Em um dado momento, o acirramento do conflito territorial desencadeou uma mobilização estreitamente ligada ao contexto político de luta pelo território quilombola no Sapê, em que a comunidade de Angelim I se inseriu e vivenciou, partindo para a luta do seu território. A retomada de parte do território, anteriormente ocupado pela comunidade e então sob o domínio da empresa, resultou de uma mobilização interna, e constituiu uma expressão política de reivindicação do território e das práticas de cultivo. Esta área foi retomada para viabilizar um espaço de cultivo na comunidade, fato alcançado. Entretanto, as condições de entraves e a morosidade do Estado no que tange à regularização do território tradicional, associadas ao quadro de dificuldades

nas estratégias de manutenção e reprodução da vida e às novas estratégias de “convívio” das empresas, principalmente da Fibria, conformaram um cenário que auxiliou no recuo da afirmação e luta deste território pelas vias do Estado.

Esse fato gerou conflitos internos e uma maior proximidade entre a empresa e a comunidade, aonde esta acaba por ocupar o papel de subsidiária de programas de auxílio produtivo como a concessão de sementes, adubo, empréstimo de trator, e acesso a bens como a água, através de um poço artesiano construído na comunidade. Por outro lado, essa aproximação é direcionada aos que não estão na área de retoma e que são associados enquanto pequenos produtores. O auxílio à área de retomada fica condicionado ao contrato de comodato que reafirma a propriedade da terra para a empresa, vislumbrando que a aproximação conforma-se também como estratégia de manutenção da área para a empresa.

A realidade estudada nos leva para a essencialidade do território como base física e imaterial, na manutenção e reprodução da vida, desde a ótica e o lugar dos produtores de alimentos e dos povos tradicionais. Esse fato nos aponta para a importância dos princípios constitutivos da noção de soberania alimentar.

O Direito ao território; o acesso, manejo e gestão dos bens naturais no sentido de preservação e fomentação da vida; a autonomia dos povos e territórios; a autonomia de escolha em relação a suas práticas alimentares; a promoção de sistemas agroalimentares autônomos vinculados localmente ao território, sem negar as articulações e trocas entre lugares e escalas, mas devolvendo a centralidade do lugar na produção e extração de alimentos, em detrimento do sistema agroalimentar hegemônico. Esses, entre outros princípios, conformam um caminho que projeta a construção e manutenção dos territórios e das comunidades tradicionais.

Contudo, as esferas de soberania implicadas na sobreposição de territorialidades complexifica este caminho, e torna necessário levantarmos as questões imbricadas nas instâncias e relações de poder envolvidas.

No caso de estudo, entendemos que a “ausência”¹⁴⁴ e a presença do Estado atuam como determinantes na situação de soberania alimentar da comunidade, seja através das restrições impostas através do Parque, seja através dos incentivos e

¹⁴⁴ Entendemos que a ausência pode ser uma forma de presença, quando estrategicamente determinada.

concessões à territorialização da iniciativa privada, ou ainda pela morosidade no processo de regularização do território quilombola, que afetam o acesso e a qualidade ao alimento, repercutindo nas práticas alimentares nas dimensões material e imaterial.

Ainda assim, podemos identificar uma *r-existência* que caminha no sentido de afirmar uma soberania através da persistência das práticas produtivas alimentares, da persistência de referências tradicionais na cultura alimentar, do tensionamento territorial e da retomada de área ocupada pela empresa produtora de eucalipto e celulose, para fins de produção de alimento. Claramente, este processo é permeado por contradições e conflitos, tendo em vista que a realidade da comunidade e de seus moradores é constitutiva da sociedade como totalidade histórico-geográfica, expressando particularidades e recorrências desse todo¹⁴⁵.

Entendemos que nossas reflexões acerca do alimento e do território no Sapê do Norte e na comunidade Angelim I reafirmam a necessidade de repensarmos a soberania territorial e alimentar diante de um quadro crescente de des/reterritorialização dos povos, seus territórios, bens naturais e suas práticas alimentares.

¹⁴⁵ Aqui entendemos totalidade como sugere Aníbal Quijano: “*Cada elemento de una totalidad histórica es una particularidad y, al mismo tiempo, una especificidad, incluso, eventualmente, una singularidad*. Todos ellos se mueven dentro de la tendencia general del conjunto, pero tienen o pueden tener una autonomía relativa y que puede ser, o llegar a ser, eventualmente, conflictiva con la del conjunto. En ello reside también la noción del cambio histórico-social. (...) Lo que articula a heterogéneos y discontinuos en una estructura histórico-social es un eje común, por lo cual el todo tiende a moverse en general de modo conjunto, actúa como una totalidad, pues. Pero esa estructura no es, no puede ser, cerrada, como en cambio no puede dejar de serlo una estructura orgánica o sistémica. Por eso, a diferencia de éstas, si bien ese conjunto tiende a moverse o a comportarse en una orientación general, no puede hacerlo de manera unilineal, ni unidireccional, ni unidimensional, porque están en acción múltiples, heterogéneas e incluso conflictivas pulsiones o lógicas de movimiento. En especial, si se considera que son necesidades, deseos, intenciones, opciones, decisiones y acciones humanas las que están, constantemente, en juego (2000:354-355).

6.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANDH; CERESAN; CONSEA; FAO-RLC/ ALCSH. Avanços e Desafios da Implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. **Relatório Técnico**. Brasília; Rio de Janeiro, março de 2009.

ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo de conflitos ambientais**. In: _____(org.) Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004, p.13 a 36.

ACSELRAD, Henri. O movimento de resistência à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia – uma sociologia da recusa e do consentimento em contexto de conflito ambiental. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 13, 2007. Recife. **Anais...** Recife: UFPE (PE). Grupo de Trabalho: "Globalização da Agricultura e dos Alimentos". IPPUR/UFRJ.

ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In: _____(org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2010. p. 9-46.

ACSELRAD, Henri. Neo-malthusianism – a resurgent determinism? In: 1st International symposium on food security and poverty reduction, 2011, **Anais...** Viçosa: UFV, 2011, cap.7, p.85-89.

AGNEW, John; OSLENDER, Ulrich. Territorialidades superpuestas, soberanía en disputa: lecciones empíricas desde América Latina **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, N°.13: 191-213, julio-diciembre 2010.

AGUIAR, Maciel de. **Negro Rugério – farinha de mandioca e chicote**. Série História dos Vencidos. Vol. 6. São Mateus: Editora Brasil-Cultura/ Centro Cultural Porto de São Mateus, 1995.

ALENCASTRO, 2000. **O tratado dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. "Quilombos: sematologia face a novas identidades". In: **FRECHAL. Terra de Preto - Quilombo conhecido como reserva extrativista**. São Luís: SMDH - Projeto Vida de Negro, 1996.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Terras Tradicionalmente Ocupadas, Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. **Estudos Urbanos e Regionais**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, v. 6, n.1; Maio/ 2004. p.9-32.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Quilombolas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Indígenas, Ciganos, Faxinaleses e Ribeirinhos: movimentos sociais e a nova tradição. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 107/108, 2006, p. 25-38.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.^a ed, Manaus: pgsca–ufam, 2008.

ALTIERI, Miguel A. Agroecología, pequeñas fincas y soberanía alimentaria. **Revista Ecología Política**. Icaria: Barcelona, Diciembre/ 2009 p.25-35 ISSN: 1130-6378.

BAPTISTA, Angela Maria. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 6^a Câmara de Coordenação e Revisão (Índios e Minorias). Parecer N° 105/2006, Brasília, 14 de julho de 2006. Assunto: **Comunidades Remanescentes de Quilombos, Região Sapê do Norte, Estado do Espírito Santo**. Interessados: Dr. André Carlos de Amorim Pimentel, PR/São Mateus.

BARCELLOS, Eduardo A. S. **A espacialidade das plantações arbóreas e a integração agroindustrial: o programa produtor florestal e seus (im)pactos na agricultura capixaba**. 2010. 316f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2010.

BOM MEIHY, José Carlos S. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

BORGIO, Ivan; ROSA, Léa R. A.; PACHECO, Renato. **Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento (1810-1960)**. EDUFES: Vitória, 1996

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas – sobre a teoria da ação**. 6^a ed. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2005. 224p. Cap. 4 “Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático”, p. 91-135.

BRASIL. CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. Relatório da Comissão Especial de Acompanhamento e Apuração de Denúncias relativas à Violação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) nas comunidades quilombolas Sapê do Norte no Estado do Espírito Santo. **Brasília**, 2009. 15p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Lei N° 11.346, de 15 de setembro 2006**. Cria o sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional– SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF, 15 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/legislacao/lei-no-11-346-de-15-de-setembro-de-2006>; acesso em: mar.2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Chamada Nutricional Quilombola 2006**. Brasília, DF: Maio de 2007. 8p.

BURITY *et al.*. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. ABRANDH: Brasília, 2010.

CALAZANS, Marcelo. Alimento e resistência agroecológica: quilombolas d Sapê do Norte (Espírito Santo/Brasil). **Proposta**: Revista de Debate da FASE, Rio de Janeiro, ano 33, nº119, p.45-49, 2009.

CALAZANS, Marcelo. Agricultura, identidade e território no Sapê do Norte quilombola. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.07-12, mar./2010.

CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez. Uma Introdução à Reflexão sobre a Abordagem Sociocultural da Alimentação. In: _____.

Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306p. (Coleção Antropologia e Saúde) p. 9-19

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**- o dilema brasileiro: pão ou aço. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTRO, Josué. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968. V.2.

CHONCHOL, Jacques. Soberania Alimentar. São Paulo, **Estudos Avançados**, v.19, nº55, set/dez, 2005. p.33-48.

COMISSÃO QUILOMBOLA DO SAPÊ DO NORTE; FASE. **Cartilha Memórias do Sapê do Norte**: um pouco das comunidades do norte do ES. Vitória, ES: 2011.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**: Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: 2004. 80p.

CONSEA; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Lei de segurança alimentar e nutricional**: conceitos Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. Brasília, 2006. 20p.

CONSEA, **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: a experiência brasileira. Brasília, novembro de 2009. 46p.

CONSEA. **Alimentação Adequada e saudável**: direito de todos. Documento de Referência. 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (4ª CNSAN). Brasília: 2011ª.

CONSEA. **Revista da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** (4ª CNSAN), Brasília: 2011b.

CRESPI, Franco. Formas e métodos da investigação empírica sobre fenômenos culturais. In:_____. Manual de Sociologia da Cultura. Lisboa: Editora Estampa, 1997. cap.V, p.219-232.

DALCOMUNI, Sonia Maria. **A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo**: principais interesses em jogo. 1990. 258f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, 1990.

DANIEL, Jungla Maria Pimentel; CRAVO, Veraluz Zicarelli. Valor Social e Cultural da Alimentação. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (orgs.) **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306p. (Coleção Antropologia e Saúde) p. 57 -68.

DIEGUES, Antônio C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DOMBEK, Luiz Antonio. **Autoconsumo e segurança alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema**. 2006. 106f. - Dissertação (mestrado em. Engenharia Agrícola). Área de Concentração de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Faculdade de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas, SP, 2006.

ELIAS, Denise. Globalização e Agricultura no Brasil. **GeoUERJ**- Revista do Departamento de Geografia, UERJ, RJ, n.12, p. 23-32, 2º semestre de 2002.

ETC Group. Poster: **Who Will Feed Us? The Industrial Food Chain or the Peasant Food Webs? With Climate Change...** Who Will Feed Us? The Industrial Food Chain/The Peasant Food Web. 06 set/2013. Disponível em: <http://www.etcgroup.org/content/poster-who-will-feed-us-industrial-food-chain-or-peasant-food-webs> . Acesso em: abril/2014.

FAO. **Declaración de la cumbre mundial sobre la seguridad alimentaria**. Cumbre Mundial sobre la Seguridad Alimentaria, 16 a18 de noviembre. Roma, 2009.

FAO. **Fao statistical yearbook 2013** - World Food and Agriculture. Rome: FAO, 2013b.

FAO. **The State of Food Insecurity in the World 2013**. Rome: FAO, 2013a.

FASE, “**Relatório seminário agroecologia e segurança alimentar e nutricional nas comunidades quilombolas de sapê do norte**”. Vitória, 2008. Mimeo.

FASE. **Farinheira da comunidade de Angelim 1**. Vitória, 2008. Mimeo.

FASE. **Relatório SEPPIR**. Projeto Desenvolvimento Local comunidades quilombolas de Sapê do Norte. Convênio FASE-ES/SEPPIR. Vitória, 2011. Mimeo.

FASE. **Almanaque da escola popular quilombola: os quilombolas do século XXI no Sapê do Norte**. Vitória, ES, 2012.

FERREIRA, S. R. B. (Coord.). **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Quilombola de São Domingos e Santana**. Conceição da Barra: Incra; Ufes, novembro de 2006.

FERREIRA, S.R.B. “*Donos do lugar*”: a geo-grafia negra e camponesa do Sapê do Norte-ES. **Geografares** – Revista do Mestrado e Departamento de Geografia da

UFES. Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, n.8, 2010.

FERREIRA, Simone R. B. “**Donos do lugar**”: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte – ES. 2009. 522f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da fartura à escassez**: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo. 2002. 166p. (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, SP, 2002.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: _____. **Microfísica do poder**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006. Cap.XVII, p. 277- 293.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. 287f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas? In: _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. cap.4, p. 41-58.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; e WILKINSON, J. **Das lavouras à biotecnologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

GRAZIANO DA SILVA, José. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 07, nº.3, jul-set./1993, p. 2-10.

GUERRA, Isabel. Modos de Vida: novos percursos e novos conceitos. **Revista Sociologia, problemas e práticas**. Lisboa, nº13, p. 59-74, 1993.

HACON, Vanessa. **Para além das dunas**: conflitos ambientais relacionados ao Parque Estadual de Itaúnas. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

HAESBAERT da COSTA, Rogério. Concepções De Território Para Entender A Desterritorialização. In: Programa de Pós Graduação em Geografia da UFF. **Território, Territórios**. PPGeo-UFF/AGB. Niterói, 2002.

HAESBAERT da COSTA, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. . 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 396p.

IANNI, Otávio. O Mundo Agrário. In:_____. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 37-57.

IBGE, OUTROS. **Pnad: segurança alimentar** 2004/2009.

INCAPER- ES. Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - **PROATER** (2011-2013). Conceição da Barra, ES, 2011a.

INCAPER- ES. Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural- **PROATER** (2011-2013). São Mateus, ES, 2011b.

ITABORAHY , Nathan Z. Conflitos e resistências territoriais na comunidade quilombola de São Pedro de Cima: primeiras impressões. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, XXI, 2012, Uberlândia. **Anais...Uberlândia**: UFU, 2012. ISSN 1983-487X.

JALIL, Laécia. **Mulheres e soberania alimentar**: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. 2009.198f. Dissertação Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2009.

WOORTMANN, Klaas. **Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda**: relatório final 20.Brasília, 1978. 113p. (Série Antropológica).

KOINONIA. **Programa Egbé - Territórios Negros**. Quilombos do Sapê do Norte: as comunidades negras rurais dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. Relatório de pesquisa participativa quantitativa. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2005.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. Seleção de Textos, 11. São Paulo: **AGB**, 1985.

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades Insurgentes: Conflitos E Criminalização Dos Quilombos. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. *et al* (Org.). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**, vol. 01, n. 02. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. p.18-41.

LEROY, Jean Pierre. Territórios e bens comuns. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v.8, n.4, p. 4-8, 2011.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. n° 322. Brasília: DAN/Unb, 2002.

MACIEL, Maria Eunice. Identidade Cultural e Alimentação. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (orgs.) **Antropologia e nutrição**: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306p. (Coleção Antropologia e Saúde) p. 49-55.

MALUF, Renato. **Segurança alimentar e fome no Brasil -10 anos da cúpula mundial de alimentação**. Relatórios Técnicos, 2 Agosto – 2006 Rio de Janeiro: CERESAN/CPDA, 2006. 72p.

MALUF, Ricardo. **Segurança Alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

MARINATO, Francieli Aparecida. **Índios imperiais os botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (ESPÍRITO SANTO, 1824-1845)**. 2007. 251f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós- Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, 2007.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas Concorrentes. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 17(2): 78-87, 2010.

MEIRELLES, D. & CALAZANS, M. **H2O para a celulose x Água para todas as línguas: o conflito ambiental no entorno da Aracruz Celulose S/A - Espírito Santo**. Espírito Santo: FASE, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Raízes da fome**. 3 ed. Petrópolis, RJ: FASE e Editora Vozes, 1987.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 108p.

MORONE, Rosemeire. **O uso de croquis cartográficos no Ensino Médio**. 2007.169f. Tese (Doutorado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NALLY, David. Hunger in an era of global food security. In: 1st International symposium on food security and poverty reduction, 2011, **Anais...** Viçosa: UFV, 2011, cap.2, p.17-28.

NICHOLSON, Paul. **Soberania alimentar: por uma agricultura com agricultores**. In: Anauá: a outra margem do Comércio Justo. Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://www.modevida.com/downloads/dossierSoberaniaAlimentar.pdf>>. Acesso em: maio/2014.

NYÉLÉNI. Forum for Food Sovereignty. Developing and strengthening the concept of peoples' food sovereignty. **Papers and Articles**. 23rd - 27th Feb./ 2007, Sélingué. Mali. Disponível em: <<http://www.nyeleni.org/spip.php?article48>>. Acesso em abril/2014.

O'DWYER, Elaine Cantarino. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. *et al* (Org.). **Cadernos de debates Nova**

Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos, vol. 01, n. 02. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. p. 42-48.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.). **O Campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p.29-70.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. (org.) **Culturas quilombolas do Sapê do Norte:** farinha, beiju, reis e bailes de congos. Vitória, ES: Santo Antônio, 2009. 52p.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. Quilombos: Memória Social e Metáforas dos Conflitos Comunidades do Sapê do Norte, Espírito Santo. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. *et al* (Org.). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social:** Territórios quilombolas e conflitos, vol. 01, n. 02. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. P. 68-68.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO – OIT. **Convención n. 169** – *Convenio sobre pueblos indígenas y tribales en países independientes*. Ginebra, 1989.

PADILLA, Mamen Cuéllar; GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Aportando a la construcción de la soberanía alimentaria desde la agroecología. **Revista Ecología Política**. Icaria: Barcelona, Diciembre/ 2009 p.43-51 ISSN: 1130-6378.

PIMBERT, Michel. Mulheres e soberania alimentar. **Revista Agriculturas:** experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v.6, n.4, Dez./2009.
PESSANHA, Lavínia *et al*. **Indicadores para avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional e a garantia do Direito Humano à Alimentação:** metodologias e fontes de dados XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

PINTO, Raquel Giffoni. **O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais**. 2010. 153f Dissertação (mestrado em Sociologia de Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da Geografia às Geo-Grafias - Um mundo em busca de novas territorialidades. In: Sader, E. e Ceceña, A. E. (orgs.) **La guerra infinita:** hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americana. **GEOraphia**, Niterói, v. 8, n. 16, p. 37- 52, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios na América

Latina/Abya Yala. **Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestro tiempo**. Instituto de Investigaciones Sociales. Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, Mayo, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. **Journal of world-systems research** (Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part I), State University of New York, Binghamton, NY, vi, 2, summer/fall 2000, p. 342-386.

RAFFESTIN, Claude. **O que é Território?** In: Por uma geografia do poder. São Paulo, Ed. Ática, 1993.

RAMÍREZ, Carlos Ayala. Guerras silenciosas. **Agencia Latinoamericana de Información - ALAI AMLATINA**, Quito, 15 de out. de 2013. Disponível em: <http://alainet.org/active/68191>. Acesso em: out./2013

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Campesinato e políticas públicas: segurança alimentar ou soberania alimentar**. Mesa Redonda "Educação do Campo e Desenvolvimento Agrário" ; 1º Seminário Internacional de Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, BA, realizado de 04 a 06/09/2013. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/educampo/publicacao-dos-trabalhos>>. Acesso em maio/2014.

REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE. **Relatório de Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto**. Vitória, 2002.

REPÓRTER BRASIL – Organização de Comunicação e Projetos Sociais. “**DESERTO VERDE**” - Os impactos do cultivo de eucalipto e pinus no Brasil. Instituto Rosa Luxemburgo Stiftung, 2011. 25p.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. 2009. A escravidão na manutenção das estruturas agrárias e no contexto sócio-econômico de São Mateus/ES (1850 - 1888). **Revista Eletrônica Cadernos de História**, vol. VII, ano 4, n.º 1. pp. 115-127.

SACK, Robert D. **Territorialidade humana: teoria e história**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 280p.

SANTOS, Milton. Nação, Estado e Território. In: MENDONÇA, S. e MOTTA, M. (Orgs.). **Nação e Poder: as dimensões da história**. Niterói: EdUFF, 1998. P.23-29.

SARMENTO, Francisco. **Condiciones históricas da construção da segurança alimentar no Atlântico: o caso de Angola e São Tomé e Príncipe**. 2008. 185f. Tese (doutorado), Pós-graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.

SCHIAVONI, Christina McGee. **Competing sovereignties, contested processes: the politics of food sovereignty construction**. ISS Working Paper n.º 583, Netherlands, The Hague: Institute of Social Studies. March/2014.

SCHMITT, Claudia Job. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. Editorial. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v.8, n.3, p. 04-08, 2011.

SETUBAL, Maria Alice. **Vivências caipiras**: pluralidade cultural e diferentes temporalidades na terra paulista. São Paulo: CENPEC/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. 144p.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, S. J. ; CARVALHO, E. N. Saúde das populações quilombolas no Espírito Santo: vulnerabilidade e direitos humanos. In: Edinete maria Rosa; Lídio de Souza; Luziane Zacché Avellar. (Org.). **Psicologia social: temas em debate**. Vitória, 01 ed.: ABRAPSO/GM, v. 01, p. 89-109, 2008.

SILVA, Sandro José da. **Do fundo daqui**: Luta política e identidade quilombola no Espírito Santo. 2012. 342f. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2012.

SIMMEL, Georg. The sociological nature of conflict. In:____. **Conflict & the web of group-affiliations**. Trad. Inglês Kurt H. Wolff e Reinhard Bendix. New York: The free press paperback edition, 1964, p.13-56.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território**: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

STÉDILE, João P. e BALDUINO, Tomás. Soberania alimentar e a agricultura. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 de out. de 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1610200809.htm> Acesso em: fev./2014.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia**, Ano 4. nº 7. Niterói/RJ, 2002.

SUZANO Papel e Celulose. **Resumo Público** do Plano de Manejo Florestal. UNF, Bahia: 2013.

TEIXEIRA, Islandia. **Desvendando o padrão alimentar de famílias rurais**: o que tem no prato? 2007. 137f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Área de concentração em desenvolvimento regional, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2007.

VIVAS, Ester. **Hacia una Alianza por la Soberanía Alimentaria de los Pueblos** 2010 11/03/2010. Disponível em:
<<http://esthervivas.com/?s=Hacia+una+Alianza+por+la+Soberan%C3%ADa+Alimentaria+de+los+Pueblos&searchbutton=Go!>>. Acesso em: abril/2014.

VIVAS, Ester. Soberanía alimentaria: reappropriarnos de la agricultura y la alimentación

In: CASARES, Miguel y CASTRO, Gonzalo de (Org.). **Cambio social y cooperación en el siglo XXI**. Barcelona: Intervida, 2012. P. 89-101.

WEBER, Max. **Economía e sociedade**. Brasília: Editora UNB, 1991.

APÊNDICE I - COMIDAS TRADICIONAIS: COMUNIDADE QUILOMBOLA ANGELIM I

Seguem alguns saberes de comidas e receitas tradicionais da comunidade levantadas a partir das trocas com as mulheres mais antigas da comunidade, em meio às degustações e preparo de comidas.

Beiju de massa

Você seva a mandioca, seca na prensa, seva novamente, passa na peneira, tempera e põe no forno. O tempero é geralmente coco e açúcar pra ficar docinho. Não fecha; ele é aberto. Vai cortando as talhadinhas. Vira de um lado e de outro.

Beiju de goma

O beiju de goma, você seva a mandioca, lava a massa, deixa a água da lavagem parada pra goma descer por mais ou menos duas horas. Depois seca um pouco a goma misturada um pouco com o caroço da farinha de mandioca ou com a própria farinha na goma pra ela dar o ponto úmido. Depois é só colocar no forno e fazer um ou todos os tipos de beiju de goma (beiju de roda, beiju de sal, beiju fatinho, beiju de caroço).

Beiju de sal

É o Beiju de goma só com sal.

Beiju de Caroço ou Tapioca

É o que hoje é conhecido como tapioca. É o beiju feito na hora da goma. Peneira a goma, põe no forno, põe sal, vira dos dois lados e tá pronto.

Beiju de coco

O beiju de coco ele pode ser, dobrado com talhada, ele pode ser de roda, com coco, sal e açúcar.

Beiju de fatinho

Beiju da goma que bota coco por dentro, dobra e corta bem miudinho.

Beiju de roda

Costuma fazer o beiju de goma de sal em formato de roda; um círculo. Se quiser botar coco no beiju de roda, você coloca coco encima. Se não quiser, faz ele branco só de sal. Coloca no forno e faz um círculo com o dedo.

Beiju de amendoim

Pode ser de massa ou de goma. Torra o amendoim antes, peneira, mistura na massa.

De massa:

O coco fica fora. Tem que passar uma coinha assim encima, com um prato pra alisar bem o coco..quando dá a hora de virar, isso é antes de virar né, aí depois que você virou ele, você já vai cortar ele. Põe amendoim, coco, sal e açúcar.

De goma:

É talhadinho, o coco fica dentro. Coloca sal, açúcar, e coco.

Beiju de manapança

Esse beiju é de massa (não da goma) e o manapança vai na massa.

Tempere a massa, e deixe bem molhadinha com leite de coco, açúcar, coco, misturando um pouco de coco na massa.

Aí estende a massa, vai estendendo na palha da banana (com o talo). Depois coloca outra remessa de coco encima. Se quiser, coloque três camadinhas de coco (uma no meio, coloca por cima mais um tanto de massa e depois mais coco. Cobre e coloca mais coco). Aí tampa ela e vira a palha da banana. Ela assa dentro da palha da banana na quentura do forno.

Bolo de aipim na palha da banana

Receita de Dentina

Descasca o aipim, ferve, rala ou seva e espreme pra tirar aquela água amarela. Aí você peneira, se for no ralo, num carece de peneirar não. Depois de seco, você tempera com sal, açúcar, coco ralado, leite de coco e/ou leite de gado e um pouquinho de manteiga. Se quiser, pode pôr uma gema. Ele fica mais amarelinho.

Antes de pôr o bolo pra assar, você assa a palha da banana, estende ela e espalha a massa do bolo. Coloca um pouco de coco ralado no meio e fecha a massa, fechando a palha. Vira dos dois lados.

Bolo de aipim na assadeira

Receita de Maria

Eu gosto de fazer o bolo de aipim..a gente rala o aipim, descasca ele, lava, rala, aí ele mistura um pouquinho de sal, açúcar, se tiver leite de vaca a gente bota, faz a massa bem mole. Aí bota o açúcar, pega o coco, deixa um pouco de coco ralado pra farinha encima, num sabe...aí pega e mistura com o açúcar e bota pra assar, depois molha com o leite de coco, tira um pouco do leite do coco, aí depois que ele assou que tiver douradinho, molha ele..

Bolo de puba

Receita de Dentina

Puba (pubar é deixar fermentar) a mandioca na água. Em época quente deixa uns oito dias. Em época fria, deixa ela por uns 10, 11 dias. Geralmente se deixa pubar a mandioca já descascada. Depois disso, retire ela, lave e retire a água espremendo com um pano. Depois é só passar na peneira e temperar. O tempero é açúcar, leite, manteiga, leite de coco.

Caruru

Receita de Zirinha

Cortadinho de abóbora (e/ou mamão, maxixe, quiabo, chuchu). Ainda pode adicionar qualquer folha (mostarda, couve).

Corta tudo miudinho, dá uma refogadinha, bota uma **pá** de cebola. Põe um pouquinho de pimenta do reino. Pode pôr folha também. Pode ser com dendê também.

Pode fazer o caruru com maxixe e leite de coco.

Cortado

Receita de Zirinha

Carne misturada com algum legume. Corta uns pedaços de carne maiorzinho, mais uns pedaços de mamão e/ou de chuchu. Refoga tudo. Pode pôr também com qualquer folha.

Doce de Jaca

Receita de Zirinha

Usa a jaca dura. Bota ela pra cozinhar, depois joga o açúcar, bota o açúcar pra ferver. Se quiser queimar o açúcar, bem; se não quiser, bota o açúcar branco

Doce de coco

Usado nos dias de sexta feira da paixão, pro sábado de aleluia

Bota agua com açúcar, quando tiver grosso, joga o coco e vai mexendo. Quando de a ligad e doce, tipo mingau, quando enxuga um pouquinho, m a;í é o ponto.

Doce de Figo

Receita de Maria

“O figo a gente tira ele verde né, verdinho..eu às vezes faço com açúcar queimado. Boto o açúcar pra queimar..aí pego o figo, lavo ele, tiro as platinha dele..deixo só um

poquinho, aí lasco ele no meio, mas num é partido em banda não, só dou um talo, sabe..aí jogo no açúcar.. ele é duro, aí tem que botar água, num sabe..bota água pra cozinhar, pra ele poder amolecer..aí quando ele amolecer, eu deixo ele secar, até ficar o caldo, aí..o doce tá pronto..

Doce de Mamão com coco

Receita de Maria

“Mamão verde..rala o ..mamão e coco..rala o coco, rala o mamão..mistura..os dois mamão que você quiser, você faz quanto você quiser, muito ou pouco, sabe..aí cê pega o mamão, rala o mamão, rala o coco, se for grande um mamão, se for pequeno, dois mamão..aí você rala..eu faço só com açúcar queimado, eu gosto de fazer com açúcar queimado, aí quem num quer faz com açúcar branco, num sabe..boto no fogo, bota o açúcar (...), queima um pouco do açúcar assim..só açúcar com a panela, num sabe..pra ele ficar meio..meio doradinho, aí cê joga o coco com mamão e vai mexendo..dá num precisa água não, porque o mamão tem água, num sabe..aí ele dá a liga, quando deu a liga, fez o doce..(...)”.

Escaldado

Receita de Leleca (Letícia)

-Comida de resguardo (10 dias)

frango caipira,temperado com quioiô cravo, quioiô, manjerição e hortelão grande, alho, pimenta do reino

Cozinha a galinha até ela ficar molinha, com bastante alho e pouco óleo e pouco sal. Depois tira frango e faz o pirão com o caldo dela com a farinha de mandioca.

Pode substituir a galinha por peixe fresco ou caranguejo. Fazer sempre junto com o pirão.

Farinha branca

Receita Dentina

Depois de seva a mandioca, bota a massa na prensa. Tira a massa, seva outra vez. Coloca no forno pra torrar. Tem dois tipos a partir de dois pontos. Primeiro a murcha que é um pouco antes de torrar. Esse ponto é só pra quando vai fazer outra farinha. E a torrada.

Farinha moreninha

Receita Dentina

Farinha da massa, mais torrada. Torra ela, igual torra a tapioca. Leva açúcar, coco e leite de coco Torra, ela torra igual a tapioca, aí fica torradinha, amarelinha, bem moreninha.

Farinha de coco

Receita de Toninho e Dentina

É farinha de tapioca com coco, açúcar e leite de coco.

Faz a farinha normal, depois bota o coco ralado e deixa torrar, depois bota o açúcar. Tira do forno. Quando ela tá esfriando, você coloca o leite do coco bem grosso (sem água). Aí é só ir espremendo o leite por cima da farinha. Aí mexe pra lá e pra cá com a pá, depois passa no forno outra vez que ela torra, acaba de torrar e pronto. Tá a farinha feita.

Muqueca de Peixe

Espreme as tripinhas do peixe (pequeno), passa limão, temperava com sal, com cebolinha ou coentro (miúdo ou maranhão). Bota na palha da leopoldina (tipo folha de banana e de caeté) e amarra ele. Deixa assar o peixe dentro dela na chapa e SAE uma moqueca.

Misturada de Resguardo

Receita Leleca (Letícia)

Mistura cachaça, alho, pimenta do reino e arruda. Deixar curtir por uns 15 dias. Ela fica bem verdinha, da cor da arruda. A mulher deve tomar uma dose antes de comer o pirão.

Óleo de dendê

Receita de Zirinha

Cozinha o dendê, soca, depois tira os caroços do bagaço. Vai tirando os caroços, depois lava esses caroços, tirando aquele óleo que fica pegado neles. Depois lava o bagaço do dendê, vai lavando, e passa duas ou três águas. Aí põe pra apurar. Lava tudinho, depois cõa com uma peneira ou no escurador e bota pra ferver.

Aí vai fervendo, vai fervendo e vai subindo o óleo. Depois tira o óleo com a concha por cima e joga a água fora ou guarda a água pra fazer sabão.

Pamonha ou muqueca ou beiju de caroço ou beiju mole ou tapioca

Receita de Dentina

“Peneira a goma duas vezes, uma na peneira grande e uma na fina. O que sobra da peneira é a farinha de tapioca ou caroço da goma. É esse caroço que faz a pamonha.

Pega ele e tempera com sal. Assim que temperou, leva pro forno e põe pra torrar. Daí coloca o coco molhado com água ou leite e açúcar. Quando estiver arrebitando as beiradinhas, enfie a pá, vira ela. Se o fogo já começar a suspender assim com a par, aí olhe para ver se o coco já começou a amarelar; este é o ponto. Asse dos dois lados.

Aí amarelo o coco, tirou ela, coloque numa vasilha pra esfriar. Pegue o leite de coco e tempere ele com um pouquinho de açúcar. Você tirou o leite do coco com um pouquinho de água. Num carece de botar muito também não, porque o açúcar já tem um pouco de água. Aí coloca o leite sempre meio grosso, temperando ele a seu gosto, de sal e de doce, sendo o doce sempre mais pra endoçar ela. Daí você vai molhando ela.

Pega a palha da banana, lave ela com água comum ou água fervendo temperada com açúcar. Depois enxuga. Aí coloca a palha da banana no forno pra assar. Ela vai no forno duas vezes, virando dos dois lados.

Depois coloque mais coco e mais água dentro da pamonha, deixando ela bem molhadinha e enrolando ela na palha da banana”.

Pamonha de amendoim

Receita de Dentina

Torra, soca e peneira o amendoim.

Faça a pamonha igual à de coco. Misture a pamonha com amendoim e bota um pouquinho de açúcar. É bom deixar a goma um pouco mais úmida, porque o amendoim resseca.